

**UNIJUÍ - UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO  
GRANDE DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM  
DESENVOLVIMENTO**

**TOBIAS DAMIÃO CORRÊA**

**AS PERSPECTIVAS EMANCIPATÓRIAS DAS REDES DE COLABORAÇÃO  
SOLIDÁRIA NO PARADIGMA LÍQUIDO-MODERNO**

*Ijuí, RS*

**2008**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIJUÍ - UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO  
GRANDE DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM  
DESENVOLVIMENTO**

**TOBIAS DAMIÃO CORRÊA**

**AS PERSPECTIVAS EMANCIPATÓRIAS DAS REDES DE COLABORAÇÃO  
SOLIDÁRIA NO PARADIGMA LÍQUIDO-MODERNO**

**Dissertação apresentada no Curso de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento– Linha de pesquisa: Direito, Cidadania e Desenvolvimento – UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.**

**Orientadora: Dra. Raquel Fabiana L. Sparemberger**

***Ijuí, RS***

**2008**

UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento – Mestrado

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação

**AS PERSPECTIVAS EMANCIPATÓRIAS DAS REDES DE ECONOMIA  
SOLIDÁRIA NO PARADIGMA LÍQUIDO-MODERNO**

elaborada por

**TOBIAS DAMIÃO CORRÊA**

como requisito parcial para a obtenção do grau de  
Mestre em Desenvolvimento

Banca Examinadora:

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Raquel Fabiana Lopes Sparemberger (UNIJUÍ): \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Luiz Ermani Bonesso de Araújo (UFMS): \_\_\_\_\_

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Noëlle Marie Paule Lechat (UNIJUÍ): \_\_\_\_\_

Ijuí (RS), 09 de julho de 2008.

**Aos meus pais, Darcísio e Vera, que sempre estiveram presentes, iluminando afetosamente os caminhos de minhas muitas buscas e sem os quais nada haveria.**

**À Fernanda, minha irmã, minha amiga. Pela proximidade na distância e pelo estímulo de sempre.**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que transitaram de alguma forma pela minha vida, cujas marcas diversas contribuíram para que esta dissertação pudesse ser concluída.

À minha professora orientadora, Dra. Raquel Fabiana L. Sparemberger, pelo voto de confiança e pela absoluta liberdade que me concedeu para explorar minha curiosidade, entendendo que a construção de meu trabalho acadêmico representava, simultaneamente, a construção da minha realidade enquanto sujeito.

Aos meus muitos bons amigos que, sem que soubessem, foram fonte de estímulo pessoal à constituição da reflexão desenvolvida. Devo, todavia, um agradecimento especial ao grande amigo Sérgio Luiz Valentin Júnior, pelos gratificantes momentos de convivência que possibilitaram “impagáveis” discussões, análises, troca de informações e materiais cruciais para o desenvolvimento do estudo. No mesmo sentido estendo um agradecimento singular ao amigo e colega Christian Pineda Zanella, pelas contradições, ensinamentos e incentivos cotidianos.

Ao programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento, pelo *complexo* e fértil espaço de conhecimento que o mesmo representa.

Meu caro amigo, estou lhe enviando um pequeno trabalho do qual se poderia dizer, sem injustiça, que não é cabeça nem rabo, já que tudo nele é, ao contrário, uma cabeça e um rabo, alternada e reciprocamente. Suplico-lhe que leve em consideração a conveniência admirável que tal combinação oferece a todos nós – a você, a mim e ao leitor. Podemos abreviar – eu, meus devaneios; você, o texto; o leitor, sua leitura. Pois eu não atrelo interminavelmente a fatigada vontade de qualquer um deles a uma trama supérflua. Retire um anel, e as duas partes desta tortuosa fantasia voltarão a se unir sem dificuldade. Corte em pedacinhos e vai descobrir que cada um deles tem vida própria. Na expectativa de que alguma dessas fatias possa agradá-lo e diverti-lo, ousou dedicar-lhe a cobra inteira. (Charles Baudelaire – *Le spleen de Paris*)

## **RESUMO**

Esta pesquisa tem como objeto o estudo das redes de economia solidária enquanto perspectiva emancipatória no contexto da sociedade líquido-moderna. Seguindo a perspectiva proposta, acentua-se a reflexão do tema na análise das multifacetadas e complexas características da fluida realidade contemporânea, a qual emerge a partir da crise do projeto da modernidade e revela um cenário social extremamente degradado, no qual a produção de seres humanos descartáveis se apresenta como fato rotineiro e crescente. Sob este viés analisa-se historicamente o modo de produção capitalista enquanto protagonista de significativas e prejudiciais transformações nas relações de trabalho, repercutindo em uma ampliação das condições para a produção de pessoas refugadas pela lógica do capital. Posteriormente aborda-se a origem, o significado e as inúmeras peculiaridades da economia solidária enquanto prática alternativa ao contexto de exclusão historicamente enfrentado pelas camadas fragilizadas. Por fim, acentuam-se as possibilidades emancipatórias que surgem por meio da articulação das experiências econômicas solidárias em redes de colaboração, as quais apresentam a capacidade de integrar as inúmeras práticas locais de economia solidária em um movimento contra-hegemônico de alcance global em prol de um mundo mais justo e solidário.

Palavras-chave: globalização - sociedade líquido-moderna – economia solidária – redes de colaboração solidária – inclusão e emancipação social.

## **ABSTRACT**

The main goal of this research is the study of the solidarity economy nets as an emancipatory perspective in the post-modern context. Following this perspective, it is given an especial attention to the analysis of the multiple and complex characteristics related to the fluid contemporary reality, which emerges from a crisis in the modernity project and reveals a degenerative social scenario, as well as, a daily and rising production of dismissible human beings. Under this point, the capitalistic system is historically analyzed as a protagonist of significant and harmful changes in the working relationships; what leads to an increase of refuted people in the current society. Afterwards, it is discussed the origins, meanings and the several peculiarities of the solidarity economy as an alternative to the historical exclusive context faced mainly by the weakest social groups. Finally, it is elicited the emancipatory possibilities which come through the experience of the solidarity collaboration nets. It is also presented the integration capability of numerous solidarity economy local practices in an anti-hegemonic global movement that seeks to build a fairer world and more solidarity towards people.

**Key Words:** globalization; post-modern society; solidarity economy; solidarity collaboration nets; inclusion; social emancipation.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1 A CRISE PARADIGMÁTICA NO CONTEXTO DO TERCEIRO MILÊNIO..</b>	<b>15</b>
<b>1.1 A FLUIDEZ DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA COMO CONSEQÜÊNCIA DA CRISE DO PROJETO DA MODERNIDADE.....</b>	<b>15</b>
<b>1.1.1 <i>Fundamentos da modernidade clássica.....</i></b>	<b>16</b>
<b>1.1.2 <i>Da solidez moderna à fluidez contemporânea.....</i></b>	<b>19</b>
<b>1.2 A SEPARAÇÃO ENTRE SISTEMA E ATORES E A RUPTURA DO LAÇO SOCIAL A PARTIR DAS RELAÇÕES DE TRABALHO.....</b>	<b>32</b>
<b>1.2.1 <i>Precarização, flexibilização, mobilidade e fluidez das relações de trabalho.....</i></b>	<b>32</b>
<b>1.2.2 <i>Da sociedade de produção à sociedade de consumo: a ruptura do laço social...</i></b>	<b>40</b>
<b>1.3 O PARADIGMA LÍQUIDO-MODERNO DE CONSTRUÇÃO DA VIDA.....</b>	<b>45</b>
<b>1.3.1 <i>Leveza e velocidade como características da nova modernidade.....</i></b>	<b>45</b>
<b>1.3.2 <i>Sociedade versus Indivíduo: uma interdependência conflitiva em crise.....</i></b>	<b>50</b>
<b>2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A (RE)CONSTRUÇÃO DO LAÇO SOCIAL...63</b>	
<b>2.1 A DESCARTABILIDADE DO SER HUMANO COMO PRODUTO DA SOCIEDADE LÍQUIDO-MODERNA.....</b>	<b>63</b>
<b>2.1.1 <i>O processo histórico de deterioração das relações de trabalho no modo de produção capitalista e a produção do refugo humano.....</i></b>	<b>63</b>
<b>2.1.2 <i>A redundância e o fim dos espaços vazios.....</i></b>	<b>75</b>
<b>2.2 FUNDAMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....</b>	<b>83</b>
<b>2.2.1 <i>Origens históricas.....</i></b>	<b>83</b>
<b>2.2.2 <i>Conceituação, valores e princípios.....</i></b>	<b>94</b>

<b>2.3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA PRÁTICA.....</b>	<b>115</b>
2.3.1 <i>Um olhar panorâmico sobre sua diversidade.....</i>	<b>115</b>
2.3.2 <i>O Grameen Bank (Banco da Aldeia).....</i>	<b>122</b>
<b>3 AS REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POTENCIALIDADES EMANCIPATÓRIAS.....</b>	<b>135</b>
<b>3.1 A SOCIEDADE INFORMACIONAL EM REDE.....</b>	<b>135</b>
3.1.1 <i>A complexidade das estruturações em redes.....</i>	<b>135</b>
3.1.2 <i>Funcionamento da sociedade informacional.....</i>	<b>146</b>
<b>3.2 POTENCIALIDADES DA REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.....</b>	<b>157</b>
3.2.1 <i>Redes de colaboração solidária.....</i>	<b>157</b>
3.2.2 <i>A dinâmica econômica das redes de colaboração solidária.....</i>	<b>166</b>
<b>3.3 DA IMPORTÂNCIA DAS EXPERIÊNCIAS LOCAIS E DAS REDES TRANSLOCAIS CONTRA HEGEMÔNICAS À SOLIDARIEDADE PLANETÁRIA.....</b>	<b>176</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>184</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>191</b>

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação pretende contribuir para o aprofundamento do debate sobre as redes de economia solidária enquanto perspectiva emancipatória no contexto da sociedade líquido-moderna. É necessário, no entanto, antes de quaisquer palavras introdutórias acerca da reflexão desenvolvida, situar o leitor a respeito de algumas peculiaridades que se fizeram presentes ao longo do desenvolvimento da pesquisa e nortearam determinadas escolhas de cunho metodológico, as quais têm reflexo direto no resultado da mesma.

Em primeiro plano, para além do objeto teórico em análise, a pesquisa esteve constantemente envolvida com dúvidas e preocupações de caráter secundário que, invariavelmente, interferiam no processo de elaboração teórica, fixando-se como aspectos principais. Neste sentido as atividades de leitura e de escrita foram inevitavelmente marcadas por algumas insistentes desconfiças, materializadas sob a forma de indagações onipresentes: “A partir de que lugar social pensamos?” “Para que conhecemos?” “Como estamos, existencialmente, no conhecimento?”. Essas indagações foram, por outro lado, extremamente importantes do ponto de vista da construção de toda a reflexão, contribuindo, de forma primordial, para a compreensão de que o sujeito não poderia ser separado do objeto/realidade que observa, analisa e assimila, reduzindo a dimensão plural do pensamento ao cerco epistêmico da razão instrumental.

Tornou-se, por isso, questão central e proposital a incorporação do sujeito no próprio discurso, ou seja, buscou-se de forma assídua aproximar o observador do objeto em análise, mesclando-se freqüentemente a realidade em análise e a vontade de

conhecer, sendo levadas em conta as múltiplas circunstâncias que cercam o horizonte analítico do sujeito construtor de conhecimento. Em decorrência disso fixou-se uma linha-mestra de entendimento no sentido de que as diversidades circunstanciais apresentam reflexos profundos no processo de apreensão da realidade, o qual pode ocorrer de modos diversos uma vez que a esta não é uníssona, ou seja, não comporta uma única descrição absoluta e terminativa. Portanto, muito embora o presente texto esteja amparado em autores consistentes, o mesmo se constitui enquanto uma das múltiplas observações possíveis e que, irremediavelmente, não pode ser separada do observador que a empreendeu.

Deve ainda ser destacado que, na hipótese de estar o sujeito diretamente envolvido na construção e na direção do conhecimento elaborado, a presente pesquisa esteve sempre determinada e comprometida com a produção e o fortalecimento de um saber emergente, objetivando, precípua e invariavelmente, a busca pela “potencialização do potencializável”, mesmo que as evidências e pistas ainda não estejam suficientemente claras ou não sejam incontrovertidamente representativas do ponto de vista de uma razão instrumental. Em função disso, a elaboração do estudo encontrou dificuldades recorrentes, uma vez que o objeto da análise se expandia ou assumia novas formas de uma maneira muito rápida, muitas vezes mais veloz do que a própria capacidade de entendimento e de escrita permitia acompanhar, o que redundava em problemas que não haviam sido previstos quando do início da trajetória analítica, ocasionando, em não raras vezes, a mudança de estratégia teórica para apreender e incorporar ao próprio trabalho essa dinâmica de ordem e de desordem.

A partir desse esclarecimento preliminar é possível formular algumas bases orientadoras para assimilar a lógica que norteou o presente trabalho. O ponto de partida para o desenvolvimento da argumentação foi o de uma realidade social complexa, a qual é constituída por um conjunto muito amplo e diverso de fatores, interagindo entre si de maneira constante e ininterrupta, sendo os mesmos, concomitantemente, agentes causativos e finalísticos uns dos outros. Reside aí o fato de que as coisas em seu todo perdem o sentido quando isoladas do seu contexto, ou seja, das circunstâncias que lhe conferem sentido existencial. Efetuou-se, dessa maneira, um retrato teórico no sentido de possibilitar um olhar panorâmico, por vezes bastante amplo, para que os fatos não

restassem isolados e afastados de toda uma dinâmica de ações inter-relacionadas a lhe atribuírem significado. A elaboração da dissertação procurou integrar o máximo possível de elementos que conferem sentido e significação à problemática em estudo, sem realizar demasiados recortes e aprofundamentos específicos em busca de uma certeza intangível.

Nessa linha a temática abordada centra-se na análise da complexidade da sociedade líquido-moderna e de sua vinculação com a degradação das práticas de sociabilidade, tendo como delimitação as redes de economia solidária, compreendidas como um, entre tantos outros, dos processos emancipatórios a emergirem no contexto da sociedade contemporânea do século XXI.

A presente análise toma, por isso, como ponto de partida, o fato de que a sociedade líquido-moderna, pautada em suas práticas sociais por questões econômicas ligadas ao modo de produção capitalista de cunho neoliberal, reproduz um modelo de convivência no qual o descarte constante de seres humanos e de objetos assume uma projeção de grande envergadura. Procura-se mostrar inicialmente que tal dinâmica tem como reflexo natural e direto um processo de exclusão social cada vez mais acentuado, bem como uma degradação gradual dos engajamentos sociais de cunho coletivista. Em vista dos crescentes índices de desemprego e de trabalho precário, conforma-se uma realidade na qual se criam, ininterruptamente, massas de pessoas jogadas a sua própria sorte.

Diante de tal contexto, a pesquisa se empenha teoricamente em averiguar a possibilidade de modificação desse cenário social mediante o desenvolvimento de um processo econômico solidário, alternativo ao capitalismo, em que a revalorização dos seres humanos e de suas liberdades públicas e privadas assume um papel de destaque, propiciando, conseqüentemente, uma diminuição da exclusão social evidenciada contemporaneamente.

Como objetivo geral, pretende-se mostrar, tendo como ponto de partida a complexidade das relações sociais no contexto globalizado de inícios do terceiro milênio, a relevância da preocupação com a dimensão emancipatória na sociedade líquido-moderna, uma vez que a construção de um modelo de vivência coletiva mais

harmoniosa, justa e inclusiva se coloca como uma demanda ligada à sustentabilidade planetária. Em vista do alcance do objetivo proposto, trabalha-se com a hipótese de que é possível alcançar-se uma outra forma de engajamento social, por meio da articulação das muitas práticas econômicas solidárias existentes, em redes de colaboração contra-hegemônicas que permitam englobar as diversas experiências, efetuadas no âmbito local, em uma grande rede translocal, solidificando-se um movimento com dimensões globais, capaz de viabilizar o desenvolvimento de uma nova sociedade, mais justa e solidária.

No que concerne à estrutura de desenvolvimento, a pesquisa divide-se em três capítulos. O primeiro explora a questão das multifacetadas e complexas características da fluida realidade contemporânea, a qual emerge a partir da crise do projeto da modernidade e revela um cenário social extremamente degradado, no qual a produção de seres humanos descartáveis se apresenta como fato rotineiro e crescente. Ganham destaque neste capítulo as abordagens referentes à passagem da modernidade clássica para a modernidade-líquida, passagem esta que tem no processo de globalização e no desenvolvimento tecnológico alguns dos seus principais protagonistas.

O segundo capítulo, por sua vez, está centrado na análise histórica do crescimento e do fortalecimento do modo de produção capitalista enquanto formato produtivo hegemônico, tornando-se, desta maneira, o grande protagonista de significativas e prejudiciais transformações nas relações de trabalho, repercutindo em uma ampliação das condições para a produção de pessoas refugadas pela lógica do capital. Analisa-se ainda o desenvolvimento histórico da economia solidária enquanto prática alternativa ao contexto de exclusão historicamente enfrentado pelas camadas fragilizadas, abordando-se sua origem, sua significação e algumas experiências práticas que servem de sustentáculo teórico para o presente estudo.

Por fim, o terceiro capítulo dá ênfase às possibilidades emancipatórias que surgem por meio da articulação das experiências econômicas solidárias em redes de colaboração, as quais apresentam a capacidade de integrar as inúmeras práticas locais de economia solidária em um movimento contra-hegemônico, de alcance global, em prol de um outro mundo possível. Sob esta lógica, busca-se um entendimento pormenorizado das estruturações em redes, as quais se constituem enquanto uma das características

fundamentais da sociedade informacional, também retratada neste capítulo. Em última instância, analisam-se de forma aprofundada as redes de colaboração enquanto alternativa emancipatória, na aposta de que tais redes, integrando a diversidade de alternativas locais, podem adquirir um alcance global. Nesta análise privilegia-se, embora de forma não exclusiva, a dinâmica propriamente econômica destas redes percebidas como mecanismo de emancipação social.

Fica patente, neste sentido, que na presente dissertação se trabalha com o pressuposto ético-político segundo o qual a existência de uma outra forma de fazer economia, materializada nas redes econômicas solidárias, cuja lógica incentiva o desenvolvimento de capacidades/liberdades dos indivíduos, é condição essencial para o desenvolvimento de uma renovada sociedade, na qual a inclusão, a igualdade e a solidariedade se tornem características marcantes da reconstrução de um sujeito autônomo e auto-criador.

Não se poderia encerrar a presente introdução sem expressar a consciência do pesquisador no sentido de que a problemática abordada, justamente por seu caráter multifacetado, polêmico e teoricamente instigante, permite abordagens diferenciadas, por vezes divergentes e contraditórias, sem que, por outro lado, isso desautorize a perspectiva metodológica adotada no trabalho, uma vez que se funda em teorias igualmente consistentes, amparando-se numa plêiade de autores de competência reconhecida, tanto em nível teórico quanto prático, tomados como base do referencial teórico da presente investigação. Ou seja, num estudo que se situa no campo das Ciências Sociais, às quais também pode ser reconhecida uma função não apenas descritiva, mas propositiva e emancipatória, não se pode trabalhar com certezas absolutas, com dogmatismos positivistas. Sempre são provisórias as verdades construídas num contexto de transição paradigmática, em que o novo está despontando, mas ainda não despojado de todo do velho que persiste em sobreviver.

## **1 A CRISE PARADIGMÁTICA NO CONTEXTO DO TERCEIRO MILÊNIO**

### **1.1 A FLUIDEZ DO ESTADO PÓS-MODERNO COMO CONSEQUÊNCIA DAS CRISES DO PROJETO DA MODERNIDADE**

**Não se joga o jogo da verdade e do erro somente na verificação empírica e na coerência lógica das teorias. Joga-se, também, profundamente, na zona invisível dos paradigmas (Edgar Morin).**

O limiar do terceiro milênio passa a se constituir em um *locus* privilegiado de reflexão e de crítica sobre a trajetória muitas vezes confusa, desconcertante e ao mesmo tempo esperançosa que marcou a civilização ocidental. Não se trata, sem dúvida, de uma evolução linear, vista como um avanço progressivo rumo a um sempre maior bem-estar da humanidade.

A caminhada humana pode ser melhor percebida como um processo dialético, marcado por flagrantes ambigüidades, de construção do ser-no-mundo sob o signo da contradição, em que períodos de sombras e de luzes se alternam. Uma análise realista da história humana não pode deixar de reconhecer que o mal – a parte obscura da história do homem – prevalece sobre o bem. Veja-se a quantidade de sangue derramado, de guerras impostas por minorias totalitárias, de sofrimento, miséria, fome e discriminações socioculturais, além de genocídios praticados sob os mais diversos

mantos ideológicos. Norberto Bobbio (1992, p. 54-55), no entanto, prefere chamar a atenção para a importância das zonas de luz:

Não posso negar que uma face clara apareceu de tempos em tempos, ainda que com breve duração. Mesmo hoje, quando o inteiro decurso histórico da humanidade parece ameaçado de morte, há zonas de luz que até o mais convicto dos pessimistas não pode ignorar: a abolição da escravidão, a supressão em muitos países dos suplícios que outrora acompanhavam a pena de morte e da própria pena de morte. É nessa zona de luz que coloco, em primeiro lugar, juntamente com os movimentos ecológicos e pacifistas, o interesse crescente de movimentos, partidos e governos pela afirmação, reconhecimento e proteção dos direitos do homem.

Essa constatação de sucessivas crises civilizatórias afeta sobremaneira a problemática da presente geração, que vivencia os primórdios do século XXI, obrigando-a a formular uma indagação fundamental: como se situar no presente estágio da civilização, tanto em termos de valores culturais quanto de condições econômicas e políticas necessárias para uma ordenação justa e solidária da sociedade dita pós-moderna?

### **1.1.1 Fundamentos da modernidade clássica**

Para uma melhor compreensão da crise de valores e das principais características do atual estágio globalizado da humanidade, convém estabelecer primeiramente uma breve contextualização do significado da modernidade clássica<sup>1</sup>, contraposta ao modelo feudal, marcadamente estratificado e legitimador de desigualdades institucionalizadas.

Segundo o paradigma da modernidade, caberia ao poder político do Estado territorial a função de implantar as promessas da modernidade, ou seja, atender às demandas do povo, construindo os espaços das solidariedades coletivas, com base na noção de soberania nacional e no respeito aos direitos individuais. Essa época moderna é, por isso, conhecida como a idade da razão ou idade “institucional”, em oposição ao

---

<sup>1</sup> Denomina-se aqui *modernidade clássica* o projeto social e político proposto na Época Moderna em oposição às desigualdades jurídicas e sociais próprias do modelo feudal da Idade Média. Em síntese, esse projeto da modernidade tem como referência central a valorização do indivíduo enquanto portador de direitos universais, o Estado-nação incumbido de operacionalizar as promessas da modernidade, fundamentalmente calcadas na liberdade e na igualdade jurídica, bem como a crença no poder da razão para a construção do bem-estar social.

poder “patrimonial” da época anterior (GUÉHENNO, 1999). Essas instituições modernas – uma idade da razão sem religiões – fundamentam-se em categorias como direitos humanos, cidadania, democracia, política, nação, liberdade, caracterizando-se por uma organização piramidal do poder, centrada no Soberano.

A organização política dessa filosofia da razão funda a liberdade sobre uma ordem política, instituída num território definido por limites precisos, ou seja, o lugar de uma história comum, um destino compartilhado. Centrado no espaço, esse conceito europeu de nação caracteriza um vínculo profundo entre lei e espaço: “a lei não governa os homens, mas sim as atividades dos homens num território demarcado” (1999, p. 17). É essa a marca originária do Estado-nação moderno: a nação como espaço natural das solidariedades e do controle político, tendo como princípio-motor o reconhecimento de um interesse comum, sobreposto à defesa dos interesses particulares.

Diferentemente do período medieval, em que o público e o privado se confundiam na forma do Estado patrimonial, apropriado pelo senhor feudal, acentua-se no projeto da modernidade a proeminência do político numa clara distinção entre o público (o cidadão – o campo das instituições políticas) e o privado (o homem – o campo das instituições econômicas). É nesse contexto que surge a democracia parlamentar de caráter liberal, com base em sujeitos autônomos (indivíduos isolados, com direitos naturais, entre eles o de propriedade), numa esfera política (o laço jurídico da cidadania e da igualdade perante a lei) e na soberania nacional. Os Estados-nação caracterizam-se por uma ação deliberada, proposital e racional em favor das solidariedades coletivas dentro de suas fronteiras territoriais. A condução do processo político se dá por meio de um debate civilizatório, em que os princípios se sobrepõem às regras.

Essa idade do Estado-nação gera um determinado grau de certeza com relação à garantia das solidariedades coletivas, em que o livre-arbítrio dos cidadãos era protegido pelas instituições político-estatais dentro de fronteiras territoriais, tendo como referência os direitos humanos individuais. A figura central da modernidade clássica reside, portanto, no Estado de Direito, racionalmente estabelecido como expressão da soberania

de um corpo político voltado à dignidade de homens livres, cabendo à política revelar a ordem da razão, cuja legitimidade se funda na afirmação dos direitos humanos. Nessa lógica, é a partir da política que se constroem os espaços públicos geradores de sentido para a vida comunitária, num processo reflexivo de negociação de significados, tendo como parâmetro os direitos de cidadania.

Bauman (1999) lembra que esse projeto/promessas da modernidade está voltado a uma humanidade justa, igualitária, tendo o Estado como agente principal da produção dessa ordem mundial. Nessa tarefa de produzir a ordem, o Estado moderno apoiou-se no tripé das soberanias militar, econômica e cultural, caracterizando-se a política *global* como política *interestatal*, e a *ordem global* era o total das ordens locais. A solidez da modernidade clássica funda-se na construção das solidariedades e reciprocidades coletivas, sendo que na era industrial-moderna o engajamento social se dava pela produção, enquanto, como se verá adiante, na sociedade atual e desigual tal engajamento se dá pela condição de consumidores.<sup>2</sup>

Alain Touraine (2006), por sua vez, ao apontar um novo paradigma<sup>3</sup> para compreender o mundo de hoje, centrado nos direitos culturais, define com bastante objetividade seu entendimento de modernidade. Distingue inicialmente as idéias de sociedade e de modernidade, no sentido de que o paradigma “social” da realidade social, surgido com a industrialização e o capitalismo, fundados na razão instrumental, assenta na sociedade seu próprio fundamento de legitimidade, enquanto a modernidade reconhece e defende a existência de fundamentos não-sociais da ordem social: “A

---

<sup>2</sup> Milton Santos (2002, p. 64) lembra que, a partir do século XVIII, com a sucessiva afirmação de direitos civis, políticos, econômicos e sociais, juntamente com o sistema capitalista, a ética glorificava o indivíduo responsável e a coletividade responsável, voltados à busca da democracia por intermédio do Estado nacional, do Estado de Direito e do Estado Social, tendo em vista a produção da cidadania plena: “Certamente a cidadania nunca chegou a ser plena, mas quase alcançou esse estágio em certos países, durante os chamados trinta anos gloriosos depois do fim da Segunda Guerra Mundial. E essa quase plenitude era paralela à quase plenitude da democracia. A cidadania plena é um dique contra o capital pleno.” A globalização, no entanto, “marca um momento de ruptura nesse processo de evolução social e moral que se vinha fazendo nos séculos precedentes.”

<sup>3</sup> Paradigma, segundo o Dicionário Aurélio (2004) é o “termo com o qual Thomas Kuhn designou as realizações científicas (p. ex., a dinâmica de Newton ou a química de Lavoisier) que geram modelos que, por período mais ou menos longo e de modo mais ou menos explícito, orientam o desenvolvimento posterior das pesquisas exclusivamente na busca da solução para os problemas por elas suscitados”. A idéia de um novo paradigma, trabalhada na presente pesquisa, não caminha no sentido de propor uma ruptura imediata do antigo paradigma, mas sim uma guinada teórica no sentido em que o novo está despontando, mas ainda não despojado de todo do velho que persiste em sobreviver.

modernidade define-se pelo fato de dar *fundamentos não sociais* aos fatos sociais, de impor a submissão da sociedade a princípios ou a valores que, em si mesmos, não são sociais. [...] Uma sociedade moderna funda-se sobre dois princípios que não são de natureza social: a ação *racional* e o reconhecimento de *direitos universais* a todos os indivíduos” (2006, p. 86-87).

O modelo europeu-ocidental de modernização transforma a sociedade em um fim e não em um meio, tornando-a autoproduzida e autolegitimada. Dessa forma, nenhuma sociedade, por mais avançada que seja no campo tecnológico, pode ser identificada com a modernidade. Se a idéia de sociedade está sempre centrada sobre si própria,

a idéia de modernidade, pelo contrário, traz em si uma tensão insuperável entre, por um lado, a razão e os direitos dos indivíduos e, por outro, o interesse coletivo. A cidadania, os direitos cívicos são também uma expressão política da racionalidade, mas que se opõe à integração e ao reforço da sociedade como os direitos se opõem aos deveres. Além disso, os dois princípios da modernidade não se reduzem à unidade e podem ser postos em concorrência um com o outro. A ação racional nem sempre é conforme aos direitos individuais e estes são exercidos não menos freqüentemente contra o pensamento racional (2006, p. 89).

Em síntese, para Touraine, a modernidade é justamente o contrário da autocriação da sociedade, uma vez que, contra as barreiras sociais, a idéia de modernidade designa a presença do universal no social, ao se apoderar do oposto da sociedade, que é o sujeito, sem apelar a nenhum princípio transcendente. Isso possibilita uma nova visão da vida coletiva, deixando de pensar *socialmente* os fatos sociais, uma vez que os protagonistas passam a ser os próprios sujeitos a lutar por seus direitos. Esse sujeito pessoal se constrói a si mesmo pela luta contra qualquer mecanismo de dominação, seja ele a submissão às regras pesadas do mercado, seja a subserviência a um comunitarismo opressor e fechado sobre si mesmo, além da dominação pela violência e pela guerra.

### **1.1.2 Da solidez moderna à fluidez contemporânea**

Na verdade, esse projeto inacabado da modernidade, ao longo de seu desenrolar histórico, desencadeia sucessivas crises civilizatórias, que afetam profundamente as

condições socioculturais do terceiro milênio. Na atual fase pós-moderna, é possível sonhar com uma ordenação justa e solidária da sociedade?

Na busca de uma resposta equilibrada a essa questão fundamental pode-se perceber que a pós-modernidade, ou uma renovada modernidade como preferem Zigmunt Bauman e Alain Touraine, apresenta características típicas de um período marcado pela contradição, pelos paradoxos existenciais e, acima de tudo, pela presença marcante, nas diferentes esferas de desenvolvimento da vida, das mais variadas dúvidas, incertezas, angústias, medos e preocupações, os quais ocupam cada vez mais espaços e modificam a forma como se constroem as sociabilidades nesse período “pós-tudo”.

O próprio fato de a modernidade constituir um projeto inacabado faz surgir tensões, desvios e contradições nos variados processos de modernização. Essa problemática vem abordada por Bauman na obra *Modernidade líquida*. Segundo o autor (2001, p. 36),

a sociedade que entra no século XXI não é menos “moderna” que a que entrou no século XX; o máximo que se pode dizer é que ela é moderna de um modo diferente. O que a faz tão moderna como era mais ou menos há um século é o que distingue a modernidade de todas as outras formas históricas de convívio humano: a compulsiva e obsessiva, contínua, irrefreável e sempre incompleta *modernização*; a opressiva e inerradicável, insaciável sede de destruição criativa (ou de criatividade destrutiva, se for o caso: de “limpar o lugar” em nome de um “novo e aperfeiçoado” projeto; de “desmantelar”, “cortar”, “defasar”, “reunir” ou “reduzir”, tudo isso em nome da maior capacidade de fazer o mesmo no futuro – em nome da produtividade da competitividade) [grifo do autor].

Ser moderno no mundo atual é estar ciente de que o fim é algo inalcançável de todo, pois o conceito de modernidade será sempre um conceito inacabado, uma vez que representa um processo de gestação constante e ininterrupta. É um processo de construção infundável, no qual a velocidade da busca, cada vez maior, não é suficientemente rápida para alcançar um processo modernizador que se desloca em um ritmo alucinantemente mais veloz do que permite o entendimento e o discernimento individual ou mesmo coletivo. O “alcançar” sempre termina e recomeça no exato momento em que se consuma. A partir disso,

o que o homem faz o homem pode desfazer. Ser moderno passou a significar, como significa hoje em dia, ser incapaz de parar e ainda menos

capaz de ficar parado. Movemo-nos e continuaremos a nos mover não tanto pelo “adiamento da satisfação”, como sugeriu Max Weber, mas por causa da *impossibilidade* de atingir a satisfação: o horizonte da satisfação, a linha de chegada do esforço e o momento da auto-congratulação tranqüila movem-se rápido demais. A consumação está sempre no futuro, e os objetivos perdem sua atração e potencial de satisfação no momento de sua realização, se não antes. Ser moderno significa estar sempre à frente de si mesmo, num Estado de constante transgressão [...]; também significa ter uma identidade que só pode existir como projeto não-realizado (2001, p. 37).

Essa *nova modernidade*<sup>4</sup> carrega algumas características peculiares, que lhe conferem uma “identidade” própria, única, diferente de qualquer outro período histórico e que traz consigo um conjunto de novos arranjos orgânicos/estruturais de alta complexidade. Complexidade, dentro dessa órbita argumentativa, não pode ser entendida como algo do tipo “difícil”, “complicado”; é, antes de tudo, um termo que designa um tipo de pensamento ou de entendimento no qual o todo e as partes são reagrupados dentro de uma lógica que respeita o diverso da mesma forma que não desvaloriza o uno e nem tenta conhecer distintamente as interdependências (MORIN, 2003). Por conseguinte, procurando um melhor entendimento do termo, “o particular torna-se abstrato quando é isolado de seu contexto, isolado do todo do qual faz parte. O global torna-se abstrato quando não passa de um todo separado de suas partes” (2003, p. 160). Em última instância,

pode-se dizer que há complexidade onde quer que se produza um emaranhamento de ações, de interações, de retroações. E esse emaranhamento é tal que nem um computador poderia captar todos os processos em curso. Mas há também outra complexidade que provém da existência de fenômenos aleatórios (que não podem ser determinados e que, empiricamente, agregam incerteza ao pensamento). Pode-se dizer, no que concerne à complexidade, que há um pólo empírico e um pólo lógico e que a complexidade aparece quando há simultaneamente dificuldades empíricas e dificuldades lógicas (MORIN, 1996, p.274).

---

<sup>4</sup> Há diversas denominações para designar a relação da modernidade clássica com a sociedade contemporânea. O próprio Bauman, embora tenha como título de uma de suas obras *O mal-estar da pós-modernidade* (1998), refere-se muitas vezes à sociedade atual como moderna, gerando uma certa confusão terminológica. Mas, na maior parte de seus livros, contrapõe à modernidade clássica uma nova modernidade, denominada *modernidade líquida*, ou paradigma líquido-moderno. Boaventura de Sousa Santos, por sua vez, prefere designá-la como *pós-modernidade*, enquanto Anthony Giddens utiliza o termo *modernidade tardia*, e Ulrich Beck opta por chamar essa nova modernidade de *segunda modernidade*. Na presente pesquisa faz-se preferencialmente a opção pela designação *modernidade líquida*, utilizada por Bauman.

A *complexidade*<sup>5</sup> é, acima de tudo, uma das marcas mais importantes do processo de modernização em curso, principalmente no que tange ao entendimento dessa nova lógica de relacionamento social, uma vez que os padrões, códigos e regras sociais que eram referências estáveis de orientação da antiga sociedade industrial, amparada esta última em valores de um *capitalismo pesado*<sup>6</sup>, especialmente rígido em relação à mobilidade, estão sendo diluídos e, conseqüentemente, declinando. Paradoxalmente, no entanto, a nova modernidade, leve, fluida, maleável, parece caminhar no sentido da fragmentação de conceitos e da especialização das competências, reproduzindo, por conseguinte, um formato cognitivo de interpretação da realidade pautado precipuamente pela redução, ou seja, pela substituição de um conhecimento amplo do todo por um saber apenas de certa parte.

Nesse sentido o paradigma dominante parece estar amparado em uma espécie de determinismo sistêmico, que oculta o acaso, desconfia do novo, da invenção, e se desenvolve mediante a aplicação de uma lógica mecanicista aos problemas vivos, humanos e sociais (MORIN, 2000). Esta seqüência paradigmática hegemônica gera uma dificuldade relacional latente, que impede o entendimento multidimensional necessário

---

<sup>5</sup> De acordo com Edgar Morin (1973) as possibilidades de entendimento da complexidade começam a surgir a partir de Shannon (1949) com a teoria da informação e Wiener (1948) com a cibernética, pois tais descobertas possibilitaram perspectivas teóricas capazes de serem aplicadas simultaneamente às máquinas artificiais, aos organismos biológicos e aos fenômenos psicológicos e sociológicos. No entanto é a revolução biológica (1953) que abre as portas decisivas para a complexidade, uma vez que a biologia mergulhou nos fenômenos físico-químicos, descobrindo e, posteriormente, demonstrando que não existe matéria viva, mas sim, sistemas vivos, ou seja, uma organização particular da matéria físico-química. Nesse sentido, para o seu desenvolvimento teórico, a nova biologia teve de recorrer a princípios de organização que não eram seus, tais como às noções de informação, de código, de mensagem, de programação, de comunicação, de inibição, de repressão, de expressão, de controle. A característica surpreendente destas descobertas é que os princípios acima citados são conceitos extraídos da experiência das relações humanas, o que possibilitou entender que existe uma alta organização na origem da vida, como se a célula fosse uma sociedade complexa de moléculas regidas por um governo. Isso tudo gera um *“paradoxo da organização viva, cuja ordem informacional que se constrói no tempo parece contradizer um princípio de desordem que se difunde no tempo; [...] este paradoxo só pode ser abordado a partir duma concepção que liga estreitamente ordem e desordem, isto é, que faz da vida um sistema de reorganização permanente baseado numa lógica da complexidade.”*

<sup>6</sup> De acordo com Bauman (2001) o capitalismo pesado era representado especialmente pelo modelo produtivo fordista, no qual capital, administração e trabalho estavam fadados a permanecer juntos, uma vez que em tal lógica de produção reinavam as grandes fábricas, as enormes maquinarias e uma volumosa força de trabalho. Em sua fase pesada reinava a ordem coerente dos acontecimentos e a situação de mobilidade quase não estava presente. Nessa órbita Bauman utiliza como comparativo uma experiência de trabalho na Microsoft (capitalismo leve) e uma na antiga Ford (capitalismo pesado) argumentando que quem começa uma carreira na primeira não sabe ao certo onde ela vai terminar, se por outro lado, começasse na Ford, isso implicava a quase certeza de que a carreira seria desenvolvida no mesmo lugar, ou seja, sem mudanças, enraizada num espaço específico.

para a compreensão da fluidez pós-moderna e do processo de transição em curso. Essa dificuldade em torno do processo de discernimento e de assimilação de um conhecimento remodelado, capaz de trabalhar com a complexidade dos fatores sociais em curso, constitui-se em um ponto contraproducente, uma vez que dificulta e rejeita novas leituras epistemológicas necessárias para a compreensão da realidade vivenciada nos primórdios do terceiro milênio.

Rejeitando-se essa lógica unidimensional de análise, e se buscando a aproximação das diversas esferas que compõem e tecem os fios cheios de nós górdios dessa remodelada modernidade, os horizontes de interpretação dos acontecimentos atuais ficam mais perceptíveis. Assim, é possível perceber algumas importantes modificações estruturais na lógica de vida social, as quais implementam novos conjuntos de alterações que se materializam em uma espécie de ciclo infundável.

Dentro dessa lógica de alterações em cadeia, talvez a re-significação da dualidade tempo/espaço tenha sido um dos fatos mais expressivos desse interligado processo de reordenação social, pois modificou drasticamente as condições de relacionamento em suas diversas e abstratas formas. Em termos de processos globalizadores, esclarece Baumann (1999, p. 7-8),

a expressão “compressão tempo/espaço” encerra a multifacetada transformação em curso dos parâmetros da condição humana. [...] Os usos do tempo e do espaço são acentuadamente diferentes e diferenciadores. A globalização tanto divide como une; divide enquanto une – e as causas da divisão são idênticas às que promovem a uniformidade do globo. Junto com as dimensões planetárias dos negócios, das finanças, do comércio e do fluxo de informação, é colocado em movimento um processo “localizador”, de fixação no espaço. Conjuntamente, os dois processos intimamente relacionados diferenciam nitidamente as condições existenciais de populações inteiras e de vários segmentos de cada população. O que para alguns parece globalização, para outros significa localização; o que para alguns é sinalização de liberdade, para muitos outros é um destino indesejado e cruel.

Sob o prisma da globalização, a qual, segundo Boaventura de Sousa Santos (2001, p.32), pode ser reconhecida como “um fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo”,

as noções de espaço e de tempo ganham uma nova roupagem epistemológica, uma vez que tanto o espaço geográfico quanto a dimensão temporal adquirem contornos diferenciados dentro de uma nova estratificação social, fundada na antinomia locais/globais. Os locais, excluídos das benesses propiciadas pelos avanços científico-tecnológicos, estão presos ao tempo em razão de suas extremamente limitadas condições de deslocamento, o que faz com que se fixem irremediavelmente ao território local, amargando o destino de não poderem fugir dos problemas geograficamente confinados. É esta a ponta pobre e sofrida da globalização. Em termos de direitos e de dignidade, constituem a cidadania territorializada, desprovida do poder de decidir seus próprios destinos.<sup>7</sup>

Já os globais, ou seja, as elites que efetivamente desfrutam das condições oportunizadas pela tecnologia informacional e pela acumulação ilimitada e espoliativa dos recursos econômico-financeiros em nível planetário, não se submetem à temporalidade tradicional, muito menos a espaços geográfica e politicamente delimitados. Essas elites globais desterritorializadas, ao se desprenderem dos laços comunitários que tecem a normatividade dialógica do convívio comum, carregam consigo não apenas os recursos necessários para a materialização da condição humana, mas também o poder de estabelecer, para si e para os demais, as referências norteadoras de sentido. Na mesma linha, Ulrich Beck (1999, p. 106) afirma que “globalização e localização são apenas dois momentos ou duas faces de um mesmo objeto: são simultaneamente as forças propulsoras e as formas de expressão *de uma nova polarização e estratificação da população mundial em ricos globalizados e pobres localizados*” [grifo do autor].

Em decorrência desse processo de estratificação social, “[...] uma classe capitalista transnacional está hoje a emergir cujo campo de reprodução social é o globo enquanto tal e que facilmente ultrapassa as organizações nacionais de trabalhadores,

---

<sup>7</sup> Neste sentido Milton Santos (2002, p. 41) considera como fábulas tanto a idéia da aldeia global quanto a da compressão espaço/tempo: “A informação sobre o que acontece não vem da interação entre as pessoas, mas do que é veiculado pela mídia, uma interpretação interessada, senão interesseira, dos fatos.” Quanto à contração/compressão do espaço e do tempo, lembra que a velocidade está ao alcance de um número limitado de pessoas.

bem como os Estados extremamente fracos da periferia e da semiperiferia<sup>8</sup> do sistema mundial” (SANTOS, 2001, p. 37). É esta a ponta privilegiada da globalização, pela simples razão de nela se acomodarem os que conseguem fugir dos problemas e das carências cuja solução depende substancialmente de medidas de solidariedade e de justiça social.

Pode-se dizer que o aparecimento da rede mundial de computadores tornou a informação instantaneamente disponível em termos de intercâmbio entre comunidades. Por outro lado, nas palavras de Bauman (1999, p. 25),

*em vez de homogeneizar a condição humana, a anulação tecnológica das distâncias temporais/espaciais tende a polarizá-la. Ela emancipa certos seres humanos das restrições territoriais e torna extraterritoriais certos significados geradores de comunidade – ao mesmo tempo que desnuda o território, no qual outras pessoas continuam sendo confinadas, do seu significado e da sua capacidade de doar identidade. [...] Alguns podem agora mover-se para fora da localidade – qualquer localidade – quando quiserem. Outros observam, impotentes, a única localidade que habitam movendo-se sob seus pés [grifo do autor].*

Dessa forma, pela nova “incorporeidade” do poder a elite da mobilidade se liberta em relação ao “físico” (mobilidade financeira...), isola-se da comunidade *local*, mas é conformadora da realidade. Esta ruptura epistemológica pode ser traduzida, possibilitando uma melhor compreensão, utilizando-se como exemplo o fluxo de capital volátil presente no cotidiano moderno, o qual se encontra desvinculado do espectro físico localizado, uma vez que a mutabilidade, sempre que lhe for conveniente, é uma constante quase concebida como regra dentro do modelo neoliberal de relacionamento. Isso mostra os efeitos da degradação dos espaços públicos pela expropriação dos poderes éticos dos habitantes locais. Esse elitismo moderno, ou uma novel classe burguesa transnacional, que forma a antinomia locais/globais pode ser assim diagnosticada:

Esta nova classe é composta por um ramo local e por um ramo internacional. O ramo local, a burguesia nacional, é uma categoria

---

<sup>8</sup> Considera-se como periféricos ou semi-periféricos os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, como por exemplo, a maior parte dos países que compõem a América Latina, a África e a Ásia, os quais são considerados de Terceiro Mundo.

socialmente ampla que envolve a elite empresarial, os directores de empresas, os altos funcionários do Estado, líderes políticos e profissionais influentes. Apesar de toda a heterogeneidade, estes diferentes grupos constituem, de acordo com os autores, uma classe, “porque os seus membros, apesar da diversidade dos seus interesses sectoriais, partilham uma situação comum de privilégio socioeconómico e um interesse comum de classe nas relações do poder político e do controlo social que são intrínsecas ao modo de produção capitalista”. O ramo internacional, a burguesia internacional, é composta pelos gestores das empresas multinacionais e pelos dirigentes das instituições financeiras internacionais (SANTOS, 2001, p. 38).

Bauman (1999, p. 13-16) exemplifica essa nova configuração socioeconómica com uma companhia por ações, na qual o poder decisório pertence aos que nela investem e não aos seus empregados e fornecedores ou à localidade em que se situa. Com isso,

os verdadeiros tomadores de decisão, as “pessoas que investem”, têm o direito de descartar, de declarar irrelevante e inválido qualquer postulado que os demais possam fazer sobre a maneira como elas dirigem a companhia. [...] Em princípio não há nada determinado em termos de espaço na dispersão dos acionistas. Eles são o único fator autenticamente livre da determinação espacial. E é a eles e apenas a eles que “pertence” a companhia. Cabe a eles portanto mover a companhia para onde quer que percebam ou prevejam uma chance de dividendos mais elevados, deixando a todos os demais – presos como são à localidade – a tarefa de lamber as feridas, de consertar o dano e se livrar do lixo. A companhia é livre para se mudar, mas as consequências da mudança estão fadadas a permanecer. Quem for livre para fugir da localidade é livre para escapar das consequências. Esses são os espólios mais importantes da vitoriosa guerra espacial.

Constata-se, assim, que a mobilidade se tornou hoje um poderoso e cobiçado fator de estratificação, gerando novas hierarquias sociais, políticas, económicas e culturais em escala mundial. Segundo o mesmo autor (1999, p. 16-17), os do topo da nova hierarquia levam grande vantagem com a liberdade de movimento:

A mobilidade adquirida por “pessoas que investem” – aquelas com capital, com o dinheiro necessário para investir – significa uma nova desconexão do poder face a obrigações, com efeito uma desconexão sem precedentes na sua radical incondicionalidade: obrigações com os empregados, mas também com os jovens e fracos, com as gerações futuras e com a auto-reprodução das condições gerais da vida; em suma, liberdade face ao dever de contribuir para a vida cotidiana e a perpetuação da comunidade. Surge uma nova assimetria entre a natureza extraterritorial do poder e a contínua territorialidade da “vida como um todo” – assimetria que o poder agora desarraigado, capaz de se mudar de repente ou sem aviso, é livre para explorar e abandonar as consequências dessa exploração. Livrar-se da

responsabilidade pelas conseqüências é o ganho mais cobiçado e ansiado que a nova mobilidade propicia ao capital sem amarras locais, que flutua livremente. Os custos de se arcar com as conseqüências não precisam agora ser contabilizados no cálculo da “eficácia” do investimento.

Este cenário socioeconômico de mobilidade dos fluxos econômicos transnacionalizados faz emergir necessariamente a problemática funcional do Estado-nação moderno: como processo de legitimação do poder político institucionalizado em favor do interesse público, atribui-se aos Estados organizados em base nacional a função precípua de servir às demandas e às necessidades básicas do povo, ao mesmo tempo em que as anteriormente citadas mutações econômicas do planeta minaram fortemente os espaços nacionais de solidariedade fundados na soberania territorial, substituídos por uma fragmentação infinita de interesses na era da informática e do imaterial. Nessa lógica, segundo Manuel Castells (1999b, p. 288), “a capacidade instrumental do Estado-Nação está comprometida de forma decisiva pela globalização das principais atividades econômicas, pela globalização da mídia e da comunicação eletrônica e pela globalização do crime.”

Essa inadaptação das instituições político-estatais atualmente existentes gera a crise da moderna idade da razão. Na expressão de Guéhenno (1999, p. 9), “o grande edifício da idade institucional perdeu as fundações e está flutuando, livre de qualquer amarra, abandonado, como casas de madeira levadas pela enchente.” Desta maneira, na nova idade das redes a organização piramidal do poder político entra em crise. Pergunta-se: até que ponto os dirigentes nacionais possuem a capacidade de representar e defender o interesse nacional “quando a receita da indústria da droga (cem bilhões de dólares)<sup>9</sup> se equipara ao orçamento de alguns Estados do Terceiro Mundo?” (1999, p. 15). O que se pode esperar quando a esfera dos interesses públicos está ao alcance de fortunas particulares?

No atual estágio da humanidade, em que prevalece a lógica da economia imaterial e desterritorializada, a nação, sobre a qual se erigiu o Estado moderno,

---

<sup>9</sup> Manuel Castells (1999c, p. 205-206) traz dados no sentido de que a soma do comércio internacional de drogas em 1994 atingiu a quantia de 500 bilhões de dólares, aduzindo que a lucratividade com atividades globais ilegais oscilou entre U\$ 750 bilhões e U\$ 1 trilhão anuais em 1993. Segundo Castells, grande parte desse valor é lavado no sistema financeiro mundial e reinvestido em atividades lícitas no interior dos Estados nacionais.

continua um território historicamente definido por limites precisos. Em outros termos, a cidadania é local e territorializada no arcabouço do Estado-nação moderno. Assim, “a nação é ameaçada como espaço natural das solidariedades e do controle político” (1999, p. 23). Trata-se da crise funcional do Estado na superação da “evidência territorial”, desaparecendo, com isso, a solidariedade espacial das comunidades territoriais com base na tradição humanista, sendo que a proeminência do político deu lugar a reagrupamentos de interesses temporários e efêmeros:

A profissionalização dos interesses dilui a política numa multiplicidade de oposições particulares. E se a consciência de um destino compartilhado persiste, com tudo o que isso implica em termos de memória e portanto também em termos de capacidade de projetar no futuro, ela não é produto da profissionalização de interesses. A lógica dessas considerações leva efetivamente a uma extrema fragmentação. E na ausência de um princípio regulador, reconhecido por todos como superior aos interesses particulares, a tendência natural é, para cada um, de buscar, até onde for preciso, a defesa de seus próprios interesses. Em nome de que se limitariam? (1999, p. 33).

Essa *nova desordem mundial* fora de controle foi aparentemente administrada, ao longo do século XX, pelas políticas de equilíbrio dos dois grandes blocos de poder promotores da guerra fria: o projeto do capitalismo ocidental-cristão, capitaneado pelos Estados Unidos, e o projeto do socialismo real, comandado pela União Soviética. Essa busca diferenciada e contraditória do mundo da totalidade por parte das duas grandes potências mundiais fracassou, cedendo espaço para um campo de forças dispersas, díspares e incontroláveis, expresso no conceito de globalização, em sua característica central de ausência de um centro diretor a comandar a trajetória da humanidade. Com isso a proposta de universalização do projeto/promessas da modernidade a partir do Estado nacional, tendo como referência ético-política uma convivência humana justa e igualitária, sucumbiu no adentrar do século XXI.

A respeito da guerra fria Richard Falk (1999, p. 234-235) esclarece:

[...] o final da Guerra Fria gerou uma atmosfera ideológica no hemisfério norte defensora do abandono das abordagens *keynesianas* da política econômica e da sua substituição por uma versão forte da dependência neoliberal da autonomia do sector privado e por uma perspectiva economicista da política social, desgastando por conseguinte os compromissos sociais firmados entre os trabalhadores e as empresas através da implementação de uma austeridade fiscal, da canalização eficiente de recursos, da privatização e da competitividade internacional [grifo do autor].

Se anteriormente a ordem global se caracterizava como o total das ordens locais na forma de uma política interestatal, os dois superblocos afetaram os Estados nacionais, de forma especial no tripé das soberanias militar, econômica e cultural, fazendo com que sua soberania fosse prejudicada, em especial no campo econômico, em razão de alianças, acordos e consensos efetuados na lógica da guerra fria. Nas palavras de Bauman (1999, p. 71-72),

os três pés do “tripé da soberania” foram quebrados sem esperança de conserto. A auto-suficiência militar, econômica e cultural do Estado – de qualquer Estado –, sua própria auto-sustentação, deixou de ser uma perspectiva viável. Para preservar sua capacidade de policiar a lei e a ordem, os Estados tiveram que buscar alianças e entregar voluntariamente pedaços cada vez maiores de sua soberania. E quando a cortina foi afinal descerrada, descobriu-se um cenário desconhecido, povoado por estranhas personagens.

Surgiu, dessa forma, um novo princípio de integração supranacional: a coexistência e a competição entre *grupos de Estados* ao invés dos próprios Estados. Estes perderam a liberdade e os próprios recursos para suportar a pressão da globalização, sob a ameaça de punição dos mercados mundiais, como explicita Castells (1999b, p. 289):

A dificuldade cada vez maior do controle exercido pelos governos sobre a economia (tendência vista com entusiasmo por alguns economistas) é acentuada pela crescente transnacionalização da produção, não apenas pelo impacto causado pelas empresas multinacionais, mas principalmente pelas redes integradas de produção e comércio dessas empresas. A consequência é a capacidade cada vez mais reduzida de os governos assegurarem em seus próprios territórios a base produtiva para a geração de receita. À medida que as empresas e indivíduos com grandes fortunas vão descobrindo paraísos fiscais em todo o mundo, e a contabilização do valor agregado em um sistema internacional de produção se torna cada vez mais onerosa, surge uma nova crise fiscal no Estado, expressão de uma contradição crescente entre a internacionalização do investimento, produção e consumo, por um lado, e a base nacional dos sistemas tributários, por outro (1999b, p. 289).

Resta ao Estado nacional a política microeconômica para controlar as pressões locais, tirando do governo a responsabilidade da política macroeconômica. No entanto, “por sua independência de movimento e irrestrita liberdade para perseguir seus objetivos, as finanças, comércio e indústria de informação globais dependem da fragmentação política” (BAUMAN, 1999, p. 75). O capital mundial utiliza-se dos Estados para destruir

tudo que possa deter ou limitar o livre movimento de capitais e restringir a liberdade de mercado. Abrir de par em par os portões e abandonar qualquer idéia de política econômica autônoma é a condição preliminar, docilmente obedecida, para receber assistência econômica dos bancos mundiais e fundos monetários internacionais. Estados fracos são precisamente o que a Nova Ordem Mundial, com muita frequência encarada com suspeita como uma nova *desordem* mundial, precisa para sustentar-se e reproduzir-se. Quase-Estados, Estados fracos podem ser facilmente reduzidos ao (útil) papel de distritos policiais locais que garantem o nível médio de ordem necessário para a realização de negócios, mas não precisam ser temidos como freios efetivos à liberdade das empresas globais (1999, p. 75-76).

Desse enfraquecimento dos Estados nacionais na sua função de construir as solidariedades coletivas resulta hoje um processo de *reestratificação* mundial, em que a opção livre de uns se torna destino cruel de outros. A globalização beneficia muito poucos, marginalizando dois terços da população mundial. Novas fortunas surgem na realidade virtual, desvinculadas dos pobres, emancipadas e desconectadas da produção de coisas, do processamento de materiais, da criação de empregos e da direção de pessoas: “Os antigos ricos precisavam dos pobres para fazê-los e mantê-los ricos. Essa dependência mitigou em todas as épocas o conflito de interesses e incentivou algum esforço, ainda que débil, de assistência. Os novos-ricos não precisam mais dos pobres. Finalmente a bem-aventurança da liberdade total está próxima” (1999, p. 80).

As forças globais do mercado pressionam, portanto, como reforça Falk (1999, p. 235), “no sentido da secundarização dos bens públicos, incluindo um declínio perturbador a nível do apoio de mecanismos de protecção dos cidadãos comuns do planeta e do bem-estar público global”, o que implica um abandono ideológico da agenda social. O autor separa, no entanto, a globalização em descendente e ascendente.

Para ele, *globalização descendente* significa o modo como, ideológica e funcionalmente, “as forças transnacionais do mercado dominam a cena política, incluindo a cooptação significativa do poder do Estado, [...] um conjunto de forças e de perspectivas legitimadoras situado, em vários aspectos, fora do alcance efectivo da autoridade territorial que alistou a maioria dos governos como parceiros tácitos” (1999, p. 221-222). Essa forma de globalização vem fundamentalmente marcada pela lógica do neoliberalismo. Em contraposição, entende por *globalização ascendente* a oposição e as

críticas surgidas, tanto no plano nacional quanto no transnacional, contra a globalização descendente.

Falk reconhece, por outro lado, que “o Estado continua a ser o instrumento de decisão política que mais afecta a vida dos vários povos e o elo primordial de ligação com as instituições regionais e globais” (1999, p. 251), tornando-se importante estimular alianças entre Estados e movimentos sociais, como se torna evidente em relação a diversas questões relacionadas com o ambiente, com o desenvolvimento e com os direitos humanos.

Também Milton Santos (2002, p. 14), ao analisar a globalização como perversidade, aponta para sua influência nefasta com relação à relevância da política, que considera como “a arte de pensar as mudanças e de criar as condições para torná-las efetivas.” A globalização faz emergir uma dupla tirania, estreitamente relacionada: a do dinheiro e a da informação, do que resulta uma perversidade sistêmica. Para o autor (2002, p. 38), “há um verdadeiro retrocesso quanto à noção de bem público e de solidariedade, do qual é emblemático o encolhimento das funções sociais e políticas do Estado com a ampliação da pobreza e os crescentes agravos à soberania, enquanto se amplia o papel político das empresas na regulação da vida social.”

Pelo exposto torna-se claramente perceptível que a globalização beneficia uma parcela muito pequena de pessoas, deixando uma grande quantidade de seres humanos em condição de marginalização e de pobreza, o que gera um problema social de abrangência generalizada e de conseqüências incalculáveis. É, pois, nesse sentido de concordância com as idéias de Santos e Falk que Bauman (2007b, p. 13-14) analisa esse processo globalizador sob um viés negativo<sup>10</sup>, uma vez que “num planeta negativamente globalizado, a segurança não pode ser obtida, muito menos assegurada, dentro de um único país ou de um grupo de países – não apenas por seus próprios meios nem independentemente do que acontece no resto do mundo.”

---

<sup>10</sup> O autor (2007b, p. 12) faz referências a dados interessantes sob o aspecto negativo da globalização trazidos por Jacques Attali, em *La voie humaine*, salientando que “mais da metade do investimento global beneficiam apenas 22 países que acomodam somente 14% da população mundial, enquanto os 49 países mais pobres, habitados por 11% da população mundial, recebem somente 0,5% do produto global – quase o mesmo que a renda combinada dos três homens mais ricos do planeta. Noventa por cento da riqueza total do planeta estão nas mãos de apenas 1% de seus habitantes.”

É em virtude dessas enormes desigualdades e de suas grandiosas influências sobre o desenvolvimento de sociabilidades que o paradigma sólido, trazido pela lógica da racionalidade moderna centrada no Estado nacional e nos direitos universais dos indivíduos, cede espaço para o paradigma líquido-moderno, a consistir na fragmentação das relações sociais coletivas num processo de privatização do interesse público ditado pela elite global desterritorializada e, por isso mesmo, descomprometida com a construção de uma convivência digna em nível planetário. Propostas universalizantes, em termos ético-políticos, fundadas numa complexidade solidária, cedem à lógica pós-moderna do efêmero das sensações imediatas e momentâneas, na qual não cabem projetos de futuro nem o sentido da transcendência.

## **1.2 A SEPARAÇÃO ENTRE SISTEMA E ATORES E A RUPTURA DO LAÇO SOCIAL A PARTIR DAS RELAÇÕES DE TRABALHO**

### **1.2.1 Precarização, flexibilização, mobilidade e fluidez das relações de trabalho**

Desgarrada do seio protetor do Estado, o qual não mais consegue suprir as necessidades das coletividades, a vida social se desenvolve dentro do paradigma ordenado por uma lógica mercadológica hostil. Isso acarreta importantes alterações, pois a segurança se torna incerta, uma vez que os governos perdem o controle sobre os fatores econômicos, o qual passa a depender do jogo livre das forças do mercado. Paralelamente, a emergência da “sociedade informática” gera processos organizacionais diferenciados e diferenciadores nas esferas ocupacionais, os quais repercutem em um encolhimento estrutural da quantidade global de trabalhos disponíveis, na precarização das condições de trabalho e na diminuição do tempo de serviço. Em função disso, o que se percebe é que a economia necessita apenas de certa fatia da força de trabalho global para funcionar, tornando-se uma grande parcela da população economicamente supérflua. Dentro dessa lógica, Paul Singer (1999, p. 11) esclarece:

Todo mundo, no mundo inteiro, fala do desemprego. A falta de bons empregos – de empregos que pagam e oferecem estabilidade, perspectivas de carreira, seguro-desemprego, seguro contra acidentes, enfermidades, velhice e morte – é sentida em praticamente todos os países desenvolvidos

e semidesenvolvidos. Este sentimento “universal”, é bom que se diga logo, é partilhado pela assim chamada classe média que, no Brasil, tende a ser restrita aos ricos, mas nos países cêntricos abrange o conjunto dos assalariados formais. Os pobres, por motivos óbvios, sempre careceram de empregos do tipo descrito acima; se não carecessem, não seriam pobres. É duvidoso que o problema pseudo-universal do desemprego de fato atinja os pobres “antigos”, os que há décadas vivem de bicos, do comércio ambulante, de trabalhos sazonais, da prestação de serviços que não exigem qualificação, que incluem a prostituição, a mendicância e assemelhados. É provável, porém, que o desemprego esteja contribuindo para o avultamento da pobreza.

O que parece cristalino é que a lógica de inter-relacionamento global, fortemente ligada às novas tecnologias informacionais, comunicacionais e produtivas, estabelece uma atmosfera negativa no que tange às relações de trabalho em seus diversos e abstratos níveis. Nesse sentido, o principal sintoma que se diagnostica nos primórdios do terceiro milênio é uma renegociação valorativa do “mundo do trabalho”, fato gerado pela complexa inter-relação estabelecida entre globalização e tecnologia da informação, as quais se constituem em agentes precípuos dessa remodelada conformação.

Em razão dessa “redistribuição” hostil/estrutural em curso nas questões envolvendo o mundo do trabalho, o que não pode ocorrer é uma generalização no sentido de se atribuir toda culpa ao processo de globalização, uma vez que não é a globalização em si que gera uma redução no nível de empregos e sim a macro-estrutura conjuntural que encontra em tal processo um agente disseminador dos ideais capitalistas fortemente responsáveis por toda essa lógica de alterações. Em última instância pode-se fazer a seguinte afirmação:

O desemprego estrutural, causado pela globalização, é semelhante em seus efeitos ao desemprego tecnológico: ele não aumenta necessariamente o número total de pessoas sem trabalho, mas contribui para deteriorar o mercado de trabalho para quem precisa vender sua capacidade de produzir. Neste sentido, a Terceira Revolução Industrial e a globalização se somam. As duas mudanças atingiram, no Primeiro e no Terceiro Mundos, os trabalhadores mais bem organizados que, ao longo de muitos anos de lutas, conseguiram conquistar não só boa remuneração mas também o que Jorge Mattoso (1993) chama apropriadamente de *segurança no trabalho* (SINGER, 1999, p. 23).

Em vista disso, pode-se explicar o desemprego estrutural por meio das relações de trocas globais realizadas, as quais se intensificam cotidianamente, o que repercute em um aumento no nível de importações e exportações realizadas pelos Estados-nação, que se desenvolvem dentro de uma lógica de interdependência. É em decorrência dessas trocas que o mundo do trabalho se modifica estruturalmente, pois o incremento das exportações cria oportunidades ocupacionais crescentes das mais diversas, ao passo que o aumento das importações acaba com inúmeros postos de trabalho, uma vez que se compra de fontes externas o que antes era produzido localmente, deixando os responsáveis por esta produção local em situações precárias no que tange à ocupação (SINGER, 1999).

Inserido no interior dessa lógica, o mundo do trabalho adquire uma conformação fluida, pois se desloca de forma muito leve, se esvazia de sentido e joga o jogo da sociabilidade ocupacional de acordo com as regras convencionadas pelas forças transnacionais, regras estas que não são claras e, nem tampouco, garantem imutabilidade por grandes lapsos. Esse, talvez, seja um dos pontos-chave da incerteza que habita as esferas ocupacionais no alvorecer do terceiro milênio, pois nunca se sabe quando as regras podem mudar e que rumo elas tomarão, o que impede as pessoas de se prepararem adequadamente para tais mudanças.

Essa incerteza que toma conta daqueles a quem cabe vender a sua força de trabalho para angariar a própria sobrevivência se torna uma marca atroz dessa nova conformação ocupacional; dessa forma, mesmo tendo que conviver com a dúvida cotidiana, é necessário não parar de forma alguma, pois ficar estático representa, sem sombra de dúvida, um dos maiores riscos que se corre no período atual. É preciso conviver com a dúvida e com a incerteza, aceitando uma navegação em um oceano nebuloso, em que a possibilidade de naufrágio é constante e crescente. É necessário ter maleabilidade e atenção redobrada, pois, como assevera Bauman (2007a, p. 7-8),

em um piscar de olhos, os ativos se transformam em passivos, e as capacidades em incapacidades. As condições de ação e as estratégias de reação envelhecem rapidamente e se tornam obsoletas antes de os atores terem uma chance de aprendê-las efetivamente. Por essa razão, aprender com a experiência a fim de basear em estratégias e movimentos táticos empregados com sucesso no passado é pouco recomendável: testes

anteriores não podem dar conta das rápidas e quase sempre imprevistas (talvez imprevisíveis) mudanças de circunstâncias. Prever tendências futuras a partir de eventos passados torna-se cada dia mais arriscado e, freqüentemente, enganoso. É cada vez mais difícil fazer cálculos exatos, uma vez que os prognósticos seguros são inimagináveis: a maioria das variáveis das equações (se não todas) é desconhecida, e nenhuma estimativa de suas possíveis tendências pode ser considerada plena e verdadeiramente confiável.

Não é só o perigo de ficar desempregado que atormenta a vida cotidiana daqueles que necessitam vender sua força de trabalho; mesmo estando em situação de emprego, é necessário conviver com a complexa atmosfera que o cerca, buscando uma leitura adequada da situação e tentando lidar de forma razoável com as novas situações que não param de ser criadas e que não garantem imutabilidade por período nenhum. Em vista disso o termo “desemprego” não se constituiria como a palavra mais adequada para traduzir as mudanças em curso e nem tampouco para classificar o maior temor vivido pela classe trabalhadora. Buscando um melhor enquadramento, a tradução correta do atual momento encontraria guarida no termo *precarização do trabalho*, uma vez que reflete a nova conformação ocupacional de forma mais clara e abrangente.

A partir dessa situação de insegurança, instabilidade, diminuição dos postos de trabalho e do tempo do trabalho, o que fica perceptível é que os trabalhadores estão buscando alternativas individualizadas, informais e em tempo parcial (não só pela sua busca mas, também, pela imposição do próprio mercado), ou seja, flexibilizando acentuadamente suas estratégias para enfrentar as incertezas geradas pelas novas formatações oriundas da sociedade global/informática. Dessa forma, para não correrem o risco de serem “engolidos” pela estrutura, as pessoas entram em um período do “salve-se quem puder”, assumindo posturas individuais e aceitando trabalhar sem grandes garantias em termos de direitos ou estabilidade, fato que repercute também na remuneração auferida pela venda da força de trabalho (SINGER, 1999).

Tida talvez como uma resposta positiva em um primeiro momento, a flexibilização que se efetivou no mercado de trabalho conduziu para outro horizonte, diferente do projeto inicial, o qual, além de não acabar com o problema do desemprego, contribui para a criação “silenciosa” de outro conjunto de problemas. De acordo com Beck (1999, p. 112),

[...] o que parecia ser o remédio – a flexibilização do mercado de trabalho – encobriu e escondeu, mas não curou a doença do desemprego. Pelo contrário, tudo cresce: o desemprego e a nova restrição das perspectivas (*Unübersichtlichkeit*) do trabalho temporário, de relações trabalhistas incertas e a reserva de trabalho que ainda permanece em silêncio. Em outras palavras: o volume de trabalho remunerado desaba em alta velocidade. Rumamos para um capitalismo sem trabalho – e isto ocorre em todos os países pós-industriais.

A esfera ocupacional, dentro dessa lógica, adquire contornos diferenciados e diferenciadores, que representam um estratagema peculiar no que tange ao aparecimento dos contornos fluidos que regem o mundo do trabalho na sociedade que não pára de se “modernizar”. Essa remodelada estruturação altera significativamente as bases das sociabilidades, pois implementa uma lógica que muito se diferencia do projeto moderno da pós-industrialização, que tinha na sua solidez, nos laços firmes e na produção de um projeto produtivo coletivista as suas bases mais firmes. A organização social em torno do trabalho nesse período poderia ser definida, como sustenta Jean-Paul Marechal (2000, p. 151),

[...] mediante três critérios. Antes de mais, pela generalização de um salariedade que permite ao maior número o acesso a uma posição estável e reconhecida. Em seguida, pela organização do trabalho salariado numa base formal e colectiva (negociações colectivas, etc.). Por fim, por um mundo salarial fundado na meritocracia, ou seja, numa ordem em que a posição hierárquica de cada um depende das suas competências.

Segundo este autor, tal ideal organizativo visava proteger, ou melhor, blindar os trabalhadores contra a hostilidade econômica, tendo, nesse sentido, o rendimento salarial adquirido uma força de coesão que ultrapassa o mero contrato de trabalho entre empregador e empregado, constituindo-se como uma “ferramenta” que possibilitou uma integração do seu titular numa organização social e estável protegida, acima de tudo, pela esfera pública. Por conseguinte, “os ‘trinta gloriosos’, subentendidos pelo crescimento fordista, deviam levar esta arquitetura ao seu ponto mais alto de realização e atribuir plenamente ao trabalho [...] o papel de ‘grande integrador’.” (2000, p. 152). Em última instância,

com base na organização científica do trabalho (a divisão das tarefas), num aumento do poder de compra dos trabalhadores, na produção e no consumo normalizados de massa e numa intervenção do Estado [...], o

crescimento fordista, o “compromisso fordiano”, iria conseguir conciliar, “quase miraculosamente” duas aspirações em parte contraditórias: o desejo de autonomia individual e a procura de integração social (2000, p. 152).

Neste sentido, segundo Bauman (2001, p. 68), em termos de organizações sociais vinculadas às questões do trabalho, o fordismo representou, sem dúvida, “a maior realização até hoje da engenharia social orientada pela ordem.” O modelo produtivo fordista baseava sua doutrina no aspecto da ordenação, da limitação individual a partir do comando superior. Ou seja, era um paradigma de ordem e, por isso, considerado caracteristicamente um modelo produtivo atrelado à modernidade sólida. A partir disso pode-se considerar que

o fordismo era a autoconsciência da sociedade moderna em sua fase “pesada”, “volumosa”, ou “imóvel” e “enraizada”, “sólida”. Nesse estágio de sua história conjunta, capital, administração e trabalho estavam, para o bem e para o mal, condenados a ficar juntos por muito tempo, talvez para sempre – amarrados pela combinação de fábricas enormes, maquinaria pesada e força de trabalho maciça. Para sobreviver, e principalmente para agir de modo eficiente, tinham que “cavar”, desenhar fronteiras e marcá-las com trincheiras e arame farpado, ao mesmo tempo em que faziam fortalezas suficientemente grandes para abrigar todo o necessário para resistir a um cerco prolongado, talvez sem perspectivas. O capitalismo pesado era obcecado por volume e tamanho, e, por isso, também por fronteiras, fazendo-as firmes e impenetráveis (2001, p. 69).

A fusão<sup>11</sup> do paradigma sólido fica evidente a partir da nova estruturação que se estabelece com o advento tecnológico informacional que, como já frisado, altera o modo produtivo e o re-significa dentro de uma estrutura funcional mais leve e desenraizada. Dessa forma, a “sinergia do crescimento econômico, do emprego, do aumento do nível de vida e das conquistas sociais não iria resistir à união da revolução informacional e de um mercado liberto e mundializado, união essa que levaria à formidável precarização do trabalho que conhecemos actualmente” (MARÉCHAL, 2000, p. 152).

É este, também, o entendimento de Castells (1999a, p. 293), para quem

---

<sup>11</sup> De acordo com o dicionário Aurélio (2004), a palavra fusão designa, também, a “passagem de uma substância, ou de uma mistura, da fase sólida para a líquida.” Este termo é aqui metaforicamente utilizado em relação à mudança de paradigmas, abordada na presente pesquisa.

[...] as tendências tecnológicas atuais promovem todas as formas de flexibilidade, de modo que na ausência de acordos específicos sobre a estabilização de uma ou várias dimensões do trabalho, o sistema evoluirá para uma flexibilidade generalizada multifacetada em relação a trabalhadores e condições de trabalho. Essa transformação abalou nossas instituições, levando a uma crise da relação entre trabalho e sociedade.

O abalo entre sociedade e trabalho pode ser considerado a porta de entrada para o entendimento da sociedade contemporânea, ou seja, é uma ruptura extremamente relevante e que traz grandes conseqüências no que tange ao novo formato organizativo e aos problemas daí resultantes. A separação é, acima de tudo, fruto do conjunto interligado de fatores – globalização, tecnologia da informação e da comunicação – pois estes “agentes” possibilitaram uma renegociação relacional no mercado de trabalho, alterando modelos produtivos e condições de trabalho, que, mais do que nunca, adquiriram uma conformação extremamente móvel, a qual possibilita qualquer tipo de deslocamento de acordo com as necessidades efêmeras das “consumidoras de mão de obra”.

A possibilidade de se reunir e se dispersar *full time*, a comunicação instantânea e a corrosão do “espaço” redefiniram o trabalho em forma de virtualização, o que repercutiu na superação gradativa das restrições institucionais a essa lógica de encadeamento ocupacional. Os próprios trabalhadores e sindicatos acabaram cedendo ao novo modelo que se formara. Nesse sentido, as inúmeras possibilidades em termos de maleabilidade e adaptação que puderam ser evidenciadas e postas em prática submeteram o trabalho à fluidez e à volatilidade do capital, sucedendo-se um sempre maior e contínuo processo de flexibilidade que, embora não negue os avanços em termos de produtividade e de lucratividade, expôs as relações de trabalho às habilidades individuais, ou seja, o sucesso passou a depender de cada um e não mais de uma entidade coletiva (CASTELLS, 1999).

As ponderações de Castells caminham na mesma trajetória teórica de Bauman, que, por sua vez, divisa um capitalismo pesado (modernidade sólida) no qual sociedade e trabalho ainda caminham de braços dados, e um capitalismo leve (modernidade líquida), no qual pode ser evidenciado claramente o afastamento entre estes dois pólos. Dessa forma, a ordem e a certeza de ontem foram substituídas por um horizonte de

dúvidas, no qual a proteção dada pelo trabalho perdeu muito de sua eficácia objetiva. Em suma, Bauman (2001, p. 70) estabelece a seguinte reflexão sobre tal transição:

Em seu estágio pesado, o capital estava tão fixado ao solo quanto os trabalhadores que empregava. Hoje o capital viaja leve – apenas com a bagagem de mão, que inclui nada mais que pasta, telefone celular e computador portátil. Pode saltar em quase qualquer ponto do caminho, e não precisa demorar-se em nenhum lugar além do tempo que durar sua satisfação. O trabalho, porém, permanece tão imobilizado quanto no passado – mas o lugar em que ele imaginava estar fixado de uma vez por todas perdeu sua solidez de outrora; buscando rochas, as âncoras encontram areias movediças. Alguns habitantes do mundo estão em movimento; para os demais, é o mundo que se recusa a ficar parado. O discurso de Joshua [ordem] soa vazio quando o mundo, que uma vez teve legislador, árbitro e corte de apelação reunidos em uma só entidade, parece cada vez mais com um dos jogadores, escondendo as cartas, preparando armadilhas e aguardando sua vez de blefar.

É, pois, aqui que começa um dos principais marcos da nova organização das sociabilidades, que permite entender de forma mais clarividente essa separação importante nas esferas de vivência, qual seja, a decomposição do social/coletivo e o crescimento dos horizontes individualizados como mecanismo de construção da vida. Essa mudança paradigmática, altamente complexa, pode começar a ser desenhada a partir da re-significação do trabalho nas esferas individuais e coletivas, gerando, como afirma Castells, uma ruptura entre trabalho e sociedade<sup>12</sup>. Ainda de acordo com Bauman (2001, p. 70-71), que retoma a idéia sobre leveza e solidez, pode-se afirmar:

Os passageiros do navio “Capitalismo Pesado” confiavam (nem sempre sabiamente) em que os seletos membros da tripulação com direito a chegar à ponte de comando conduziram o navio a seu destino. Os passageiros podiam devotar toda a sua atenção a aprender e seguir as regras a eles destinadas e exibidas ostensivamente em todas as passagens. Se reclamavam (ou às vezes se amotinavam), era contra o capitão, que não levava o navio a porto com a suficiente rapidez, ou por negligenciar excepcionalmente o conforto dos passageiros. Já os passageiros do avião “Capitalismo Leve” descobrem horrorizados que a cabine do piloto está vazia e que não há meio de extrair da “caixa preta” chamada piloto automático qualquer informação sobre para onde vai o avião, onde aterrizará, quem escolherá o aeroporto e sobre se existem regras que permitam que os passageiros contribuam para a segurança da chegada.

---

<sup>12</sup> Nas palavras de Ulrich Beck (2003, p. 160-161), o trabalho foi redefinido com a passagem da primeira para a segunda modernidade, perdendo sua força de coesão social mas não se esgotando. Segundo o autor, o que se esgota é a sociedade do pleno emprego no seu sentido clássico, vislumbrada após a Segunda Guerra Mundial.

Essas profundas mudanças nas estruturas produtivas afetam sobremaneira os trabalhadores na esfera de sua individualidade, abalando o laço social na complexa relação sociedade/indivíduo. É preciso, por isso, compreender e analisar melhor essa nova estruturação, que se estabelece pela realocação da base objetiva da sociedade atual, que passa de uma condição de produtora para uma condição de consumidora.

### **1.2.2 Da sociedade de produção à sociedade de consumo: a ruptura do laço social**

Uma das principais características da decomposição da sociedade nos países mais modernizados acentua-se quando se rompe o elo entre o sistema e o ator, ou seja, nas palavras de Touraine (2006, p. 77), “quando o sentido de uma norma para o sistema não corresponde mais ao sentido que ela tem para o ator”, gerando crises na compreensão do sentido da própria idéia de sociedade, o que leva urgentemente à necessidade de se construir uma outra representação da vida coletiva e da vida pessoal de cada um. Segundo o mesmo autor (2006, p. 77),

a mais importante e mais visível dessas crises é a que diz respeito ao lugar do trabalho na vida de cada um. A redução da semana de trabalho, o aumento do número de feriados e, mais ainda, o prolongamento do tempo da aposentadoria levaram muitos analistas a falar do fim do trabalho. Nossa vida, que por tanto tempo foi dominada pelo problema da produção e pela necessidade de sobreviver, é dominada agora pelo consumo e pelas comunicações. A diminuição do tempo de trabalho é vivida pela maioria das pessoas como uma libertação e não mais como a privação de uma experiência criadora.

Essa referência de Touraine ao aumento do tempo livre suscita interpretações contraditórias, dependendo do patamar em que se situam os trabalhadores na escala social, embora qualquer das interpretações conduza ao mesmo ponto de separação entre coletividade e individualidade. Sob o viés das categorias mais altas, há um entendimento de que o mercado de trabalho atual – global, tecnológico e informacional – não pode sobreviver somente a partir de trabalhos temporários e precários, tomando-se por base a tendência de aumento do número de técnicos, de especialistas e de profissionais de todos os tipos.

Essas categorias mais privilegiadas encontram-se protegidas por sua competência no mercado de trabalho. Na verdade, pondera Touraine (2006), o que se modifica em relação a esse grupo são os objetivos por eles perseguidos, os quais não são mais coletivos e sim individuais, uma vez que buscam o sucesso próprio em termos de carreira, ou assimilar novos conhecimentos que lhes interessam de forma individualizada, o que faz com que se separem objetivamente dos projetos coletivistas das empresas nas quais estão inseridos, bem como de universidades, centros de pesquisa e instituições públicas, sempre vulneráveis à concorrência capitalista.

Um segundo tipo de objeção ao entendimento de que a diminuição do tempo de trabalho constitui uma libertação criadora para a maioria das pessoas provém das categorias mais baixas, que vivenciam um problema ocupacional de proporções gritantes frente à flexibilização e à precarização do trabalho. Para estas, a ampliação do tempo livre é um duro golpe em suas trajetórias de vida, pois estão em uma situação de desemprego ou de tamanha precarização ocupacional que o aumento de tempo livre é proporcionalmente condizente com suas situações de mazela.

Soma-se a esse fato, ainda, outro agravante, presente no desaparecimento gradativo das qualificações habituais a que estas pessoas estavam acostumadas, uma vez que suas especialidades são substituídas por novas tecnologias, gerando, por conseguinte, uma dificuldade gritante de inserção no mercado de trabalho ou uma desvalorização econômica em termos de remuneração recebida. É neste sentido que pode ser percebida a separação entre sistema e atores, uma vez que “[...] era nas relações de trabalho que se originavam os principais conflitos sociais; agora é no nível da economia globalizada, cujas conseqüências se fazem sentir sobre o emprego local e suscitam uma oposição que une a defesa do local e a crítica ao global” (2006, p. 79).

Essa situação de individualidade latente na esfera ocupacional é um dos elos mais importantes da cadeia de interações que conduzem à separação entre sociedade e indivíduos ou entre sistema e atores. Resta claro que os problemas mais desafiadores deste “vazio social” são experimentados pelos excluídos do mercado de trabalho, os quais, em decorrência de um Estado-nação enfraquecido, necessitam buscar soluções de

forma individualizada. Por outro lado, como já visto, a esfera de vivência dos incluídos no horizonte ocupacional também se ressentiu desse processo, uma vez que, para se manterem em seus postos, também eles precisam responsabilizar-se individualmente por sua própria trajetória, o que os afasta ainda mais de interações coletivistas.

A dissociação ocorrida entre sociedade e trabalho pode ser também explicada por meio de uma alteração ocorrida na condição objetiva final da sociedade líquido-moderna em relação à sociedade sólido-moderna. Neste sentido, a organização social atual estrutura-se a partir da lógica do consumo, diferentemente da sociedade que a precedeu, uma vez que aquela era formulada a partir de uma base produtora. Tal alteração se constitui em causa e fruto da própria mudança anteriormente referenciada, uma vez que ambas alterações são cunhadas quase ao mesmo tempo e têm reflexos uma na outra.

Durante a modernidade pesada – a era fordista de produção – a lógica do trabalho era muito diferente, pois praticamente não existia a flexibilidade que se tem atualmente, razão pela qual o tempo livre era bastante pequeno e as pessoas, em sua interação social, viviam em torno do e para o trabalho. Com a passagem para a *modernidade líquida*, na qual a flexibilização possibilita (ou impõe) uma menor dedicação de tempo ao trabalho, estabelece-se uma oposição entre a atual *sociedade de consumo* e a *sociedade de produtores* vivenciada pelos predecessores da era industrial-moderna.

Dessa forma, o engajamento social se dá hoje pela condição de consumidores, gerando profundas diferenças sociais, culturais e da vida individual. Embora no modelo social anterior também houvesse necessidade de consumir, a lógica consumista não era colocada como uma finalidade em si mesma, uma vez que a tarefa de produzir era ideologicamente aceita, acima da lógica do consumo. A fé no trabalho e no progresso guiava as aspirações individuais e coletivas, estabelecendo, antes de tudo, uma idéia de produção que predominava e caracterizava a modernidade pesada. Tudo isso, no entanto, ganha renovadas leituras com o advento da modernidade leve. Nas palavras de Bauman (1999, p. 88-89), “se os nossos ancestrais filósofos, poetas e pregadores morais

refletiram se o homem trabalha para viver ou vive para trabalhar, o dilema sobre o qual mais se cogita hoje em dia é se é necessário consumir para viver ou se o homem vive para poder consumir. Isto é, se ainda somos capazes e sentimos a necessidade de distinguir aquele que vive daquele que consome.”

Na ideologia do consumismo nada deve exigir um compromisso firme, nenhuma necessidade como plenamente satisfeita, nenhum desejo como último. Segundo o mesmo autor (1999, p. 89), “o que realmente conta é apenas a volatilidade, a temporalidade interna de todos os compromissos; isso conta mais que o próprio compromisso, que de qualquer forma não se permite ultrapassar o tempo necessário para o consumo do objeto do desejo (ou melhor, o tempo suficiente para desaparecer a conveniência desse objeto).” No tocante ao consumo, fica claro que

[...] a vida organizada em torno do consumo, por outro lado, deve se bastar sem normas: ela é orientada pela sedução, por desejos sempre crescentes e quererem voláteis – não mais por regulação normativa. Nenhum vizinho em particular oferece um ponto de referência para uma vida de sucesso; uma sociedade de consumidores se baseia na comparação universal – e o céu é o único limite. [...] O principal cuidado diz respeito, então, à adequação – a estar “sempre pronto”; a ter a capacidade de aproveitar a oportunidade quando ela se apresentar; a desenvolver novos desejos feitos sob medida para as novas, nunca vistas e inesperadas seduções; e a não permitir que as necessidades estabelecidas tornem as novas sensações dispensáveis ou restrinjam nossa capacidade de absorvê-las e experimentá-las (2001, 90-91).

O grande problema do consumismo é o tempo exigido para consumir: a satisfação do desejo deveria ser instantânea, reduzida ao mínimo, não devendo, para tanto, os consumidores concentrar o desejo por muito tempo em qualquer objeto, instigados a perderem o interesse:

A cultura da sociedade de consumo envolve sobretudo o esquecimento, não o aprendizado. [...] A relação tradicional entre necessidades e sua satisfação é revertida: a promessa e a esperança de satisfação precedem a necessidade que se promete satisfazer e serão sempre mais intensas e atraentes que as necessidades efetivas. [...] Para os bons consumidores não é a satisfação das necessidades que atormenta a pessoa, mas os tormentos dos desejos ainda

não percebidos nem suspeitados que fazem a promessa ser tão tentadora. (1999, p. 90).

Os consumidores precisam ser mantidos continuamente expostos a novas tentações, em estado de excitação incessante e pronta satisfação. Cada atração/tentação deve ser mais atraente que a anterior. Trata-se da “combinação dos consumidores, sempre ávidos de novas atrações e logo enfastiados com atrações já obtidas, e de um mundo transformado em todas as suas dimensões – econômicas, políticas e pessoais – segundo o padrão do mercado de consumo e, como o mercado, pronto a agradar e mudar suas atrações com uma velocidade cada vez maior” (1999, p. 92).

Mas neste vasto mar os consumidores movem-se divididos, havendo apenas duas opções: ou navegar para novas descobertas, ou afogar-se, dependendo da fragilidade ou não da embarcação. Nem todo mundo pode ser consumidor: embora todos devam fazer opções, nem todos possuem os meios de ser optantes, pois “a sociedade pós-moderna de consumo é uma sociedade estratificada” (1999, p. 94). Ser classe alta ou classe baixa depende do grau de mobilidade, da liberdade de escolher onde estar.

O que se observa é que o espaço vital se reduz ao consumo do efêmero e do instantâneo, ao culto do corpo, no afã de administrar o medo existencial. Não é de admirar que esse caldo de incertezas e ansiedades existenciais traga consigo sintomas patológicos como stress, depressão e outras mazelas de nosso século. Nem se tome por irracional que esse quadro leve à busca de orientação no fundamentalismo religioso, na astrologia, no ocultismo, nas práticas de adivinhação e nos bilhetes de loteria, fugindo das reais causas, situadas numa globalização excludente e no consumismo do sistema de mercado, a par do debilitamento das políticas público-estatais.

Em conseqüência do exposto deduz-se que no processo de privatização dos interesses públicos as pessoas vão se tornando frias, descrentes do aconchego humano, deixando de dividir com os outros sua sorte, suas misérias, seus sonhos e suas esperanças. Não por razões egoísticas, pois é o sistema que condena as pessoas a sofrerem sozinhas, sistema que se disfarça sob nomes bem conhecidos, como “mercado

financeiro, comércio global, competição, oferta e procura”. Esse esvaziamento das relações coletivas e dos sentimentos de solidariedade exige uma análise mais detalhada desse novo paradigma, no qual o exercício das crescentes liberdades individuais é relegado a sua própria sorte.

### **1.3 O PARADIGMA LÍQUIDO-MODERNO DE CONSTRUÇÃO DA VIDA**

#### **1.3.1 Leveza e velocidade como características da nova modernidade**

O momento atual, inserido no paradigma da modernidade líquida, pode ser considerado como um dos períodos mais fecundos do ponto de vista das análises possíveis, das críticas e das suposições em termos de futuro. É um lapso em que as distintas sociedades passam por experiências novas e de resultados ainda incertos, que estabelece um horizonte de possibilidades para novas criações, novas interpretações da realidade e, acima de tudo, uma busca de compreensão real e eficaz dos fenômenos que rodeiam e constituem os cenários ainda não completamente decifrados da realidade objetiva, que tecem as formas de vivência levadas adiante pelo conjunto de indivíduos.

É a percepção e o discernimento dessas profundas modificações que a modernidade implementa nos formatos organizativos da sociedade contemporânea que leva Bauman a falar em mundo líquido. Essa nova modernidade é por ele caracterizada como um período líquido, fluido, denominando-a modernidade líquida. Essa linguagem metafórica origina-se da constatação de que as sociedades atuais estão vivendo um momento de transição paradigmática de uma modernidade considerada sólida, amparada em valores peculiares e ordenados, para uma nova modernidade leve e fluida, com características estruturais muito diferentes, com novos regramentos e valores.

Em primeiro lugar, essa transição é, preponderantemente, uma renegociação epistemológica na base de compreensão dos aspectos formadores das estruturas de vivência coletiva. Por conseguinte, esse novo paradigma permite olhar os

acontecimentos em curso sob um novo prisma epistêmico, qual seja, o da liquidez. Líquido, segundo a Encyclopédia Britânica (1997, p. 67), “é um fluido que sofre a ação de forças de coesão pouco intensas e se adapta ao recipiente que o contém, embora não possa expandir-se indefinidamente.” Neste sentido a liquidez é uma ausência de forma definida, um estado de fragilidade estrutural que permite a troca de formato de maneira muito rápida, sempre seguindo a “orientação” do “recipiente”.

Bauman (2001, p. 8) explica o uso metafórico do termo *líquido*, aplicado à sociedade atual, com o argumento de que

[...] os líquidos, diferentemente dos sólidos, não mantêm a sua forma com facilidade. Os fluidos, por assim dizer, não fixam o espaço nem prendem o tempo. Enquanto os sólidos têm dimensões espaciais claras, mas neutralizam o impacto e, portanto, diminuem a significação do tempo (resistem efetivamente a seu fluxo ou o tornam irrelevante), os fluidos não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos (e propensos) a mudá-la; assim, para eles, o que conta é o tempo, mais do que o espaço que lhes toca ocupar; espaço que, afinal, preenchem apenas ‘por um momento’. Em certo sentido, os sólidos suprimem o tempo; para os líquidos, ao contrário, o tempo é o que importa. Ao descrever os sólidos, podemos ignorar inteiramente o tempo; ao descrever os fluidos, deixar o tempo de fora seria um grave erro. Descrições de líquidos são fotos instantâneas, que precisam ser datadas.

A liquidez é, por conseguinte, uma característica que se encaixa de forma muito interessante no contexto social vivenciado nos primórdios do terceiro milênio, uma vez que perpassa toda a estrutura orgânico-social implementada de forma preponderante pela economia capitalista no período atual. Dessa realidade decorre um modelo de vivência caracterizado precipuamente pela efemeridade, a partir da qual é possível constatar formas sociais baseadas na descartabilidade permanente e ininterrupta, fato que redundava em um processo constante de destruição criativa:

“Destruição criativa” é a forma como caminha a vida líquida, mas o que esse termo atenua e, silenciosamente, ignora é que aquilo a que essa criação destrói são outros modos de vida e, portanto, de forma indireta, os seres humanos que os praticam. A vida na sociedade líquido-moderna é uma versão perniciosa da dança das cadeiras, jogada para valer. O verdadeiro prêmio nessa competição é a garantia (temporária) de ser excluído das fileiras de destruídos e evitar ser jogado no lixo. E com a competição se tornando global a corrida agora se dá numa pista também global (BAUMAN, 2007a, p. 10).

Em decorrência dessa lógica evidencia-se que existe um anseio generalizado pela substituição constante do velho (que se tornou insatisfatório) pelo novo, e este pelo ainda mais novo. Nesta lógica, existe uma troca constante em todos os setores organizacionais da vida, que se faz sentir nas trocas de carro, de telefone celular, de computador, de marido, de mulher, de emprego, de cidade, e assim por diante. Vive-se, em consequência dessa matriz líquida, em uma estrutura social baseada na inquietação permanente, em que nada pode significar garantia em termos temporais.

A metáfora da liquidez ganha evidência a partir dessas constatações apontadas anteriormente, pois, assim como os líquidos, a sociedade atual não mantém a sua forma por espaços temporais longos, em razão de estar sempre se alterando, tendo a capacidade de se moldar das mais diferentes maneiras, e isso em lapsos excepcionalmente curtos. Os formatos sólidos dos períodos anteriores, especialmente da modernidade clássica, não mais se parecem, por isso, com os modelos atuais de vivência, pois apresentam uma grande dificuldade de alterar suas estruturas em espaços temporais pequenos. Não se quer, contudo, argumentar no sentido de que não sejam desejadas vivências sólidas; trata-se apenas de evidenciar que a modernidade sólida, pesada, está perdendo terreno, acarretando consequências paradoxais, grande parte delas extremamente maléficas para a vivência individual e coletiva.

Em razão dessa característica de fluidez as organizações sociais líquido-modernas são moldadas a partir de uma dimensão temporal que, nesse formato organizacional, adquire um marco de importância muito grande frente às novas reestruturações, repercutindo fortemente em setores da vida individual e coletiva com grandes e gravosas consequências, muitas delas ainda indecifráveis. “Velocidade, e não duração, é o que importa.” (2007a, p. 15). É, pois, essa mudança temporal, aliada a todo um conjunto de complexos fatores inter-relacionados, que propicia a criação de espaços fluidos e efêmeros, na construção das trajetórias civilizatórias de inícios do terceiro milênio.

Amparada em um solo frágil, que ameaça rachar a qualquer instante, essa nova conformação dos arranjos que permeiam a vida em sociedade traz consigo uma

alteração nas estruturas de cognição, adaptação e planejamento dos modos de vida, criando renovados modelos de valores e sentidos entre indivíduos e entre estes e o meio que os cerca. Baumann (2007a, p. 7) esclarece os fundamentos dessa estruturação líquida:

a “vida líquida” e a “modernidade líquida” estão intimamente ligadas. A “vida líquida” é uma forma de vida que tende a ser levada à frente numa sociedade líquido-moderna. “Líquido-moderna” é uma sociedade em que as condições sob as quais agem seus membros mudam num tempo mais curto do que aquele necessário para a consolidação, em hábitos e rotinas, das formas de agir. A liquidez da vida e da sociedade se alimentam e se revigoram mutuamente. A vida líquida, assim como a sociedade líquido-moderna, não pode manter a forma ou permanecer em seu curso por muito tempo.

Nesse novo modelo de construção das trajetórias de vida, esta última se organiza de uma forma na qual os prazeres, as emoções e as experiências se tornam passageiros e efêmeros, descompromissados com projetos futuros e, principalmente, com projetos coletivistas. Em todas essas áreas e em muitas outras a velocidade dos acontecimentos adquire uma importância basilar no que tange ao processo de entendimento e de compreensão da lógica da vida líquida. De acordo com Eugênio Trivinho (2007, p. 91), “a velocidade que anima e rubrica a vida humana atual nivela o social à lógica e às necessidades de reprodução das maquinarias, e o faz segundo a matriz tecnológica mais sofisticada e ‘inteligente’ – a informática –, na esteira da instantaneidade do tempo real das telecomunicações.” Ainda de acordo com o autor (2007, p. 91), evidencia-se que “[...] a velocidade, longe de vigorar como simples processo social, epifenômeno de fatores concretos que lhe precedem, impõe-se como *eixo de organização e modulação de toda a existência social, cultural, política e econômica*. Mais que outrora, a velocidade está implicada na reestruturação inteira da civilização contemporânea.”

Pode-se afirmar, então, que a velocidade se constitui como parceira inseparável da lógica de vivência líquido-moderna, pois se encontra incrustada nas bases de reprodução desse modelo de vivência. Essa condição velocista, entretanto, carrega em si uma noção de violência imperceptível aos olhos do observador descuidado, responsável por profundas e obscuras mudanças, reordenações e adaptações. Dessa forma,

a velocidade é, incomparavelmente, a forma atual mais sutil de violência da técnica. Ela é a via pela qual esta (violência) se impõe e se enraíza com maior eficácia, sem, no entanto, deixar-se apreender como tal. Em outros termos, a violência da velocidade não se apresenta como violência. Não por outro motivo, pertence à categoria dos fenômenos invisíveis. Docemente bárbara, como todo refinado apanágio do poder, ela se manifesta por seus efeitos [a exemplo do inconsciente, que não está em parte alguma (dentro e fora do sujeito) e, não obstante, age (e o determina)]. (2007, p. 92-93).

Essa velocidade apresenta-se como uma espécie de violência transparente que, embora seja percebida enquanto fenômeno, não é observada enquanto fenômeno negativo e como forma de violência consolidada. A velocidade como violência, segundo Trivinho (2007, p. 93), “contém em si o sobrepeso de toda a civilização contemporânea: é a violência (tão pulverizada quanto contínua) do aparato produtivo e de suas exigências programáticas e funcionais; é a violência do dinamismo formal do aparato cultural-comunicacional e de seus apelos lúdicos sedutores; é, enfim, a violência de toda a organização urbana sobre os corpos e imaginários dos viventes.”

A noção de modernidade-líquida é indissociável da compreensão da velocidade como violência, pois a rapidez dos acontecimentos e das condições nas quais se desenvolve a vida é permeada por uma lógica velocista que atingiu sua maior efetividade no atual estágio de organização das sociabilidades. É, pois, por isso que,

desencadeada no mundo ocidental pela racionalidade técnica e atrelada para sempre ao vetor tecnológico, a violência da velocidade é o combustível *sine qua non* da civilização contemporânea. Sem face e sem centro, a violência da velocidade é o que move a tudo e a todos. Ela é o que faz agir, o que faz fazer, o que faz pensar. Não há vida social que doravante prescindia desse ingrediente estrutural. [...] A violência da velocidade é o halo que anima desde os objetos técnicos (equipamentos de produção, veículos de transporte, eletrodomésticos etc.) até a ordem da informação transnacional. Ela é o fio condutor de todos os tipos de concorrência e de tendência, em especial no âmbito econômico-financeiro. Acumplicia seres e máquinas, no trabalho e no consumo; entrelaça a operação daquelas (máquinas) à bateria publicitária que promove produtos e serviços, fatores que, por sua vez, são por ela mesma encadeados, via mercado, às estatísticas setoriais e às taxas de crescimento nacionais e internacionais, e estas às decisões políticas e técnicas de alcance macroeconômico. A violência da velocidade é – noutra metáfora – o coração e o bastidor do *modus operandi* da infra-estrutura industrial e pós-industrial do capitalismo globalizado (2007, p. 94-96).

Destaque-se, por último, que a leveza, a fluidez e a velocidade da modernidade-líquida perpassam todo o tecido social, afetando tanto as estruturas organizacionais

quanto a seara das individualidades. Em razão disso, também as relações de trabalho são profundamente influenciadas pela volatilidade e pela efemeridade, de que são exemplos o processo de flexibilização das normas trabalhistas, o trabalho temporário e a crescente sonegação dos direitos de cidadania, entre outros.

### **1.3.2 Sociedade *versus* Indivíduo: uma interdependência conflitiva em crise**

Além das características e efeitos já explicitados em termos de fluidez e de velocidade, que desencadeiam e propiciam uma esfera de trocas ininterruptas e praticamente sem fim, num ritmo alucinante que não consegue ser seguido por um grande número de pessoas, a modernidade líquida apresenta-se com outras singularidades. Bauman (2001, p. 37) sustenta duas características elementares, que confirmam tal afirmação:

A primeira é o colapso gradual e o rápido declínio da antiga ilusão moderna: da crença de que há um fim do caminho em que andamos, um *telos* alcançável da mudança histórica, um estado de perfeição a ser atingido amanhã, no próximo ano ou no próximo milênio, algum tipo de sociedade boa, de sociedade justa e sem conflitos em todos ou alguns de seus aspectos postulados: do firme equilíbrio entre oferta e procura e a satisfação de todas as necessidades; da ordem perfeita, em que tudo é colocado no lugar certo, nada que esteja deslocado persiste e nenhum lugar é posto em dúvida; das coisas humanas que se tornam totalmente transparentes porque se sabe tudo o que deve ser sabido; do completo domínio sobre o futuro – tão completo que põe fim a toda contingência, disputa, ambivalência e conseqüências imprevistas das iniciativas humanas.

A modernidade líquida estabelece uma importante mudança de rumo no que tange à legitimação de valores enraizados pelo projeto da modernidade sólida, no sentido de que a valorização do indivíduo passa a se afirmar em detrimento da sociedade ou do discurso coletivista, e não mais a partir dela. No lugar de um horizonte de “sociedade boa” desponta a valorização pura e simples dos direitos humanos. O indivíduo passa a ter uma maior liberdade de escolhas e não lhe é mais indicado de forma coerente o rumo a ser tomado, sendo que a escolha recai sobre seus próprios ombros, que devem estar suficientemente fortalecidos para suportar o peso dessa responsabilidade.

Na matriz clássica a sociedade do hoje foi sempre pensada, em termos de futuro, como um arranjo em que a “ordem superior” a comandaria, ou seja, a liberdade individual era sempre tecida como algo restrito, em que a continuidade sadia dos arranjos sociais passaria pelo aumento e pelo controle das atividades individualizadas. O atual cenário social líquido, no entanto, apresenta uma sociedade na qual o indivíduo já atingiu quase toda a liberdade que sonhara, embora, paradoxalmente, esse alcance não tenha representado uma sociedade melhor. O elevado grau de liberdade tem um preço muito caro: vem inexoravelmente acompanhado pela insegurança e pela incerteza. A *modernidade líquida*, com isso, põe fim às certezas do amanhã e instala um mundo de incógnitas que precisa ser vivido sob a égide de um saber inacabado e sob as condições em que se desenvolvem as trajetórias individuais de vivência.

Delineia-se, assim, uma segunda característica dessa nova modernidade, que vai realocar a concepção de indivíduo dentro dos paradigmas em análise. Nas palavras de Bauman (2001, p. 38),

a segunda mudança é a desregulamentação e a privatização das tarefas e deveres modernizantes. O que costumava ser uma tarefa para a razão humana, vista como dotação e propriedade coletiva da espécie humana, foi fragmentado (“individualizado”), atribuído às vísceras e energia individuais e deixado à administração dos indivíduos e seus recursos. Ainda que a idéia de aperfeiçoamento (ou de toda modernização do *status quo*) pela ação legislativa da sociedade como um todo não tenha sido completamente abandonada, a ênfase (juntamente, o que é importante, com o peso da responsabilidade) se trasladou decisivamente para a autoafirmação do indivíduo. Essa importante alteração se reflete na realocação do discurso ético/político do quadro da “sociedade justa” para o dos “direitos humanos”, isto é, voltando o foco daquele discurso ao direito de os indivíduos permanecerem diferentes e de escolherem à vontade seus próprios modelos de felicidade e de modo de vida adequado.

Esse ponto de vista conduz à necessidade de se retomar a relação sociedade/indivíduo no atual estágio da humanidade. Na realidade, os indivíduos adquirem, na condução de seus projetos de vida, determinadas competências, mais ou menos complexas, quando vivem em grupos sociais. Essa relação de interdependência existente entre sociedade e indivíduo caracteriza uma separação relativa, uma vez que

não chega a se consolidar em uma ruptura completa. Nas palavras de Norbert Elias (1994, p. 36),

[...] as idéias, convicções, afetos, necessidades e traços de caráter produzem-se no indivíduo mediante a interação com os outros, como coisas que compõem seu “eu” mais pessoal e nas quais se expressa, justamente por essa razão, a rede de relações de que ele emergiu e na qual penetra. E dessa maneira esse eu, essa “essência” pessoal, forma-se num entrelaçamento contínuo de necessidades, num desejo e realização constantes, numa alternância de dar e receber. É a ordem desse entrelaçamento incessante e sem começo que determina a natureza e a forma do ser humano individual. Até mesmo a natureza e a forma de sua solidão, até o que ele sente como sua “vida íntima”, traz marca da história de seus relacionamentos – da estrutura da rede humana em que, como um de seus pontos nodais, ele se desenvolve e vive como indivíduo.

Assim, a pluralidade múltipla da sociedade envolve o indivíduo como ator que interage com esta e a modifica por meio da sua auto-modificação. Edgar Morin (1973, p.38) argumenta na mesma direção:

[...] a sociedade dos antropóides avançados controla os indivíduos por meio de suas restrições e hierarquias, mas não uniformiza as individualidades, permitindo-lhes o desdobramento relativo das respectivas diferenças. [...] A sociedade e a individualidade surgem-nos, assim, como duas realidades simultaneamente complementares e antagonistas. A sociedade, ao mesmo tempo que maltrata a individualidade, impondo-lhe seus limites e as suas coações, oferece-lhe estruturas que lhe permitem exprimir-se. Utiliza, para sua variedade, a diversidade individual, que, caso contrário, se dispersaria na natureza; a variedade individual utiliza a variedade social para tentar expandir-se.

Na análise de Morin (1973), o indivíduo e a sociedade não podem ser encarados como dois aspectos separados, pois ambos interagem o tempo todo e desenvolvem novas relações a todo instante. O autor (1973, p. 38) complementa: “A sociedade e a individualidade não são duas realidades separadas que se ajustam uma à outra, mas existe um ambissistema em que, complementar e contraditoriamente, indivíduo e sociedade são constituintes um do outro, ao mesmo tempo que se parasitam entre si.”

É dentro dessa dialética da interdependência sociedade/indivíduo que acontece uma alteração profunda, que vem caracterizar a nova modernidade: os indivíduos

passam a assumir uma posição privilegiada nas categorias de análise, dentro de um processo de declínio profundo das instituições sólidas da sociedade, tornando-se os agentes centrais de mutação da realidade. Neste sentido, surgem novas formas de produção do social pautadas em novas mediações de relações sociais que fortalecem as individualidades concomitantemente com o declínio do papel das instituições. Em última instância, no entendimento de Touraine (2006, p. 81),

o que estamos vivendo não é portanto a ruína de um castelo de areia, é o esgotamento da política social centrada na sociedade, nas suas funções e em sua integração. Já estamos todos empenhados na passagem de uma sociedade fundada sobre ela mesma à produção de si pelos indivíduos, com a ajuda de instituições transformadas. É isto que significa este fim do social [...].

Compreende-se, dessa forma, que o atual significado de “individualização” é diferente daquele que se aplicava nos primeiros tempos da era moderna. Percebe-se que a modernidade pesada e sólida fez surgir a crença de que se vive em uma sociedade totalitária e compulsória, homogeneizadora, imposta e onipresente, que era contrária à variedade, à ambigüidade e à instabilidade, como explicita Bauman (2001, p. 33):

Essa modernidade era inimiga jurada da contingência, da variedade, da ambigüidade, da instabilidade, da idiosincrasia, tendo declarado guerra santa a todas essas “anomalias”; e esperava-se que a liberdade e a autonomia individuais fossem as primeiras vítimas da cruzada. Entre os principais ícones desta modernidade estavam a *fábrica fordista*, que reduzia as atividades humanas a movimentos simples, rotineiros e predeterminados, destinados a serem obediente e mecanicamente seguidos, sem envolver as faculdades mentais e excluindo toda espontaneidade e iniciativa individual.

Na verdade, o fim da antiga crença moderna de ordem perfeita, de que tudo é colocado no lugar certo, de que existe o fim do caminho no qual se está andando, de algum tipo de sociedade boa, justa e sem conflitos, também reflete uma ruptura conceitual. O processo de individualização antigo buscava a manutenção da ordem na medida em que excluía os que não encontravam um lugar significativo no interior das hierarquias sociais, no mesmo sentido em que minava e buscava excluir aquilo que não podia ser definido com precisão, por meio da negação das dualidades e ambigüidades.

Essa multifacetada abertura em termos de liberdade individual, propiciando processos de individualização diferenciados, possibilita um grandioso conjunto de novas conexões, as quais são vitais para a compreensão das perspectivas relativas à privatização e à desregulamentação das tarefas e dos deveres modernizantes. Nas palavras do mesmo autor (2001, p. 38-39),

o que costumava ser considerado uma tarefa para a razão humana, vista como dotação e propriedade coletiva da espécie humana, foi fragmentado [“individualizado”] e deixado à administração dos indivíduos e de seus recursos. Ainda que a idéia de aperfeiçoamento pela legislação da sociedade como um todo não tenha sido abandonada, a ênfase se trasladou decisivamente para a auto-afirmação do indivíduo. [...] A sociedade moderna existe em sua atividade incessante de “individualização”, assim como as atividades dos indivíduos consistem na reformulação e renegociação diárias da rede de entrelaçamentos chamada “sociedade”. Nenhum dos dois parceiros fica parado por muito tempo, e assim o significado da “individualização” muda, assumindo sempre novas formas.

Este ponto é de extrema importância, uma vez que marca uma alteração basilar nas estruturas sociais, pela qual ocorre um deslocamento do discurso ético/político, amparado em valores de uma “sociedade justa”, para uma argumentação que encontra aspectos valorativos na luta pelos direitos humanos, isto é, alterando o viés de análise num sentido de possibilitar que os indivíduos escolham seus próprios modelos de felicidade e de vivência. A referência normativa que rege essa nova modernidade é o princípio amparado no reconhecimento dos *direitos dos indivíduos*, “na afirmação de um universalismo que concede a todos os indivíduos os mesmos direitos, sejam quais forem seus atributos econômicos, sociais ou políticos” (TOURAINÉ, 2006, p. 87).

O foco centrado nos direitos universais dos indivíduos e na ação racional – características da modernidade, segundo Touraine –, volta-se à construção de um sujeito criador, cuja luta enfrenta qualquer tipo de dominação, venha ela das instituições político-estatais ou do mercado consumista, ou mesmo de movimentos comunitaristas que sufocam a livre ação das subjetividades auto-referenciadas. Com isso o poder de decisão passa a ser do próprio indivíduo, que não conta mais com grandes líderes para lhe dizer o que fazer, uma vez que os problemas devem ser enfrentados

individualmente, o que lhe atribui toda a responsabilidade pelas conseqüências de suas escolhas. Na observação de Bauman (2001, p. 38-39), “as soluções para as angústias individuais acham sentido/solução também na esfera individual, pois “no mundo dos indivíduos há apenas outros indivíduos cujo exemplo seguir na condução das tarefas da própria vida, assumindo toda a responsabilidade pelas conseqüências de ter investido a confiança nesse e não em qualquer outro exemplo.”

Todo a reflexão até aqui exposta conduz necessariamente a uma pergunta crucial: qual a principal conseqüência negativa desse processo de individualização, que abandona as categorias clássicas próprias de um Estado cuja função precípua foi posta na concretização das solidariedades coletivas de seus cidadãos? Como resposta a essa problematização pode-se afirmar que a questão central presente por trás do paradigma líquido-moderno reside no fato da diluição ou da não-distinção entre espaço público e espaço privado, uma vez que se fragilizam, se uma vez existiram, as pontes entre a vida pública e a vida privada, o que dificulta a tradução das preocupações pessoais em questões públicas. A impotência coletiva em favor de uma causa comum manifesta-se apenas por expressões isoladas e passageiras a partir de problemas isolados, em que desaparece o real desejo de se engajar numa ação pública. Segundo Bauman (2000, p. 15),

*a liberdade individual só pode ser produto do trabalho coletivo (só pode ser assegurada e garantida coletivamente). Caminhamos, porém, hoje, rumo à privatização dos meios de garantir/assegurar/firmar a liberdade individual – e se isso é uma terapia para os males atuais, é um tratamento fadado a produzir doenças iatrogênicas dos tipos mais sinistros e atrozes (destacando-se a pobreza em massa, a superfluidade social e o medo ambiente).*

Com relação à liberdade individual, “ser um indivíduo não significa necessariamente ser livre. A forma de individualidade disponível no estágio final da sociedade moderna e na sociedade pós-moderna, aliás comuníssima nesta última, é a da individualidade *privatizada*, que significa essencialmente uma *antiliberdade*.” (2000, p. 70). Significa dizer que a preocupação pelo bem público vem sendo substituída pela liberdade de buscar satisfação pessoal, o que ao mesmo tempo produz um crescente sentimento de insegurança. Trata-se, sem dúvida, de uma transição paradigmática em termos de civilização.

É interessante observar o contraponto que Bauman (p. 24) estabelece em relação a Freud. Segundo sua obra *O mal-estar da civilização*, escrita no final da década de 1920, sacrifica-se a liberdade individual em troca da segurança (perigos da natureza e sociais) na civilização ocidental. Já para Bauman, em *O mal-estar da pós-modernidade* (1998), sacrifica-se hoje a segurança no altar da liberdade individual em expansão. A insegurança presente na atualidade, entre outras razões, se dá pela diminuição drástica de empregos e tempo de serviço, uma vez que, conforme já afirmado, está encolhendo *estruturalmente* a quantidade global de trabalho disponível e a economia só precisa de 20% da força de trabalho global para funcionar, tornando-se 80% da população economicamente descartável. Na obra *Em busca da política* o autor (2000, p. 28) afirma que “a insegurança sobre como ganhar a vida, somada à ausência de um agente confiável capaz de tornar essa situação menos insegura ou que sirva pelo menos de canal para as reivindicações de uma segurança maior, é um duro golpe no coração mesmo da política de vida.”

Essa questão da insegurança no campo da sobrevivência material tem muito a ver com o novo paradigma líquido-moderno, uma vez que a lógica de um sistema de mercado voltado ao consumismo corrói a identidade tradicional e os ideais de autenticidade dos indivíduos. Estes, para se manterem integrados, precisam adotar uma personalidade pastiche, já que as virtudes exigidas pelo sistema são a plasticidade e a maleabilidade. Na problemática pós-moderna da identidade o “eu” se torna provisório e indefinido, em constante (re)criação. A identidade vem constantemente perseguida, mas nunca alcançada. Nas palavras de Bauman (2000, p. 31), “no coração da política da vida jaz um desejo profundo e insaciável de segurança, mas agir segundo esse desejo redundaria em insegurança ainda maior e mais profunda.” Diluem-se, a partir das teorias e das práticas neoliberais, as próprias certezas quanto ao sentido da vida.

Nesse “reinado absoluto da flexibilidade” minam-se referências centrais como o Estado-nação e a família, em razão do que, pelo processo de individualização dos salários, os empregados restam atomizados e precarizados. Conseqüentemente, a grande vítima é a solidariedade, com a dissolução dos laços de sociabilidade e de reciprocidade. Nesse contexto de individualização e de desestabilização das identidades individuais,

em que as incertezas e inseguranças são entregues à estrita responsabilidade de cada um, emerge a indagação fundamental: qual a razão e o sentido da minha vida?

Como resposta a essa preocupação existencial, Bauman aponta três estratégias, historicamente situadas, na busca de uma totalidade que represente, de forma sólida, a transcendência da transitoriedade individual: a) a estratégia religiosa, segundo a qual a vida temporal dos indivíduos representa apenas uma passagem e uma preparação para a vida eterna, jogando o sentido da vida para após a morte. Nessa concepção tipicamente medieval (embora esteja sendo reproduzida na atualidade por fundamentalismos religiosos e por confissões religiosas de caráter marcadamente irracional e mágico) a responsabilidade pessoal é transferida para os desígnios eternos da divindade.

b) A segunda estratégia na busca de sentido para a vida individual surge com o advento da modernidade, na qual, por opção humana, se firmaram duas totalidades duradouras, nas quais valeria a pena investir os esforços humanos: a *nação* e a *família*. A diferença com relação à estratégia anterior consiste na concepção de que o próprio indivíduo se torna o agente de construção dessas duas totalidades não-religiosas. Destaca-se, pois, a importância dada às ações individuais para garantir uma vida com sentido pela inserção nas referidas totalidades, capazes de transcender o absurdo da transitoriedade da vida mortal dos indivíduos. Nas palavras do autor (2000, p. 42),

a transcendência e a duração unem-se dessa forma. O absurdo da mortalidade individual não assombra mais, graças à imortalidade da nação para a qual contribuem todas as vidas mortais. A imortalidade herdada da nacionalidade dá sentido à vida mortal, mas a perpetuação dessa imortalidade dá aos atos mortais um valor de transcendência acrescido. É a nacionalidade que oferece aos seres mortais a oportunidade de sobreviver à sua morte individual e entrar na eternidade, mas não há outra maneira de aproveitar essa oportunidade senão dedicando a própria vida à sobrevivência e bem-estar da nação.

O conceito de nação como re-significação humana completa-se com o Estado moderno e sua racionalidade globalizante, realidade simbolicamente traduzida no conceito de *Estado-nação*. Por outro lado, também a família é colocada como expressão dessa dialética entre transitoriedade e durabilidade, pela longa cadeia de parentescos e afinidades que permite investir a vida mortal de significado imortal. Pela inserção

participativa no Estado-nação e na família os indivíduos poderiam deixar sua marca no mundo:

Tanto a nação como a família são soluções *coletivas* para os tormentos da mortalidade *individual*. As duas transmitem mensagem semelhante: minha vida, ainda que curta, não foi inútil ou sem sentido se modestamente contribuiu para a durabilidade de uma entidade maior do que eu (ou que qualquer outro indivíduo como eu), uma entidade anterior à minha vida e que sobreviverá a mim, por mais que eu viva; é essa contribuição que confere um papel imortal à vida mortal. Dada a mensagem, parece menos sinistra a questão do que acontece após a *minha* morte: eu morrerei, mas a minha nação, minha família vão permanecer – e permanecerão em parte porque dei a minha contribuição. Em vez de aceitar a provação da minha mortalidade resignadamente, fiz algo (e não apenas algo, mas algo que realmente conta) para me elevar acima dela. Fiz da minha própria mortalidade individual um instrumento de imortalidade coletiva (2000, p. 45) [grifo do autor].

c) A terceira estratégia, hoje dominante, consiste na absolutização da autonomia individual, tornando-se efetivamente o fundamento epistemológico do paradigma da liquidez da pós-modernidade globalizada. Surge como decorrência da crise e do esboroamento das duas totalidades que sustentavam a segunda estratégia. O que era sólido em relação à perpetuação do sentido da vida individual (Estado e família) tornou-se vulnerável, instável, efêmero, deixando as pessoas entregues à própria insegurança existencial e ao sem-sentido perante a inevitabilidade da morte. Os indivíduos percebem-se sós no mundo, abandonados à própria sorte.

Esse processo de individualização existencial tem tudo a ver com a estrutura básica da economia global, que está cada vez mais separada da estrutura política do mundo e em razão da qual se esfacelam as solidariedades coletivas e as “estruturas de eternidade” construídas sob o signo do Estado-nação e da família. Perde-se a função doadora de sentido da comunidade nacional e da família. Com relação a esta última, Bauman (2000, p. 47) pondera:

Libertada da sua função reprodutiva, a união sexual parece menos a porta natural para a perpetuidade, um instrumento de construção da comunidade e uma saída para a solidão, do que uma breve sensação a mais que pretende ser consumida instantaneamente junto com outras sensações nos episódios sucessivos em que se divide a vida do solitário colecionador de sensações (2000, p. 47).

A autonomia pós-moderna, totalmente centrada no indivíduo, não estabelece nenhum objetivo além dos limites do ego, portanto do imediato de sua vida. Em razão disso, a política contemporânea torna-se cada vez mais insignificante, gerando uma apatia política e um conformismo, pregado pelo liberalismo, de que “não há alternativa” viável ao sistema vigente. Na problemática contemporânea, em que os mercados financeiro e mercantil só toleram a cidadania enquanto consumismo, a grande característica é a insegurança e a incerteza, pois os espaços públicos/privados vão diminuindo cada vez mais, uma vez que a nossa civilização parou de se questionar: “Nenhuma sociedade que esquece a arte de questionar ou deixa que essa arte caia em desuso pode esperar encontrar respostas para os problemas que a afligem – certamente não antes que seja tarde demais e quando as respostas, ainda que corretas, já se tornaram irrelevantes” (2000, p. 14).

Os ganhos de produtividade de reduzidas elites globais geram um enxugamento excludente com profundas mudanças estruturais. Da liberalização sistemática dos movimentos de capital, comandada pelo Fundo Monetário Internacional, resulta a marginalização dos países mais pobres, deixando de mencionar os possíveis efeitos sobre o nível de vida dos setores mais pobres dos países mais ricos. Deixa-se de prometer a segurança e a certeza, exigindo-se apenas transparência e flexibilidade e a submissão ao sistema. Certeza, só para alguns: os globais por opção. Leveza do ser para alguns e insuportável opressão do destino para outros. Trata-se de uma nova polarização intra-social e inter-social. (Bauman, 2000, p. 33).

O sistema (as “forças livres de mercado” e o livre comércio) torna-se, portanto, fator central de incerteza existencial: por depender dessa incerteza estrutural, procura de todas as formas minar qualquer esforço de medidas coletivas, considerando tal sistema (legitimado pelas teorias e práticas neoliberais) como “estado natural da humanidade”, gerando uma atomização dos atores sociais, abandonados à violência estrutural do desemprego ou do emprego temporário, além da constante ameaça de demissão. Com isso a grande e primária vítima dessa lógica neoliberal do império do mercado, que prospera na incerteza, foi a solidariedade.

Por outro lado, como a regra de convivência é a competitividade e não a solidariedade, a derrota é sempre culpa do indivíduo. Subjetividade passa a ser o *eu* abandonado a si mesmo. Vive-se um mundo atomizado, em que a aproximação se dá por procedimentos de barganha, negociação e acordo, dentro da lógica do mercado. O indivíduo se tornou realmente livre, mas “a liberdade humana traduziu-se em liberdade de cada um dos seus indivíduos, deixando com isso de existir a chamada “sociedade” (2000, p. 74). É isso.

Sob o viés neoliberal, tem-se hoje a liberdade negativa, a consistir na crescente ausência de restrições impostas por uma autoridade política. Mas se a desregulamentação liberou as opções humanas da interferência legislativa, num processo de desconstrução da política, nem por isso aumentou a liberdade negativa. Se as instituições políticas vivem hoje um processo de abandono ou diminuição como criadoras coercitivas de códigos e agendas de ações, este papel foi transferido para outras forças, principalmente os mercados financeiro e de consumo, os quais restringem por uma nova forma de coerção, não-política, a liberdade de opção individual.. Isso não implica a ampliação da liberdade negativa ou a liberdade de opção individual: “A agenda é estabelecida como antes, só que um novo agente operacional não político expulsou seu antecessor político ou pelo menos agora cada vez mais desempenha o papel principal, em vez do secundário. Como agendadoras principais, as pressões de mercado estão substituindo a legislação política” (2000, p. 81).

Por outro lado, a passagem para a condição pós-moderna não produziu maior liberdade individual, “apenas transformou o indivíduo de cidadão político em consumidor de mercado” (2000, p. 84). Sintomaticamente, a vulnerabilidade social se estende a todos, pois hoje “todo mundo é *potencialmente* supérfluo ou substituível” (2000, p. 175), perdendo-se a confiança, que é a condição indispensável de todo planejamento racional. A economia política da incerteza é o conjunto de “regras para pôr fim a todas as regras” imposto pelos poderes financeiro, capitalista e comercial extraterritoriais sobre as autoridades políticas locais, sendo que as instituições republicanas são as primeiras vítimas.

Na análise das conseqüências negativas dessa nova modernidade, a transformar o laço social em relações líquidas e fluidas de convivência, a maioria dos pregadores morais, ao invés de apontar as causas estruturais que residem num processo de globalização excludente, procuram jogar a culpa nos indivíduos que, embora livres, são abandonados à própria sorte, despojados de suas certezas e de qualquer projeto de futuro. Bauman (2000, p. 175-176) condensa de forma concisa essa realidade:

É comum hoje em dia deplorar o crescente niilismo e cinismo dos homens e mulheres contemporâneos, a estreiteza ou ausência de projetos de vida, o mundanismo e egoísmo dos desejos, a tendência a fatiar a vida em episódios, cada um espremido até a última gota sem preocupação com as conseqüências. Todas essas acusações dispõem de amplas evidências a confirmá-las. O que a maioria dos pregadores morais que fulminam a decadência moral deixam porém de mencionar é que a condenável tendência que eles criticam extrai sua força do fato de ser uma reação racional ao mundo no qual somos compelidos a tratar o futuro como uma ameaça e não como um abrigo ou terra prometida. O que a maioria dos críticos deixa também de discutir é que este mundo, como qualquer outro mundo humano, foi feito pelo homem e que, longe de ser um produto de inescrutáveis e invencíveis leis da Natureza ou da pecaminosa mas irredimível natureza humana, é em grande medida produto do que só pode ser chamado de *economia política da incerteza*. [...] A economia política da incerteza reduz-se essencialmente à proibição das normas e regulamentos politicamente estabelecidos e garantidos e ao desarmamento das instituições e associações defensivas que ficavam no caminho, impedindo que o capital e as finanças se tornassem realmente *sem fronteiras*.

Em síntese, com relação ao binômio sociedade/indivíduo, em que a sociedade perde sua consistência e o indivíduo, supostamente mais livre, perde as referências políticas de sua construção coletiva, o diagnóstico parece suficientemente claro dentro do paradigma líquido-moderno. A questão central que segue pendente é: o que fazer? É possível (re)construir um projeto de futuro no globalizado mundo do século XXI? Há alternativas convincentes a contrapor à perda das referências ético-políticas no fragmentado e conformista contexto da fluidez da sociedade contemporânea? Até que ponto se pode avançar a efetivação da modernidade inacabada? Como operacionalizar a construção de um sujeito auto-criador na sua relação com os demais sujeitos em construção?

A presente pesquisa propõe-se, a partir dos capítulos seguintes, deslindar alguns sinais que apontam para uma busca de alternativas centrada na recomposição do laço social, tendo como princípios fundantes a solidariedade e a reciprocidade. Essa busca

tem como pressuposto ético-político a crença de que é possível, dentro do paradigma líquido-moderno, encetar movimentos coletivos e cooperativos que respeitem a autonomia dos sujeitos e que não se traduzam em um individualismo excludente. Como recorte dessa problemática, será analisada a *economia solidária* em sua perspectiva emancipatória, num novo modo de produzir as condições materiais de existência.

## **2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A (RE)CONSTRUÇÃO DO LAÇO SOCIAL**

### **2.1 A DESCARTABILIDADE DO SER HUMANO NO CONTEXTO DA SOCIEDADE L-IQUIDO-MODERNA**

**Somos como um grande peixe que foi arrancado da água e está se agitando desesperadamente para voltar a ela. Em tal condição, o peixe nunca pergunta para onde o próximo movimento irá levá-lo. Apenas sente que sua atual posição é intolerável e que algo precisa ser feito (Ditado chinês anônimo).**

#### **2.1.1 O processo histórico de deterioração das relações de trabalho no modo de produção capitalista e a produção do refugo humano**

A modernidade líquida, como já analisado no capítulo anterior, implementa uma série de mudanças que trazem consigo um conjunto de grandes contradições, as quais acompanham o desenrolar dos formatos da vida fluida. Nessa lógica de vivência as coisas no seu todo perdem a desejabilidade de forma muito fácil, uma vez que “a vida líquida é uma vida de consumo. Projeta o mundo e todos os seus fragmentos animados e inanimados como objetos de consumo, ou seja, objetos que perdem a utilidade (e portanto o viço, a atração, o poder de sedução e o valor) enquanto são usados” (BAUMAN, 2007a, p. 16-17). Significa dizer, os indivíduos, ao invés de se tornarem sujeitos autônomos, são transformados em objetos descartáveis.

Para se compreender melhor essa descartabilidade do ser humano no atual contexto da sociedade líquido-moderna torna-se relevante abordar sinteticamente o processo de deterioração das relações de trabalho ao longo da evolução do sistema de produção capitalista, surgido em substituição ao modelo produtivo feudal<sup>13</sup>. Por opção metodológica, deixa-se de lado a abordagem da primeira fase dessa transição longa e complexa, que se estende da crise do sistema feudal no século XIV até o século XVIII, quando se deu a solidificação do sistema de produção capitalista a partir do incremento tecnológico proporcionado pela descoberta do vapor.

O principal salto evolutivo do capitalismo deu-se, portanto, em razão das descobertas tecnológicas e da organização do trabalho. Neste sentido a máquina a vapor veio impulsionar seu desenvolvimento, possibilitando que fossem introduzidas novas formas de produção e de distribuição de produtos. Lester C. Thurow (1997, p. 24) afirma que

as ferrovias a vapor tornaram possível a criação dos mercados nacionais e as fábricas movidas a vapor possibilitaram a construção de empresas de uma escala que pudesse atender a esses mercados nacionais. Com o motor a vapor e as grandes quantidades de equipamentos que podiam ser ligados a ele, a produção pôde atingir um nível no qual as economias de escala eram possíveis. A produção podia, proporcionalmente, crescer mais do que a quantidade consumida.

O incremento de produtividade redundou em aumento salarial e lucros mais suntuosos, o que impulsionou a compra de bens e possibilitou às pessoas adquirir os novos produtos existentes que, posteriormente, se transformaram em bens necessários. Diante disso, duas características adquirem importância considerável dentro do processo de evolução do sistema capitalista, quais sejam, o aumento do poder de compra por parte dos trabalhadores e a inovação tecnológica. Na observação de Celso Furtado (1998, p. 28-29),

o aumento do poder de compra da massa dos trabalhadores desempenhou, portanto, um papel primordial no processo de desenvolvimento, ao qual só foi comparável o da inovação técnica. O dinamismo da economia capitalista derivou, assim, da interação de dois processos: de um lado, a

---

<sup>13</sup> De acordo com Eric Hobsbawm (1977, p. 162), a transição do feudalismo para o capitalismo é um processo longo e cheio de fases distintas, que pode ser compreendida desde a crise feudal no século XIV até o triunfo definitivo do capitalismo no final do século XVIII.

inovação técnica – redução da demanda de mão-de-obra –, de outro, a expansão do mercado – que cresce junto com a massa dos salários. O peso do primeiro desses fatores (a inovação técnica) depende da ação dos empresários em seu esforço de maximização de lucros, ao passo que o peso do segundo (a expansão do mercado) reflete a pressão das forças sociais que lutam pela elevação dos seus salários.

Essa nova conformação, tanto de cunho mercadológico quanto tecnológico, foi responsável, também, por uma alteração nas estruturas de poder, tendo, a partir disso, os proprietários de fábricas e equipamentos uma considerável influência dentro das grandes decisões da época. Dessa forma, tais pessoas

eram os generais em comando do capitalismo. Eles contratavam e demitiam as tropas (mão-de-obra), promoviam e rebaixavam seus oficiais subalternos (gerentes), decidiam onde as batalhas (produção) teriam lugar, decidiam onde iriam atacar e onde iriam se retirar (os mercados que tentariam conquistar e aqueles que iriam ignorar) e escolhiam as armas (tecnologias) que os levariam à vitória (lucros) (THUROW, 1997, p. 25).

Os fatores anteriormente comentados, no entanto, principalmente os ligados ao aumento no nível de consumo, ainda necessitavam de uma legitimação ideológica de cunho diferenciado, pois a nova lógica de consumo que começava a prosperar não tinha sustentação no sistema feudal que estava sendo substituído. Ainda de acordo com o autor (1997, p. 25-26),

a avareza era o pior dos pecados e um mercador nunca poderia ser agradável a Deus. O capitalismo precisava de um mundo no qual a avareza fosse uma virtude e um mercador pudesse ser muito agradável a Deus. O indivíduo precisava acreditar que tinha não só o direito, mas o dever de ganhar o máximo possível de dinheiro. A idéia de que a maximização do consumo pessoal é central para o bem-estar individual tem menos de duzentos anos.

Max Weber (1985), na obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, analisa essa passagem da ascese religiosa tradicional para um novo discurso religioso, que passou a justificar ideologicamente a riqueza e a acumulação capitalista. A primeira, própria do período medieval, condenava a avareza e a usura, admitindo, no máximo, que o homem de posses usasse sua riqueza para fins necessários, práticos e úteis, restringindo especialmente o consumo do luxo. A ética protestante, por sua vez, ao longo dos séculos XVII e XVIII, passou a representar o “espírito” do capitalismo, no sentido de que a conservação da riqueza por meio do trabalho profissional caracterizava um sinal da bênção divina. O trabalho foi considerado uma vocação, o mais alto

instrumento de ascese e o meio mais seguro de preservação da redenção da fé e do homem.

Essa influência da concepção de vida puritana<sup>14</sup>, fortemente presente na Inglaterra e no processo de colonização norte-americana, favoreceu consideravelmente o desenvolvimento de uma vida econômica racional e burguesa, sendo que esse ascetismo secular do puritanismo, defensor da riqueza, precedeu o florescimento da indústria inglesa. Weber (1985, p. 226-227) utiliza-se das palavras de John Wesley, um dos líderes desses movimentos ascéticos da época, para confirmar essa realidade: “Não devemos deixar de recomendar às pessoas que sejam laboriosas e econômicas. *Devemos exortar todos os cristãos a ganhar tudo o que for possível, e a economizar o máximo possível; isto é, em outras palavras, a se enriquecerem*” [grifo do autor]. É o surgimento de uma ética profissional especificamente burguesa:

Consciente de estar na plena graça de Deus, e sob a sua visível bênção, o empreendedor burguês, enquanto permanecesse dentro dos limites da correção formal, enquanto sua conduta moral fosse sem manchas e não fosse objetável o uso de sua riqueza, podia agir segundo os seus interesses pecuniários, e assim devia proceder. O poder da ascese religiosa, além disso, punha à sua disposição trabalhadores sóbrios, conscientes e incomparavelmente industriais, que se aferraram ao trabalho como a uma finalidade de vida desejada por Deus. Dava-lhe, além disso, a tranquilizadora garantia de que a desigual distribuição da riqueza deste mundo era obra especial da Divina Providência, que, com essas diferenças, e com a graça particular, perseguia seus fins secretos, desconhecidos do homem. Já Calvino tivera a opinião, muitas vezes citada, de que somente quando o “povo”, isto é, a massa de operários e artesãos, fosse mantido pobre, é que ele se conservaria obediente a Deus (1985, p. 228).

As bases do desenvolvimento econômico capitalista constituem-se, assim, na forma de um tripé composto por um fator produtivo (tecnologia), um fator ideológico (consumo) e, por último, o fator econômico (acumulação). Esses fatores são responsáveis “pelo processo de formação econômica do mundo moderno [que] pode ser observado de três ângulos: 1) elevação da poupança de certas coletividades; 2) a ampliação do horizonte de possibilidades técnicas; e 3) o aumento da parcela da população com acesso a novos padrões de consumo. [...] Não se trata de três processos

---

<sup>14</sup> O termo *puritano* diz respeito aos membros de uma seita de presbiterianos mais rigorosa que as demais, e que pretendia interpretar melhor que ninguém o sentido literal das Escrituras, podendo ser também traduzido simplesmente por austero, rígido, moralista. Já a palavra *ascese* significa o exercício prático que leva à plena realização da virtude, da vida moral.

distintos, e sim de três faces de interação de um só processo histórico” (FURTADO, 1998, p. 26).

Foi nesse contexto histórico do século XVIII, em plena consolidação do sistema de produção capitalista, que se propôs formalmente o projeto da modernidade, amparado na afirmação constitucional de um rol de direitos individuais e da racionalidade do Estado-nação, tendo como ponto de partida o discurso iluminista. O paradigma religioso, próprio da época feudal, foi sucedido pelo *paradigma político* da realidade social, tendo como centralidades o Estado, a nação, a República e o povo, do qual resultaram as grandes revoluções do século XVIII (Revolução Americana de 1776 e Revolução Francesa de 1789), postas em prática em nome das soberanias nacional e popular e da igualdade jurídica de todos os cidadãos. Configurou-se, dessa forma, um novo modelo sociopolítico, com fundamento interno no próprio ser humano: o indivíduo como centro de referência, como novo critério de legitimação da sociedade.

Por outro lado, com a revolução industrial e a consolidação do capitalismo, formou-se um novo paradigma: o *paradigma econômico e social* da organização social, tendo como centralidades a acumulação da riqueza, as classes sociais na forma de burguesia e proletariado, os sindicatos e as greves, do que advieram flagrantes desigualdades em termos de redistribuição na relação capital/trabalho. Constituiu-se, nesse contexto, um novo paradoxo: por um lado, a igualdade jurídica apregoada universalmente pelas promessas da modernidade e, por outro, a desigualdade econômico-social imposta pelas novas relações de trabalho.

À medida que se consolidava a lógica concorrencial e lucrativista do sistema capitalista pela apropriação da mais-valia por parte dos proprietários dos meios de produção, apesar do significativo progresso tecnológico da produção capitalista, acentuava-se a tensão das classes em conflito, colocando em risco a própria sobrevivência do Estado liberal-burguês pelo crescente avanço da organização dos trabalhadores reivindicando maior dignidade nas relações de trabalho. Começava a se perceber que a afirmação universal dos direitos dos indivíduos estava sendo minada e sonogada pelo sistema econômico vigente, preocupação essa que perpassou praticamente todo o século XIX.

As espoliativas relações de trabalho do proletariado foram encontrando respaldo e busca de respostas nos discursos socialistas e marxistas<sup>15</sup>, que marcaram a segunda metade do século XIX, escancarando as contradições do sistema capitalista em termos de não-realização dos ideais de justiça e de igualdade no campo das condições materiais de existência. Esse embate ideológico-político de classes antagônicas fez com que, no século XX, o modelo liberal de sociedade entrasse em crise, razão pela qual o próprio sistema econômico-social passou a defender a intervenção do Estado na economia, para que os conflitos de classe fossem institucionalizados e politicamente administrados. Habermas (1983, p. 233-234), ao analisar as contradições do capitalismo moderno e sua dificuldade de legitimação, assim se expressa:

O Estado burguês não podia confiar somente na força integrativa da consciência nacional e tinha de refrear os conflitos inerentes ao sistema econômico, para inseri-los, ao contrário, no sistema político, enquanto luta institucionalizada pela distribuição. Onde isso teve sucesso, o Estado moderno assumiu uma das formas desenvolvidas da democracia de massa no Estado social.

Embora o Estado Social, ou Estado de Bem-estar, não tenha eliminado pela raiz a contradição fundamental do sistema capitalista, a consistir na exploração do homem pelo próprio homem no intuito de auferir maiores dividendos, não deixou de propiciar significativos avanços nas relações de trabalho, garantindo constitucionalmente um sólido sistema de direitos econômico-sociais, que atravessaram boa parte do século XX. O dado novo é que, a partir da metade deste mesmo século, mais especificamente a partir da década de 1970, essa proteção institucionalizada das relações de trabalho sofreu um duro revés pela implantação das políticas neoliberais<sup>16</sup>, profundamente

---

<sup>15</sup> Como afirma Corrêa (2006, p. 175), “os movimentos revolucionários de cunho socialista, que varreram a Europa em 1848, embora não tivessem alcançado os resultados fundamentais pretendidos, contribuíram para uma nova postura do Estado face às relações sociais. Este não poderia mais ficar alheio aos conflitos de classe, assumindo então um caráter intervencionista (aliás, defendido pelo economista Keynes) que aos poucos foi se cristalizando nas novas Constituições sob a forma de um elenco de direitos sociais (trabalhistas).” Note-se que o *Manifesto do Partido Comunista* (1998) foi escrito entre dezembro de 1847 e janeiro de 1848, sendo publicado em inícios desse último ano.

<sup>16</sup> O principal teórico do neoliberalismo é Friedrich August Von Hayek. Sua principal tese, exposta na obra *Direito, legislação e liberdade* (1985), defende que a idéia de justiça social, preocupada com a distribuição equitativa dos bens materiais e que exige a intervenção do Estado no mercado, é uma miragem, ou seja, uma visão sedutora mas enganosa. Sua crítica ao Estado de Bem-estar social tem por base os argumentos de que a intervenção do Estado na economia conduz ao totalitarismo e que o mercado constitui uma *ordem espontânea*, não controlável pelos desígnios do homem, ou seja, pelos agentes políticos. Uma breve síntese da teoria neoliberal de Hayek pode ser encontrada na obra *Os direitos do homem e o neoliberalismo* (1998), de Gilmar Antonio Bedin.

voltadas ao desmonte do Estado Social e, conseqüentemente, das conquistas dos trabalhadores assalariados.

É nesse contexto de crise dos Estados nacionais e de retrocesso na construção das solidariedades coletivas propostas pelo projeto da modernidade que se deu, a partir das décadas finais do século XX, uma nova transição de dupla dimensão: no campo da sociedade, a ruptura do laço social em favor de um individualismo em que o sujeito-cidadão se transforma em cidadão-consumidor, mas abandonado à sua própria sorte; no campo econômico, o esvaziamento dos conflitos sociais institucionalizados, em favor da total fluidez das relações de trabalho, ficando igualmente o trabalhador assalariado abandonado às agruras e às incertezas de um sistema de mercado descomprometido com o próprio sentido da vida humana.

A nova sociedade líquido-moderna passa a se caracterizar pela descartabilidade do ser humano, em que a dissolução da solidez do emprego, buscada pelo capitalismo, cede lugar à fluidez dos laços trabalhistas, da qual resulta o ser humano como refugio, num globalizado sistema de consumo. Neste sentido o sistema de livre mercado, que agora trabalha num patamar global, funciona como um grandioso parasita, que se alimenta da própria desgraça por ele criada e pela qual é responsável. Em última instância, “o capitalismo é como uma cobra que se alimenta do próprio rabo” (BAUMAN, 2007b, p. 33). No entanto, diferentemente dos objetos a serem consumidos e posteriormente descartados, permanece solidamente enraizado, mesmo que isso implique a transformação dos próprios indivíduos em objetos de consumo e, por isso, facilmente descartáveis.

Em vista do afirmado percebe-se que numa sociedade capitalista globalizada, em que predomina a grande mobilidade e a fluidez do capital, pela elitizada transnacionalização dos espaços de poder e pela territorialização dos problemas que afligem a maioria dos excluídos do usufruto da atual idade tecnológica e informacional, os indivíduos, com o declínio dos controles político-estatais, vêem-se mais libertos das imposições institucionalizadas, embora tal liberdade líquido-moderna não conduza a uma verdadeira autonomia do sujeito. O paradoxo reside justamente no fato de que o progressivo esvaziamento dos espaços propiciadores de solidariedades coletivas, que aparentemente reforçam as liberdades individuais, isola os indivíduos, tornando-os

presa fácil do consumismo dentro da lógica lucrativista, acumulativa e excludente do sistema de produção capitalista.

Parece, pois, suficientemente claro que o atual e globalizado cenário de mudanças, trocas, alternâncias, transferências e substituições tem seus fundamentos na própria lógica do capitalismo, cujo norte vem iluminado pela ótica neoliberal. Contraditoriamente, para se manter sólido e consistente, tal modo de produção, que depende do consumo em massa de mercadorias para viabilizar a acumulação de capital, necessita desconstruir valores históricos da modernidade, como solidariedade humana, igualdade e justiça social, bem como projetos de políticas públicas, substituindo-os pelo imediatismo do consumo, pela volatilização e pela fluidificação dos laços sociais.

O sistema de livre mercado e de livre comércio, fundado na competição, no lucro e na mais-valia, soube, de forma exemplar, apropriar-se dos avanços científico-tecnológicos para se reproduzir, sem abandonar sua característica histórica de gerar continuadas e novas formas de estratificação social. Esse modelo de produção impôs-se pela quase totalidade do planeta. Se, por um lado, trouxe consideráveis avanços para uma pequena parcela da população (aqueles que aprenderam as regras do jogo e podem jogá-lo com destreza), por outro, acarreta inúmeros problemas para uma imensa quantidade de indivíduos. Para estes últimos, como assevera Bauman (2007a, p. 11-12), “participar do jogo não é uma escolha, mas eles também não têm a opção de ficar de fora. Voar por entre as flores em busca da mais perfumada não é a opção deles. Estão presos a lugares em que, perfumadas ou não, as flores são raras e assim só lhes resta, infelizmente, observar as poucas existentes se desvanecerem ou apodrecerem.”

Apesar dessa contradição fundamental, inerente ao próprio sistema, o capitalismo foi construindo historicamente sua aceitação a ponto de ser considerado natural, ou seja, o único aceito como viável. Nas palavras de Thurow (1997, p. 12),

desde o início da revolução industrial, quando o sucesso veio a ser definido como a elevação dos padrões de vida, nenhum sistema econômico, à exceção do capitalismo, funcionou em parte alguma. Ninguém sabe como operar economias bem-sucedidas com base em quaisquer outros princípios. O mercado, e só ele, dita as regras. Ninguém duvida disto. O capitalismo penetra nas crenças modernas relacionadas à individualidade e explora aquilo que alguns considerariam os motivos humanos mais indignos, a ganância e o egoísmo, para produzir padrões de

vida crescentes. Quando se trata de prover as vontades e os desejos de cada indivíduo, independente de o quão fútil possam parecer para os outros, nenhum sistema chega aos seus pés.

Sob este ponto de vista, a ideologia hegemônica no alvorecer do terceiro milênio caminha no sentido de uma inércia em termos de alternativas dentro dos campos econômico e social, ou de uma aceitabilidade perigosa e descomprometida com os valores necessários para a concretização da dignidade humana. Por isso Santos (2002, p. 24) adverte:

vivemos em uma época em que a idéia de que não há alternativas ao capitalismo conseguiu um nível de aceitação que provavelmente não tem precedentes na história do capitalismo mundial. Com efeito, ao longo das últimas duas décadas do século XX, as elites políticas, econômicas e intelectuais conservadoras impulsionaram com tal agressividade e sucesso as políticas e o pensamento neoliberais que a idéia tatcherista, segundo a qual “não há alternativa” nenhuma ao capitalismo neoliberal, ganhou credibilidade, inclusive entre os círculos políticos e intelectuais progressistas.

É dentro desse quadro que o capitalismo e sua lógica competitiva navegam na liquidez moderna com ares de uma superioridade vitoriosa e um *status* extremamente preocupante de único projeto possível. Corroboram nesse sentido os argumentos e as evidências práticas segundo as quais “os concorrentes do capitalismo nos séculos XIX e XX – fascismo, socialismo e comunismo – foram-se todos” (THUROW, 1997, p. 12).<sup>17</sup>

Também Singer (2002) reforça essa idéia de que o modelo capitalista já é encontrado há tanto tempo no domínio das práticas econômicas que a sociedade tende a encará-lo com ares de uma normalidade/naturalidade, sendo, com isso, consideradas igualmente naturais as desigualdades e as mazelas daí decorrentes. Em se tornando normal a lógica competitiva e concorrencial, especialmente num mundo globalizado, ela passa a pautar, nos diversos setores da vida social, a vivência das pessoas na forma de um conformismo fatalista e inercial, decorrente, em boa medida, do debilitamento das

---

<sup>17</sup> Santos (2002, p. 24-25) reafirma a necessidade da busca por outras formas de engajamento econômico e social, salientando que as alternativas sistêmicas ao capitalismo, amparadas nas características socialistas centralizadas dos séculos XIX e XX, não são mais viáveis e nem tampouco desejáveis, uma vez que o viés político autoritário e a inviabilidade econômica fizeram com que esses ideais naufragassem nas décadas de 1980 e 1990.

políticas públicas e da ampliação do grau de liberdade individual, conquistada ao longo da modernidade.

Singer ressalta, por um lado, que essa concorrência é sadia quando proporciona às pessoas a aquisição de determinados produtos ou serviços por um preço menor, sendo saliente que a disputa entre os produtores tende (o que não é uma regra absoluta) a ocasionar uma queda nos preços. Em contrapartida, é criado um ambiente de vencedores e vencidos, fato absolutamente óbvio dentro de um sistema competitivo que, para criar vencedores, deve necessariamente criar perdedores em igual ou maior número: “Os que melhor atendem os consumidores são os ganhadores, os que não o conseguem são os perdedores” (2002, p. 7).

Dessa competição econômica resultam, por conseguinte, dois grupos distintos com padrões de vida totalmente diversos e antagônicos. O aspecto negativo dessa contradição está no fato de que prevalece ideologicamente a ótica dos vencedores, em detrimento dos vencidos. Estes, embora constituam a maioria, são facilmente relegados ao esquecimento em termos de valorização humana, uma vez que passam a ser vistos pelo discurso dominante como exemplificações negativas, ou seja, como modelo de fracasso, de não-adaptação ao horizonte competitivo fortemente enraizado. Molda-se, dessa forma, a realidade social objetiva como “a história dos vencedores contada pelos próprios. Na verdade, a vitória é aparentemente tão absoluta que os derrotados acabam por desaparecer totalmente da cena” (SANTOS, 2004, p. 244). Na mesma linha vai a reflexão de Singer (2002, p. 8-9):

Tudo isso explica por que o capitalismo produz desigualdade crescente, verdadeira polarização entre ganhadores e perdedores. Enquanto os primeiros acumulam capital, galgam posições e avançam nas carreiras, os últimos acumulam dívidas pelas quais devem pagar juros cada vez maiores, são despedidos ou ficam desempregados até que se tornem *inempregáveis*, o que significa que as derrotas os marcaram tanto que ninguém mais quer empregá-los. Vantagens são legadas de pais para filhos e para netos. Os descendentes dos que acumularam capital ou prestígio profissional, artístico etc. entram na competição econômica com nítida vantagem em relação aos descendentes dos que se arruinaram, empobreceram e foram socialmente excluídos. O que acaba produzindo sociedades profundamente desiguais.

Esse cenário perverso, caracterizado por extrema desigualdade e exclusão, não pode ser modificado pelas vias tradicionais hegemonicamente consolidadas sob a

direção das elites globais. Uma “luz no fim do túnel”, que aponte para a superação desse quadro nefasto, basicamente criado à custa da deterioração das relações de trabalho em favor de uma acumulação sem limites, só pode surgir a partir de uma renovada prática econômica que deixe de se orientar pelo máximo lucro e pela competitividade exacerbada, erigidos a valores supremos. Ao contrário do que o discurso dominante apregoa, é preciso entender que tais condições de desigualdade e de competição não são naturais e, sim, fruto de um modelo econômico capitalista historicamente construído em sucessivos processos de modernização. A respeito Singer (2003, p. 11) faz a seguinte ponderação:

O *capitalismo* se originou da produção simples de mercadorias<sup>18</sup>, negando-a ao separar a posse e o uso dos meios de produção e distribuição. Esta separação surge mais ou menos “naturalmente” do funcionamento dos mercados, em que os vitoriosos no jogo competitivo acabam por se apoderar dos meios de produção e distribuição dos derrotados. Ao contrário da generalização teórica de que os mercados tendem a um equilíbrio entre procura e oferta, a partir do qual todos os agentes teriam apenas de reiterar a mesma conduta para continuar participando da divisão social do trabalho, a realidade histórica indica que os mercados apenas passam de um desequilíbrio a outro, em função de fatores naturais e sociais – quantidade de chuva e sol, guerras, expedições, invenções, etc. – que afetam a posição relativa a cada agente, beneficiando alguns e arruinando outros.

Se o modo de produção capitalista tem como principal característica estrutural, por um lado, a apropriação privada dos bens e serviços por parte da classe detentora dos meios de produção e de distribuição e, por outro, a alienação da força de trabalho por parte da classe trabalhadora desprovida dos meios produtivos, expropriada, portanto, do fruto integral de seu trabalho em favor da mais-valia e da acumulação excludente, é natural que dele resulte a competição e a desigualdade (SINGER, 2002, p. 10).

Instaura-se com isso, na análise de Santos (2002), um processo estratificado, produtor de desigualdades tanto de recursos quanto de poder, uma vez que, diante da separação entre capital e trabalho e da subordinação deste ao capital, ocorre uma divisão extremamente mal balanceada dos rendimentos dessa relação. Outro ponto negativo

---

<sup>18</sup> O autor (2003, p. 11) sustenta que a produção simples de mercadorias é um dos meios mais antigos de organizar a produção de bens e serviços, sendo característica de tal modelo a posse individual dos meios de produção e do produto oriundo do trabalho realizado. Nesse sentido podem ser citados como exemplificações a agricultura familiar e o artesanato.

apontado pelo referido autor é o de que a atmosfera de livre concorrência pregada pela sistemática produtiva capitalista gera formas de sociabilidade empobrecidas, uma vez que a concorrência exacerbada toma os lugares antes destinados à reprodução das solidariedades, exigindo da classe trabalhadora um esforço tamanho que desvirtua suas próprias práticas de vivência. Santos faz menção, também, aos crescentes prejuízos em relação ao meio ambiente, decorrentes desse processo.

A relação de desigualdade e de competição a que Singer e Santos se referem já era preconizada há muito tempo por Adam Smith (1723-1790), o qual, na consagrada obra *A riqueza das nações* (1988), abordava a origem de tal disparidade aduzindo que o empregado almeja conseguir uma remuneração quanto maior possível, ao passo que o empregador vislumbra remunerar o trabalhador da menor forma possível, mantendo, ainda assim, as mesmas condições de trabalho e de produtividade. Dessa forma, “a razão de ser do desemprego como elemento estrutural do capitalismo deriva diretamente do antagonismo entre compradores e vendedores da força de trabalho. Aos compradores – as empresas capitalistas – interessa que haja concorrência entre os vendedores para que o custo caia; aos trabalhadores obviamente interessa o contrário” (SINGER, 2003, p. 12).

Historicamente, os grandes embates envolvendo esses dois atores do mundo da produção capitalista deram-se no sentido de uma tentativa de diminuição do abismo que os separava, estabelecendo-se uma forte dialética na luta entre os trabalhadores, buscando remuneração mais justa e melhores condições de trabalho, e os empregadores, tentando manter a enorme lucratividade resultante da exploração da mão-de-obra assalariada.

Como já visto anteriormente ao se analisar o Estado de Bem-estar Social, houve em meados do século XX significativas conquistas dos trabalhadores em termos de garantias sociais, tornando-se a força de trabalho uma peça-chave na engrenagem da economia capitalista. Para Singer (2003, p. 12), “o custo do trabalho [se tornou] o preço estratégico da economia capitalista, contraposto à taxa de lucro sobre o capital

investido. Sempre que a economia se aproxima do pleno emprego<sup>19</sup> – isto é, quando o exército de reserva tende a zero –, quase todos os preços sobem, ameaçando o valor ‘real’ da riqueza financeira.” O fato desse aproveitamento apenas parcial da força de trabalho implica uma extrema precariedade, ou seja, não há espaço para todas as pessoas no mercado de trabalho.

### 2.1.2 A redundância e o fim dos espaços vazios

A situação, no entanto, se agravou ainda mais em fins do século XX e inícios do século XXI com as fantásticas inovações científico-tecnológicas que acompanharam e possibilitaram o processo de globalização econômica. O dado novo nas relações de trabalho é: se antes os ricos precisavam da força de trabalho dos pobres para permanecerem em uma posição econômica vantajosa, tal premissa não é mais verdadeira. As condições de produção modificaram-se, assim como seus conceitos e técnicas, o que permitiu encolher sensivelmente a necessidade por mão-de-obra, acirrando ainda mais a concorrência entre aqueles que dependem da venda da sua força de trabalho para sobreviver<sup>20</sup>.

Essa estruturação altamente competitiva é, nos dias de hoje, responsável por um modelo produtivo/econômico descompromissado com as solidariedades e que só faz crescer um contingente muito grande de pessoas consideradas *supérfluas*<sup>21</sup>. A esse respeito Bauman (2000, p. 27) traz a seguinte constatação: “Hans Peter Martin e Harald Schumann, especialistas em economia da revista alemã *Der Spiegel*, calculam que se a

---

<sup>19</sup> De acordo com Paul Singer (2003), em apenas um momento histórico ocorreu uma condição de pleno emprego, que foi evidenciada no período de prosperidade do modelo produtivo “fordista”, mais conhecido como “os trinta gloriosos”, após o término do segundo conflito armado mundial. Ainda de acordo com o autor, isso só foi possível devido a uma condição política extremamente favorável à classe operária.

<sup>20</sup> Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), na publicação intitulada “Tendências Mundiales Del Empleo” (2008), o número de desempregados globais (pessoas em idade de trabalho) chega a 189,9 milhões de pessoas. Soma-se a isso o fato de que em 2007 cinco de cada dez pessoas com emprego eram trabalhadores familiares não remunerados ou trabalhadores por conta própria, o que indica um alto índice de trabalhadores em situação de vulnerabilidade. Para ser mais preciso em relação a esses números, tomem-se os seguintes indicadores publicados em 2008: Em termos globais são 487,6 milhões de trabalhadores pobres (que percebem menos de 1 dólar por dia para sustento familiar), ao passo que 1,3 bilhões de pessoas não ganham o suficiente para superar os 2 dólares por dia para subsistência familiar.

<sup>21</sup> O termo *supérfluo* é utilizado no texto com o mesmo sentido denotativo de pessoas marginalizadas, ou seja, uma das variedades de refugio humano.

tendência atual persistir irrefreada, 20% da força de trabalho global (potencial) bastará ‘para manter a economia funcionando’ (o que quer que isso signifique), o que tornará *economicamente* supérfluos 80% da população mundial capacitada”.<sup>22</sup> A problemática do aproveitamento do exército de reserva, que já era grave, se acentuou sensivelmente após a revolução informacional. A respeito François Chesnais (1996, p. 35) faz a seguinte ponderação:

Apesar das grandes diferenças que houve (e ainda há) entre os principais países capitalistas, nesse aspecto, o modelo americano e inglês, com eixo na desregulamentação e na ‘flexibilização’ dos contratos de trabalho, vem ganhando terreno regularmente. Cada passo dado na introdução da automatização contemporânea, baseada nos microprocessadores, foi uma oportunidade para destruir as formas anteriores de relações contratuais, e também os meios inventados pelos operários, com base em técnicas de produção estabilizadas, para resistir à exploração no local de trabalho.

Essa desigualdade, geradora de incerteza e de constante flexibilidade, é, em última instância, aceita pela maioria dos indivíduos, uma vez que estar engajado em um mercado de trabalho com tais características é indubitavelmente mais interessante do que estar instalado fora do mesmo, fato que representaria uma condição temerosa numa sociedade consumista como a evidenciada no século XXI. Hoje em dia, parar para pensar no tamanho dos problemas quase não é permitido para quem deseja incluir-se no jogo do trabalho. Em relação aos empregos, as pessoas, principalmente as mais jovens<sup>23</sup>, são levadas a adotar uma postura “de não esperarem demais [dos mesmos], aceitá-los como são, sem fazer muitas perguntas, e tratá-los como uma oportunidade a ser usufruída de imediato, enquanto dure, e não como o capítulo introdutório de um ‘projeto de vida’, uma questão de auto-estima e autodefinição, ou uma garantia de segurança a longo prazo” (BAUMAN, 2005, p. 18).

---

<sup>22</sup> Jeremy Rifkin (2005, p. 16) reforça este dado ao afirmar que 20% da força de trabalho de diversos países consegue auferir uma renda bastante acentuada, ao passo que os 80% restantes vêm sendo excluídos da nova economia global, angariando salários cada vez menores. Os primeiros estariam incluídos na nova economia do conhecimento; já os segundos, grande maioria, estaria inserida no setor agrícola e industrial, ramos econômicos que mais tendem a se deteriorar com a revolução tecnológica e informacional.

<sup>23</sup> Bauman (2005) comenta uma pesquisa realizada pela Fundação Joseph Rowntree, que aborda a questão da depressão entre os jovens. Em tal pesquisa foi observado um aumento de 100% no número de pessoas que apresentavam tendência à depressão não-clínica entre os entrevistados nascidos no ano de 1958 e os nascidos em 1970. A análise indicou que o aumento se ligava ao fato de o grupo mais jovem ter crescido com maior experiência de desemprego.

A situação de desemprego, diferentemente do passado, não representa mais uma condição momentânea, passageira, e que encontrará solução num horizonte futuro próximo. O mercado capitalista não consegue mais absorver tanta gente em razão de que as técnicas produtivas cada vez mais exigem menos pessoas, ao passo que a capacidade produtiva de bens de consumo cresce sem que isso represente necessariamente a criação de mais postos de trabalho. A partir desse prognóstico cria-se uma situação que gera grande desconforto e estabelece uma preocupação em termos de busca de novas alternativas: “os desempregados eram o exército de reserva da mão-de-obra. Temporariamente sem emprego por motivos de saúde, enfermidade ou dificuldades econômicas correntes, eles deviam ser preparados para reassumir o emprego quando aptos – e prepará-los era então, de um modo geral, a tarefa reconhecida e a incumbência explícita ou tácita dos poderes públicos” (BAUMAN, 1998, p. 50).

O que fica saliente de forma contundente é que essa situação não mais ocorre, uma vez que o *exército de reserva* passa a aumentar gradativamente e adquire uma nova conformação. O caráter momentâneo desaparece e um grande número de trabalhadores, ao invés de passar por uma experiência passageira de desemprego, tem de conviver com uma situação duradoura, se não eterna, o que aumenta em grande escala os índices de exclusão e de pobreza.<sup>24</sup> Nas palavras de Bauman (1998, p. 50),

as melhorias econômicas já não anunciam o fim do desemprego. Atualmente, “racionalizar” significa cortar e não criar empregos, e o progresso tecnológico e administrativo é avaliado pelo “emagrecimento” da força de trabalho, fechamento de divisões e redução de funcionários. Modernizar a maneira como a empresa é dirigida consiste em tornar o trabalho “flexível” – desfazer-se da mão-de-obra e abandonar linhas e locais de produção de uma hora para outra, sempre que uma relva mais verde se divise em outra parte, sempre que possibilidades mais lucrativas, ou mão-de-obra mais submissa e menos dispendiosa, acenem ao longe.

---

<sup>24</sup> Quando se fala em exclusão e pobreza, parece que tais termos são características exclusivas do novo mundo, ou de países não-desenvolvidos ou em desenvolvimento, o que pode ser atribuído a uma grande falácia. Segundo Kostas Vergopoulos (2005, p. 49), a pobreza e a exclusão em países europeus atinge patamares grandiosos, englobando em torno de 65 milhões de pessoas, ou seja, 18% da população que aufera uma renda mensal abaixo do nível de pobreza. Nos EUA essa taxa atinge cerca de 15% da população. Ainda de acordo com Vergopoulos, tais índices de pobreza e exclusão crescem progressivamente, tendo dobrado entre os anos de 1975 até o ano de 2001.

A regra hoje, nos setores produtivos, é de uma “produção sem gorduras de pessoal”<sup>25</sup> (CHESNAIS, 1996, p. 35), o que acentua o cenário de desigualdades. Para Bauman (1998, p. 50), “no entanto, como o que cura uns mata outros, as mudanças que significam racionalização e flexibilidade para o capital repercutem nas extremidades receptoras como catástrofes [...]”. Para muitos, essa situação de desemprego, já não mais ocasional e passageira, não caracteriza apenas um problema difícil de contornar, mas de impossível saída dentro da atual conjuntura.

Assim, esses trabalhadores, que no passado poderiam receber a denominação de desempregados temporários, passam, segundo o mesmo autor (2005, p. 20), a ser classificados como pessoas redundantes, uma vez que “redundância sugere permanência e aponta para a regularidade da condição. [...] Sugere uma nova forma de normalidade geral, e o formato das coisas que são iminentes e que tendem a permanecer como são.” Em outros termos,

ser “redundante” significa ser exanumerário, desnecessário, sem uso – quaisquer que sejam os usos e necessidades responsáveis pelo estabelecimento dos padrões de utilidade e de indispensabilidade. Os outros não necessitam de você. Podem passar muito bem, até melhor, sem você. [...] Ser declarado redundante significa ter sido dispensado pelo fato de ser dispensável – tal como a garrafa de plástico vazia e não retornável, ou a seringa usada, uma mercadoria desprovida de atração e de compradores, ou um produto abaixo do padrão, ou manchado, sem utilidade, retirado da linha de montagem pelos inspetores de qualidade. “Redundância” compartilha o espaço semântico de “rejeitos”, “restos”, “lixo” – com refugo. O destino dos desempregados, do “exército de reserva da mão-de-obra”, era serem chamados de volta ao serviço ativo. O destino do refugo é o depósito de dejetos, o monte de lixo (2005, p. 20).

O grande problema, principalmente de cunho financeiro, é que as pessoas condenadas ao monte de lixo, dejetos da sociedade atual, “precisam ser ‘providas’ – ou seja, alimentadas, calçadas e abrigadas. Não sobreviveriam por si mesmas – faltam-lhes ‘os meios de sobrevivência’ (quer dizer sobretudo a sobrevivência biológica, o oposto da morte por inanição ou abandono)” (2005, p. 20-21). Os redundantes, nessas

---

<sup>25</sup> Uma exemplificação desse novo contexto produtivo pode ser retirada do caso singular da baunilha: produz-se baunilha em três pequenos países da África Oriental, atividade que é desenvolvida por cerca de cem mil agricultores, os quais dependem dessa produção para angariar a sua sobrevivência e a de suas famílias. Algum tempo atrás, empresas de biotecnologia isolaram o gene que codifica a proteína da baunilha e o retiraram do grão, colocando-o, posteriormente, numa bactéria, que substitui toda a baunilha natural, sem o grão, sem a planta, sem a terra, sem o agricultor, sem a safra (produção em tecido). (Jeremy Rifkin, 2005, p. 14)

circunstâncias, perdem muito mais do que apenas os seus empregos, perdem a sua própria existência, são mortificados em plena vida, perdem os sonhos e sua capacidade de desenvolvimento individual. Em suma, constituem-se como uma “sujeira” que a sociedade de incluídos teme e que, acima de tudo, quer ver o mais longe possível.

Paradoxalmente, essa nova situação de precariedade permanente e sólida contraria a lógica da modernidade líquida hoje predominante nas relações sociais, uma vez que esta, como analisado anteriormente, se caracteriza fundamentalmente pela efemeridade, pela fragmentação e pela fluidez dos acontecimentos e das ações humanas. No atual momento em que as instituições sociais e políticas se dissolvem paulatinamente, cedendo espaço a um processo de atomização no qual os indivíduos, relegados à própria sorte, se caracterizam como mônadas jogadas às intempéries de um sistema de livre mercado e de livre comércio, a questão do crescente lixo/refugo humano vai se agravando cada vez mais, uma vez que

os jogadores incapazes e indolentes devem ser *mantidos fora do jogo*. Eles são o refugo do jogo, mas um produto que o jogo não pode parar de sedimentar sem emperrar. Além disso, há uma outra razão por que o jogo não se beneficiaria em deter a produção de refugo: é necessário mostrar aos que permanecem no jogo as horripilantes cenas (como se lhes diz) da outra única alternativa – a fim de que estejam aptos e dispostos a suportar as agruras e tensões geradas pela vida vivida como jogo (BAUMAN, 1998, p. 56-57).

Em razão disso, os que ficam de fora do “jogo”, os redundantes, os supérfluos, “os consumidores falhos – os consumidores insatisfatórios, [...] e aqueles que recusaram a oportunidade de vencer enquanto participavam do jogo, de acordo com as regras oficiais são exatamente os demônios interiores peculiares à vida do consumidor” (1998, p. 57). Em outros termos, “a sociedade de consumidores não tem lugar para os consumidores falhos, incompletos, imperfeitos” (2005, p. 22).

Cresce, portanto, em todos os locais do planeta o número de pessoas refugadas pela lógica desvirtuada da modernidade líquida, as quais não conseguiram acompanhar a velocidade de expansão das sociabilidades capitalistas, instalando-se na “periferia” do ciclo velocista por não encontrar lugar seguro no interior de uma construção social que

necessita rapidamente colocar fim nos produtos descartáveis e indesejados de sua estrutura fluida. Dentro desse horizonte, “a quantidade de seres humanos tornada excessiva pelo triunfo do capitalismo global cresce inexoravelmente e agora está perto de ultrapassar a capacidade administrativa do planeta” (2007b, p. 35). Na seqüência desse raciocínio, percebe-se que as

peças supérfluas estão numa situação em que é impossível ganhar. Se tentam alinhar-se com as formas de vida hoje louvadas, são logo acusadas de arrogância pecaminosa, falsas aparências e da desfaçatez de reclamarem prêmios imerecidos – senão de intenções criminosas. Caso se queixem abertamente e se recusem a honrar aquelas formas que podem ser saboreadas pelos ricos, mas que, para eles, os despossuídos, são mais como veneno, isso é visto de pronto como prova daquilo que a “opinião pública” (mais corretamente, seus porta-vozes eleitos ou auto-proclamados) “já tinha advertido” – que os supérfluos não são apenas um corpo estranho, mas um tumor canceroso que corrói os tecidos sociais saudáveis e inimigos jurados do “nosso modo de vida” e “daquilo que respeitamos” (2005, p. 55).

O problema dos redundantes põe em risco a própria continuidade da atual trajetória social. Estas pessoas, metaforicamente entendidas como lixo humano, necessitam, de alguma forma, ser recicladas, pois não podem ficar sendo empilhadas nos cantos ou nas periferias das cidades. A lógica da sociedade atual é livrar-se desses empecilhos, de não querer ver o lado obscuro, aterrorizante, da lógica da vida líquido-moderna, até mesmo porque ninguém pode dizer com grande certeza que também não será condenado ao monte de lixo. O autor em foco (2007a, p. 9) alerta sobre a importância/necessidade que a sociedade líquido-moderna tem de dar fim aos dejetos que produz:

Numa sociedade líquido-moderna, a indústria de remoção do lixo assume posições de destaque na economia da vida líquida. A sobrevivência dessa sociedade e o bem-estar de seus membros dependem da rapidez com que os produtos são enviados aos depósitos de lixo e da velocidade e eficiência da remoção dos detritos. Nessa sociedade, nada pode reivindicar isenção à regra universal do descarte, e nada pode ter permissão de se tornar indesejável. A constância, a aderência e a viscosidade das coisas, tanto animadas quanto inanimadas, são os perigos mais sinistros e terminais, as fontes dos temores mais assustadores e os alvos dos ataques mais violentos.

Nessa complexa atmosfera de mobilidade e de descartabilidade “há uma perspectiva plausível de a modernidade capitalista (ou do capitalismo moderno) se afogar em seu próprio lixo que não consegue reabsorver ou eliminar e do qual é incapaz

de se desintoxicar (há numerosos sinais da cada vez mais alta toxicidade do lixo que se acumula rapidamente)” (2007b, p. 35).

Esse problema de um possível “afogamento” nos próprios dejetos, altamente complexo por adquirir contornos que não são apenas sociais ou econômicos, e que não pode ser compreendido e nem mesmo solucionado sem que diversas peças de um complicado quebra-cabeças sejam agrupadas, é decorrência, segundo Bauman (2005), do fato de que o planeta no qual se vive está completamente cheio e não comporta novos “lixões” para receber o dejetos humano produzido pela modernização. No passado, dentro de uma mentalidade colonialista, existia muito espaço vazio para comportar os dejetos das sociedades mais desenvolvidas, que exportavam seus “redundantes” para uma “terra de ninguém”, e assim se conseguia separar a “boa sociedade” do refugio por ela produzido, criando uma situação de satisfação aparente por parte do fluxo de incluídos e não-condenados ao monte de lixo.

Dentro da nova seqüência paradigmática de construção da sociabilidade que está a adentrar o terceiro milênio, a sustentabilidade da fluidez moderna enfrenta, portanto, como seu maior problema,

o bloqueio dos escoadouros que no passado permitiram drenar e limpar, com regularidade e a tempo, os enclaves do planeta, relativamente poucos, de seu refugio excedente (ou seja, do lixo que excede a capacidade dos dispositivos de reciclagem), que o modo de vida moderno não poderia deixar de produzir numa escala cada vez maior. Como esse modo de vida deixou de ser um privilégio de algumas terras selecionadas, os escoadouros básicos para a remoção do refugio humano, ou seja, as terras “vazias” ou de “ninguém” (mais precisamente os territórios que, graças ao diferencial de poder global, podiam ser vistos e tratados como vagos e/ou sem dono), desapareceram. [...] Como efeito desse bloqueio dos escoadouros externos ou de sua indisponibilidade, as sociedades voltam cada vez mais contra si mesmas o gume afiado das práticas exclusivistas (2005, p. 90).

Em razão dessa crise na capacidade social de armazenamento dos detritos da modernidade, o lixo humano vai se acumulando nos arredores das cidades. Os ambientes urbanos, constituídos pela estrutura líquida predominante, desenvolvem-se rodeados pelo acúmulo de massas de pessoas condenadas ao sofrimento, que nada conseguem fazer para se incluir, uma vez que as políticas estatais ainda não sabem de que forma o problema será solucionado e, é bom salientar, isso acontece em razão de

não se pensar em alternativas de racionalidade diferenciadas do modelo econômico líquido-moderno.

Esse aumento cada vez mais progressivo e acelerado da produção de seres supérfluos quebra as estruturas ambientais em sistemas urbanos e rurais, desarticulando práticas de vivência e a sobrevivência planetária. No interior desse modelo consumista, permeado por um processo de *destruição criativa*, característica marcante da liquidez moderna, percebe-se que os grandes derrotados são os próprios seres humanos, o que gera uma crise sem precedentes que atinge a gênese das organizações humanas, ou seja, a qualidade de vida do homem e a qualidade do ambiente no qual os indivíduos desenvolvem seus cotidianos de vivência.

Os custos/impactos que o modelo de vida líquido-moderno descarrega sobre a complexidade do atual estágio da humanidade atingem proporções tamanhas que permitem visualizar formatos de miséria, exclusão e ruína humanas só perceptíveis a partir do entendimento de que os espaços vazios do globo terrestre desapareceram, ou seja, não existe mais lugar para depositar os refugos da sociabilidade líquida a uma distância segura dos ambientes habitados por uma pequena parcela de incluídos.

Novamente aflora a pergunta crucial: o que fazer? Que alternativas propor para uma possível superação da lógica do paradigma líquido-moderno, segundo a qual as regras de operacionalização dos interesses individualistas – fluidas, velozes e efêmeras – substituem os princípios universalizantes fundados na ação racional e nos direitos humanos? É possível retomar a capacidade de questionar e o esforço de quebrar a blindagem do conformismo subserviente, segundo o qual nada há a fazer diante da globalização econômica de cunho predominantemente neoliberal?

Guéhenno (1999), por exemplo, ao analisar o atual cenário globalizado, composto por homens-rede, homens sem princípios, em que “os centros comerciais ocupam o lugar das catedrais, magníficos templos ao consumidor” e no qual continua a prosperar a tirania do progresso, sugere encarar a realidade da atual era pós-política sem

querer voltar às fontes da ordem institucional em desaparecimento, encetando uma revolução de ordem espiritual:

Os debates futuros terão a ver com o relacionamento entre o homem e o mundo: serão debates éticos, pelos quais, talvez, renascerá um dia a política, num processo que começará por baixo, a partir da democracia local e da definição que uma comunidade dará a si mesma, para chegar ao cimo. [...] A solidariedade que deve permitir superar o instinto comunitário não será portanto, no início, política; ela buscará seu fundamento no sentimento de uma responsabilidade comum perante um mundo cujos limites devem cercar a ambição dos homens (1999, p. 126).

A seqüência da presente pesquisa pretende mostrar que é possível sonhar concretamente com uma (re)construção das solidariedades coletivas a partir de iniciativas locais, mesmo no campo econômico, sem necessariamente descartar a importância do Estado, mesmo em crise, como agente maior no processo de formular e operacionalizar políticas públicas emancipatórias. Uma das experiências que apontam para essa nova direção, e que será analisada a seguir, é o movimento da *economia solidária* na sua dimensão de rede de cooperação, a ser contraposta ao vazio ético-político da nova modernidade, iniciativa da qual se espera como resultado a superação da descartabilidade do ser humano, buscando transformar, a partir do próprio campo econômico, os indivíduos-consumidores em sujeitos autônomos, fundados nos princípios da solidariedade e da reciprocidade.

## **2.2 FUNDAMENTOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

### **2.2.1 Origens históricas**

Historicamente, pode-se afirmar que, desde o seu surgimento ainda no período feudal, o modelo capitalista de produção sempre encontrou algumas barreiras que desafiaram seu desenvolvimento enquanto sistema hegemônico. Neste sentido evidenciam-se inúmeras tentativas que, de modos diferenciados, com mais ou menos sucesso, buscaram contrapor-se a esse sistema produtivo excludente, almejando amenizar as mazelas criadas pelo mesmo e tentando trilhar um modo produtivo de cunho distinto. É nessa lógica, acompanhando o processo de deterioração das relações

de trabalho no modo de produção capitalista, que surge a economia solidária<sup>26</sup> “como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho” (SINGER, 2003, p. 13).

Percebe-se, como já visto, que a passagem da modernidade ao período líquido atual só fez crescer a pressão sobre os trabalhadores em geral, graças principalmente às políticas econômicas capitalistas que, de modo descompromissado com os valores de uma justiça social, desarticularam, ao longo dessa transição, práticas de vida e geraram cenários nefastos de vivência nos quais as solidariedades coletivas foram praticamente esquecidas.

Em razão dessas evidências bastante destacadas a economia solidária se apresenta como uma importante arma na luta contra as desigualdades que se somam no lapso atual, tornando-se um movimento contra-hegemônico de crescente perspectiva, “no qual a organização social se dá no sentido oposto ao da organização capitalista atual, ou seja, ocorre da base para o *topo* da sociedade com o objetivo de propiciar a melhoria da qualidade de vida da população, como produto de um processo de desenvolvimento integrado e sustentado da sociedade” (ARROYO e SHUCK, 2006, p. 24).

A economia solidária trabalha com alguns valores próprios, que lhe permitem ser observada sob uma ótica bastante distinta da lógica produtiva capitalista, pois busca precipuamente “reavivar, como pressuposto, o ideal de cooperação e de solidariedade entre os homens, o qual há muito esquecemos ou fomos forçados a deixar de praticar devido à imposição, à qual fomos submetidos na prática, do sistema capitalista de produção” (2006, p. 24).

---

<sup>26</sup> Segundo averiguou o presente estudo, os termos *economia social* e *economia solidária* apresentam alguma dificuldade conceitual na literatura recente, uma vez que determinados autores apresentam os mesmos como sinônimos e outros tecem diferenciações entre eles. Há outros pensadores que, de maneira diferente, proclamam uma generalização sob o manto de terceiro setor, ou ainda utilizam uma variedade de terminologias como *economia popular e solidária* e *socioeconomia solidária*. Para a compreensão do presente texto utilizar-se-á a expressão *economia solidária* num sentido abrangente e genérico, ou seja, como aglutinadora de todas as outras conceituações.

No entanto, para se compreender de forma mais clara as origens da economia solidária, de sua articulação atual, de sua conceituação e de suas bases ideológicas, necessário se faz um resgate histórico dos inúmeros acontecimentos que teceram as bases de tal processo, o qual tem suas raízes nos primórdios da construção do projeto da modernidade, bem como da conseqüente problemática envolvendo as relações trabalhistas.

Para essa recuperação histórica julga-se relevante retomar a teoria da *complexidade moriniana*, uma vez que a construção da economia solidária não pode ser datada a partir de um único acontecimento isolado, devendo ser considerada fruto de um conjunto de ações sociais inter-relacionadas que se afetam/somam mutuamente para gerar novas construções e aprimoramentos ao longo dos desdobramentos sócio-históricos. Dentro dessa perspectiva é esclarecedora a análise de Noëlle Marie Paule Lechat (2006, p. 7) a qual afirma que

uma visão processual e dialética da história não permite falar do surgimento de uma nova realidade com início datado e registrado, pois os processos são demorados e o que nós chamamos de novo recobre, em geral, fenômenos antigos reinterpretados, modificados pelas novas condições sócio-históricas e que, em determinado momento, começam a tornar-se significativos para um grande número de pessoas [...].”

Muito embora não seja possível precisar de forma absoluta qual o movimento primário que desencadeou a seqüência de acontecimentos, não se pode deixar de atribuir a alguns intelectuais as bases do pensamento econômico solidário atual. Nesse viés, nomes como Claude-Henri de Rouvroy (conde de Saint-Simon)<sup>27</sup> (1760-1825), Charles Fourier<sup>28</sup> (1772-1837), Pierre Proudhon<sup>29</sup> (1809-1865) e ainda Robert Owen<sup>30</sup> (1773-

<sup>27</sup> Saint-Simon era um pensador entusiasta dos ideais iluministas, acreditava que o progresso da indústria e das ciências criaria as condições para uma sociedade baseada na paz e na justiça entre os homens. Suas primeiras teses sobre a “sociedade industrial” são expostas em um momento histórico no qual as atenções estão todas voltadas para o equilíbrio das potências na Europa e a estabilidade das instituições monárquicas no interior de cada Estado. O referido pensador via o declínio iminente do sistema feudal e o alvorecer de uma classe emergente constituída pelos industriais, que fariam uma renovação da classe dirigente. Saint-Simon estava convicto de que o sistema industrial contribuiria para o fortalecimento dos laços sociais, fundados sobre um pilar de solidariedade, de reciprocidade e de complementaridade. Por conseguinte, o desaparecimento do espírito de dominação feudal, substituído por um sistema industrial no qual as trocas seriam pacíficas e equilibradas, tornaria possível a constituição de uma classe dirigente encarregada de governar de acordo com o interesse de todos (NAY, 2007).

<sup>28</sup> Fourier poderia ser considerado um autodidata romântico, que tinha crenças no sentido de que os sentimentos governam o mundo. Convencido da justiça de suas posições, planejava profundas reformas

1858) devem ser evidenciados como pensadores que deram origem às primeiras discussões a respeito da economia solidária, tentando a partir disso algumas experiências práticas. Tais pensadores foram chamados contemporaneamente de cooperativistas revolucionários (SINGER, 2001); de acordo com a análise marxista, no entanto, foram denominados “socialistas utópicos, assim nomeados por Karl Marx para diferenciá-los dos socialistas científicos” (LECHAT, 2006, p.8).<sup>31</sup>

Delimitando de forma um pouco mais precisa o momento histórico do nascimento da economia solidária, Singer (2003, p. 13) destaca que a mesma “é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Como tal, ela não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra, em toda sua evolução.” É por isso que o mesmo autor (2001, p. 24) situa o nascimento da economia solidária logo após o surgimento do processo de industrialização capitalista,

como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocados pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. A Grã-Bretanha foi a pátria da Primeira Revolução Industrial, precedida pela expulsão em massa de camponeses dos domínios senhoriais, que se transformaram no proletariado moderno. A exploração do trabalho nas

---

sociais. Fourier acreditava que a satisfação das paixões humanas fundamentais poderia repercutir em um mundo mais harmonioso. Nesse sentido buscou arquitetar um sistema comunitário que permitisse a realização dos desejos individuais, ou seja, uma comunidade de trabalho que chamou de “falanstérios”. Dessa forma, segundo Olivier Nay (2007, p. 384), “seus membros seriam levados a mudar frequentemente de tarefas, de maneira a satisfazer todos os seus desejos (tratar-se-ia claramente de tornar o trabalho atraente e causador de prazer). [...] A propriedade de todos os bens seria coletiva. Os salários, em compensação, deveriam ser repartidos segundo as aptidões e os esforços de cada um, pois seria injusto não reconhecer os méritos pessoais. Fourier não é partidário, neste ponto, de um socialismo igualitário, pois para ele a igualdade é um princípio autoritário contrário à vida natural.”

<sup>29</sup> Proudhon tinha a mesma idéia de Marx, que apontava para o fato de que a exploração dos trabalhadores advinha essencialmente dos fatores econômicos, fato que motivava sua vontade de intensa reforma econômica por meio de uma “democracia operária”. Como modelo para suas idéias se baseou nas associações operárias (sociedades de crédito mútuo e sociedades operárias de produção) que se desenvolviam na Inglaterra e na França. Esse tipo de organização tinha um princípio que Proudhon julgava necessário ser aplicado no conjunto da economia moderna, qual seja, o mutualismo, em que se fugiria da lógica de trocas autoritárias do capitalismo e do comunismo, e se partiria para um sistema de trocas pautado pela reciprocidade dos comprometimentos. Uma outra característica importante do modelo proudhoniano é o desaparecimento da diferenciação entre empregadores e assalariados, assim como entre capitalistas e proletários (NAY, 2007).

<sup>30</sup> Owen tinha grande interesse pela situação social dos trabalhadores, uma vez que acreditava que as condições desiguais que afetavam os empregados não advinham simplesmente das fracas aptidões por parte dos mesmos, mas sim de suas extremamente precárias condições de vida. Dessa forma, dedicou-se a buscar melhorias de vivência para as classes mais modestas, sendo o primeiro patrão da indústria a adotar mudanças concretas que pudessem garantir condições de vida decente aos seus empregados (NAY, 2007).

<sup>31</sup> Lechat (2006, p. 8), com base no referencial teórico de Buber (1945), esclarece que “na primeira fase cada pensador contribuiu com um único pensamento construtivo, Proudhon e seus sucessores realizaram a ampla síntese.”

fábricas não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica do proletariado. As crianças começavam a trabalhar tão logo podiam ficar de pé, e as jornadas de trabalho eram tão longas que o debilitamento físico dos trabalhadores e sua elevada morbidade e mortalidade impediam que a produtividade do trabalho pudesse se elevar.

Tendo presente esse quadro, uma das figuras importantes na construção histórica da economia solidária foi o já citado Robert Owen, dono de um grandioso complexo produtivo têxtil em New Lanark. Tinha ele uma postura diferenciada no trato com seus empregados, uma vez que conservava uma preocupação grandiosa em relação à qualidade de vida dos mesmos. No modelo produtivo de Owen foram acrescidos gastos com melhoria na condição de sobrevivência dos seus operários, crianças foram impedidas de trabalhar e a jornada de trabalho foi limitada. Evidentemente o custo de produção sofreu um acréscimo, porém o mesmo foi compensado pela melhora na produtividade, fato que repercutiu num salto qualitativo na relação de trabalho. Os trabalhadores tiveram, com isso, significativos ganhos (em termos remuneratórios e em condições de vida), ao passo que os custos não inviabilizaram o investimento, uma vez que foram compensados pela maior produtividade. Trabalhadores menos explorados e felizes produziam mais (SINGER, 2001).

Fica bastante evidente que no rastro desse ideal “cooperativo revolucionário” owenista surgiram muitas outras cooperativas, o que ocasionou uma atmosfera propícia à criação de uma lógica produtiva diferenciada e baseada em uma maior valorização da classe trabalhadora. Esse movimento desencadeado na Inglaterra desenvolveu-se igualmente nos Estados Unidos, mas, da mesma forma como no modelo inglês, acabou sendo esmagado pela forte pressão patronal e governamental da época:

Na Inglaterra e nos Estados Unidos várias comunidades ou aldeias cooperativas foram criadas no século XIX, mas não conseguiram manter-se por mais de alguns anos, as numerosas experiências de cooperativas operárias lideradas pelo movimento sindical inglês, após vários êxitos e avanços democráticos, foram extintas pela feroz reação da classe patronal e pela declarada hostilidade do governo. A mais famosa cooperativa de consumo, a cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale<sup>32</sup>,

---

<sup>32</sup> Segundo Daniele Demoustier (2001, p. 22), a experiência cooperativa de Rochdale, criada em 1844, tem importância singular sob dois ângulos distintos e igualmente importantes. Primeiramente, porque essa cooperativa de consumo (na qual é eliminado o atravessador e o preço do atacado é repassado aos cooperados no varejo, economizando-se o valor que antes caberia ao intermediário) difere das cooperativas de produção (empresas possuídas majoritariamente por seus próprios assalariados). Em segundo lugar, a experiência dos Equitativos de Rochdale deu origem a algumas regras de funcionamento

estabeleceu uma carta de princípios que até hoje inspira o cooperativismo e sua legislação a nível mundial (LECHAT, 2006, p. 8).

Ainda de acordo com Lechat (2006, p. 8), “os empreendimentos de economia social surgem geralmente em cachos, sob o impulso de uma dinâmica sócio-econômica fruto de uma grande crise econômica.” Deve ser levado em conta o fato de que as crises não são idênticas e apresentam diferenças significativas tanto em nível histórico como em nível dos atores envolvidos. É, pois, neste sentido que a referida autora destaca alguns momentos históricos distintos que nortearam o desenvolvimento da economia social na Europa, os quais são sempre perpassados por situações de crise econômica.

O primeiro desses lapsos situa-se nas décadas de 1830 e 1840, as quais são permeadas por algumas mudanças que transformam a lógica do trabalho, que de corporativo (corporações de ofício do sistema feudal) passa a ser concorrencial, gerando uma série de prejuízos/desarticulações à classe trabalhadora, a qual, para evitar/amenizar o sofrimento dessa dura transformação (acidentes, doenças e a própria morte), fundou sociedades de socorro mútuo, balcões de alimentação e cooperativas de produção (LECHAT, 2006). Caminha no mesmo sentido o entendimento de Philippe Chanial e Jean-Louis Laville (2006, p. 42), que analisam as idéias do saint-simoniano Leroux para caracterizar o mesmo período antes referenciado:

[...] Leroux conta com redes de solidariedade passando pela oficina, bem como por associações ou pela imprensa para manter o espírito público indispensável à democracia. Foi nessa linha que os projetos da constituição de uma economia “fraterna” ou “solidária” floresceram nos anos de 1830 e 1840, através de um verdadeiro elã associacionista. A solidariedade articula, assim, reciprocidade e espaço público moderno. Enfatizando a dimensão intersubjetiva das relações sociais e a liberdade positiva que consiste em cooperar e se associar com outros, a referência a um tal princípio aparece como uma resistência ao projeto liberal de uma sociedade de indivíduos baseada unicamente na liberdade negativa e no paradigma do interesse.

No entanto, a partir da revolução de 1848<sup>33</sup>, que marca o auge desse movimento associacionista de reivindicações trabalhistas e que também representa o início da sua

---

cooperativo que até hoje são referência enquanto princípios do cooperativismo: controle democrático (1 homem = 1 voz, qualquer que seja o montante de capital que ele possui na cooperativa); justiça econômica (divisão dos lucros proporcional à atividade de cada membro); remuneração limitada do capital; a empresa cooperativa financia ações de formação, profissional ou geral, para seus membros.

<sup>33</sup> Olivier Nay (2007, p. 305-306) destaca que as movimentações revolucionárias de 1848 nascem em um período de extremada crise econômica, na qual a luta é catalisada pela demanda popular por novos

derrocada, algumas vitórias são alcançadas; mas, devido à forte repressão posterior, não consegue juntar fôlego suficiente para solidificar suas propostas e modelos. O exposto pode ser melhor compreendido a partir da evidência exposta por Demoustier (2001, p. 23):

Aliados aos republicanos, que exigem o sufrágio universal, os operários se reúnem sob a bandeira do associacionismo. Com efeito, o governo provisório<sup>34</sup> reconhece o direito de associação e reduz o tempo de trabalho. Mas, em vez das oficinas sociais, os operários obtêm apenas oficinas nacionais, verdadeiras oficinas de caridade nas quais o Estado “ocupa” os desempregados; em vez de um Ministério do Trabalho, cria-se uma comissão governamental para os trabalhadores, chamada Comissão de Luxemburgo, que concede subvenções às associações após o fechamento dos ateliês nacionais.

Esse fechamento político vai desencadear uma outra revolução em junho de 1848, cuja repressão anteriormente referenciada vai assinalar “o fim desse movimento popular e da perspectiva de substituir as manufaturas capitalistas [...] por uma organização coletiva da produção e da distribuição com base nas profissões. A União das Associações Operárias, impulsionada por Jeanne Deroin em 1849, é perseguida e seus membros acusados de conspiração” (2001, p. 24).

Percebe-se então que essa importante movimentação de cunho associacionista da classe trabalhadora tem na “abertura das instituições parlamentares, [na] luta contra a pobreza e [no] combate contra a precariedade profissional três passos inseparáveis, pois visam todos um mesmo fim: libertar o povo de uma desigualdade estrutural que tem sua fonte na dominação do mundo burguês sobre a vida política e econômica” (NAY, 2007, p. 306).

Em última instância, são Chanial e Laville (2006, p. 45) que muito bem definem a importância histórica desse momento para a futura construção do movimento da economia solidária:

---

direitos políticos (direito a voto, liberdade de reunião e de imprensa) e, principalmente, a vontade popular de reformas econômicas e sociais, que representariam o reconhecimento do direito ao trabalho, limitação do trabalho a dia, proteção contra acidentes de trabalho e proibição do trabalho das crianças. Na liderança do referido movimento encontram-se socialistas e republicanos que viam na democratização política a condição prévia e precípua para a melhoria geral das condições de vida.

<sup>34</sup> Rubim Santos Leão de Aquino et al. (1983, p. 147) esclarecem que devido às pressões dos bonapartistas, republicanos, liberais, socialistas e legitimistas o governo se viu obrigado a sufocar a oposição mediante restrições às associações, à imprensa e ao Parlamento, repercutindo essas iniciativas na Revolução de Fevereiro, que resultou na instalação de um Governo Provisório, unindo republicanos, liberais e socialistas, em que se destacaram Lamartine (liberal) e Louis Blanc (socialista).

a despeito do fracasso de tais projetos, o associacionismo de 1848 produziu antes de tudo um sentido político, esboçou uma outra definição da cidadania, da legitimidade, da representação e da soberania. Essa “política da associação”, que ele promoveu, tentou, durante alguns meses, reavivar o espírito cívico, redesenhar as práticas democráticas prolongando o ideal republicano na esfera econômica. Tal é a principal herança do momento 1848. Ora, essa herança, diversamente interpretada, orientará a política do movimento operário até o pós-Terceira República. O (re)nascimento do mutualismo e do cooperativismo sob o segundo império; a singularidade da Comuna de Paris, reedição de 1848 e último avatar do associacionismo republicano; o desenvolvimento, contra o centralismo imposto por K. Marx e depois por J. Guesde, de um socialismo municipal (P. Brousse) e de um coletivismo descentralizador e democrático (J. Jaurès, B. Malon, E. Fournière); a sensibilidade federalista do movimento sindical francês; sua radicalização com o nascimento e depois fracasso do sindicalismo revolucionário o atestam. A associação foi realmente a matriz política do movimento operário e socialista.

Nos primeiros anos do Segundo Império as práticas associacionistas sofreram forte repressão, como já analisado, tendo a maior parte das “associações operárias desaparecido ou tendo seus líderes mortos, aprisionados ou forçados ao exílio” (DEMOUSTIER, p. 25). No entanto, um outro momento de crise econômica no final do século XIX faz florescer novamente os ideais econômicos solidários, em que “a noção de solidariedade aparece para os republicanos como meio de reconciliar os direitos individuais e a responsabilidade do Estado” (CHANIAL; LAVILLE, 2006, p. 45). A crise anteriormente referida ocorre quase concomitantemente com a chegada da Terceira República. Todavia, essa “grande crise dos anos 1873-1895 leva à modernização e a investimentos pesados na agricultura e nos recursos naturais. As cooperativas agrícolas e de poupança foram as soluções de sobrevivência encontradas pelos pequenos produtores” (LECHAT, 2006, p. 9).

Com a chegada da Terceira República cria-se uma atmosfera de intensa discussão sobre as bases ideológicas do movimento operário e do movimento cooperativista, que encontram alguns pontos não-convergentes, fato que vai repercutir na ruptura entre os dois movimentos, separação “alimentada pela lei de 1884 que reconhece liberdade sindical, limitando os sindicatos a uma ação de defesa profissional, proibindo-os de gerir diretamente atividades econômicas (ao contrário dos seus homólogos ingleses e alemães), remetidas a outras formas de organização” (DEMOUSTIER, 2001, p. 27).

Com a distinção feita entre funções de defesa profissional e de gestão econômica, o referido momento histórico contribuiu de forma grandiosa para as causas solidaristas/associacionistas, principalmente no que tange às conquistas jurídicas que foram auferidas a partir de então, com o reconhecimento da liberdade da mutualidade. Segundo o mesmo autor (2001, p. 27),

o legislador reconhece então as outras formas de organização coletiva, indicando para elas especificidades funcionais: centros mutualistas de saúde (lei da mutualidade de 1898); cooperativas de consumo, de produção ou de crédito (integradas na lei sobre as sociedades comerciais em 1867). Mas no contexto anticlerical da época, as organizações não-profissionais (de lazer, de auxílio mútuo, mas sobretudo políticas ou religiosas) obtêm apenas a partir de 1901 um abrandamento administrativo e um quadro jurídico. Esse reconhecimento jurídico pelo Estado, obtido apesar da hostilidade de uma parte dos parlamentares que protelam os prazos de votação das leis, demonstra sua proteção ativa a essas diferentes formas de auto-organização.

A figura do Estado nesse estágio adquire uma forma intervencionista bastante intensa, principalmente sob o viés jurídico, marcando de forma decisiva uma era de solidificação de conquistas trilhadas durante a quase totalidade do século XIX. Assim, a intervenção do Estado “aparece menos como uma ameaça para a economia de mercado que como um complemento, e o elã associacionista, que havia constituído a primeira reação da sociedade contra as desregulamentações ocasionadas pela difusão do mercado, cede, progressivamente, o lugar para a intervenção do Estado” (CHANIAL; LAVILLE, 2006, p. 46).

Em última instância, essa maior “participação” do Estado, efetivada via construções jurídicas que buscam uma interação entre o econômico e o social, fica mais clarividente a partir da seguinte argumentação dos autores (2006, p. 46):

Assim, a associação (conforme sua lei 1901) é desde o início enquadrada nas suas atividades econômicas pelo Estado. Mais amplamente, o conjunto dos dispositivos que oficializam e organizam o que se chama economia social pode ser igualmente analisado como marcando um momento de encerramento de um longo processo de experimentação e de invenção de uma pluralidade de formas associativas. Neste sentido, ao domesticar pelo direito um movimento de uma grande vivacidade, ele põe fim à idade heróica da associação, aquela dos clubes revolucionários, das sociedades secretas, faz falanges fourieristas e das cooperativas operárias; e resfria-se aquela ebulição inventiva, aquele fervilhar associativo tão característico do século XIX.

O século XX começa, dessa forma, com importantes conquistas jurídicas em prol do direito de associação, conseguidas graças à promulgação da lei de 1901, que permite a livre criação de associações não-profissionais desde que respeitados os valores públicos da época. A respectiva lei permitiu “uma aceleração das criações anuais de associações: cinco mil em 1908, dez mil em 1938. [...] [Desse modo] o movimento operário se mobiliza ainda mais contra a insegurança social e o custo de vida, enquanto os trabalhadores independentes se organizam para estruturar suas atividades e organizar os mercados” (DEMOUSTIER, 2001, p. 35-36).

Esse período encerra-se com a chegada da “depressão econômica dos anos 1929-32, provocada por uma crise da regulação concorrencial, [a qual] levou a uma intervenção do Estado, dentro das propostas keynesianas, implantando políticas econômicas e sociais” (LECHAT, 2006, p. 9). Como resultado dessa grave crise econômica houve numerosas falências e um número expressivo de pessoas desempregadas, fato que não teve como ser evitado pela frágil estrutura da economia social. Assim, frente a tal fragilidade, o “Estado obtém então um direito de intervenção econômica importante que transforma o papel da cooperação, da mutualidade e das associações na economia”<sup>35</sup> (DEMOUSTIER, 2001, p. 36).

O momento crítico iniciado em 1929 pôde ser superado, principalmente após o findar da Segunda Guerra Mundial com a emergência de uma teoria econômica liderada por John Mainard Keynes, que tinha na intervenção do Estado na economia seu pilar teórico mais forte. Esse modelo intervencionista conseguiu trazer uma considerável melhoria no que tange a conter a sangria econômica e social desencadeada em um momento anterior, fato que permitiu a retomada do número de empregos e da acumulação capitalista. “A reação contra os efeitos nefastos do capitalismo só pôde acontecer dentro de subconjuntos distintos, uns pertencentes à economia de mercado e outros à economia de não mercado.” (LECHAT, p. 6)

---

<sup>35</sup> Segundo Demoustier, a crise dos anos 30 expõe a fragilidade/contradição da economia social, que se percebe incapaz de fazer frente de forma sólida às contradições do sistema capitalista de produção, mas ao mesmo tempo não deixa de ser uma alternativa de extrema importância para reequilibrar a distribuição dos frutos do trabalho coletivo: “A cooperação é particularmente questionada. Apesar de seu papel no aumento da renda (graças às cooperativas agrícolas e de produção) e na queda dos preços (por meio das cooperativas de consumo), ela não pode mais ser considerada, pelo próprios cooperados, a única alternativa à expansão do capitalismo” (2001, p. 42). Graças a isso as teorias keynesianas vão ganhando uma força cada vez mais importante.

O rápido lapso de prosperidade introduzido pela teoria econômica keynesiana é, no entanto, interrompido pelo aparecimento de uma nova crise econômica do sistema capitalista, que surge na segunda metade da década de 1970, e faz com que reapareça o grave problema do desemprego e da falência de empresas, repercutindo num aumento de forças dos ideais liberais por meio da doutrina neoliberal. Apesar disso,

é nessa nova conjuntura econômica que reaparece na Europa, a partir da segunda metade da década de 1970 e início da década de 1980, o processo cooperativista/associativista por parte da classe trabalhadora de empresas geridas pelos próprios trabalhadores<sup>36</sup>. Seu objetivo é lutar contra a exclusão social, assim como salvar e mesmo criar empregos (inclusive com apoio de alguns sindicatos progressistas daquela época). (ARROYO; SCHUCH, 2006, p. 30-31)

Como resultado das inúmeras intro-retro-ações criadas nesse momento de crise, destaca-se que “as relações entre as instituições da economia social e os poderes públicos modificaram-se profundamente na Europa depois da Segunda Guerra Mundial. Depois do primeiro choque do petróleo, a crise econômica e o aumento do desemprego contribuíram para reforçar, em toda parte, seu papel, assumindo diferentes modalidades, de acordo com os países.” (MOTCHANE, 2008). Dessa forma, a criação dessas empresas sociais, as quais catalisam os anseios de inovação e de busca de melhores perspectivas, “representam, quase sempre, uma resposta a novas necessidades diante da incapacidade das administrações e das coletividades locais e regionais para imaginar e pôr em prática soluções eficazes. *Devido à carência parcial dos poderes públicos e aos recuos do Estado-Providência face à escalada liberal, o terreno ficou livre e nasceu uma nova forma de economia social: a economia solidária*” (MOTCHANE, 2008).

Complementando o anteriormente afirmado, Lechat (2006, p. 10) sustenta que “a partir dessa nova onda de economia social surgiu, nos anos 80, uma “nova literatura”<sup>37</sup> a

---

<sup>36</sup> Lechat (2006, p. 9) esclarece que de 1977 a 1984 eclode um número considerável de iniciativas advindas dos próprios trabalhadores, com o intuito de criar ou salvar empregos por meio de empresas autogeridas. Ainda de acordo com a autora, fazendo menção à Defourny (2001), entre 1980 e 1985 foram criadas em grande número cooperativas de trabalhadores por toda a Europa.

<sup>37</sup> Lechat (2006, p. 10) afirma que o despertar do interesse por parte dos pesquisadores (em sua maioria economistas e sociólogos) se deveu ao interesse dos mesmos pela organização do movimento operário que recuperava empresas falidas por meio da autogestão das mesmas, mas que também criava uma série de cooperativas de trabalho. As pesquisas que se sucederam alargaram o campo de estudo para o associacionismo, percebendo-se, posteriormente, características comuns entre as cooperativas autogeridas e as associações, abrindo um campo de estudo comum que encontrava no termo *economia social* uma terminologia bastante apropriada.

seu respeito na Europa, na América do Norte, mas também na América Latina e, em particular no Chile, onde se desenvolveu sobretudo graças a Luís Razeto.” Dessa forma, pode-se afirmar que o que hoje designa-se de economia solidária deve sua força terminológica a todo o histórico retratado até o presente momento. No entanto, essa diferenciação de terminologias e conceituações, extremamente fértil em termos teóricos, é indispensável para a continuidade do presente trabalho, e é a isso que irá se dedicar a continuidade da pesquisa.

### **2.2.2 Conceituação, valores e princípios**

Em virtude das inúmeras roupagens semânticas que a economia solidária acabou incorporando contemporaneamente gerou-se certa confusão terminológica e uma ausência de consenso teórico sobre o uso das distintas conceituações. Faz-se necessário, por conseguinte, aprofundar a forma como ocorreu essa “incorporação” conceitual, de modo que a análise possa ganhar maior precisão. Para essa compreensão, no entanto, é importante situar os conceitos e terminologias em um contexto teórico maior, situação que permite evidenciar inúmeras semelhanças existentes entre os termos, mas, por outro lado, torna possível a articulação de algumas particularidades que conferem identidades e características próprias às nomenclaturas, muitas das quais estão ligadas ao contexto social, econômico, político e cultural no qual estão engajadas.

Fica evidente, todavia, que “a economia solidária é hoje um conceito amplamente utilizado dos dois lados do Atlântico, com acepções variadas, mas que giram todas ao redor da idéia de solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas” (SINGER, 2003b, p. 116). Quando a literatura sobre tal temática é analisada com atenção, percebe-se, entretanto, o aparecimento de uma vasta gama de conceitos e terminologias que, muito embora possam referir-se aos mesmos objetos teóricos, apresentam disparidades que geram alguma dificuldade metodológica no que tange à adoção de um ou de outro termo, se é que isto é necessário.

Como forma de operacionalizar a problemática conceitual, far-se-á uma abordagem a partir de dois vieses, um mais genérico, que se ocupará da análise da confrontação existente entre as terminologias *economia social*, *economia solidária*, *terceiro setor e economia popular*, e outro mais específico, que desenvolverá a análise de forma direcionada ao conceito de economia solidária, uma vez que é este o termo adotado metodologicamente pela presente pesquisa.

Em relação à situação de cunho mais genérico, pode-se identificar um primeiro campo de discussão, mais amplo e geral, que coloca em situação divergente as terminologias já mencionadas. Nessa linha, vislumbra-se que os termos *economia social* e *economia solidária* são utilizados muitas vezes como sinônimos ou, ainda, como conceitos complementares, mesmo que determinados teóricos contrários a este posicionamento não concordem com essa relação sinonímica. Segundo Anne Marie Wautier (2003, p. 109), no entanto, “na França, não se pode falar de economia social<sup>38</sup> sem associá-la à economia solidária. Os conceitos são muitas vezes trocados quando não simultâneos (economia social e solidária), mesmo se alguns militantes da primeira hora continuam defendendo as especificidades dos campos [...]” Caminha no mesmo sentido o entendimento de Lechat (2002, p. 136), a qual argumenta que “não se pode dizer que a economia solidária não faça parte da economia social no sentido que este termo tem atual e historicamente na Europa, ou seja, como uma iniciativa das classes trabalhadoras contra a miséria e o desemprego.”<sup>39</sup>

Torna-se importante, a partir do que foi exposto, verificar que uma coisa é dizer que a economia solidária faz parte da economia social ou que dela se origina, outra é tratá-las como sinônimos. Parece conveniente adotar uma postura teórica cautelosa, pois, ao que tudo indica, e o que a prática demonstra, é que existem determinadas diferenças importantes que devem ser analisadas, sob pena de incorrer em uma generalização deformadora dos sentidos reais buscados pela economia solidária. Dessa

---

<sup>38</sup> Wautier (2003, p. 109-110) conceitua economia social como “um conjunto de organizações e empresas cujas atividades produtivas respondem a princípios prioritários: adesão livre, democracia interna (uma pessoa, uma voz), lucratividade limitada (reinvestimento dos excedentes na ação social e não-lucratividade individual dos associados), respeito da dimensão humana da atividade e solidariedade. Os três pilares desta economia são as cooperativas, inseridas na economia mercantil; as mutualidades, inseridas na economia não-mercantil com o aval do Estado providência; as associações, caracterizadas pelo trabalho de proximidade.”

<sup>39</sup> Daniele Demoustier (2001) trabalha com a idéia de complementaridade, adotando o termo “economia social e solidária” em um livro seu traduzido no Brasil.

forma, fica cristalino o fato de que a abrangência da economia social enquanto categoria aglutinadora é maior, ou seja, engloba numerosas iniciativas articuladas sob o manto jurídico de associações, cooperativas e sociedades de ajuda mútua. Neste sentido as experiências criadas sob tal arcabouço, definido pelo Direito, são classificadas como pertencentes à economia social independentemente do seu formato organizacional interno.

A economia solidária, por sua vez, também articula grande parte das suas iniciativas em torno do modelo jurídico das associações, cooperativas e mútuas, mas abarca outros tipos de organizações que não se encaixam nessa trilogia, uma vez que a diversidade das experiências é muito grande. Fica claro que o critério utilizado para filtrar/classificar as práticas econômicas solidárias não é unicamente jurídico, uma vez que um conjunto de valores internos está fortemente envolvido, o que acaba limitando a sua abrangência. De acordo com Wautier (2003, p. 110), amparada nas idéias de Lipietz (2000), “enquanto a economia social responderia à pergunta ‘como fazer?’ (estatuto e regras de funcionamento), o que definiria a economia solidária seria ‘em nome do que se faz’ (valores, sentido de ação, critérios de gestão).”

Em suma, pode-se afirmar que o critério utilizado para identificar os atores da economia social é meramente jurídico, fato que a distancia, em termos, da economia solidária, porém não a ponto de romper a relação de complementaridade. Dessa forma, de maneira distinta, a economia solidária “acentua a noção de projeto, de desenvolvimento local e de pluralidade das formas de atividade econômica, visando à utilidade pública, sob forma de serviços diversos, destinados, principalmente, mas não exclusivamente, à população carente ou excluída [...]” (2003, p. 110). Nada impede, contudo, que muitas vezes tais práticas acabem se fundindo, resultando numa relação unitária. Assim, nas palavras de Lipietz, expressas por Wautier (2003, p. 111), “a economia social reconhece na economia solidária seus filhos pródigos, a economia solidária reconhece na economia social seus pais um pouco entorpecidos.”

Essa relação de proximidade analisada torna-se, no entanto, mais nebulosa quando se tenta fazer o mesmo tipo de relação com o termo *terceiro setor*. É, todavia, notória, em nível internacional, uma postura teórica que traduz/classifica a economia

social ou solidária enquanto terceiro setor<sup>40</sup>, em uma tentativa de universalizar uma conceituação. Esse entendimento é considerado errôneo por grande parte dos teóricos brasileiros, que argumentam não ser possível tal tradução/classificação, uma vez que essas categorias, apesar de algumas similaridades, carregam conteúdos ideológicos que refletem características paradoxais<sup>41</sup>. Lechat (2002, p. 136) faz coro a essa linha de pensamento, ao expor os seguintes comentários:

[...] as coisas se complicam quando o termo economia social é traduzido, como o faz Defourny<sup>42</sup>, por terceiro setor. Concordo com Chaves que há um problema real em colocar sob a mesma denominação coisas tão heterogêneas quanto a filantropia das empresas capitalistas e uma empresa autogerida pelos próprios trabalhadores; isto tem implicações teóricas ao nível explicativo e de predição. Uma das diferenças é que as primeiras – como todos os serviços voluntários – preenchem lacunas do sistema capitalista, enquanto que as segundas emulam suas congêneres capitalistas e competem com elas.

O que fica mais visível, em razão do afirmado, é que “ao que tudo indica, não há uma definição clara hoje do que seria terceiro setor<sup>43</sup>, economia social ou economia solidária, sem entrar no detalhe de muitas outras nomenclaturas” (2002, p.136). Esta constatação explica, em grande parte, a dificuldade metodológica encontrada no desenvolvimento da presente pesquisa, uma vez que, de modo geral, as categorias já referenciadas podem ser consideradas como abertas, ou seja, comportam ainda muita reflexão e estudo, num processo dialético possivelmente longo.

---

<sup>40</sup> Na conceituação tecida por Armando de Melo Lisboa (2003, p. 253) o terceiro setor caracterizar-se-ia pelo uso intensivo de trabalho, compreendendo todo tipo de atuação de organizações privadas que não têm objetivo de lucro e que se destinam a atingir finalidades públicas. O autor afirma que dentro desse viés se situam iniciativas extremamente heterogêneas e, muitas vezes, contraditórias, uma vez que são colocadas sob o mesmo arcabouço conceitual atividades como voluntariado, formas tradicionais de ajuda mútua, cooperativas, associações civis, ONGs, ações de filantropia empresarial e movimentos sociais. Conclui, no entanto, que “a grande diversidade do que se descreve traz divergências, confusões e debilidades conceituais, metodológicas e operacionais.”

<sup>41</sup> Lechat (2002, p. 123) entende que essa postura teórica contrária à visão sinonímica, sem, contudo, negar alguma vinculação, pode ser observada em autores brasileiros como Gaiger (1996, p. 124; 2000b), Dal Ri e Vieitez (1999), Sarria (2000) e Singer (2001).

<sup>42</sup> Lechat (2002, p. 128) comenta que Jacques Defourny, diretor do Centre d'Études Sociales, em Liège, Bélgica, juntamente com Monzón, publicaram, em 1992, um livro bilíngüe franco-inglês no qual o termo economia social foi traduzido por *third sector*.

<sup>43</sup> Na síntese de Carlos Montaña (2005, p. 58-59) o termo *terceiro setor* não reuniria um mínimo de consenso no que tange ao seu nascimento, composição e características. O autor sustenta que esse dissenso é fruto de uma conceituação ideológica que não deriva da realidade social, mas tem como origem “elementos formais e uma apreensão da realidade apenas no nível fenomênico. Sem a realidade como interlocutora, como referência, acaba-se por ter diversos conceitos diferentes.”

Na linha desse entendimento verifica-se o aparecimento de outras terminologias, que não giram apenas em torno das três noções anteriormente citadas, uma vez que nomes diferentes são adotados de forma preponderante em determinados pontos do globo, locais estes que apresentam características econômicas, sociais, políticas e culturais singulares. Assim, por exemplo, “para realidades como as dos países em desenvolvimento da África e da América Latina, diferentes das que existem nos países do norte, o termo economia popular<sup>44</sup> é preferido por autores como Nyssens (1994 e 1996) e Larrachea que, neste caso, buscaram inspiração em Luís Razeto” (LECHAT, 2006, p. 12). Mesmo assim, embora diferentes, tais nomenclaturas, no seu âmago ideológico, parecem ter as mesmas aspirações, evidenciadas, por exemplo, nas práticas de economia solidária, o que leva a uma conclusão preliminar de que a diferença em termos de nome não expressa necessariamente uma diferenciação em termos de finalidade.

Em síntese, neste primeiro momento, buscou-se, de maneira rápida e concisa, dar vazão às correntes teóricas que se dedicam à análise do que, por conveniência metodológica e de entendimento, se denomina na presente pesquisa *economia solidária*. Nesse sentido, como já salientado, existem correntes das mais diversas, com nomes diferenciados e que envolvem, em todos os níveis, pensadores de extrema e reconhecida competência, mas que, por opções de método e de compreensão, adotam uma ou outra linha de classificação e de nomenclatura.

Em razão de não existir ainda hoje um consenso absoluto nem tampouco essa discussão apresentar um final anunciado, o presente estudo adotará operacionalmente a idéia de economia solidária a partir das construções teóricas brasileiras<sup>45</sup>, que a concebem como forma econômica complementar da economia social, mas que relutam

---

<sup>44</sup> Segundo Ana Mercedes Sarria Icaza e Lia Tiriba (2003, p. 101-102), este termo faz referência a iniciativas econômicas e sociais voltadas para a satisfação de necessidades básicas de ordem material e imaterial. As autoras argumentam no sentido de que tal terminologia abarca duas questões fundamentais: uma primeira, no sentido de transcendência da questão econômica que objetiva somente a obtenção de lucros, e uma segunda, que caminha no sentido de que tais práticas seriam desenvolvidas pelos setores populares.

<sup>45</sup> Segundo Lechat (2002, p. 130-131) o termo *economia de solidariedade* aparece pela primeira vez no Brasil em 1993, por meio de um texto do autor chileno Luís Razeto. Todavia, somente em um período posterior é que tal termo ganha maior embocadura a partir de dois importantes encontros realizados nos anos de 1995 e 1996. Tais encontros são, respectivamente, uma mesa redonda sobre o tema *Formas de combate e de resistência à pobreza*, durante o 7º Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia, e o outro foi o III Encontro Nacional da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteaf).

em traduzi-la com as mesmas características do terceiro setor, embora não neguem algum vínculo com o mesmo.

Direcionando-se o foco de análise especificamente para a literatura brasileira sobre economia solidária, percebe-se que a ausência de consenso em torno dos conceitos continua presente, uma vez que se identificam inúmeros desdobramentos conceituais a partir desta. Neste sentido surgem nomes como *socioeconomia solidária*<sup>46</sup>, ênfase teórica defendida por Marcos Arruda, *economia popular e solidária*,<sup>47</sup> adotado pela *Cáritas*<sup>48</sup>, e ainda uma diversidade de outros nomes, muitos dos quais regionalizados, que não serão abordados neste texto, mas que não deixam de ter relevância. Sobre estes nomes utilizados por “diferentes” correntes de pensamento, fato que torna extremamente fértil a presente discussão, Lechat (2004, p. 157-158) tece importantes considerações, que caminham no sentido de acordar semanticamente tal discussão e contribui para tornar menos obscura essa caminhada teórica que aqui se inicia:

Pensando nos nomes usados por cada um, me parece que eles indicam mais uma identidade de grupo do que realmente o compartilhar de um sentido específico. Se Arruda concebe que *socioeconomia solidária* é no fundo a mesma coisa que *economia solidária*, os nomes servem para delimitar esferas de influência e poder, mais do que compreensões específicas. Por outro lado, se os nomes definem mais ou menos a qual grupo do campo da *economia solidária* as entidades e as pessoas que os usam pertencem, eles não dão garantia de expressarem noções unívocas. Pelo contrário, como comentei na introdução desta tese, eles devem ser entendidos mais como símbolos (no sentido usado por A. Cohen) do que como conceitos. Isto não impede que intelectuais tentem cunhar conceitos e tenham a seu respeito compreensões bem definidas mesmo se podem, às vezes, modificá-las ou torná-las mais precisas. Estamos numa situação de circulação entre a teoria e a prática, os conceitos e as noções, podendo um mesmo termo possuir *n* significações, mas dentro de certos limites que são seus atributos mínimos.

---

<sup>46</sup> Marcos Arruda (2003, p. 232), ao escrever um verbete sobre *socioeconomia solidária* esclarece que o referido termo “equivale à *economia solidária*, tendo como única diferença a ênfase no sentido social que deve ter a verdadeira *economia* [...]”

<sup>47</sup> Em entrevista concedida a Noëlle Lechat, Marcos Arruda expõe uma postura crítica em relação a este termo, afirmando que tal terminologia “aprisiona o projeto de uma outra *economia* aos setores populares, e eu não acho que ela é só dos setores populares. Ela é um outro projeto de *economia* que pretende envolver o setor privado e o Estado, num processo gradual. Mas ela vai envolver todos os atores numa outra maneira de fazer *economia* ... Por isto que eu tenho recusado usar o termo popular, mas não que eu não possa trabalhar com os companheiros da EPS” (LECHAT, 2004, p. 157).

<sup>48</sup> A *Cáritas* é uma instituição da Igreja Católica ligada à rede da *Cáritas Internacional*. Seus objetivos são de dar sustentação à ação social da Igreja, estando a mesma ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Fica claro, então, que a economia solidária parece sugerir alguns arcabouços teóricos enquanto terminologia aglutinadora de determinadas características, princípios e valores, sendo que estes representam “limites e atributos mínimos” a partir dos quais são tecidas roupagens distintas, as quais trabalham dentro de determinados horizontes de sentido específicos. Antes de tudo, essas noções diferenciadas não deixam de propiciar seu agrupamento enquanto perspectiva teórica/ideológica comum, a qual pode ser traduzida como a aspiração de consolidar uma forma diferenciada de fazer economia, que se contraponha ao modelo econômico capitalista hegemônico. Em última instância, “a expressão economia solidária dá uma impressão de generalização, uma expressão aglutinadora de milhares de experiências as mais diversas possíveis” (2004, p. 156-157).

Leia-se, então, que dentro do “campo econômico solidário” existem experiências extremamente diversificadas e heterogêneas, podendo, por vezes, adotar nomes diferenciados sem que este fato descaracterize a iniciativa enquanto pertencente à economia solidária. Neste sentido teoria e prática muitas vezes se confundem e o nome dado perde um pouco da importância em função da característica militante<sup>49</sup> dessa movimentação contra-hegemônica altamente sedutora. Essa afirmação fica bem demonstrada a partir de uma entrevista concedida a Noëlle Lechat (2004, p. 157) por Marcos Arruda no ano de 2002, o qual se expressa da seguinte maneira:

[...] Esse processo não é de ninguém, nós não temos autoria de nada. Também não é só dos espanhóis, também não é só dos franceses, também não é só dos latino-americanos, colombianos e argentinos. É de todo mundo ao mesmo tempo e o fato de esta idéia, qualquer que seja o nome, estar emergindo simultaneamente em diversas partes do mundo é a prova de que ela está sendo chamada pela realidade. Ela é uma imposição, uma demanda que se coloca para o mundo inteiro hoje; nós somos um grão de areia, uma gota no oceano dos que estamos buscando juntos um caminho alternativo. Não temos a menor pretensão de marca registrada.

A partir dessa linha teórica que será adotada em termos metodológicos e, principalmente, a partir desse acordo semântico realizado em torno do nome dado à

---

<sup>49</sup> De acordo com Lechat (2002, p. 137) existe atualmente no Brasil uma postura militante que busca formar e qualificar redes e empreendimentos solidários, além de persuadir sindicatos e a própria esquerda a respeito da importância estratégica do projeto econômico solidário na luta contra o sistema capitalista hegemônico. Segundo a autora, talvez este ativismo seja responsável pela atual indefinição no campo conceitual e teórico.

economia solidária, pode-se entender que a mesma é, como horizonte de sentido, uma forma diferenciada de organização dos trabalhadores frente às complexas e profundas transformações do mundo do trabalho, colocando-se como instrumento de luta contra a miséria e a pobreza que se fazem sentir desde a consolidação do sistema capitalista de produção enquanto modelo econômico hegemônico, fato que remonta, historicamente, ao início do projeto da modernidade.

Pode-se falar, a partir disso, em uma forma de organização peculiar pelo fato de que a economia solidária apresenta algumas características singulares e especiais que lhe permitem assumir uma identidade própria e se tornar um símbolo de luta contra o capitalismo de cunho neoliberal. Em suma, nas palavras de Lechat et al. (2007, p. 177), “existe um projeto ideológico que entende a economia solidária como uma proposta socioeconômica, política e cultural que busca o desenvolvimento humano dentro dos princípios democráticos e de respeito ao meio ambiente, a partir de relações sociais de produção autogestionárias, democráticas e solidárias, antagônicas às do sistema capitalista.”

Dentro desse contexto de pluralidade conceitual existente importa mencionar e analisar de forma pormenorizada o esforço teórico empreendido por um conjunto de autores, que se dedicaram de forma especial ao desenvolvimento de um conceito específico. Integram esse grupo estudiosos como Paul Singer, Luiz Inácio Gaiger, Euclides André Mance, Genauto de Carvalho França Filho, Jean-Louis Laville e Noëlle Lechat. Fica claro, no entanto, que a ótica conceitual utilizada pelos referidos autores apresenta pontos distintos e não concordes, que podem suscitar o aparecimento de algumas críticas.

Para começar a trilhar este caminho conceitual em torno da economia solidária pode-se utilizar o pensamento de Singer (2003, p. 116), que se expressa da seguinte maneira: “O conceito se refere a organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por duas especificidades: (a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos

mais desfavorecidos.” É, pois, muito parecida a ótica tecida por Gaiger (2003, p. 135), para quem as práticas econômicas solidárias

compreendem as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade. Aglutinando indivíduos excluídos do mercado de trabalho, ou movidos pela força de suas convicções, à procura de alternativas coletivas de sobrevivência, os empreendimentos econômicos solidários desenvolvem atividades nos setores da produção ou da prestação de serviços, da comercialização e do crédito. Apresentam-se sob a forma de grupos de produção, associações, cooperativas e empresas de autogestão e combinam suas atividades econômicas com ações de cunho educacional e cultural, valorizando o sentido da comunidade de trabalho e o compromisso com a coletividade social em que se inserem.

Um pouco diferenciado é, no entanto, o sentido dado por França Filho e Laville (2004), os quais esboçam sua conceituação a partir de cinco traços observados nos empreendimentos de economia solidária: pluralidade de princípios econômicos, autonomia institucional, democratização dos processos decisórios, sociabilidade comunitário-pública e, por fim, finalidade multidimensional.

O primeiro traço faz menção à origem dos recursos, que podem ter origens distintas no interior de um empreendimento solidário: “Trata-se da renda, oriunda do mercado como produto da venda ou da prestação de serviços, de subsídios oferecidos por poderes públicos ou entidades da sociedade civil e de dons que se originam das práticas solidárias, como o voluntariado ou a dádiva” (LECHAT, 2004, p. 160). É feita, contudo, uma observação por parte dos autores no sentido de que “os casos em que os recursos ao mercado ou aos poderes públicos exercem papel preponderante na iniciativa, indicam sua tendência à descaracterização enquanto economia solidária. Os casos de *clubes de troca* representam uma exceção em relação a esse ponto [...]” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 167). Essa ressalva aferida pelos referidos autores é, todavia, passível de crítica, como o faz Lechat (2004, p. 160), segundo a qual

este critério é bastante discutível, já que existem exceções. Além do mais, muitas empresas do setor capitalista obtêm também recursos tanto do mercado quanto do setor público. Quanto a recursos oriundos das práticas de reciprocidade, se em princípio eles não estão presentes, isto não impede

que em pequenas empresas possa ocorrer uma ajuda ocasional de parentes e isto sem remuneração, na base da ajuda mútua.

Outra característica aventada pelos autores em questão refere-se à independência das iniciativas, ou seja, que as mesmas sejam autônomas no que tange à gestão do empreendimento, o que “não impede sua interdependência em relação a outras organizações sob a forma de parcerias ou arranjos interinstitucionais de cooperação que preservam sua autonomia” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 168). Também sobre este ponto surgem algumas críticas, uma vez que este critério não serviria para distingui-lo de uma empresa capitalista (LECHAT, 2004).

O terceiro ponto faz menção à democratização dos processos decisórios, que é uma característica praticamente unânime nos trabalhos dos autores que se dedicam à economia solidária. Supõe que os processos de tomada de decisão nos empreendimentos econômicos solidários são coletivos e pautados pelo viés da participação democrática dos membros associados, ou seja, a autogestão do empreendimento é uma característica de grandioso valor. Fica claro, sem dúvida, que a prática autogestionária é uma das marcas mais significativas de tais iniciativas e, talvez, seja o grande fator que diferencie a economia capitalista da economia solidária. Neste sentido, de acordo com Singer (2003, p. 116),

a autogestão significa que a mais completa igualdade de direitos de todos os membros deve reinar nas organizações da economia solidária. Se a organização for produtiva (uma cooperativa ou associação de produção agrícola, extrativa ou industrial, por exemplo), a propriedade do capital deve estar repartida entre todos os sócios por igual, que em consequência terão os mesmos direitos de participar nas decisões e na escolha dos responsáveis pelos diversos setores administrativos da mesma. Outra modalidade de organização solidária é a cooperativa (ou outra forma de associação), que reúne pequenos produtores autônomos (agricultores, taxistas, recicladores de lixo, etc.) que fazem suas compras e/ou vendas em comum. A ela também se aplicam as regras da autogestão. O mesmo vale para clubes de troca, clubes de poupança, cooperativas de consumo, de crédito, habitacionais e assim por diante.

A característica posterior é a da sociabilidade comunitário-pública, que “sugere o fato de essas organizações desenvolverem um modo de sociabilidade singular, ao misturarem padrões comunitários de organização e relações sociais com práticas

profissionais. Este critério indica que o padrão de relações impessoais no trabalho não é tolerado nestas iniciativas (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 168). Lechat (2004, p. 160), no entanto, “a expressão é inabitual [...]. A economia solidária se caracteriza por relações sociais informais e práticas comunitárias que não podem, no entanto, fechar o grupo sobre si mesmo; Gaiger (1995c) já fazia esta advertência.”

Como fecho dessa conceituação aparece a finalidade multidimensional, característica unívoca apresentada por todos os teóricos da economia solidária. Isso quer dizer que os fins perseguidos não se esgotam no caráter econômico, uma vez que os anseios sociais, políticos, culturais e ecológicos ocupam lugar significativo nos objetivos a que se propõem os empreendimentos econômicos solidários. Existe uma ênfase importante na questão dos valores de cidadania e da qualidade de vida das pessoas em geral, fato que a torna significativamente diferente das empresas capitalistas. Acima de tudo a economia solidária não está preocupada apenas com os seus associados: “volta-se para questões que estão no seu próprio entorno ou na sociedade mais ampla, portanto, questões públicas” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 169).

A essa teorização extremamente fértil pode-se acrescentar uma visão conceitual da economia solidária de cunho institucional, ou seja, uma ótica formulada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)<sup>50</sup> que, na verdade, apresenta duas visões, uma de cunho mais filosófico e outra mais metodológica. Segundo o texto *O que é economia solidária* (2008), em relação à primeira, “economia solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem.” Em relação à segunda, de cunho mais metodológico, a mesma foi adotada como forma de operacionalizar um sistema de coleta de dados quando da realização, no Brasil, no ano

---

<sup>50</sup> Segundo informações retiradas do *site* do Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) foi criada no âmbito deste Ministério com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, fruto da proposição da sociedade civil e da decisão do Presidente Lula. Em consonância com a missão do referido Ministério, tem o objetivo de viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário. Mais informações podem ser encontradas no seguinte endereço eletrônico: [www.trabalho.gov.br/ecosolidaria/secretaria\\_nacional\\_apresentacao.asp](http://www.trabalho.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional_apresentacao.asp).

de 2005, do primeiro Mapeamento Nacional da Economia Solidária<sup>51</sup>, cujo objetivo era identificar os múltiplos empreendimentos econômicos solidários e as entidades de apoio e fomento a tais iniciativas.<sup>52</sup> Neste sentido, com o intuito de adotar uma metodologia que pudesse alcançar uma precisão aceitável em termos de qualificação e quantificação, alguns critérios conceituais foram utilizados de forma específica. Foi definido, de acordo com o *Atlas da Economia Solidária no Brasil- 2005* (2006, p. 11), um entendimento expresso nos seguintes termos:

No âmbito do SIES a Economia Solidária é compreendida como o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária. Nesse conjunto de atividades e formas de organização destacam-se quatro importantes características: cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade. É necessário perceber que essas características, embora sejam complementares e nunca funcionem isoladamente, podem ser observadas e compreendidas objetivamente como categorias analíticas diferentes, mas sempre presentes na Economia Solidária.

Permanece, no entanto, a ausência de um padrão terminológico consensual. Não existem, reafirma Lechat (2004, p. 161), “critérios e definições unânimes a respeito da economia solidária. As visões são plurais, bem como as realidades que este termo evoca.” O mesmo entendimento é compartilhado por Euclides André Mance (2002, s/p), segundo o qual

a noção de economia solidária abarca diversas práticas e não há um pensamento único sobre o seu significado. Ela está associada a ações de consumo, comercialização, produção e serviços em que se defende, em graus variados, entre outros aspectos, a participação coletiva, autogestão, democracia, igualitarismo, cooperação e intercooperação, auto-

---

<sup>51</sup> O referido mapeamento foi uma iniciativa do Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada a este ministério e criada em 2003. Os dados obtidos serviram para a criação do Sistema Nacional de Informações da Economia Solidária (SIES), um banco de dados eletrônico, com acesso facilitado e público. Segundo o *Atlas da Economia Solidária no Brasil- 2005* (2006, p. 9), “para a realização do trabalho de campo houve um amplo processo de mobilização nacional com a constituição de equipes gestoras estaduais (EGEs) e a formação de equipes de trabalho de campo envolvendo mais de 230 entidades e 600 técnicos e entrevistadores. Tal processo de mobilização permitiu maior reconhecimento e articulação da Economia Solidária em todo o território nacional. Para garantir a qualidade e fidedignidade das informações relativas à economia solidária, toda a equipe técnica (coordenadores, supervisores, entrevistadores, digitadores) recebeu formação e capacitação sobre o conteúdo e a metodologia do mapeamento.”

<sup>52</sup> Levando-se em consideração a metodologia apresentada pelo *Atlas da Economia Solidária no Brasil - 2005* (2006, p. 13), “as Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária são aquelas organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos econômicos solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e organizativa e acompanhamento.”

sustentação, a promoção do desenvolvimento humano, responsabilidade social e a preservação do equilíbrio dos ecossistemas.

Mance (2001, s/p) faz uma ressalva importante ao anteriormente afirmado, argumentando que “nem todas essas características estão presentes nas diversas práticas concretas que são elencadas no campo da economia solidária em estudos e análise distintas que temos encontrado.” Ciente desse detalhe importante, haja vista que a economia solidária não é um mero encaixe de peças dentro de uma forma padronizada, o autor em tela destaca exemplos que auxiliam na compreensão das distintas práticas econômicas solidárias. Neste segmento incluem-se

a Autogestão de Empresas pelos Trabalhadores, Fair Trade ou Comércio Ético e Solidário, Organizações de Marca e Credenciamento, Agricultura Ecológica, Consumo Crítico, Consumo Solidário, Sistemas Locais de Emprego e Comércio (LETS), Sistemas Locais de Troca (SEL), Sistemas Comunitários de Intercâmbio (SEC), Redes de Trocas, Economia de Comunhão, Sistemas de Micro-Crédito e de Crédito Recíproco, Bancos do Povo, Bancos Éticos, Grupos de Compras Solidárias, Movimentos de Boicote, Sistemas Locais de Moedas Sociais, Cooperativismo e Associativismo Popular, difusão de Softwares Livres, entre muitas outras práticas de economia solidária (2001, s/p).

As múltiplas formas conceituais e terminológicas apresentadas até o presente momento representam, portanto, um arcabouço teórico bastante vasto, com visões plurais, no qual as posturas expressam antagonismos naturais dentro de um campo analítico tão abrangente, complexo e diversificado como é o da economia solidária. Pode-se afirmar, por isso, que não existe consenso teórico sobre uma forma terminológica padrão, que nos possibilite traçar com exatidão um horizonte conceitual. Trata-se de um campo teórico ainda em construção, uma vez que a pluralidade de experiências e alternativas é grandiosa, assim como sua reprodução é constante.

Como opção metodológica da presente pesquisa e no intuito de preservar a dimensão emancipatória que acompanha a economia solidária, entende-se como importante efetuar um recorte operacional a partir das visões plurais já analisadas. Busca-se, neste sentido, destacar/preservar alguns valores e princípios que dão forma a esse movimento e que se constituem, em última instância, como horizonte ético-político na luta pela emancipação dos segmentos mais afetados pelos atuais processos de globalização excludente. Isso permite que novos ideais emancipatórios possam estar

presentes em graus diferentes e intensidade variada, ou ainda estar sendo gestados, não sendo perceptíveis num primeiro momento.

Adota-se, portanto, o entendimento de que a economia solidária compreende uma infinidade de iniciativas econômicas heterogêneas, variadas e singulares, empreendidas a partir da livre iniciativa de pessoas dispostas a combater as práticas capitalistas excludentes que geram miséria e pobreza (sejam oriundas das camadas populares ou não) por meio de arranjos coletivos nos quais a solidariedade assume uma posição destacada, possibilitando o incremento de um ideal econômico no qual o objetivo maior é o desenvolvimento das liberdades públicas e privadas das pessoas e não meramente o lucro. Embora em graus variados, esse processo vem permeado pela autogestão, como forma de organização administrativa, e pela posse coletiva dos meios produtivos, sendo, a partir dessa ótica, eliminadas gradativamente as relações meramente assalariadas que suscitam situações de competição e de dominação incompatíveis com a lógica econômica solidária.

Essa operacionalização conceitual não foge do entendimento geral que se tem da economia solidária. As peculiaridades apresentadas, no entanto, além de não buscarem fechar a questão em torno de um único pensamento, constituem-se como sustentáculo estrutural/ideológico da economia solidária e de sua infinidade de iniciativas, servindo de horizonte orientador que, acima de tudo, torna as iniciativas econômicas solidárias mais homogêneas, singularizando a perspectiva utópica dessa importante movimentação.

Em razão dessa orientação teórico-metodológica faz-se necessário, a partir de agora, focar a análise em algumas questões importantes que imprimem à economia solidária uma lógica distinta e peculiar, possibilitando o entendimento prático da mesma, fato que permite depositar fortes esperanças nesse ideal contra-hegemônico de emancipação social. As considerações a seguir expostas não são terminativas, ou seja, não encerram a questão de um modo absoluto, muito pelo contrário, servem tão-somente para conduzir o processo de entendimento desse campo tão abrangente a partir de alguns pressupostos escolhidos no sentido de facilitar a compreensão.

Diante disso, é possível perceber, juntamente com Gaiger (2003, p. 136), que “o termo empreendimento econômico solidário tem servido para referir os mais diversos tipos de experiências de economia solidária [...]. Adotam, em proporção variável, arranjos coletivos na posse dos meios de produção, no processo de trabalho e na gestão do empreendimento, minimizando a presença de relações assalariadas.” Essa minimização da relação hostil capital/trabalho é basilar para o desenvolvimento de um método econômico solidário e se faz sentir, principalmente, na forma como o trabalhador se relaciona com o fruto econômico de seu esforço e com as demais pessoas envolvidas no mesmo processo. Nesse sentido, em tais empreendimentos<sup>53</sup>, principalmente os organizados sob o modelo de cooperativas<sup>54</sup>, os sócios não são assalariados, uma vez que o retorno pelo trabalho efetuado ocorre sob a forma de retirada, o que quebra a relação hierárquica entre aquele que paga e aquele que recebe o salário, pois neste modelo todos pagam e todos recebem. As retiradas são variáveis, uma vez que dependem das receitas obtidas a partir do resultado econômico do empreendimento como um todo. Segundo Singer (2002, p. 12),

os sócios decidem coletivamente, em assembléia, se as retiradas devem ser iguais ou diferenciadas. Há empresas em que a maioria opta pela igualdade das retiradas por uma questão de princípios ou porque os trabalhos que executam são idênticos, ou quase. Mas a maioria das empresas solidárias adota certa desigualdade das retiradas, que acompanha o escalonamento vigente nas empresas capitalistas, mas com diferenças muito menores, particularmente entre trabalho mental e manual. Muitas empresas solidárias fixam limites máximos entre a menor e a maior retirada.

As razões que levam à admissão de certas disparidades em relação às retiradas têm fundamentações variadas de empreendimento para empreendimento. Pela própria historicidade de dominação sistêmica capitalista, em alguns casos os trabalhadores acham normal que algumas tarefas sejam mais valorizadas e adquiram um valor maior

---

<sup>53</sup> Os empreendimentos econômicos solidários apresentam uma variedade tão grande de formas e estruturas organizacionais que uma generalização seria uma ação descuidada. Neste sentido a característica a seguir explicitada é usualmente adotada quando o formato organizativo ocorre sob o viés cooperativo ou ainda em algumas associações específicas. No entanto, devido à multiplicidade de iniciativas, essa característica pode, muitas vezes, não estar presente nestes termos, ou se fazer sentir de uma forma variada, não sob o viés de retirada, mas sempre buscando reproduzir práticas que se contraponham à relação de assalariamento. Assim, nas iniciativas econômicas solidárias das mais variadas, adotam-se, com mais ou menos efetividade, formatos organizacionais coletivos no que tange à posse dos meios de produção, ao processo de trabalho e à gestão de tais empreendimentos.

<sup>54</sup> Deve ficar claro que nem todas as cooperativas operam sob orientações econômicas solidárias, uma vez que algumas não adotam a autogestão, por exemplo. A respeito dessas situações, Singer (2003a), vai falar em formas degeneradas de economia solidária.

do que outras, sendo que estes defendem e aceitam uma determinada hierarquia profissional em razão de se terem acostumado com essas práticas. Em outros casos a diferença de “retiradas” advém do risco existente de perder a colaboração de cooperadores mais qualificados, que conseguiriam melhores ganhos se trabalhassem em alguma empresa capitalista. Há, contudo, um planejamento racional no sentido de que pagar melhor (ou mais) para profissionais de reconhecida qualificação permitirá ao empreendimento alcançar ganhos também mais elevados, o que trará vantagens para o conjunto dos associados, inclusive para os que auferem retiradas menores<sup>55</sup> (SINGER, 2002).

Pode restar conclusa, a partir do afirmado, a inexistência de uma diferenciação real entre um empreendimento solidário e um capitalista, pois em ambos a disparidade existe e é aceita, sendo obedecidas as regras do mercado de trabalho. Singer, no entanto, alerta sobre a falsidade de tal impressão, ao alertar que há uma distinção primordial em termos de finalidade que faz com que se tolere, pelo bem coletivo, uma disparidade talvez apenas momentânea:

Na empresa capitalista, os salários são escalonados tendo em vista maximizar o lucro, pois as decisões a respeito são tomadas por dirigentes que participam nos lucros e cuja posição estará ameaçada se a empresa que dirigem obtiver taxa de lucro menor que a média das empresas capitalistas. Na empresa solidária, o escalonamento das retiradas é decidido pelos sócios, que tem por objetivo assegurar retiradas boas para todos e principalmente para a maioria que recebe as menores retiradas. Por isso, na empresa capitalista, os altos dirigentes recebem ordenados extremamente altos, além de prêmios generosos se as metas de lucros forem atingidas ou ultrapassadas. Na empresa solidária, os dirigentes podem receber as retiradas mais altas, mas elas quase sempre são muito menores que os ordenados de seus congêneres em empresas capitalistas (2002, p. 13-14).

Outro ponto que merece análise e que faz a singularidade de um empreendimento econômico solidário em comparação ao setor capitalista é o que tange à construção das competências. Uma vez que este trabalha a partir de conceitos que muitas vezes são contrários à lógica organizacional capitalista, administrar uma

---

<sup>55</sup> Singer (2002, p. 13) comenta o pensamento de John Rawls sobre a questão da desigualdade, afirmando junto com este “que alguma desigualdade é tolerável desde que ela sirva para melhorar a situação dos menos favorecidos. Como, em geral, os menos favorecidos são a maioria em quase todas as empresas – capitalistas e solidárias –, se nas últimas eles decidem que algumas categorias de sócios devem ter retiradas maiores, é de se esperar que esta decisão seja benéfica para eles. É a regra que John Rawls chama de *maximin*.”

iniciativa pautada pela solidariedade exige saberes peculiares, os quais não desmerecem os conhecimentos empreendidos com sucesso no setor não-solidário, afinal, nem tudo está errado neste setor. Dessa forma, quando se forma um novo empreendimento capitalista o mesmo é dirigido por alguém que já tenha demonstrado grande capacidade à frente de outra empresa, embora em contextos variados. Ainda segundo Singer (2003a, p. 21), “supõe-se que, de alguma maneira, a experiência adquirida alhures possa ser aproveitada no enfrentamento dos problemas da nova empresa.” O que pode restar explícito é que, a partir disso, vai se criando uma cultura empresarial própria, amparada na experiência, uma vez que existem relações complexas dentro destes empreendimentos que exigem que seus atores se moldem uns aos outros de modo a evitar conflitos. Neste sentido, “cada conflito travado, identificado e negociado é uma lição para os participantes, que passam a se conhecer e a ajustar suas condutas uns aos outros. Cada empresa forja deste modo sua cultura própria, que lhe confere estabilidade e condições para se desenvolver” (2003a, p. 21).

O surgimento de um empreendimento econômico solidário, por sua vez, obedece a uma lógica muito diferenciada, principalmente em relação aos objetivos que serão perseguidos e à condição social, política e econômica dos atores que irão participar. Ainda nas palavras do autor (2003a, p. 21-22),

em sua origem há em geral uma comunidade formada por ex-empregados duma mesma empresa capitalista ou por companheiros de jornadas sindicais, estudantis, comunitárias, etc. Os integrantes, por exemplo, de cooperativas formadas em assentamentos de reforma agrária compartilharam por vários anos acampamentos à beira de estradas e ocupações de fazendas, choques com a polícia, etc. Como vimos antes, uma empresa solidária surge não só para permitir ganhos aos sócios, mas como criação de trabalhadores em luta contra o capitalismo. É uma opção ao mesmo tempo econômica e político-ideológica. Ela exige dos seus integrantes uma opção contra os valores dominantes da competição individual e da primazia do capital sobre o trabalho.

Todo o empreendimento solidário é ao mesmo tempo uma “associação comunitária”, uma vez que não existe um contrato de trabalho e sim uma vontade individual de se engajar em um projeto coletivista, que funde as aspirações individuais com o destino dos outros integrantes engajados na mesma luta. A formação da competência para administrar e trabalhar em uma iniciativa solidária se dá por meio de cursos e de preparação profissional, os quais começam antes mesmo de o empreendimento iniciar seu funcionamento. Esta é uma das razões que tornam tão

importante a ajuda de colaboradores externos, como ONGs, sindicatos, entidades religiosas, incubadoras, etc. No momento em que de fato começa a funcionar a empresa solidária, os sócios já dispõem de uma bagagem em termos de autogestão que é crucial para o sucesso posterior (SINGER, 2003a). No entanto, a competência real para operar no ramo econômico específico ainda inexistente, pois “será construída ao longo da vida prática da empresa, analogamente ao que acontece na empresa capitalista. Só que nesta o aprendizado se limita principalmente aos integrantes do corpo de executivos, ao passo que na empresa solidária ele se estende a todos os membros” (2003a, p. 22).

O importante e singular processo de construção das competências, que são globais nos empreendimentos solidários, explica, em parte, a presença das diferenças em termos de retiradas, pois em seu desenvolvimento tais iniciativas não podem prescindir de especialistas, uma vez que vão operar em um setor no qual a concorrência é muito ávida, sendo interessante contar com colaboradores de elevada qualificação técnica, o que em muitos casos pode significar a diferença entre o sucesso ou o fracasso da iniciativa.

Embora já referenciado anteriormente, volta-se neste instante a uma das peculiaridades mais importantes da economia solidária e de suas iniciativas. Essa característica diz respeito à autogestão, ou seja, uma forma de administração dos empreendimentos em que os próprios trabalhadores são os gestores do mesmo. Com ela todos têm o mesmo poder de decisão por meio da consolidação de uma lógica democrática, na qual a igualdade entre os sócios se torna evidente quando se tem de tomar algum tipo de decisão. Isso leva a que a prática econômica solidária no interior dos empreendimentos seja muito diferente da organização interna de uma empresa capitalista. Singer (2002, p. 17) esclarece essa diferença observando que “nas empresas capitalistas aplica-se a heterogestão, ou seja, a administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade, entre os quais as informações fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo. Os trabalhadores do nível mais baixo sabem muito pouco além do necessário para que cumpram suas tarefas, que tendem a ser repetitivas e rotineiras.”

Como nessas empresas existe uma relação de hierarquia muito consolidada, estabelece-se um ambiente altamente competitivo entre seus trabalhadores e entre as

próprias instituições, uma vez que a objetivação produtiva se dá no sentido de maximizar a lucratividade. Neste formato organizacional fica muito complicado estabelecerem-se práticas de cooperação entre seus membros, pois não se criam as condições necessárias para tal fim, uma vez que a diferença de poder, de remuneração e de finalidade (a empresa capitalista objetiva sempre a maximização dos lucros) assim o impede. Nas palavras do autor (2002, p. 18), “competição e cooperação são, a rigor, incompatíveis entre si: se você coopera com seu rival, você o fortalece e ele pode vencê-lo na competição; se você não coopera com o seu colega ou com o setor que depende da sua ajuda, a empresa inteira pode fracassar.”

È de uma maneira totalmente contrária que se desenvolvem os empreendimentos solidários, os quais incentivam a participação de todos no processo administrativo, adotando a gestão democrática como estratégia, uma vez que, como já evidenciado, nesse tipo de iniciativa não são apenas os lucros que são almejados, mas, junto com estes, o desenvolvimento humano e social, aliado a uma eficiência que torne o lucro um fator também possível. Quando a empresa é pequena, “todas as decisões são tomadas em assembléias, que podem ocorrer em curtos intervalos, quando há necessidade. Quando ela é grande, assembléias gerais são mais raras porque é muito difícil organizar uma discussão significativa entre um grande número de pessoas” (2002, p. 18). O tamanho do empreendimento, contudo, não inviabiliza o viés democrático, ou seja, mesmo que não se organizem rotineiramente grandes assembléias, “os sócios elegem delegados por seção ou departamento, que se reúnem para deliberar em nome de todos. Decisões de rotina são de responsabilidade de encarregados e gerentes, escolhidos pelos sócios ou por uma diretoria eleita pelos sócios”<sup>56</sup> (2002, p. 18).

Para que este modelo realmente funcione é necessário um empenho bastante grande por parte de seus atores, que devem estar sempre informados do que ocorre no empreendimento. Neste sentido essa prática

exige um esforço adicional dos trabalhadores na empresa solidária: além de cumprir as tarefas a seu cargo, cada um deles tem de se preocupar com

---

<sup>56</sup> De acordo com Singer, em empresas solidárias de grandes dimensões criam-se determinadas hierarquias cujo funcionamento é diferente das iniciativas capitalistas, uma vez que as diretrizes a serem seguidas emanam de baixo para cima, ao passo que o fluxo de informações flui do topo para a base da organização: “Os níveis mais altos, na autogestão, são delegados pelos mais baixos e são responsáveis perante os mesmos” (2002, p. 18).

os problemas gerais da empresa. Esse esforço adicional produz ótimos resultados quando se trata de envidar mais esforços para cumprir um prazo, eliminar defeitos de um produto ou para atingir algum outro objetivo que todos desejam. O fato de todos ficarem a par do que está em jogo contribui para a cooperação inteligente dos sócios, sem necessidade de que sejam incentivados por competições para saber quem é o melhor de todos. Mas o esforço adicional torna-se desgastante quando é preciso se envolver em conflitos, tomar partido pró ou contra companheiros, participar de reuniões cansativas etc. (2002, p. 19).

Em razão desse esforço adicional o desinteresse dos sócios constitui-se como um inimigo bastante presente, uma vez que alguns, contaminados pelas práticas econômicas capitalistas historicamente reproduzidas, preferem deixar sob o comando de outros a opção decisória. Assim, “a prática autogestionária corre o perigo de ser corroída pela lei do menor esforço” (2002, p. 20). Fica evidente, todavia, que “as pessoas não são naturalmente inclinadas à autogestão, assim como não o são à heterogestão. Poucos optariam espontaneamente por passar a vida recebendo ordens, atemorizados com o que lhes possa acontecer se deixarem de agradar aos superiores. Aprende-se a obedecer e temer os ‘superiores’ desde os bancos escolares, num processo educativo que prossegue a vida inteira” (2002, p. 21).

Existe, neste sentido, um problema de auto-estima, uma vez que muitas pessoas que se envolvem nas práticas solidárias já “apanharam” tanto da vida que dificilmente conseguem desatrelar-se da lógica de serem apenas cumpridoras de ordens. Tais indivíduos apresentam dificuldades para expressar opiniões e assumir autonomamente o rumo de um negócio próprio, ou seja, alguns trabalhadores não conseguem imaginar-se ou se sentir como empreendedores, donos e responsáveis pelo próprio negócio. Por conseguinte, a percepção de que não são mais meramente empregados subordinados é uma construção gradual e por vezes extremamente complicada, uma vez que se desapegar de uma lógica patriarcal tão fortemente enraizada exige tempo, respeito e, acima de tudo, muita dedicação. No entanto, “essa carga alienante é sacudida quando a pessoa se envolve em lutas emancipatórias, que desafiam a ordem vigente. [...] Irmanar-se com os iguais, insurgir-se contra a sujeição e a exploração constituem experiências redentoras. Quando reiteradas modificam o comportamento social dos sujeitos” (p. 22).

Todas essas lutas e dificuldades estão presentes no cotidiano das práticas econômicas solidárias e constituem barreiras que vão sendo superadas paulatinamente,

sendo respeitada a necessidade temporal extremamente variada. Mesmo que de forma lenta, os laços de proximidade entre os atores que participam das movimentações econômicas solidárias vão sendo (re)construídos, a confiança vai se solidificando e o corpo de iniciativas vai se reproduzindo cada vez com mais avidez. Torna-se, dessa forma, perceptível que

crece o número de pessoas que se acostumaram a eleger autoridades, desde o grêmio estudantil, faculdades e departamentos na universidade, sindicatos e associações profissionais até prefeitos, governadores e presidentes da república e que não toleram mais trabalhar sob as ordens de chefias escolhidas pelos proprietários, cujo interesse – o lucro – é a única finalidade de todas as atividades desenvolvidas na empresa. Embora cresça ainda mais o número de desempregados e excluídos sociais, ou que estão ameaçados de o serem, e que recorrem à economia solidária para se reinserir num sistema cujos princípios organizativos aceitam como “naturais” (2002, p.23).

O caminho não deixa de ser longo, mas se observa que as portas de uma alternativa contra-hegemônica estão cada vez mais abertas, ampliando-se os horizontes em termos de conquistas das mais variadas. Experiências reais demonstram a viabilidade de tais práticas e reforçam o sentimento de que uma mudança é realmente possível, principalmente se esta unir os campos econômico, social, político e cultural dentro de um projeto comum.

Como já salientado no início desta explanação, a prática autogestionária, assim como a criação das competências e das relações peculiares que se fazem presentes na economia solidária podem ser analisadas a partir de outros recortes que não os utilizados no presente texto, uma vez que a variedade de iniciativas permite múltiplas visões e outras formas de desenvolvimento e consolidação das características referenciadas. Realidades diferentes, mas não antagônicas, podem ser observadas, por exemplo, nos clubes de trocas, no comércio solidário ou em outras experiências não organizadas sob o modelo das cooperativas ou empresas solidárias. Deve ficar entendido, no entanto, que outros formatos, que não deixam de ter caráter econômico solidário, são possíveis; é esta riqueza multiforme que será analisada a partir de agora, como forma de aproximação da realidade concreta e como mecanismo de demonstração de que esta outra economia é realmente possível.

## 2.3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA PRÁTICA

**Muita gente pequena, em muitos lugares pequenos, fazendo coisas pequenas, mudarão a face da terra (Provérbio Africano).**

### 2.3.1 Um olhar panorâmico sobre sua diversidade

Já se afirmou diversas vezes no presente estudo que as práticas de economia solidária são extremamente heterogêneas, conservando, porém, nessa diversidade posturas similares e uma proposta contra-hegemônica que as une em um grande movimento em favor de um mundo mais solidário, no qual todos possam ter o gozo de suas liberdades tanto públicas quanto privadas.

Nessa atmosfera complexa e diversa surgem inúmeras iniciativas, a serem relatadas concretamente, possibilitando a compreensão de tais experiências de uma forma mais aprofundada, fato que torna possível o entendimento de todo o seu potencial emancipatório. Ao adjetivar as experiências de economia solidária como heterogêneas, está-se fazendo referência a práticas que englobam iniciativas extremamente variadas, como grupos de produção comunitária, comércio solidário, financiamento solidário, clubes de troca ou sistemas locais de comércio e emprego, autogestão de empresas pelos trabalhadores, difusão de softwares livres e um número ainda grande de outras práticas.

Cabe destacar que essa variedade de formas apresenta um formato organizacional estruturado em redes, sistemática que torna sua articulação mais fácil e sua sobrevivência um fato possível. No entanto, esse sistema de organização em redes de colaboração será explicitado no capítulo seguinte, sendo objeto de uma análise mais detalhada. Por ora a análise concentrará o foco analítico sobre algumas experiências concretas, as quais foram delineadas no parágrafo anterior. Desse modo, a caminhada pelos tortuosos caminhos das iniciativas solidárias pode começar a ser trilhada a partir

das práticas produtivas comunitárias de gêneros diversos. Nesse sentido, Mance (2002, p. 29) relata que

a produção familiar de gêneros para alimentação, vestuário, higiene e limpeza é uma prática habitual em muitas regiões da maioria dos países. Nos períodos de crise econômica e aumento do desemprego, contudo, ela é superada, em inúmeros casos, por uma produção comunitária que se organiza em função das necessidades imediatas e que surge de maneira quase espontânea, sem nenhuma perspectiva estratégica de pretender constituir-se, a longo prazo, em uma alternativa auto-sustentável.

Muitas dessas iniciativas produtivas, porém, surgem por meio de ajuda externa empreendida por grupos de apoio e fomento, tais como ONGs, igrejas, governos, dentre outros. No entanto, apesar de o volume da contribuição nesse segmento produtivo ser muito grande em todo o globo, “a maior parte da riqueza aí produzida, entretanto, não é contabilizada no PIB dos países, ficando estatisticamente invisível e designada com o manto da economia informal” (2002, p. 30).

Cabe também destacar a existência de redes internacionais de comércio solidário, as quais têm o início de sua história na década de 1960. Segundo o autor (2002, p. 30), “trata-se, em geral, de organizações do Norte que praticam o *comércio justo ou equo e solidário*, importando produtos dos países do sul do mundo, pagando por eles um justo preço, substituindo as regras do mercado pelas da solidariedade.” A prática desse tipo de comércio é responsável pela existência de um grande número de postos de trabalho, sendo relevante o fato de que garante uma remuneração digna aos trabalhadores, contribuindo de forma positiva nas comunidades locais para que as mesmas consigam se desenvolver de forma sustentada. É necessário frisar que

na Europa, América do Norte, Ásia e Oceania há milhares dessas lojas. Importa destacar que participam desse sistema unidades produtivas que prezam o regime de produção solidária, que produzem respeitando princípios ecológicos e que adotam a gestão democrática. Diversas organizações de comércio solidário participam, atualmente, de uma federação européia com o mesmo fim, a European Fair Trade Association (EFTA), fundada em 1990, que congrega nove centrais de importação instaladas na Áustria, Bélgica, França, Grã-Bretanha, Alemanha, Itália, Noruega, Holanda e Suíça. Em 1995, o faturamento em vendas dos produtos do Comércio Equo e Solidário na Europa somou o equivalente a

205 milhões de euros, e vem crescendo aproximadamente 5% ao ano neste continente (2002, p. 30).

Outra forma de organização coletiva, relevante à presente reflexão, são os Sistemas Locais de Emprego e Comércio (LETS, na abreviação inglesa): “A idéia básica desse modelo é permitir que membros de uma mesma comunidade possam intercambiar bens e serviços entre si sem a mediação de moedas oficiais, ativando a geração e o consumo de produtos e serviços locais, beneficiando a comunidade e particularmente as pessoas que têm pouco dinheiro [...]” (2002, p. 32). A partir dessa lógica os participantes dessas comunidades podem criar reservas de fundos para adquirir outros produtos necessários à sua sobrevivência e que não são disponibilizados pelas mesmas. De acordo com o autor, as variações desse sistema são bastante grandes, mas apresentam um ponto convergente no sentido de que os participantes aceitam disponibilizar bens e serviços uns aos outros em permutas multi-recíprocas. No modelo inicial eram publicadas listas que continham os itens disponíveis para o comércio e o nome das pessoas que os estavam ofertando, além de conter o registro das transações. De forma constante créditos e débitos eram compensados, abrindo-se mão das transações em moeda corrente. A partir de um processo de melhoria

outros LETS desenvolveram um software, visando agilizar o sistema de compensações. Em outras variações desse sistema foram criadas moedas locais que circulam entre os participantes. Com o aperfeiçoamento do modelo surgiu o Multi-LETS que permite aos participantes intercambiar produtos e serviços em diversos LETS, compensando-se créditos e débitos em seu conjunto. Outra variação desse modelo, desenvolvida na Argentina, que utiliza moedas sociais, deu origem à Rede Global de Trocas que expandiu-se rapidamente e que, no ano de 2000, possuía 600 Clubes de Troca, nas 15 províncias daquele país, com cerca de 300 mil participantes (2002, p. 32-33).

Os benefícios e potencialidades dos Clubes de Troca<sup>57</sup> são bastante promissores, uma vez que viabilizam uma forma alternativa de comercialização, reunindo pessoas normalmente em situação de desemprego e que se encontram desocupadas, muito

---

<sup>57</sup> Retomando a idéia de autogestão e de participação democrática dos membros, Singer (2002, p. 106) esclarece que nos Clubes de Trocas são criadas moedas próprias, que em geral carregam um forte apelo ideológico, tais como *green dollar*, real solidário, etc. Além disso o grupo escolhe democraticamente seus dirigentes e estabelece a taxa de câmbio da sua moeda e “sua repartição por igual entre todos os membros. Para facilitar o intercâmbio, os clubes promovem reuniões e feiras de troca periodicamente, em que cada membro se apresenta aos demais, descreve o que tem para vender e o que precisa comprar.”

embora possam dar formas variadas de contribuição econômica se determinadas condições forem criadas. Neste sentido Singer (2002, p. 105-106) destaca que esse formato de trocas mútuas “reúne pessoas desocupadas que têm possibilidade de oferecer bens ou serviços à venda e precisariam comprar outros bens e serviços, mas não podem fazê-lo porque para poder comprar tem antes de vender e no seu meio não há quem tenha dinheiro para poder comprar sem ter vendido antes.”

Os clubes de troca são uma inovação recente dentro da economia solidária, os quais possibilitam alcançar resultados extremamente satisfatórios sob os mais distintos pontos de vista, englobando ganhos nos setores econômico, cultural, social e individual. O clube de troca torna possível e real um tipo de mercado que só existia potencialmente. Lembra o autor (2002, p. 106) que

economicamente, há vantagens para todos: os que estavam parados passam a trabalhar e a ganhar, os que estavam carentes satisfazem necessidades. Há, além destas, vantagens culturais que todas as formas de economia solidária proporcionam. Pessoas há tempo sem trabalho se isolam socialmente, entram em crise familiar e pessoal. O clube de troca favorece novos contatos, o início de novas amizades, traz oportunidades de trocas não-econômicas de afetos, favores, gentilezas. Em sua dinâmica o clube atrai novos membros e permite que vários se associem em outros empreendimentos solidários, tais como cooperativas de produção, de crédito, de compras e vendas etc.

Outra prática solidária bastante interessante é a que envolve, nas áreas de altas tecnologias, a produção e o compartilhamento de *softwares* sem o apelo primeiro da comercialização ou da busca de ganhos com tais produtos. Na verdade, são programas e sistemas que podem ser gratuitamente utilizados, modificados e reproduzidos sem que para isso deva ser paga alguma quantia pecuniária, uma vez que são disponibilizados sob os regimes *freeware* e *copyleft*<sup>58</sup>. Na Internet o número disponível desses produtos é crescente, o que contribui para o engrandecimento e o ganho de força do movimento pelo *software livre*<sup>59</sup>, fato que contribui cotidianamente para o aperfeiçoamento e a

---

<sup>58</sup> Nas palavras de Mance (2002, p. 35) “Tratam-se de programas e sistemas que, sob esses regimes, podem ser gratuitamente utilizados, modificados e reproduzidos sem a necessidade de qualquer pagamento aos seus criadores.”

<sup>59</sup> De acordo com Mance (2002, p. 35) o software livre é “um regime de distribuição em que o código fonte é disponibilizado com os arquivos executáveis, permitindo que todas as linhas do programa sejam

disseminação de sistemas que trabalham sob essa sistemática. Como exemplo do afirmado pode ser citado o sistema operacional *Linux*, bem como uma vasta linha de aplicativos compatíveis com o mesmo, tendo sido inteiramente divulgado o código-fonte dos programas. A partir desses *softwares*, que podem ser conseguidos de maneira totalmente gratuita, é possível articular redes de comunicação entre unidades produtivas, tendo como aparato tecnológico computadores em desuso, ou, além disso, trazer para dentro dos empreendimentos as novidades da tecnologia da informação a um custo zero, uma vez que não haveria necessidade de gastos com a compra de *softwares*. Em última instância, os *softwares* livres, e, de maneira especial, o sistema operacional Linux são paulatinamente aperfeiçoados por um número muito grande de programadores que trabalham em rede, de forma solidária e cooperativa por meio da Internet (MANCE, 2002).

Um caso especial a ser destacado, no campo das experiências específicas e particulares, é o complexo cooperativo de Mondragón, o qual tem sua origem, em 1956, numa pequena cidade basca, que tem o mesmo nome da cooperativa, a partir da iniciativa de José Maria Arizmendiarrreta, melhor conhecido como padre Arizmendi. Trata-se, na verdade, como afirma Singer (2002, p. 98-99), provavelmente,

do maior complexo cooperativo do mundo, que combina cooperativas de produção industrial e de serviços comerciais com um banco cooperativo, uma cooperativa de seguro social, uma universidade e diversas cooperativas dedicadas à realização de investigações tecnológicas. O que torna Mondragón ainda mais notável é a aplicação coerente dos princípios do cooperativismo a todas as sociedades: elas não empregam assalariados, a não ser em caráter excepcional<sup>60</sup>. Sem ignorar as dificuldades que o cooperativismo de Mondragón enfrenta, é inegável que ele procura

---

conhecidas e que as mesmas possam ser alteradas, conforme as conveniências do usuário que também pode utilizar e reproduzir livremente o programa.”

<sup>60</sup> Dados recentes sobre Mondragón indicam um grande e rápido crescimento no que tange à quantidade de trabalhadores envolvidos, uma vez que em 1992 eram 25.322 pessoas e esse número subiu, em 2006, para 83.601. As informações do próprio *site* indicam que uma parcela significativa de todo esse contingente ainda não é sócia, uma vez que prestam serviços na área de distribuição fora do país basco ou em plantas industriais situadas no estrangeiro. É importante frisar que o número de associados no país basco chega a 80%, sendo que os que ainda não são sócios estão nessa condição de forma transitória, uma vez que geralmente se convertem em sócios em um prazo de 2 a 3 anos. Como explicação para um índice elevado de trabalhadores não associados registra-se o fato de que inexistia uma legislação cooperativa adequada nas novas zonas de implantação. Mesmo envolvendo não-sócios, o plano estratégico de Mondragón para o período de 2005-2008 contempla a aplicação gradual, nas principais filiais, de um modelo de empresa participativa que canalizará a participação dos trabalhadores na propriedade e gestão da empresa. As informações aqui referidas podem ser acessadas por meio do seguinte endereço eletrônico: [www.mcc.es/esp/estructura/estructura.html](http://www.mcc.es/esp/estructura/estructura.html).

realizar a autogestão numa medida que hoje, infelizmente, é difícil de encontrar nas grandes organizações cooperativas.

O modo de funcionamento desse modelo cooperativo é extremamente interessante pela sua complexidade e por seu apelo precípua às práticas solidárias. Nessa linha, logo em seguida à criação da primeira cooperativa, foi criado um banco cooperativo que, apesar de algumas resistências iniciais, foi consumado no ano de 1959, tendo recebido o nome de Caja Laboral Popular. Lembra Singer (2002, p. 101) que “daí em diante, ela exerceu funções essenciais não só de prestação de serviços financeiros mas na formação de novas cooperativas, funcionando como incubadora das mesmas.” Os serviços prestados pela Caja foram sendo ampliados, tendo a mesma passado a atuar na área da assistência social – saúde, pensões e aposentadorias – aos trabalhadores das cooperativas. Mais tarde essa iniciativa deu origem a uma cooperativa independente, que recebeu o nome de Lagun-Aro e passou a desempenhar um papel fundamental “no enfrentamento do desemprego, quando as cooperativas de Mondragón foram atingidas pela crise do início dos anos 1980. A partir de então, a Lagun-Aro passou a receber uma taxa de 0,5% sobre a folha de pagamento de cada cooperativa para formar um fundo de ajuda aos desempregados. Em 1985, a taxa havia subido para 2,35%” (2002, p. 101).

A Lagun-Aro tem uma função vital quando as cooperativas enfrentam redução nas suas vendas e isto as obriga a dispensar membros. Quando isso acontece, a responsabilidade pela recolocação de tais pessoas em outra cooperativa que enfrenta melhores condições é do próprio grupo cooperativo, que tem essa iniciativa como princípio de funcionamento. Ainda segundo o autor (2002, p. 101-102),

se as demais cooperativas do grupo não puderem absorver os membros que não tem trabalho nas cooperativas em crise, a responsabilidade passa à Lagun-Aro. Esta procura encontrar alguma cooperativa, nos demais grupos cooperativos, que necessite de novos membros e encaminha os dispensados a ela, cobrindo os custos da transferência, inclusive perdas de retirada para os transferidos, quando se supõe que passada a crise eles retornarão à sua cooperativa de origem. Se a transferência for considerada definitiva, a Lagun-Aro cobre apenas despesas extraordinárias. Enquanto membros estão sem trabalho, eles recebem da Lagun-Aro 80% de suas retiradas.

Cabe ainda um comentário sobre a Universidade de Mondragón, que contava em 2001 com 3.715 alunos. Os cursos oferecidos se concentram em torno das engenharias e humanidades de interesse empresarial. Segundo Singer (2002, p. 103-105),

junto a ela funciona o Ceprede (Centro de Predição Econômica), associada a Lawrence Klein, prestigiado centro estadunidense, e que tem como associados, além de Mondragón, as principais empresas espanholas. [...] Ela é o mais completo exemplo de uma economia solidária que não é intersticial, mas possuidora de sua própria dinâmica. Ao contrário das cooperativas de produção na França, na Grã-Bretanha e também no Brasil, que surgem majoritariamente da quebra de empresas capitalistas, o agrupamento cooperativo de Mondragón surge de um processo autônomo de acumulação, que se inicia na comunidade católica de Mondragón e passa a se alimentar das sobras reinvestidas pelas cooperativas e do financiamento pela Caja Laboral Popular, a qual torna o cooperativismo desta região da Espanha efetivamente independente da intermediação financeira capitalista. (p. 105)

Por fim, outra prática econômica solidária a ser destacada é a de bancos cujo objetivo é o financiamento de projetos solidários e ecológicos. Neste sentido, “em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, têm surgido os Bancos do Povo – inspirados no Grameen Bank de Bangladesh –, não fazendo empréstimos a uma pessoa, mas a um grupo solidário, o qual assume a responsabilidade pela dívida. Em vários países vêm surgindo organizações coletivas para captar poupança e redistribuí-la, investindo-se em atividades solidárias” (MANCE, 2002, p. 31). Como forma de melhor representar este tipo de experiência, será realizada uma análise mais aprofundada do Banco da Aldeia, ou Grameen Bank, instituição que tem um trabalho extremamente bem sucedido no combate à pobreza via concessão de microcrédito.

### **2.3.2 O Grameen Bank (Banco da Aldeia)**

Um dos exemplos mais entusiasmantes e interessantes em termos de economia solidária é, sem dúvida nenhuma, o Grameen Bank (Banco da Aldeia) de Bangladesh, o qual é fruto de um conjunto de esforços inspirados e coordenados por Muhammad Yunus que, na época inicial do Grameen, era coordenador do Departamento de Economia da Universidade de Chittagong.

O início de tudo data do ano de 1974, período em que Bangladesh viveu uma grande fome coletiva, na qual os famintos se espalhavam por quase todos os lugares. Yunus (2000, p. 13) relata que “eles estavam por toda a parte. Era difícil distinguir os vivos dos mortos. Homens, mulheres, crianças: todos se pareciam. Sua idade era algo insondável. Os velhos tinham aspecto de crianças, as crianças pareciam velhos.” O governo procurou criar locais para distribuição de sopa, mas esta se acabava muito antes de contemplar todas as pessoas que dela precisavam, as instituições religiosas juntavam forças para recolher os corpos e providenciar uma sepultura decente, porém os cadáveres eram muitos e se multiplicavam em um ritmo tão rápido que a idéia acabou sendo abandonada. Não existia maneira de não ver os famintos, uma vez que estavam em todos os lugares, assustadoramente calmos, não exprimindo qualquer tipo de reação ou gritando por ajuda. Na verdade, nada esperavam das outras pessoas, não condenando aqueles que podiam saciar a fome e evitar a morte por inanição (YUNUS, 2000).

Yunus observou com muita propriedade que a fome não estava sendo causada pela falta de comida, mas sim pela impossibilidade de um grande número de pessoas comprar alimentos, ou seja, o seu problema era financeiro. Dessa forma, inconformado com os ensinamentos econômicos acadêmicos<sup>61</sup>, decidiu ir a campo com seus colaboradores (alunos e outros professores) para “compreender a realidade que cerca a existência de um pobre, descobrir a verdadeira economia, a da vida real – e, para começar, a da pequena aldeia de Jobra.” (2000, p. 15)

Em sua investigação junto a essa aldeia, que ficava próxima à universidade, foi constatado que as pessoas realmente pobres não eram

os camponeses proprietários de terra, mas os que não tinham nenhum tipo de propriedade, em sua maioria mulheres: viúvas, abandonadas ou divorciadas, quase sempre com filhos. Trabalhavam por conta própria, como artesãs ou agricultoras, e adquiriam seus meios de produção por empréstimo dos comerciantes agiotas que depois lhes compravam a produção. Os juros que cobravam não deixavam aos pobres mais do que o estritamente necessário para sobreviver. Estavam assim enredados numa situação de penúria, que não lhes deixava escapatória (SINGER, 2002, p. 76).

---

<sup>61</sup> De acordo com a narrativa do próprio Yunus, suas aulas eram uma sala de cinema onde se podia relaxar de forma tranqüila, certos de que a vitória do herói viria mais cedo ou mais tarde. No entanto, quando saía da sala de aula o mundo real se fazia sentir, um mundo no qual os “heróis eram moídos de pancadas, selvagemmente pisoteados [...]” (2000, p. 14).

O relato que Yunus tece sobre a realidade de uma dessas pessoas que, de modo geral, caracteriza a forma de vida de uma imensa quantidade de gente, é de causar comoção e serve para entender um pouco mais as origens e a continuidade da pobreza em Bangladesh: Sufia Begum era uma jovem de 21 anos, mãe de três filhos, que trabalhava de sol a sol em um ciclo infundável de miséria. Seu trabalho consistia em fabricar tamboretos de bambu, os quais vendia, na época, a um valor de 5 takas e 50 paisas (moeda de Bangladesh que correspondia mais ou menos a 24 centavos de dólar). No entanto, Sufia não tinha dinheiro para comprar o bambu necessário a sua produção, por isso tinha que pegar a matéria-prima emprestada de um agiota (*paikars*), o qual vinculava o empréstimo à venda do tamborete no final do dia. O preço cobrado pelo material correspondia a 5 takas, ou seja, 22 centavos de dólar, os quais eram compensados na hora da venda. Dessa forma, a jovem trabalhava penosamente por um dia inteiro para conseguir um lucro de 2 centavos de dólar, uma lucratividade que jamais lhe possibilitaria, por mais que trabalhasse, deixar sua condição de miséria.

Essa situação parece uma coisa absurda, mas representava a realidade de milhões de pessoas moradoras de Bangladesh. Não passa pela cabeça da imensa maioria que alguém viva em uma condição de tamanha precariedade por lhe faltarem 22 centavos de dólar. A partir dessa constatação revoltante, Yunus e sua equipe mapearam, na aldeia de Jobra, o número de aldeões que, assim como Sufia, tinham que pegar empréstimos de intermediários para poder trabalhar. O resultado foi uma lista com 42 pessoas, as quais “tinham tomado emprestado um total de 856 takas, ou seja, menos de 27 dólares para o grupo todo” (YUNUS, 2000, p. 23). Yunus reuniu essa quantia de dinheiro de seu próprio bolso e a emprestou ao grupo de forma descompromissada, de modo que pudesse superar os intermediários e comercializar o produto de seu trabalho em um lugar no qual pagassem os melhores preços. Segundo o autor (2000, p. 24), “essas pessoas não eram pobres por estupidez ou por preguiça. Elas trabalhavam o dia inteiro, realizando tarefas físicas muito complexas. Eram pobres porque as estruturas financeiras de nosso país [Bangladesh] não tinham a disposição de ajudá-las a melhorar sua sorte. Era um problema estrutural e não individual.”

Foi a partir desse primeiro empréstimo que começou a empolgante e eficiente história do Grameen Bank, uma história de luta contra a pobreza, um flagelo que destrói a própria condição humana e tudo o que a mesma representa. Nesse sentido, “foi um longo caminho percorrido, dos 27 dólares emprestados a 42 pessoas em 1976 até os 2,3 bilhões de dólares emprestados a 2,3 milhões de famílias em 1998. [...] Os programas do Grameen se estendem por todo o mundo, do Equador à Eritreia, de ilhas no círculo polar ártico até a Papua-Nova Guiné, no sul, dos guetos do centro de Chicago até as comunidades remotas das montanhas do Nepal” (2000, p. 26).

O Grameen tem uma história bastante incomum, a começar por sua histórica briga com o Banco Mundial (Bird) e outros tipos de instituições que sempre insistiram que o modelo utilizado era inviável. Para entender melhor essa disputa, torna-se necessário, antes de tudo, compreender as singularidades do trabalho que é desenvolvido. Em primeiro lugar, o Grameen é um banco que concede pequenos empréstimos (microcrédito) às pessoas que dele necessitam e que em um banco tradicional não conseguiriam obter. Os financiamentos concedidos são pequenos, em média chegam a 150 dólares por pessoa (no começo eram muito menores esses valores), e são efetuados sem a burocracia comumente verificada e sem as papeladas intermináveis muito comuns nos bancos convencionais. O dinheiro emprestado é usado por essas pessoas de maneira extremamente variada, as quais criam pequenos empreendimentos como forma de retirar dele uma renda que lhes permita melhorar sua condição de vida. Uns compram bambu para fabricar artigos diversos, outros compram uma vaca, financiam suas plantações de arroz, enfim, os empréstimos são utilizados de forma criativa pelos financiados, sendo incentivadas habilidades desconhecidas, que possibilitam a geração de ganhos financeiros e o distanciamento da pobreza.

Outro ponto especial é que o Grameen não exige garantias para conceder seus empréstimos, afinal, pessoas que vivem em condições de extrema pobreza não têm qualquer tipo de garantia para oferecer. Quando indagado sobre a questão das garantias, imprescindíveis em outras instituições de crédito, Yunus (2000, p. 40) responde que

os pobres têm amor próprio e a pressão dos que estão com eles no grupo de financiados. Nós trabalhamos com os mais desprovidos, num dos países mais pobres do planeta, com aldeões bengalis sem terra que nunca tocaram nenhum dinheiro na vida, mulheres que não sabem ler nem escrever, mulheres que não ousam ficar próximas de um homem e cobrem o rosto na presença de estranhos. Pois bem, registramos com elas um índice de recuperação superior a 98%!

A relação de proximidade com as mulheres é outra característica especial do Grammen, uma vez que o banco concentra quase a totalidade de suas ações nas mesmas. Assim, segundo dados do seu próprio *site*, o Grameen Bank passou a ter, a partir de fevereiro de 2008, 7,45 milhões de mutuários, 97% dos quais são mulheres. Seus 2.499 balcões prestam serviços em 81.334 aldeias, que abrangem mais de 97% do total das aldeias em Bangladesh. Todo esse foco nas mulheres não é de graça, existe uma explicação muito equilibrada para tal fato, a começar pela compreensão de que ser pobre em Bangladesh é uma situação muito dura, mas é muito pior quando se é mulher<sup>62</sup>.

Além do argumento no sentido de suas dificuldades sociais, há uma razão ainda mais importante para que os empréstimos concedidos pelo Grameen tenham como destinatárias as mulheres. Foi percebido que estas, em situação de miséria, se adaptam mais rapidamente à metodologia do banco, sendo também mais aplicadas e sempre buscando um engajamento coletivista no sentido de garantir o futuro dos filhos, além de ter maior empenho no trabalho. Somada a esses fatores figura a compreensão de que os gastos efetuados pelas mulheres beneficiam mais o conjunto familiar, uma vez que os homens têm preocupações mais individuais e os filhos não representam para eles uma prioridade absoluta. Ainda de acordo com Yunus (2000, p. 117), “quando um pai miserável começa a aumentar sua renda, ele primeiro se ocupa de si mesmo. Nessas condições, por que o Grameen confiaria nos homens?” (p. 117) Por outro lado, “quando uma mãe miserável começa a ganhar um pouco de dinheiro, é primeiro aos filhos que

---

<sup>62</sup> Bangladesh é um país muçulmano em que as restrições às mulheres são rigorosas. Segundo Yunus (2000, p. 116-117), “ser pobre coloca a mulher numa situação de insegurança permanente – incerteza que pesa sobre o futuro, pois a qualquer momento o marido pode expulsá-la da casa da família. Para se divorciar ele precisa apenas pronunciar três vezes a fórmula: “Eu a repudio”. A mulher pobre não sabe ler nem escrever, e em geral não lhe permitiram sair de casa para ganhar dinheiro, mesmo que ela tenha manifestado essa vontade. Na casa dos sogros ela também está em situação precária, pela mesma razão que estava na de seus pais: a única coisa que eles esperam é que ela vá embora, pois assim terão uma boca a menos para alimentar.”

ela destina suas rendas. Depois vem a casa: ela compra alguns utensílios, refaz o teto e melhora as condições de vida da família” (2000, p. 117).

Não basta, no entanto, ser mulher para conseguir um financiamento do Grameen, pois existe todo um trabalho realizado antes que seja concedido o empréstimo, fato que garante, em um primeiro plano, o sucesso dessa iniciativa. Destaque-se que, originariamente, não se sabia ao certo como montar um banco destinado aos pobres, o que significou um processo de aprendizado constante (e de muitos erros) até que se chegasse a um modelo efetivamente eficiente que se moldasse ao contexto social de sua atuação. Dessa forma, foi se constituindo um sistema próprio de empréstimos e de recuperação que consistia primeiramente na formação de um grupo, uma vez que isto geraria maior solidez e maior autoconfiança por parte daqueles que encarariam um financiamento. No dizer de Yunus (2000, p. 135), “individualmente, um pobre se sente exposto a todos os tipos de perigos. O fato de pertencer a um grupo lhe dá uma sensação de segurança. O indivíduo isolado tem tendência a ser imprevisível e indeciso. Num grupo ele se beneficia do apoio e do estímulo de todos e, com isso, seu comportamento se torna mais regular e ele passa a ser um financiado mais confiável”

Nessa experiência todo candidato que deseja receber um empréstimo deve formar um grupo com pessoas que não sejam de sua relação de parentesco, com os mesmos ideais e na mesma situação socioeconômica: “Os pedidos de empréstimo individuais devem, então, ser aprovados pelo grupo, que a partir de então se sente moralmente responsável por eles. Em caso de dificuldade, os membros do grupo se ajudam uns aos outros” (2000, p.135-136). Existe um entendimento no sentido de que os grupos devem ser formados por eles próprios, ou seja, sem grande interferência do banco nesse processo, no entendimento de que a relação de solidariedade restaria mais fortalecida se ocorresse dessa maneira.

A iniciativa do Grameen demonstrou que as dificuldades em montar um grupo de financiados são extremamente grandes, já que o contato com pessoas externas à família é complicado. Muitas pessoas ficam assustadas com a idéia de pegar dinheiro emprestado e, no caso particular das mulheres, necessitam da autorização dos maridos

que muitas vezes, principalmente no início, negavam a mesma. Os grupos, em geral constituídos por cinco pessoas, demoram a se formar, e quando isso finalmente ocorre, ainda é necessário passar por um processo de treinamento que permita compreender todo o funcionamento singular do banco. O tempo decorrido da formação do grupo e do treinamento pode variar de umas poucas semanas até meses, dependendo de cada contexto ou conjunto de candidatos. Quando ocorre o reconhecimento e sua entrada no Grameen, as reações são surpreendentes:

Na noite que antecede a sua entrada no Grameen muitas mulheres ficam tão preocupadas e nervosas que rezam a Alá pedindo ajuda. Algumas ficam tão angustiadas que, às vezes, na véspera do exame de entrada, vão encontrar seus amigos de grupo para lhes dizer: “Eu não vou entrar, estou saindo”. Então os quatro outros membros precisam pedir ao Grameen uma prorrogação que lhes permita procurar uma quinta pessoa para completar o grupo (2000, p. 137).

De acordo com a filosofia desenvolvida pelo banco, esse rigoroso processo de seleção fornece a garantia de que só os mais desesperados e mais firmes conseguirão participar dos financiamentos. Existe um entendimento no sentido de que todas essas dificuldades e aborrecimentos impedem que ocorra uma submissão, uma vez que a superação dessas barreiras iniciais indica que só os genuinamente pobres se disporão a participar e superar os percalços, pois “quem está em situação melhor vai achar que não vale a pena passar por todo esse processo (2000, p. 137).

Depois de superadas todas as dificuldades iniciais, e após o empréstimo ter sido concretizado, os ganhos recompensam todo o sacrifício. São grupos tão assustadoramente maltratados pela vida que sua autoconfiança é extremamente baixa, sendo igualmente difícil sua relação com outras pessoas dentro de uma lógica coletiva. Todavia,

quando a pessoa que nunca havia tomado dinheiro emprestado antes paga a primeira prestação, sua felicidade é imensa, pois ela provou ser capaz de ganhar o suficiente para pagar as suas dívidas. Depois vêm a segunda e a terceira prestações. É uma experiência extraordinária. Ela descobre a sua própria capacidade e se transborda de alegria, uma alegria palpável e contagiosa, que se transmite a todos. Ela percebe que vale mais do que as pessoas pensavam e que tem em si potencialidades insuspeitadas (2000, p. 139).

Sob esse viés, “o empréstimo do Grameen não é apenas dinheiro; é uma espécie de passaporte para a autodescoberta e a auto-exploração. Quem o recebe começa a explorar seu potencial e a perceber sua criatividade oculta” (2000, p. 139). No entanto, essas descobertas pessoais no sentido de descobrir as próprias capacidades, de ver que são capazes, é fruto de um sistema de crédito que cria as condições para que essas pessoas consigam honrar suas dívidas assumidas. Neste sentido os empréstimos concedidos são pulverizados em muitas pequenas prestações semanais, de modo que as pessoas possam retirar o suficiente para sua vivência e pagar, sem grandes dificuldades, a parcela do empréstimo efetuado. O Grameen sempre buscou simplificar todo o seu processo de funcionamento e chegou a um modelo que consiste em empréstimos anuais com prestações semanais de um montante fixo. Esse montante não é pago em agências tradicionais, como se costuma ver cotidianamente. O pagamento é feito na porta de casa, ou em lugares dentro das próprias aldeias, para um dos cerca de 13.000 funcionários<sup>63</sup> do banco que estão permanentemente no campo em deslocamentos constantes, recolhendo as prestações, orientando os financiados e se inteirando das necessidades e dos problemas dos mesmos, sendo criadas, posteriormente, algumas soluções para tais fatos. O pagamento dos empréstimos começa uma semana depois do recebimento do dinheiro, sendo cobrada uma taxa de juro de 20%, em que se paga 2% da soma emprestada durante cinquenta semanas.

O Grameen é um banco que se destaca pelo fato de que o mesmo vai até as pessoas, não sendo constituído por agências que ficam esperando que seus clientes se desloquem até ela<sup>64</sup>. Segundo Yunus, o verdadeiro Grameen fica no campo. Como o contato com os financiados é constante, a relação de confiança é valorizada, o que permite adotar políticas estratégicas imensamente positivas que sempre foram incentivadas e estiveram presentes. Desde o início nunca houve espaço para uma espécie de policiamento:

---

<sup>63</sup> As distâncias percorridas pelos funcionários do Grameen para atender os clientes é equivalente a várias voltas ao mundo: “O montante de dinheiro que eles carregam nessas viagens chega a 1,5 milhão de dólares, e eles não temem ser atacados por ladrões” (Yunus, 2000, p. 334).

<sup>64</sup> De acordo com Singer (2002, p. 81), “o Grameen não espera que os clientes venham a suas agências. Ele envia empregados seus – agentes de crédito – para convencer os pobres a entrar no Banco e para monitorar os grupos de aval solidário. Estes agentes de crédito são moradoras das aldeias, escolhidas pela sua capacidade de liderança. São elas que apreciam os pedidos de empréstimos e os aprovam, uma vez obtido o aval do grupo. E atuam para que os reembolsos, que são semanais, não se atrasem. Os membros do Banco não freqüentam os escritórios do Banco e tampouco o fazem os agentes de crédito.”

Nós nunca utilizamos o aparelho judiciário para recuperar nosso dinheiro. Partimos do princípio de que saberíamos recuperá-lo. Se não fosse assim, teríamos de desistir do banco e achar outro ramo. Nunca recorremos nem a advogados nem a nenhuma pessoa estranha ao banco. [...] Não existe uma prova jurídica entre o financiador e o financiado. Nós estabelecemos relações com seres humanos, não com papéis. A relação repousa na confiança. O Grameen é bem ou mal sucedido conforme a força da relação pessoal com os financiados. Nós temos confiança nas pessoas, e elas, por sua vez, têm confiança em nós” (2000, 141-142).

Deve ser levado em conta que, apesar de todos os esforços da equipe, existem alguns inimigos que se fazem presentes de maneira bastante comum, tornando, muitas vezes, bastante complicado o pagamento dos financiamentos concedidos. Neste sentido se deve ter a compreensão de que Bangladesh é um país no qual as catástrofes naturais<sup>65</sup> são rotineiras, o que tem sido levado em conta pelo Grameen. No entanto, de acordo com Yunus (2000, p. 193),

qualquer que seja a catástrofe, o cataclismo ou a tragédia pessoal que se abata sobre uma financiada temos sempre por princípio levá-la a pagar o empréstimo, mesmo que para isso seja preciso fazer depósitos semanais de centavos. Busca-se com isso fortalecer a autoconfiança da financiada, comprometê-la a não desistir de lutar e de acreditar em suas próprias capacidades. Ao perdoar uma dívida chega-se ao resultado inverso, podendo-se anular anos de esforços exatamente quando se começava a conseguir que a financiada adquirisse pouco a pouco a confiança em si própria.

Quando esses eventos naturais ocorrem, os funcionários do banco visitam os atingidos, buscando restabelecer sua confiança e lhes dar a certeza de que o Grameen está disposto a ajudá-los. È feito um levantamento de quais são as necessidades que precisam ser satisfeitas para o recomeço e se busca providenciar o necessário para que isso possa realmente acontecer. Para entender como esse procedimento do banco é importante e estratégico, nada melhor do que fazer uma narrativa sobre a dura vida de uma dessas financiadas.

Pramila teve sua casa incendiada duas vezes durante a Guerra de libertação, no ano de 1971. Entrou para o programa Grameen em 1984. Dois anos mais tarde teve

---

<sup>65</sup> Yunus (2000, p. 194) relata que “Bangladesh é tão freqüentemente atingida por catástrofes naturais que não é raro uma mesma área sofrer várias no mesmo ano. Já aconteceu de uma aldeia, um distrito ou toda uma região ser atingida por inundações até quatro vezes num ano, fazendo desaparecer completamente todas as economias e todos os bens das famílias.”

enterite e necessitou ser internada no hospital de Tangail para ser operada, precisando parar de trabalhar por cerca de um ano. Foi aconselhada a pedir um empréstimo, que seria levantado nos fundos de grupo para poder arcar com os custos da operação, mas não havia recursos suficientes nesse fundo, o que a obrigou a vender sua vaca e sua mercearia. Pramila recebeu então um novo empréstimo, utilizado para comprar vacas leiteiras. Estas, no entanto, morreram de uma doença e a financiada teve de pedir um novo empréstimo de 60 dólares para comprar novamente uma vaca. Contudo, as grandes inundações que ocorreram no ano de 1988 arruinaram sua casa e suas colheitas, inundações que levou à interrupção das reuniões do Grameen por cerca de três semanas em virtude do risco de uma grande epidemia. Durante esse tempo o pessoal do banco distribuía todos os dias pastilhas de purificação de água e orientava a população sobre a poluição. Graças aos fundos de socorro, Pramila recebeu 40 quilos de trigo e também sementes para plantar legumes, as quais ela pagou ao preço de custo (YUNUS, 2000).

Em 1992, um acidente com um lampião de querosene resultou em um incêndio que destruiu completamente sua casa, perdendo todo o seu estoque, a colheita, as reservas de alimento, o armazém e suas duas vacas. Restaram apenas as roupas do corpo e as de seu marido. Os empregados do Grameen foram visitá-la na manhã seguinte e propuseram imediatamente um novo empréstimo, o qual foi utilizado para abrir um pequeno armazém e o restante para comprar adubo para suas terras irrigadas. Com a ajuda dos três filhos mais velhos teve condições de pagar o empréstimo, sendo que três meses mais tarde o banco lhe concedeu um financiamento para moradia e ela pôde construir sua própria casa. Atualmente Pramila está no seu décimo segundo empréstimo, possui terras e as aluga, de modo que consegue obter uma renda satisfatória após ter alimentado toda a sua família. De acordo com Yunus (2000, p. 195), “não há outra solução, nem para eles nem para nós, na qualidade de um banco que está empenhado em ajudá-los.”

Com o desenvolvimento e o sucesso das ações do Grameen as atividades do banco puderam ganhar proporções maiores, possibilitando uma interferência em outros setores da vida dos financiados, buscando suprir carências em termos de infra-estrutura social que o governo não consegue oferecer ou fornece de modo inadequado. Essa tarefa

não é fácil para o banco, mas é um desafio estimulante que está dando certo. Neste sentido o Grameen está financiando artigos essenciais à qualidade de vida das pessoas, tais como moradia, poços artesianos e vasos sanitários com descarga, além de possibilitar coberturas nas áreas de educação, aposentadoria e outros tipos de necessidades. O banco chama isso de expansão vertical, sem descuidar de sua expansão horizontal, que consiste no aumento do valor dos financiamentos. Em relação à expansão vertical, o Grameen conta com alguns projetos bastante interessantes, que sempre favorecem os pobres na sua luta contra a pobreza. Podem ser citados como exemplos a Fundação Grameen para piscicultura, que desenvolve projetos de geração de renda a partir da criação de peixes, a GrameenPhone, que se propõe levar tecnologia da informação para a população pobre de Bangladesh, e a Grameen Trust, que se dedica a dar treinamento a pessoas que desejam conhecer a metodologia do banco e aplicá-la em outras regiões do mundo.

No que tange à aplicação do modelo Grameen em outros lugares do planeta, muitos poderiam dizer que isso seria impossível, sob a premissa de que a extrema pobreza de Bangladesh é que possibilitaria as condições para o sucesso do banco. No entanto, esse argumento é falho, pois a experiência concreta demonstrou que a transposição e adaptação do programa Grameen para outros contextos sociais e culturais é plenamente possível. Yunus (2000, p. 223) alerta que “transportar o modelo Grameen significa simplesmente adotar as características essenciais de nossa fórmula para outros contextos nacionais. Em relação a isso, nós acreditamos em inovação prática e em mudança.” Significa dizer que o modelo não precisa ser 100% igual, uma vez que as condições nunca são as mesmas. Dessa forma, as 16 resoluções que norteiam a atividade do Grameen não precisam ser seguidas na íntegra, pois aqueles que quiserem reproduzir a experiência do banco podem adotar suas próprias versões das 16 resoluções. Considera-se importante transcrever estas resoluções:

1. Nós respeitaremos e aplicaremos os quatro princípios do banco Grameen: disciplina, união, coragem e trabalho árduo em todas as atividades de nossa vida.
2. Levaremos a prosperidade à nossa família.
3. Não viveremos numa casa em mau estado. Vamos manter nossa casa, e aspiraremos a construir uma nova o mais breve possível.

4. Cultivaremos legumes durante todo o ano. Consumiremos bastante e venderemos o que sobrar.
5. Durante o período de cultivo, nós plantaremos tanto quanto nos for possível.
6. Tentaremos ter poucos filhos. Limitaremos nossas despesas. Cuidaremos da nossa saúde.
7. Daremos educação a nossos filhos e providenciaremos os meios de arcar com essa educação.
8. Zelaremos pela limpeza de nossos filhos e do ambiente.
9. Construiremos e utilizaremos fossas para servirem de latrina.
10. Beberemos água de poços salubres. Se não dispusermos deles, ferveremos a água ou a desinfetaremos com alume.
11. Não exigiremos nenhum dote para nossos filhos, assim como não daremos nenhum dote para nossas filhas. Os dotes serão proscritos de nossos centros. Nós nos oporemos ao casamento de crianças.
12. Não cometeremos nenhuma injustiça e nos oporemos à que for cometida pelos outros.
13. Iremos nos propor coletivamente investimentos cada vez mais elevados para obter mais renda.
14. Estaremos sempre dispostos a ajudar os outros. Se alguém estiver em dificuldades, nós o ajudaremos.
15. Se soubermos que num centro a disciplina está sendo desconsiderada, iremos até lá para restabelecê-la.
16. Introduziremos os exercícios físicos em nossos centros. Participaremos coletivamente de todos os encontros organizados (2000, p. 147).

Fica evidente que em determinados países algumas dessas resoluções não têm o menor sentido, tais como o cultivo de legumes o ano inteiro ou o pagamento de dotes, razão pela qual as resoluções necessitam ser adaptadas dentro do espírito do Grameen. Como prova do sucesso dessas transposições do modelo para outros locais, atualmente há programas de crédito do tipo Grameen em 58 países, em todos os continentes:

Na África: África do Sul, Burkina Faso, Chade, Egito, Etiópia, Gana, Guiné, Quênia, Lesoto, Mali, Malawi, Mauritânia, Marrocos, Nigéria, República Centro-Africana, Serra Leoa, Somália, Sudão, Tanzânia, Togo, Uganda, Zanzibar, Zimbábue.

Na Ásia: Afeganistão, Bangladesh, Butão, Camboja, China, Filipinas, Índia, Indonésia, Líbano, Malásia, Nepal, Paquistão, Quirguistão, Sri Lanka, Vietnã.

Na Oceania: Papua-Nova Guiné, Fidji.

Na Europa: Albânia, França, Holanda, Noruega.

Nas Américas: Canadá, Estados Unidos, México, El Salvador, Jamaica, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala, Guiana, Peru, República Dominicana (YUNUS, 2000, p.224).

Em suma, o Banco Grameen é uma experiência extremamente bem sucedida tanto em Bangladesh quanto em outras partes do mundo. Suas ações são um alento no combate contra a pobreza. Nesse sentido o Grameen é

o antibanco, faz tudo o que os bancos convencionais fazem...porém ao contrário. Estes se preocupam com a capacidade de reembolso do prestatário. O Banco da Aldeia se preocupa com que seus clientes sejam realmente pobres. Os bancos convencionais têm a responsabilidade ante os acionistas de maximizar o lucro sobre o capital próprio. O Banco da Aldeia tem como acionistas seus depositantes e mutuários. (SINGER, 2002, p. 81)

Tendo em vista a análise empreendida, pode-se afirmar que o Grameen Bank é uma cooperativa de crédito que muito contribui para a melhoria da qualidade de vida de uma imensa quantidade de pessoas, implementando um tipo alternativo de relação com a economia, amparada em valores de solidariedade, de respeito e de confiança no ser humano. Enfim, é uma experiência concreta de economia solidária que deu certo e que serve como forte argumento para as apostas utópicas e contra-hegemônicas desenvolvidas na presente pesquisa.

Por fim, após percorrer os caminhos empíricos de alguns exemplos concretos de economia solidária, analisando principalmente sua diversidade e sua lógica singular de existência e desenvolvimento, pode-se destacar que uma de suas características importantes, muito embora não tenha sido abordada no presente capítulo, é a sua capacidade/possibilidade de se articular em redes múltiplas. Neste sentido, partindo do pressuposto de que a atual sociedade, em sua dinâmica de poder, está amplamente permeada pela lógica organizacional em termos de redes diversas, constituindo, dessa maneira, uma *sociedade em rede*, o próximo capítulo ocupar-se-á da análise dos fundamentos dessa estrutura organizacional, bem como do modelo de sociedade que se forma a partir dessa noção.

Por conseguinte, como objetivo primordial, a pesquisa concentrar-se-á nas possibilidades que o atual período representa para o crescimento das redes de

economia solidária, possibilitando, nessa ótica, uma possível transformação da realidade no que tange às práticas vinculadas a essa outra forma de fazer economia.

### **3 AS REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POTENCIALIDADES EMANCIPATÓRIAS**

#### **3.1 A SOCIEDADE INFORMACIONAL EM REDE**

**Cada um para si, todos contra todos, cada um para todos, cada um para tudo, tudo para cada um, tudo contra cada um, são momentos, manifestações, traços da mesma realidade (Edgar Morin).**

##### **3.1.1 A complexidade das estruturas em redes**

A noção de rede ocupa, atualmente, um lugar extremamente importante nos diversos veios da pesquisa científica. Mesmo não sendo novo, o referido termo está em voga muito em razão das inúmeras e importantes transformações surgidas a partir da Revolução Informática<sup>66</sup> iniciada em meados do século XX, a qual, segundo Fritjof Capra (2003, p.

---

<sup>66</sup> Sobre a Revolução Informática Fritjof Capra (2003) esclarece que a mesma teve início em meados do século XX, com a produção dos primeiros computadores comerciais que, diga-se, eram extremamente grandes. Tudo isso se modificou com o desenvolvimento da microeletrônica nos anos seguintes, o que propiciou uma miniaturização dos circuitos integrados (chips), e com a posterior criação do microprocessador (essencialmente um computador num chip), o que gerou um paulatino aprimoramento até sua utilização em praticamente todas as máquinas e aparelhos que integram nossa vida cotidiana. A partir daí o desenvolvimento de novas tecnologias não parou mais, surgindo os computadores pessoais (PCs), o *mouse*, os ícones, etc. O atual estágio dessa revolução “foi alcançado quando a tecnologia avançada dos PCs e da microeletrônica foi associada de modo sinérgico com as mais recentes conquistas no campo das telecomunicações” (2003, p. 145). O mundo viu então o espaço ser povoado por satélites, os oceanos serem cortados por cabos de fibra óptica e um grandioso conjunto de outras inovações, como “o uso de uma variedade maior de frequências eletromagnéticas, inclusive a de

144), “é o resultado de uma complexa dinâmica de interações tecnológicas e humanas que gerou efeitos sinérgicos em três grandes setores da eletrônica – os computadores, a microeletrônica e as telecomunicações.” A partir de então se alteraram significativamente as estruturas sociais diversas, possibilitando uma interconexão em escala global, a qual se desdobra nos campos político, econômico e social, o que remete para “uma nova forma de relação entre a economia, o Estado e a sociedade em um sistema de geometria variável” (CASTELLS, 1999a, p. 21).

Diante dessa nova conjuntura, as articulações reticulares adquirem uma notoriedade especial, uma vez que permitem novas formas de interação e alteram, sobremaneira, as bases materiais da atual estrutura social, modificando de forma significativa o horizonte das construções humanas, como será analisado com mais clareza no decorrer do texto. Por hora a preocupação central focar-se-á no entendimento do significado dessas redes, uma vez que o estudo a seu respeito não provém e não data especificamente da Revolução Informática alardeada anteriormente. Não é errôneo afirmar, no entanto, que o novo paradigma da tecnologia da informação forneceu a base material para sua expansão penetrante em toda a estrutura social (CASTELLS, 2003). Significa dizer que as redes sempre estiveram presentes e seu estudo já é bastante antigo, mas, em razão das mudanças ocorridas recentemente, puderam tornar-se inteligíveis e materializáveis de uma maneira mais concreta, possibilitando compreensões multifacetadas e estudos multidisciplinares. Em relação a esse fato Antonio Angelo Martins da Fonseca e Maria Mônica O`Neil (2001, p. 2), amparados nas idéias de Loiola e Moura (1996), destacam o seu uso multiforme:

Nas Ciências Humanas, em particular na Antropologia, destaca-se dentre outros enfoques a interação direta, local, estabelecida entre indivíduos pertencentes a determinados agrupamentos. São redes primárias, identitárias, formadas em decorrência de conexões preexistentes (parentescos, vizinhança, amizade); na Sociologia os enfoques buscam apreender a idéia de rede a partir de articulação política, ideológica ou simbólica embutidas nos movimentos sociais e nas ações coletivas (associações de bairros, ONGs, movimento ecológico dentre outros); na Administração valoriza-se a idéia de rede no contexto organizacional e

---

microondas, a transmissão a laser e as dos telefones celulares digitais” (2003, p. 145). Todo esse conjunto de tecnologias repercutiu em um uso cada vez mais intenso dos computadores, os quais foram melhorados e puderam ser utilizados para o uso interativo em redes eletrônicas. Ainda segundo Capra (2003, p. 146), “evidentemente, o exemplo mais destacado dessa nova forma interativa de uso dos computadores é a Internet, que em menos de trinta anos passou de uma pequena rede experimental, que atendia a pouco mais de dez institutos de pesquisa dos Estados Unidos, a um sistema global feito de milhares de redes interconectadas, ligando milhões de computadores e aparentemente capaz de uma expansão e uma diversificação infinitas.”

empresarial (são as redes estratégicas); na Economia a noção de rede surge no âmbito do consumo, da produção e do mercado [...]. Na Geografia destaca-se os estudos de redes urbanas onde se analisa os níveis de interdependência entre os centros a partir de variados fluxos: transportes, mercadorias, pessoas, capital; como também as análises envolvendo redes técnicas, territoriais e de produção.

Fica claro, então, que os estudos sobre as estruturas reticulares são bastante amplos e se desdobram enquanto objeto analítico dos diversos campos científicos, fato que pode ser explicado, em linhas gerais, pelo caráter polissêmico do termo. Parece, todavia, que um uso tão diverso<sup>67</sup> advém daquilo que a organização reticular é de forma elementar ou simplificada, em outras palavras, daquilo que formalmente expressa tal idéia organizacional.

Nessa linha, de acordo com o *site* da RITS - Rede de Informações para o Terceiro Setor (Disponível em: <[http://www.rits.org.br/redes\\_teste/rd.oqredes.cfm](http://www.rits.org.br/redes_teste/rd.oqredes.cfm)> Acesso em 18 mar. 2008.) que desenvolveu um artigo específico sobre o tema, “a palavra rede é bem antiga e vem do latim *retis*, significando entrelaçamento de fios com aberturas regulares que formam uma espécie de tecido. A partir da noção de entrelaçamento, malha e estrutura reticulada, a palavra rede foi ganhando novos significados ao longo dos tempos, passando a ser empregada em diferentes situações.” Corroborando no sentido da polissemia terminológica, o *Dicionário Aurélio* (2004), traz vinte significações para a palavra rede, as quais, em linhas gerais, remontam à idéia elementar de entrelaçamento e emaranhamento de elementos diversos, conforme já exposto.

Em sua análise sobre a “sociedade em rede”, que será analisada de forma pormenorizada mais adiante, Castells não parece ter maiores preocupações, em primeiro plano, com relação às bases originárias e aos fundamentos que perpassam a idéia de organização reticular; dessa forma, suas atenções se focam quase que inteiramente na interpretação dos novos acontecimentos que marcam a sociedade informacional. Em virtude disso, o referido autor (2003, p. 566) define rede como “um conjunto de nós

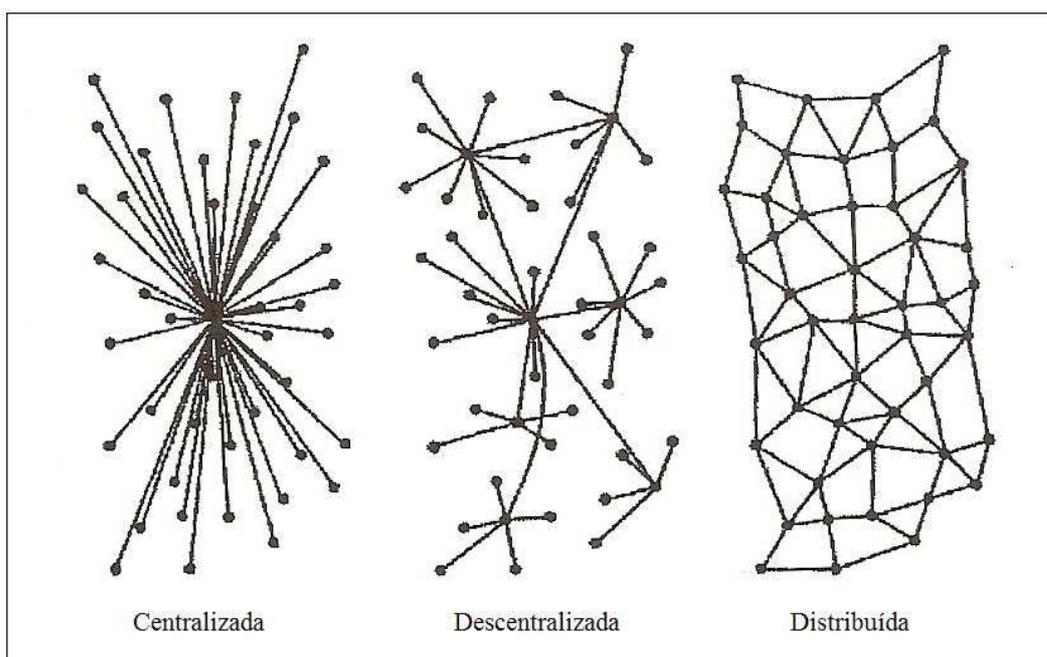
---

<sup>67</sup> Rosa Maria Fischer, Mônica Bose e Fu Kei Lin (2006, p. 70) advertem, no entanto, que a “ampliação no uso do conceito trouxe efeitos benéficos, mas outros desastrosos, no campo teórico. Desastrosas, por exemplo, têm sido a simplificação redutora que faz com que se considere como rede social ou organizacional qualquer tipo de arranjo de unidades, assim como sanar quaisquer problemas de gestão através da criação de uma rede. Entre os benéficos pode-se ressaltar a confirmação de que todo tipo de desenvolvimento depende da capacidade de articular-se e manter conexões.”

interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente, o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos.” No sentido de se estabelecer uma dialética construtiva, é importante retomar o entendimento cunhado por Mance, o qual complexifica um pouco a análise sem fugir desse caráter basilar delineado até o presente momento. Dessa forma o autor (2000, p. 24) aduz que

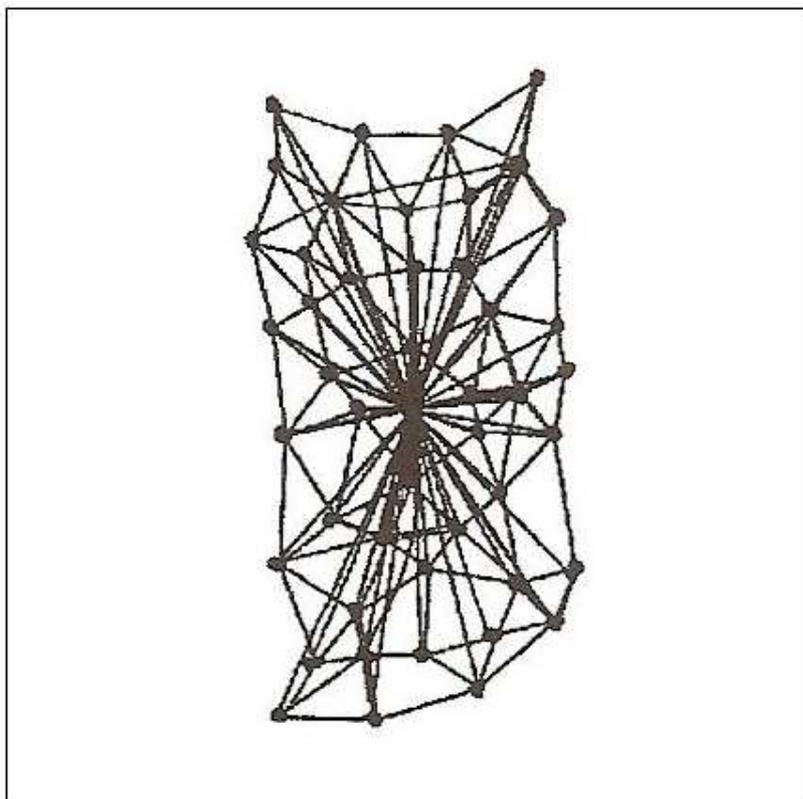
a idéia elementar de rede é bastante simples. Trata-se de uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável. Cada nóculo da rede representa uma unidade e cada fio um canal por onde essas unidades se articulam através de diversos fluxos.

Todo o conjunto de explicações anteriormente expostas ajuda a entender, em linhas gerais, as características básicas e um tanto quanto formalistas da idéia de interação sob o formato de redes. No entanto, cabe ainda estabelecer uma delimitação ilustrativa de caráter meramente didático, conforme ilustração abaixo reproduzida, a qual possibilita sistematizar a compreensão tecida até aqui, permitindo, dessa maneira, a passagem para uma análise de cunho mais abrangente e complexo. Dessa forma, sob o viés formal, é possível distinguir algumas configurações de redes, assim expostas:



**Figura 1 – Configurações de redes – Fonte: Mance (2002, p. 44).**

Analisando-se o esquema apresentado na figura 1, evidencia-se um conjunto entrelaçado de linhas e pontos que podem adquirir formas diferenciadas de acordo com o formato de organização que se estabelece. Neste sentido, de maneira exemplificativa, as redes podem articular-se, de acordo com Mance (2002, p. 44), “de maneira *centralizada* em algum fórum eletrônico, *descentralizada* em suas deliberações democráticas, respeitando as peculiaridades locais e regionais, e *distribuída* em grande parte de seus fluxos de produtos e serviços – para manter-nos apenas nesses três arranjos figurativamente apresentados.” No entanto, continua o autor (2002, p. 44), “em seu dinamismo as conexões entre as células podem e devem se modificar, conforme as necessidades. Assim, as configurações reais das redes são uma complexa integração que não podem ser representadas por alguma dessas figuras isoladamente.” Mance sugere uma postura analítica que integre as visões apresentadas na figura 1 sob um aspecto tridimensional – ilustrado na figura 2 –, “com inúmeros processos sucessivos ou simultâneos de distribuição, descentralização e centralização temporária a partir de cada uma das células, com conexões aparecendo e desaparecendo, com fluxos percorrendo o conjunto em todas as direções e sentidos, fazendo emergir novas conexões, células e redes em processos de realimentação [...]” (2002, p. 45).



**Figura 2 – Configuração geral de um momento de rede Fonte: Mance (2002, p. 45).**

Para se compreender essa perspectiva tridimensional é necessário, basilarmente, analisar uma série de questões mais complexas que, se entendidas, vão nortear e desvincular o entendimento do seu aspecto formal, possibilitando evidenciar potenciais e sentidos extremamente interessantes e abrangentes. Em virtude desses desdobramentos, “as perguntas importantes para elucidar essa questão são, entre outras: ‘Como estão ligados os pontos na rede?’, ‘Para que servem tais ligações?’, ‘Como os pontos funcionam de forma interligada?’ e ‘De que maneira esse conjunto de pontos e linhas opera como conjunto?’. Em outras palavras: quais as propriedades e as dinâmicas produzidas por um sistema desse tipo?” (WWF-Brasil, p. 15).

As questões anteriormente formuladas são uma forma de incentivar análises mais profundas e, basicamente, demonstrar a partir desses questionamentos a complexidade que se encontra oculta sob um manto aparentemente simplista. No entanto, não será objetivo da presente pesquisa responder a eles de forma pormenorizada, embora algumas linhas gerais serão apresentadas. Importa ressaltar, nas palavras de Fischer, Bose e Lin (2006, p. 67), que, como “conceito teórico, as primeiras utilizações do termo surgiram na área da Biologia e da Ecologia, que compreendiam rede como um sistema de laços realimentados. Sobretudo nas décadas de 1920 e 1930, os avanços dessas áreas de conhecimento [...] propuseram que a rede é o único padrão de organização comum a todos os sistemas vivos [...]”. Em razão disso, Capra (1999, p. 77-78) observa com muita propriedade que “onde quer que encontremos sistemas vivos – organismos, partes de organismos ou comunidades de organismos – podemos observar que seus componentes estão arrançados a maneira de rede. Sempre que olhamos para a vida, olhamos para as redes.” Neste sentido, “a rede, seja como conceito abstrato, seja como prática social, constitui-se em elemento fundamental para compreender a ação organizada dos seres humanos” (FISCHER; BOSE; LIN, 2006, p. 66).

Compreende-se, então, que o nexo da vida funciona à lógica das redes e, dentro dessa perspectiva, é imprescindível analisar alguns pontos importantes como a hierarquia e a centralidade. Nas palavras de Morin (1980, p. 291-292),

a hierarquia é uma noção ambígua, que apresenta dois rostos. Por um lado, o rosto englobante/integrante/estratificado numa organização com múltipla escala de unidades, entidades e/ou seres constitutivos desta

organização, e neste sentido, baseia-se naquilo que há de mais rico nos fenômenos organizadores: as emergências. Por outro lado, a hierarquia comporta controle/sujeição. Dominação/subordinação, e pode desenvolver subjugação e exploração. Neste sentido, os sistemas, os seres, os indivíduos submetidos tornam-se subsistemas, subseres, subindivíduos e, quando se trata de seres humanos, são reduzidos ao estado de sub-homens.

O referido autor afirma que a problemática hierárquica, no que tange ao seu papel e importância, é de total relevância, uma vez que, “concebida de modo simplificador, a hierarquia ou se identifica pura e simplesmente à subjugação e à dominação ou mascara esta subjugação sob os tons cor-de-rosa da integração e da funcionalidade” (p. 292). No entendimento de Morin (1980), p. 292), faz-se necessário buscar uma concepção *viva* e complexa da idéia de hierarquia, sob pena de se fundar, “no que concerne aos problemas antropossociais, uma sociologia e uma política mutiladoras.” É necessário, pois, que se deixe de entender hierarquia unicamente como uma representação piramidal, a qual, de uma maneira bastante generalizada, é compreendida como necessitando, no seu cume, de uma centralidade que exerça o comando.

Essa noção equivocada, mas amplamente enraizada, distorce a compreensão complexa que envolve hierarquia e centralização. Dessa forma, a partir de um entendimento unidimensional, deixa-se de evidenciar que nas estruturações em redes existem realidades complementares que se traduzem em hierarquias, centralismos e distribuição, envolvidos em laços de realimentação e que ocorrem simultaneamente a partir de uma “dialética” que se auto-organiza. Essa constatação permite entender de maneira mais detalhada a figura 2, anteriormente exposta, bem como a afirmação de Mance de que as redes comportam sucessivamente processos centralizados, descentralizados e distribuídos.

Nos ensinamentos de Morin (1980, p. 292),

a existência dum aparelho central de comando/controlo constitui não a regra mas um caso particular no universo vivo. Com efeito, os vegetais, os animais acéfalos (como os equinodermes, os lamelibrânquios, os vermes), as sociedades de insectos (térmitas, formigas, abelhas), os ecossistemas são organizações simultaneamente acêntricas<sup>68</sup> e policêntricas. [...] Como toda a

---

<sup>68</sup> De acordo com Morin (1980, p. 292), “uma organização pode dizer-se acêntrica quando é a totalidade do sistema que estabelece ordem/controlo/regulação por retroação sobre as partes, estando assim o centro em toda a parte e em parte nenhuma.”

organização acêntrica viva funciona a partir de centros computantes, também pode dizer-se, por referência a estes centros, policêntrica. Uma organização policêntrica (ecossistema, sociedade de insectos, ser vegetal) comporta tantos centros quantos os indivíduos. Por outras palavras, tudo aquilo que é acêntrico no domínio do vivo é de certo modo policêntrico, e tudo aquilo que é policêntrico é de certo modo acêntrico.

Em sua análise sobre a questão do empoderamento em redes de movimentos sociais Ilse Scherer-Warren (2006, p. 122-123) tece algumas observações extremamente pertinentes para a discussão que se coloca:

pressupõe-se, freqüentemente, que, numa organização em rede há uma distribuição do poder, os centros de poder se democratizam, ou, como há muitos centros (nós/elos), o poder se redistribui. Isso é parcialmente verdadeiro, porém, mesmo em uma rede há elos mais fortes (lideranças, mediadores, agentes estratégicos, organizações de referência, etc.), que detêm maior poder de influência, de direcionamento nas ações, do que outros elos de conexão da rede. Tais elos são, pois, circuitos relevantes para o empoderamento das redes de movimento. As redes, assim como qualquer relação social, estão sempre impregnadas pelo poder, pelo conflito, bem como pelas possibilidades de solidariedade, de reciprocidade e de compartilhamento.

De fato, mesmo sabendo que uma rede é composta de muitos centros, é inegável que a influência (seja em qualquer nível que se fale) é exercida com intensidades díspares. Todavia, mesmo quando tais intensidades são de natureza quase centralizadora, estas “não podem existir e funcionar senão porque comportam acentrismo, poli-hierarquia, polivalência [...]” (MORIN, 1980, p. 297). Em última instância, a organização de qualquer sistema vivo, e que tem a lógica das redes como um padrão comum a todos esses sistemas, é “um sincretismo variável de quatro lógicas organizacionais ligadas, recorrendo uma à outra, combatendo-se uma à outra: uma lógica centralizadora/hierárquica; uma lógica policêntrica/poliárquica; uma lógica anárquica; uma ecologia simultaneamente excêntrica e presente no interior de toda a auto-organização” (1980, p. 298-299). Em suma, os sistemas vivos diversos, que são também organizações em redes diversas, desenvolvem-se a partir de uma dialética complexa entre elementos ao mesmo tempo estranhos e complementares.

Antes de maiores aprofundamentos, deve ficar claro que a noção de rede empreendida na presente pesquisa é indissociável da teoria da complexidade e da auto-

organização.<sup>69</sup> Neste sentido, segundo Arturo Escobar (2006, p. 645), para a compreensão de seu funcionamento, “uma das perspectivas básicas é a da necessidade de considerar a ‘estrutura’ como a propriedade emergente de um sistema dinâmico, em vez de pressupor um sistema já constituído.” Isso conduz ao entendimento de que as redes são estruturas não-acabadas, ou seja, constroem-se rotineiramente a partir de arranjos não-lineares muitas vezes imprevisíveis e em constante mudança. A não-linearidade é, na observação de Capra (1999, p. 78), justamente uma das suas principais características:

A primeira e mais óbvia propriedade de qualquer rede é a sua não-linearidade – ela se estende em todas as direções. Desse modo, as relações num padrão de rede são relações não-lineares. Em particular, uma influência, ou mensagem, pode viajar ao longo de um caminho cíclico, que poderá se tornar um laço de realimentação. O conceito de realimentação está intimamente ligado com o padrão de rede.

Devido ao fato de que as redes de comunicação podem gerar laços de realimentação, elas podem adquirir a capacidade de regular a si mesmas. Por exemplo, uma comunidade que mantém uma rede ativa de comunicação aprenderá com seus erros, pois as consequências de um erro se espalharão por toda a rede e retornarão para a fonte ao longo de laços de realimentação. Desse modo, a comunidade pode corrigir seus erros, regular a si mesma e organizar a si mesma. Realmente, a auto-organização emergiu talvez como a concepção central da visão sistêmica da vida, e, assim como as concepções de realimentação e auto-regulação, está estreitamente ligada a redes.

Retomando a idéia de complexidade e de auto-organização, poder-se-ia afirmar, de maneira muito geral, que a complexidade está presente nas organizações em redes a partir do entendimento de que existe uma variedade muito grande de inter-retro-ações envolvidas, fato ocultado pela análise meramente formalista. Neste sentido, cada unidade componente do todo afeta a rede de uma forma particular, assim como é afetada pela mesma num processo de ações recíprocas constantes que dirigem o seu desenvolvimento e que lhe conferem certo equilíbrio.

Constata-se, em função dessa argumentação, que a rede não pode ser caracterizada meramente a partir da soma de suas unidades ou partes, pois esta relação matemática simplória não conduzirá a um resultado aceitável e muito menos realístico. A complexidade se faz presente justamente pelo anteriormente afirmado, uma vez que,

---

<sup>69</sup> Fritjof Capra (1999, p. 80), ao resumir três das características dos sistemas auto-organizadores, observa que “a auto-organização é a emergência espontânea de novas estruturas e de novas formas de comportamento em sistemas abertos, afastados do equilíbrio, caracterizados por laços de realimentação internos e descritos matematicamente por meio de equações não-lineares.”

de acordo com Morin (1999, p. 28), “o todo – [a rede], é mais que a soma das partes, isto é, no nível do todo organizado há emergências e qualidades que não existem no nível das partes quando são isoladas.” O todo, poder-se-ia dizer, contém maiores “potenciais” em razão da quantidade e riqueza das conexões que se estabelecem e que são absorvidas pela rede como uma totalidade.

A auto-organização, por sua vez, é outra característica importante para a compreensão da estruturação em redes e complementa a idéia de complexidade, contribuindo de maneira singular para o aumento desta última. Desse modo tal termo significa, em linhas gerais, a capacidade de regeneração, de construção, de contorno de obstáculos e, em última análise, de lidar com os erros e com a desordem que surge sem aviso dentro de uma organização como esta. O entendimento dessa idéia fica mais simples a partir da comparação entre os organismos vivos, entendidos como máquinas naturais, e as máquinas artificiais (o motor de um carro, por exemplo). De acordo com Morin (1999, p. 29), a idéia de auto-organização pode ser entendida a partir dos estudos de Von Neuman:

Von Neumann, na teoria dos autômatos auto-reprodutores, postulou a seguinte questão: por que será que as máquinas artificiais que construímos com materiais extremamente confiáveis, como um motor de avião a reação, são menos confiáveis em seu futuro do que as máquinas naturais – os seres vivos -, que são construídos com materiais muito pouco confiáveis, como proteínas, que se degradam rapidamente? E a resposta só pode ser que a máquina artificial não tem o poder de se auto-reparar, de se auto-transformar e mesmo de se auto-reproduzir. Mas esse poder das máquinas naturais, quer dizer, dos seres vivos, é um poder não somente de tolerar uma desordem que as máquinas artificiais não podem tolerar, mas de se alimentar dessa desordem para se regenerar. As moléculas que se degradam são substituídas por outras. As células que morrem são substituídas por novas. Os indivíduos que morrem numa sociedade são substituídos por outros indivíduos a quem ensinamos a cultura na escola. E, de alguma forma, a propriedade da auto-organização.

Em síntese a grande diferença existente entre a máquina artificial e a máquina natural reside na forma como ambas lidam com a desordem, com o ruído e com o erro. A máquina artificial, quando se depara com uma situação desordenada, tem tendências à degenerescência, ao passo que em relação à máquina natural essa afirmativa não é constantemente verdadeira. Neste sentido,

em certos casos, o “ruído” provoca o aparecimento de uma inovação e de uma complexidade mais rica. Nesse caso, o erro, em vez de degradar a

informação, enriquece-a (Atlan, 1972). O “ruído”, em vez de provocar uma desordem fatal, suscita uma ordem nova (Von Foersters, 1962). O acaso da mutação, em vez de desorganizar o sistema, desempenha um papel organizador (Monod, 1971). Por muito surpreendente que seja este processo, por mais inacessível que ele seja ao observador, ele não pode conceber-se senão como o desencadeamento, feito pelo “ruído”, de um processo desorganizador ou “catastrófico” (Thom, 1968), processo esse que desencadeia, por sua vez, uma reorganização com uma base nova. Deste modo, a transformação, a inovação, na ordem do vivo, só se podem conceber como o produto de uma desordem enriquecedora, porque passa a ser fonte de complexidade (MORIN, 1973, p. 113-114).

Todavia, apesar do brilhantismo do argumento, devem ser feitas algumas ressalvas, pois o mesmo não se constitui em uma regra absoluta no que tange a sua configuração negativa. Para o mesmo autor (1973, p. 114), “as transformações felizes da evolução só se podem efectuar a partir de perturbações, de ‘ruído’, de ‘erros’, que, ao mesmo tempo, continuam a ser o perigo mortal para qualquer auto-reprodução e para qualquer auto-organização.” Fica claro, no que tange às redes, que as dificuldades ou ruídos enfrentados pelas mesmas podem, em muitas circunstâncias, significar sua ruína. No entanto, seu desenvolvimento, seu crescimento e seu fortalecimento dependem da própria desordem, que as obriga a se organizar de uma maneira diferente e conduz para um desenvolvimento progressivo a partir de um processo dialético travado com os ruídos e desordens vivenciados.

Em suma, a complexidade envolvida nas redes vivas gera uma atmosfera em que ruídos e desordens são rotineiros e necessários, obrigando a estrutura a se auto-organizar de forma constante, enfrentando os obstáculos, traçando novas estratégias e se regenerando cotidianamente, contribuindo, dessa maneira, para o aumento da complexidade envolvida. Essa, em linhas gerais, é a forma estratégica de desenvolvimento da vida como um todo, que vale para um ser humano isolado, para um animal, para as plantas, para os ecossistemas, enfim, tudo, em todos os níveis, se constitui a partir de uma trajetória não-linear de diálogo entre ordem e desordem, não existindo forma de separá-las.

### 3.1.2 Funcionamento da sociedade informacional

**Por trás de toda arquitetura informacional esconde-se uma estrutura de poder (Slogan Ciberpunk Espanhol – 1990).**

Entender o funcionamento complexo das estruturações reticulares é, alternada e reciprocamente, dar um passo importante para a compreensão do incerto e imprevisível período que se apresenta. Este lapso, com múltiplas e confusas “conexões ocultas”, inaugura novos formatos de inter-relacionamento, que atingem pontos importantes como a família, os relacionamentos pessoais e a convivência com pessoas desconhecidas. Seguindo essa lógica, pode-se perceber que as novas tecnologias da informação possibilitaram um afrouxamento desse tipo de relacionamento, uma vez que as relações inter-pessoais estão perdendo gradualmente o viço e a atratividade, sendo substituídas por formatos informacionais de interação, com o computador, o telefone celular e a televisão, por exemplo, substituindo, em muitas ocasiões, as trocas afetivas diversas de caráter personalizado.

Em virtude dessa substituição do pessoal pelo fluxo informacional as pessoas vêm-se conectadas a redes diversas (de pessoas, de notícias, de comunicação, etc.) reconhecidamente mais frágeis, uma vez que não controláveis de forma absoluta e segura. Este diferenciado modo de relacionamento é um dos fatores importantes que viabilizam, em muitos casos, a compreensão, por parte dos indivíduos, da lógica superficial de rede. Em função desses aspectos a sociedade como um todo passa a poder ser definida a partir de características renovadas, amparadas nas novas tecnologias, retratada por Joel de Rosnay (1999, p. 217), como uma “sociedade informacional”.

É preciso lembrar, todavia, o fato de que a sociedade nascente teve na Revolução Informática a sua fase embrionária, período que iniciou um contínuo processo de mudanças com múltiplas e complexas reordenações, sendo que a velocidade das mesmas foi adquirindo, paulatinamente, um ritmo cada vez mais intenso. O ápice desse

ciclo velocista foi alcançado no lapso que compreende o final do século XX e o início do século XXI, momento caracterizado por Castells (1999a, p. 49) como “um desses raros intervalos na história. Um intervalo cuja característica é a transformação de nossa ‘cultura material’ pelos mecanismos de um novo paradigma tecnológico que se organiza em torno da tecnologia da informação.”<sup>70</sup>

Fica claro, a partir disso, que os diversos cenários da vida humana passam a estar permeados por tais tecnologias, o que repercute em alterações diversas tão significativas que as tornam equiparáveis, em termos de intensidade, às mudanças surgidas com a revolução industrial.<sup>71</sup> Rosnay (1999, p. 220) salienta que “a sociedade informacional favorece novas trocas, outras formas de transação entre as pessoas, e amplia os fluxos do tráfego imaterial.” Esses novéis mecanismos de interações diversas são possíveis em razão da criação de toda uma estruturação material advinda do desenvolvimento tecnológico gerado pela revolução informática, a qual se ampara em um modelo organizacional que assume o formato de rede. Nessa linha de raciocínio Rosa Maria Fischer, Mônica Bose e Fu Kei Lin (2006, p. 70) observam que, “com a revolução recente da Tecnologia de Informação, a popularização da informática e a expansão universalizadora da internet, o conceito de rede passou a ser usado no ambiente das organizações complexas, com as mais diversas acepções, utilizando ou não o instrumental informatizado.”

A sociedade informacional, permeada por todo esse aparato tecnológico, passa a se caracterizar, simultaneamente, como uma sociedade funcional em rede, na qual a interligação entre elos dos mais diversos acaba por alterar a conformação da realidade social e espacial, uma vez que se modificam significativamente, além das relações de caráter pessoal diverso, as relações de poder, as construções culturais e, principalmente, as dinâmicas conformadoras do espaço, o que, em última instância, põe em risco a sustentabilidade de um “ecossistema informacional”<sup>72</sup> que ainda não consegue decifrar

---

<sup>70</sup> Castells (1999, p. 49) inclui, entre as tecnologias da informação, “o conjunto convergente de tecnologias em microeletrônica, computação (software e hardware), telecomunicações/rádiodifusão e optoeletrônica.” O referido autor ainda inclui “a engenharia genética e seu crescente conjunto de desenvolvimento e aplicações.”

<sup>71</sup> A respeito da transição da sociedade industrial para a sociedade informacional, ver Joel de Rosnay (1999, p. 217-223).

<sup>72</sup> Rosnay (1999, p. 217-218) afirma que a noção de um “ecossistema informacional” emerge a partir da perda da referência linear em termos de poder, relacionamento e conformação do espaço, característica da

razoavelmente todos os enigmas que se colocam. A alteração das relações de poder, no mesmo sentido em que estas desencadeiam novos processos transformadores, constitui-se no núcleo rígido que norteia o entendimento do conjunto de modificações citadas anteriormente. Sobre este ponto Capra (2003, p. 159) argumenta que

a revolução da informática não só deu origem a uma nova economia como também transformou de modo decisivo as relações de poder tradicionais. Na Era da Informação, a organização em redes tornou-se um elemento importante de todos os segmentos da sociedade. Cada vez mais, as funções sociais dominantes organizam-se em torno de redes, e a participação nessas redes é uma fonte crítica de poder. Nessa “sociedade em rede”, como a chama Castells, a geração de novos conhecimentos, a produtividade econômica, o poder político e militar e os meios de comunicação de massa estão todos ligados a redes globais de informação e riqueza.

A sociedade informacional em rede adquire, nesse sentido, um formato de poder que pode ser explicado/traduzido a partir de seus fluxos (conexões) diversos, os quais, segundo Castells (2003, p. 501), “não representam apenas um elemento da organização social: são expressão dos processos que *dominam* a nossa vida econômica, política e simbólica.” Estes, por sua vez, compreendem “fluxos de capital, fluxos da informação, fluxos de tecnologia, fluxos de interação organizacional, fluxos de imagens, sons e símbolos” (2003, p. 501).

Tais processos dominantes não adquirem, todavia, consistência existencial fora de uma base material que os sustente, a qual permite seu desenvolvimento e sua inserção plurilocal enquanto mecanismo de poder. Sob este aspecto, “o suporte material dos processos dominantes em nossas sociedades será o conjunto de elementos que sustentam esses fluxos e propiciam a possibilidade material de sua articulação em tempo simultâneo” (2003, p. 501). Tal amparo de cunho material estabelece uma nova morfologia espacial caracterizadora das práticas sociais dominantes, a qual é denominada por Castells *espaço de fluxos*.

A compreensão dessa novel morfologia do espaço é imprescindível para que se adquira uma postura crítica perante os acontecimentos que cercam o atual período, sendo possível, a partir disso, filtrar as evidências e interagir diretamente na construção

---

sociedade industrial, e a conseqüente substituição dessa ótica por estruturações em redes, com a independência de suas células e a pulverização do poder, fatos catalisados pela tecnologia informática.

do real. Nesse sentido o espaço de fluxos caracteriza-se, de modo basilar, como “*a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos*” (2003, p. 501 – grifo do autor). Uma melhor compreensão desse sustentáculo de base materialista das lógicas sociais dominantes pode ser alcançada a partir da análise pormenorizada do funcionamento dessa nova lógica, abordando-se de maneira detalhada primeiramente a significação de alguns termos mencionados e que vão nortear semanticamente o desenvolvimento da argumentação. Diante disso, fluxos seriam, nas palavras do autor em questão (2003, p. 501),

as seqüências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interações entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômica, política e simbólica da sociedade. Práticas sociais dominantes são aquelas que estão embutidas nas estruturas sociais dominantes. Por estruturas sociais dominantes entendo aqueles procedimentos de organizações e instituições cuja lógica interna desempenha papel estratégico na formulação das práticas sociais e da consciência social para a sociedade em geral.

A assimilação teórica da proposta apresentada é, sem sombra de dúvida, um convite a uma profunda abstração de raciocínio, não sendo, por isso, possível e nem necessário cunhar-se um conceito específico, embora seja importante desenvolver uma descrição aproximada dessa noção. Dentro dessa lógica o espaço de fluxos seria a soma combinada de três camadas distintas de sustentação material que, agrupadas, constituiriam sua essência caracterizadora. Nesse viés, Castells (2003, p. 501) afirma que

*a primeira camada, o primeiro suporte material do espaço de fluxos, é realmente constituída por um circuito de impulsos eletrônicos (microeletrônica, telecomunicações, processamento computacional, sistemas de transmissão e transporte em alta velocidade - também com base em tecnologias da informação), formando, em conjunto, a base material dos processos que verificamos serem estrategicamente cruciais na rede da sociedade [grifo do autor].*

Como as relações de poder, no atual período, se estabelecem de forma preponderante sob o formato de redes múltiplas, torna-se necessária a existência de mecanismos materiais que possibilitem alcançar os distintos “nós” em uma temporalidade praticamente simultânea, criando-se, dessa maneira, canais informacionais pelos quais se irão deslocar os distintos fluxos de informação. Cria-se, assim, uma rede na qual “nenhum lugar existe por si mesmo, já que as posições são

definidas pelos intercâmbios de fluxos da rede. Conseqüentemente, a rede de comunicação é a configuração espacial fundamental: os lugares não desaparecem, mas sua lógica e seu significado são absorvidos na rede” (2003, p. 501-502). Em última instância a infra-estrutura tecnológica, que permite todas essas multifacetadas conexões, é reflexo da própria rede de fluxos, “cuja arquitetura e conteúdo são determinados pelas diferentes formas de poder existentes em nosso mundo” (2003, p. 502).

A segunda camada a formar a base de sustentação material do espaço de fluxos “é constituída por seus nós (*centros de importantes funções estratégicas*) e centros de comunicação” (2003, p. 502 – grifo do autor). Embora assim possa parecer, o espaço de fluxos não existe sem lugares espacialmente definidos; sua lógica reticular, no entanto, pode mascarar essa realidade tão importante. É imprescindível ter-se claro que a rede informacional/tecnológica de fluxos (primeira camada) possibilita a interligação de múltiplas e heterogêneas localidades geográficas em uma dinâmica temporal de simultaneidade, fazendo-as comunicar-se a partir de uma relação hierárquica variável. Isso significa que alguns desses locais geográficos assumem o papel de “intercambiadores, centros de comunicação desempenhando papel coordenador para a perfeita interação de todos os elementos integrados na rede. Outros lugares são seus nós ou centros da rede, isto é, a localização de funções estrategicamente importantes que constroem uma série de atividades e organizações locais em torno de uma função chave na rede” (2003, p. 502). A localidade, espacialmente definida, incorpora, dessa forma, a dinâmica de muitos outros lugares (ou de um lugar em especial) em virtude de estar conectada, em caráter permanente e simultâneo, ao todo da rede, estando sujeita aos interesses e direções definidos pelos atores que dominam hierarquicamente a sistemática dos fluxos.

Todavia, a “hierarquia na rede não é de forma alguma garantida ou estável” (2003, p. 473), uma vez que a mesma é medida de acordo com “o seu peso relativo na rede” (2003, p. 502), ou seja, de acordo com a capacidade de interferência que um elo ou alguns destes adquirem sobre os distintos nós, a qual é alcançada de modo extremamente diverso (econômico, produtivo, intelectual, político, cultural, etc.). O grau de interferência advém, nesse sentido, da percepção de que a estrutura como um todo segue uma dinâmica de auto-organização a partir dos inúmeros “ruídos” e desordens que surgem, fazendo emergir ou declinar, aleatoriamente, novas e velhas

formas de organização, respectivamente, sendo constituídas distintas relações hierárquicas no conjunto dinâmico de relacionamento da própria rede. Em vista disso e do complexo exercício de abstração necessário para a compreensão do espaço de fluxos e de sua dinâmica, pode-se usar adequadamente o exemplo empírico dos sistemas de processos decisórios no âmbito econômico global. O exemplo a seguir exposto por Castells (2003, p. 503-504) busca tornar um pouco mais palpável a teorização desenvolvida:

Cada rede define seus locais de acordo com suas funções e hierarquia de cada local e segundo características do produto ou serviço a ser processado na rede. Assim, uma das redes mais poderosas de nossa sociedade, a produção e distribuição de narcóticos (inclusive seu componente de lavagem de dinheiro), construiu uma geografia específica que redefiniu o sentido, a estrutura e a cultura das sociedades, regiões e cidades conectadas à rede. Dessa forma, na produção e comércio de cocaína, os locais de produção de coca em Chapare ou Alto Beni, na Bolívia, ou Alto Huallanga, no Peru, estão conectados às refinarias e aos centros de gerenciamento da Colômbia, que até 1995 eram subsidiários das sedes de Medellín ou Cali. E estas últimas, por sua vez, estavam conectadas a centros financeiros como Miami, Panamá, Ilhas Cayman e Luxemburgo e a centros de transporte, a exemplo das redes mexicanas de tráfico de drogas de Tamaulipas ou Tijuana e, finalmente, mantinham conexão com os pontos de distribuição nas principais áreas metropolitanas dos Estados Unidos e da Europa ocidental. Nenhum desses locais consegue existir por si só nessa rede. Os cartéis de Medellín e Cali e seus grandes aliados norte-americanos e italianos logo encerrariam as atividades muito tempo antes de serem desmantelados pela repressão sem as matérias-primas produzidas na Bolívia ou Peru, sem os produtos químicos (precursores) fornecidos pelos laboratórios suíços e alemães, sem as redes financeiras semilegais dos paraísos fiscais e sem as redes de distribuição que se iniciam em Miami, Los Angeles, Nova York, Amsterdã ou La Corunã.

Embora existam inúmeros outros exemplos, o explicitado anteriormente representa muito bem o funcionamento do espaço de fluxos trabalhado até o presente momento, restando incontroverso que “os principais processos dominantes em nossa sociedade são articulados em redes que ligam lugares diferentes e atribuem a cada um deles um papel e um peso em uma hierarquia de geração de riqueza, processamento de informação e poder, fazendo que isso, em última análise, condicione o destino de cada local” (2003, p. 504).

Ciente dessa lógica, a terceira e última camada a compor a totalidade formadora do espaço de fluxos “*refere-se à organização espacial das elites gerenciais dominantes* (e não das classes) que exercem as funções direcionais em torno das quais esse espaço é

articulado” (2003, p. 504 – grifo do autor). Neste sentido é basilar a compreensão de que a organização social se dá de modo absolutamente conflituoso, refletindo uma relação desproporcional e má distribuída no que tange aos interesses dominantes e a sua capacidade de alterar a estrutura das sociedades. Essa dominação, todavia, “não é apenas estrutural. É estabelecida, na verdade concebida, decidida e implementada por atores sociais” (2003, p. 504).

Na linha de raciocínio do autor, a principal maneira de exercer a relação de dominância consiste na capacidade adquirida por estes atores não só de se organizar de modo eficiente em torno de seus interesses, mas, de desarticular os grupos sociais e, conseqüentemente, sua capacidade de resistência a tais aspirações, uma vez que estes, mesmo sendo a representação de uma maioria em termos numéricos, apenas conseguem se relacionar dentro de um horizonte que só adquire sentido no interior de um modelo de significação social ditado hegemonicamente. Significa afirmar que as esferas sociais diversas que norteiam os sentidos da existência individual e mesmo coletiva são tecidas, de forma preponderante, de cima para baixo, ou seja, das elites em direção às massas, e estas últimas, mesmo isso não se constituindo numa regra absoluta, só adquirem senso de existência compreensiva no interior de construções simbólicas articuladas pelas esferas hegemônicas, transformando e ocultando as suas edificações norteadoras de sentido em uma não-existência.

Dessa maneira, as elites dominantes conformam a realidade espacial à sua imagem, de acordo com seus interesses e objetivos, respeitando determinados critérios e planejamentos que lhes permite manter uma situação de controlabilidade. Fica saliente que

a articulação das elites e a segmentação e desorganização da massa parecem ser os mecanismos gêmeos de dominação social em nossas sociedades. O espaço desempenha papel fundamental nesse mecanismo. Em resumo: as elites são cosmopolitas, as pessoas são locais. O espaço de poder e riqueza é projetado pelo mundo, enquanto a vida e a experiência das pessoas ficam enraizadas em lugares, em sua cultura, em sua história. Portanto, quando mais uma organização social baseia-se em fluxos aistóricos, substituindo a lógica de qualquer lugar específico, mais a lógica do poder global escapa ao controle sociopolítico das sociedades locais/nacionais historicamente específicos (2003, p. 504-505).

Percebe-se nitidamente que na atual conjuntura global, estimulada precipuamente pelos fluxos econômicos e financeiros, o ditame das regras, códigos e símbolos culturais espacialmente delimitados é cada vez mais intenso, ou seja, cada vez mais o local é conformado culturalmente por mecanismos estranhos a sua historicidade. Isso não cria uma “elite do poder”, mas uma elite que consegue entender de modo eficiente essas codificações e se apropriar das mesmas, tendo, conseqüentemente, acesso às portas que levam realmente ao poder. Em outras palavras, Castells (2003, p. 505) faz a seguinte afirmação: “[...] a verdadeira dominação social provém do fato de os códigos culturais estarem embutidos na estrutura social, de tal forma que a posse desses códigos abre o acesso à estrutura do poder sem que a elite precise conspirar para impedir o acesso a suas redes.” Em última instância, o poder se dá a partir do domínio dos fluxos, de um capital imaterial, ou seja, de um capital informacional.

Pode-se entender, dessa forma, que a sociedade informacional, arranjada sob a estrutura de rede, funciona a partir de conexões diversas constituindo, nesse sentido, o espaço de fluxos abordado anteriormente a partir de suas camadas que lhe conferem forma. Deve restar claro que “o espaço de fluxos não é a única lógica espacial de nossas sociedades. É, contudo, a lógica espacial dominante porque é a lógica espacial dos interesses/funções dominantes em nossa sociedade” (2003, p. 504). Importa, no entanto, retomar aqui, como forma de compreender a dinâmica organizacional estabelecida, as noções de hierarquia e as idéias sobre centralidade, distribuição e descentralização, que coexistem de forma simultânea nas estruturações em redes.

Diante disso, o espaço de fluxos, controlado pelas elites globais, exerce relações de dominação e de centralização de parcelas importantes de poderes imateriais diversos, interferindo de forma mais aguda na rede, conformando a realidade espacial planetária e moldando as esferas políticas, econômicas, sociais e culturais. Todavia, conforme já abordado anteriormente, toda a organização viva, articulada em torno do padrão de rede, só existe na medida em que houver relações complementares e antagônicas de centralidade, descentralidade e distribuição, compreendendo também relacionamentos em graus hierárquicos distintos ou mesmo poliárquicos. Em razão desse argumento e dos desdobramentos possíveis a partir dele, conclui-se que a etapa atual pode representar, também, um lapso de redefinição dos fluxos, regras, códigos e símbolos

que norteiam as construções sociais, impingindo-lhe um sentido de realidade diferenciado e reestruturado.

Nesse sentido, é preciso ter a máxima clareza de que o cenário de um “jogo social” dominado não reflete simplesmente o panorama de um “jogo social” vencido, pois aqueles que estão em desvantagem temporária não abandonam os “campos”, “mesas” e “tabuleiros” nos quais se disputam os embates sociais, políticos, econômicos e culturais, abdicando, por conseqüência, da possibilidade de reversão do quadro desfavorável que enfrentam. Em última instância, o jogo das construções sociais é uma disputa entre erro e acerto, entre o real e o imaginado, entre a possibilidade e a descrença, em que as “partidas” permanecem indefinidamente sem vencedor derradeiro e a partir das quais são construídas as esferas de uma realidade marcadamente intangível.

Como complemento, pode-se afirmar que os horizontes sociais são construídos dentro de uma lógica conflitante em que a relação entre causa e efeito não pode materializar-se como um mero exercício lógico de álgebra, constituindo-se, muito pelo contrário, em um grande paradoxo caracterizado pelas forças da incerteza e do inusitado. Em outras palavras, significa dizer que um grande movimento não gera necessariamente um amplo efeito, assim como uma pequena agitação não conduz forçosamente a um resultado de mesmo tamanho, fato este que a física moderna vem demonstrando e, metaforicamente, pode ser utilizado para o jogo das construções sociais. Dessa forma, na mesma medida em que o atual período vê materializar-se uma lógica de dominação, possibilitada pelo uso interesseiro do *espaço de fluxos*, também se abrem canais propícios para o aparecimento de emergências, as quais podem representar uma renovada estruturação hierárquica a partir da qual podem ser moldadas novas simbologias norteadoras de sentido. Em razão disso, segundo a ONG WWF-Brasil (2003, p. 12),

é esse mesmo momento histórico analisado por Manuel Castells que acelera a fundação de uma sociedade civil global, da qual são expressões marcantes as manifestações de Seattle, Praga e Gênova<sup>73</sup> contra a

---

<sup>73</sup> De acordo com Fritjof Capra (2003, p. 225-227), a coalizão de Seattle é um exemplo de um novo tipo de movimento, próprio da sociedade informacional. Ela é singularmente importante, pois marcou a articulação global de um número significativo de ONGs em torno de causas comuns. Essa atividade teve início com a formulação de atividades de protesto combinadas contra a reunião da OMC em Seattle, em

Organização Mundial do Comércio e a globalização capitalista (mobilizações organizadas por meio de redes!) e o Fórum Social Mundial<sup>74</sup>, de Porto Alegre. Do mesmo modo que o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação permitiu o desvairado e incontrolável fluxo de capitais pelo planeta, agilizou também a articulação de uma variedade enorme de movimentos sociais e organizações da sociedade civil – a começar, pelo seu pioneirismo, das redes ambientalistas.

Fica claro, dessa forma, que o espaço de fluxos se constitui como uma via de múltiplas possibilidades, pois, se de um lado propicia as condições materiais para que se exerçam inter-relações de forte dominação, por outro, fornece aparatos para o aparecimento de lógicas de poder diversas e contrárias a essa esfera de dominação, representadas por redes contra-hegemônicas, muito embora não se negue, em hipótese alguma, a dificuldade dessa proposta. Deve ficar claro, todavia, que essa perspectiva tem múltiplas características promissoras e emergentes, uma vez que

tais redes que, anteriormente, emergiam do relacionamento entre os atores sociais e das situações políticas que exigiam resposta coletiva, mas que mantinham uma existência episódica, transformaram-se, propriamente, numa das principais formas de organização permanente desses novos movimentos sociais. Uma multifacetada constelação de redes de ONGs, pessoas e grupos de afinidade em cada uma das áreas da ação política e social humana – educação, saúde, cultura, assistência social, meio

---

novembro de 1999. Durante um período de vários meses “centenas de ONGs interligaram-se eletronicamente para coordenar seus planos e publicar uma enxurrada de panfletos, declarações de princípios, livros e comunicados à imprensa nos quais formulavam claramente sua oposição às políticas e ao regime anti-democrático da OMC” (2003, p. 225). Na data de 30 de novembro de 1999 foi realizado um clamoroso ato de protesto, reunindo cerca de 50.000 pessoas ligadas a mais de 700 organizações diferentes, extremamente bem coordenado e praticamente sem violência, o qual repercutiu numa mudança permanente do panorama político da globalização: “A polícia de Seattle pôs todo o seu pessoal nas ruas para manter os manifestantes afastados do Centro de Convenções onde a reunião ia acontecer, mas não estava preparada para as ações de rua de uma rede gigantesca, perfeitamente organizada e totalmente dedicada à idéia de fechar a OMC. Sobreveio o caos; centenas de delegados ficaram ilhados nas ruas ou fechados em seus hotéis, e a cerimônia de abertura teve de ser cancelada” (2003, p. 226). No final das contas, a reunião não deu certo não somente pela pressão das manifestações, mas pelo fato de que muitos dos delegados do hemisfério sul foram afastados das importantíssimas reuniões acontecidas por detrás dos panos e, ainda por cima, foram pressionados a assinar acordos negociados secretamente. No dizer do autor (2003, p. 226), “furiosos, muitos delegados recusaram-se a fazê-lo, solidarizando-se assim com os grandes atos de oposição ao regime antidemocrático da OMC que estavam sendo realizados fora do Centro de Convenções.” Diante da possível rejeição do acordo por parte de todo um conjunto de países em vias de desenvolvimento, a reunião acabou sem sequer ter havido um esforço para formular uma declaração final. Na conclusão de Capra (2003, p. 227), “depois de Seattle, manifestações menores mas igualmente eficazes ocorreram em outras reuniões internacionais realizadas em Washington, em Praga e na cidade de Quebec, mas Seattle marcou a formação de uma coalizão global de ONGs.”

<sup>74</sup> Segundo Boaventura de Sousa Santos (2005, p. 11-13), o Fórum Social Mundial é um fenômeno social e político novo, sem ideologia claramente definida nem no que rejeita nem no que defende. É uma luta contra a globalização neoliberal. Não tem as características de reforma ou de revolução, não está estruturado em modelos políticos como o centralismo democrático, a democracia representativa e a democracia participativa. Também não se identifica com “novos movimentos sociais”, pois estes são temáticos. O novo é ser ele global, acolhendo os movimentos locais, nacionais e globais, sendo intertemático ou transtemático. É, por isso, um movimento diferente.

ambiente, gênero, defesa de direitos e economia solidária, entre outros – passou a existir. Embora grande parte dessas articulações seja informal ou dependa da temperatura política para fomentar a mobilização coletiva, elas subsistem por longos períodos de tempo como instrumento de organização das lutas. As redes tornaram-se a principal forma de expressão e organização coletiva, no plano político e na articulação de ações de grande envergadura, de âmbito nacional ou internacional, das ONGs e dos novos movimentos sociais (2003, p. 12).

Dentro dessa lógica, utilizando-se habilmente das novas tecnologias da informação, as distintas redes da sociedade civil adquirem uma capacidade organizacional de alcance global, formando coalizões entre distintas redes, o que torna possível a troca de informações e a mobilização de seus membros com uma velocidade antes inimaginável. Diante desse cenário, a sociedade civil<sup>75</sup>, organizada em redes múltiplas, firma-se como um novo e eficaz agente político que independe, em considerável medida, das instituições tradicionais nacionais e internacionais (CAPRA, 2003).

Ressalte-se por último que, tendo em vista a abrangência dos inúmeros movimentos empreendidos pela sociedade civil nessa perspectiva apresentada, a presente pesquisa optou por um recorte metodológico voltado, a partir de agora, para a análise das redes de colaboração solidária enquanto reflexo da possibilidade emergente que se abre, de forma paradoxal, nessa sociedade informacional em rede. Trabalha-se aqui com a premissa ético-política de que, tendo em vista a existência simultânea de muitas lógicas diversas, é possível sim, mesmo que de forma utópica, enxergar uma mudança a partir de novas conexões econômicas solidárias, as quais atinjam patamares que extrapolem a esfera local, a partir de uma inter-conexão em redes múltiplas, que se fortaleçam e se realimentem, implementando, dentro dessa lógica, novos sentidos, novos códigos e, acima de tudo, uma nova realidade planetária justa e solidária.

---

<sup>75</sup> De acordo com Capra (2003, p. 228), a sociedade civil é tradicionalmente definida como “um conjunto de organizações e instituições – igrejas, partidos políticos, sindicatos, cooperativas e diversas associações de voluntários – que constituem uma espécie de intermediário entre o Estado e seus cidadãos. As instituições da sociedade civil representam os interesses do povo e constituem os canais políticos pelos quais este se liga ao Estado.”

## **3.2 POTENCIALIDADES EMANCIPATÓRIAS DAS REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

### **3.2.1 Redes de colaboração solidária**

**Devemos saber reconhecer as alternativas, a fim de potenciar o potenciável de maneira a imprimir uma ou outra direcção aos processos, segundo as visões do futuro que têm os sujeitos (Hugo Zemelman).**

**Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam em comunhão (Paulo Freire).**

Pensar uma sociedade melhor, mais justa e inclusiva, na qual o desemprego e a falta de renda não fossem realidades monstruosas a mazelar inúmeras pessoas, em que os valores de um egoísmo económico não sobrepujasse os laços de respeito para com a existência de outros indivíduos, em que as desigualdades no que tange às condições materiais de vivência realmente fossem suprimidas, soa quase como uma insanidade, um delírio teórico em nome de um idealismo utópico irrealizável. Isso acontece, principalmente, devido ao fato de que o modelo de conhecimento hegemónico trabalha com uma lógica de apreensão da realidade que tende a desacreditar e ocultar experiências alternativas altamente relevantes, subjugando-as a uma condição de não-existência. Dessa forma, a riqueza empírica de inúmeras experiências é desperdiçada, uma vez que a postura teórica dominante acaba por conceder preferência à lógica analítica da dificuldade e da inviabilidade ao invés de amparar a observação nas possibilidades e novos caminhos que as mesmas representam. Nessa linha, Santos (2006, p. 95) apresenta algumas premissas que permitem considerar verdadeiras tais afirmações:

Em primeiro lugar, a compreensão do mundo excede em muito a compreensão ocidental do mundo. A compreensão ocidental do mundo, quer do mundo ocidental quer do mundo não ocidental, é tão importante quanto parcial e inadequada. Em segundo lugar, a compreensão do mundo

e a forma como ele cria e legitima o poder social tem muito a ver com concepções do tempo e da temporalidade. Em terceiro lugar, a característica mais fundamental da concepção ocidental de racionalidade é o facto de, por um lado contrair o presente e, por outro, expandir o futuro. A contracção do presente, ocasionada por uma peculiar concepção de totalidade, consiste em transformar o presente num instante fugidio, entrincheirado entre o passado e o futuro. Do mesmo modo, a concepção linear do tempo e a planificação da história permitiram expandir o futuro indefinidamente. Quanto mais amplo o futuro, mais radiosas são as expectativas confrontadas com as experiências do presente.

Para inverter essa lógica de criação de não-existências, de descrenças e ocultações de realidades alternativas, o referido autor (2006, p. 95) sustenta a necessidade de uma mudança de racionalidade, ou seja, propõe “uma racionalidade cosmopolita que, nesta fase de transição, terá de seguir a trajectória inversa: expandir o presente e contrair o futuro. Só assim será possível criar o espaço-tempo necessário para conhecer e valorizar a inesgotável experiência social que está em curso no mundo de hoje.” Na busca de uma temporalidade coerente com uma dinâmica de crença e valorização das experiências alternativas postas em prática em todo o mundo, o mesmo autor (2006, p. 95) sugere a utilização epistemológica de duas sociologias: “Para expandir o presente, [...] uma sociologia das ausências; para contrair o futuro, uma sociologia das emergências.”

Para entender a proposta por ele referenciada, é preciso compreender que o que não existe é, na realidade, *produzido* como não-existente pelas Ciências Sociais convencionais, ou seja, de acordo com Santos (2005, p. 21), “os critérios hegemônicos de racionalidade e de eficácia produzem a não-existência do que não cabe neles”, desqualificando tudo o que não faz parte da sua monocultura racional. Neste sentido, o mesmo autor (2005, p. 24) distingue cinco lógicas ou modos de produção da não-existência, “produzidas pela epistemologia e pela racionalidade hegemônica: o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo.”<sup>76</sup> Sua presença se dá apenas

---

<sup>76</sup> Boaventura de Sousa Santos (2005, p. 22-24) aborda pormenorizadamente cada uma dessas lógicas de produção de não-existências, sendo as mesmas chamadas de monoculturas: a) A lógica da *monocultura do saber e do rigor sobre o saber*, compreendendo a ciência moderna e a cultura humanística como critérios absolutos a filtrar a verdade. b) A lógica da *monocultura do tempo linear*, que seria a idéia de que a História tem um sentido e uma direção únicos e conhecidos (progresso, modernização, desenvolvimento e globalização). c) A lógica da *monocultura da naturalização das diferenças*, consistindo em uma distribuição das populações “segundo categorias que naturalizam hierarquias” (2005, p. 22). d) A lógica da *monocultura do universal e do global*, em que só a escala dominante é relevante. e) A lógica da *monocultura dos critérios de produtividade e de eficácia capitalista*, a qual privilegia o crescimento por meio das forças do mercado (utopia conservadora do neoliberalismo), tanto no campo da natureza como no do trabalho.

como obstáculo às realidades consideradas relevantes, o que gera o desperdício da experiência social.

A sociologia das ausências, anteriormente citada, é transgressiva, dando-se no confronto com cada um desses modos de produção de ausência. Expressa-se na luta pela credibilidade e pela revelação da diversidade e da multiplicidade das práticas sociais. Trata-se de um conhecimento transformador enquanto lógicas adotadas pelas organizações e movimentos sociais em suas lutas diversas e contra-hegemônicas. Isso exige imaginação epistemológica e imaginação democrática: “Tanto a imaginação epistemológica como a imaginação democrática têm uma dimensão desconstrutiva e uma dimensão reconstrutiva” (2005, p. 29).

A outra operação epistemológica sugerida por Santos é a chamada sociologia das emergências. Neste sentido,

enquanto que a finalidade da sociologia das ausências é identificar e valorizar as experiências sociais disponíveis no mundo, embora declaradas não-existentes pela racionalidade e pelo saber hegemônicos, a sociologia das emergências visa identificar e ampliar os sinais de possíveis experiências futuras, sinais inscritos em tendências e latências que são activamente ignoradas por essa racionalidade e por esse saber (2005, p. 30).

Para a sociologia das emergências a *possibilidade* é o motor do mundo e, deve ficar explícito, o mundo está cheio delas. O autor em questão (2005, p. 31) argumenta de forma mais detalhada que “a sociologia das emergências é a pesquisa das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas. Consiste em proceder a uma ampliação simbólica dos saberes, práticas e agentes de modo a identificar neles as tendências do futuro [...] sobre as quais é possível intervir para maximizar a probabilidade de esperança em relação à probabilidade da frustração.” Em última instância,

as expectativas legitimadas pela sociologia das emergências são contextuais, porque medidas por possibilidades e capacidades concretas, e radicais, porque, no âmbito dessas possibilidades e capacidades, reivindicam uma realização forte que as protege, embora nunca totalmente, da frustração. Nessas expectativas radica a reinvenção da emancipação social, ou melhor, das emancipações sociais. A ampliação simbólica operada pela sociologia das emergências consiste em identificar

sinais, pistas ou traços de possibilidades futuras em tudo o que existe” (2005, p. 33).

Resta claro que as duas sociologias apresentadas anteriormente são complementares e estão estreitamente associadas, uma vez que “quanto mais experiências estiverem hoje disponíveis no mundo mais experiências são possíveis no futuro. Quanto mais ampla for a realidade credível, mais vasto é o campo dos sinais ou pistas credíveis e dos futuros possíveis e concretos” (2006, p. 120). Sob esta perspectiva, Santos ressalta que alguns campos sociais se revelarão mais propícios para o desenvolvimento e para o aparecimento de práticas alternativas, citando, neste sentido, o campo das *experiências de conhecimento* (conflitos e análises de formas diferenciadas de conhecimento), o campo das *experiências de reconhecimento* (conflitos e análises possíveis entre sistemáticas de classificação social), *experiências de democracia* (um diálogo dialético envolvendo democracia representativa e democracia participativa) e ainda as *experiências de comunicação e informação* (conflitos e análises possíveis envolvendo as novas tecnologias da comunicação e da informação). No referido texto o autor (2006, p. 121) ainda destaca as *experiências de desenvolvimento, trabalho e produção*:

trata-se de diálogos e conflitos possíveis entre formas e modos de produção diferentes. Nas margens ou nos subterrâneos das formas e modos dominantes – o modo de produção capitalista e o modelo de desenvolvimento como crescimento infinito – existem, como disponíveis ou como possíveis, formas e modos de economia solidária, do desenvolvimento alternativo às alternativas ao desenvolvimento: formas de produção eco-feministas ou gandhianas (*swadeshi*); organizações econômicas populares (cooperativas, mutualidades, empresas autogeridas, associações de micro-crédito); formas de redistribuição social assentes na cidadania e não na produtividade; experiências de comércio justo contrapostas ao comércio livre; as campanhas da Organização Internacional do Trabalho, das redes internacionais de trabalho decente (*labor standards*); o movimento anti-*sweatshop* e o novo internacionalismo operário.

A diferenciada racionalidade epistemológica apresentada anteriormente encaixa-se de maneira absolutamente harmoniosa dentro da proposta sugerida pelo presente trabalho, qual seja, a idéia de uma renovada sociedade com valores e sentidos éticos de justiça e de solidariedade, os quais seriam alcançados a partir da multiplicidade de possibilidades surgidas em virtude do desenvolvimento e do

fortalecimento das redes de economia solidária.<sup>77</sup> Neste sentido, poder-se-ia olhar para essas redes sob uma perspectiva de não-existência, de ocultação, uma vez que, frente a uma dimensão de nível global, as mesmas ainda ocupam um espaço reconhecidamente pequeno, embora, diga-se, em constante crescimento. Essa prática social alternativa reconhece, todavia, suas próprias limitações e, dentro delas, continua a aprimorar seu desenvolvimento em busca de um horizonte de atuação cada vez mais dilatado.

O presente texto, utilizando-se do raciocínio epistemológico da sociologia das ausências e das emergências, evidencia nas redes de economia solidária não uma ausência, e sim uma existência onipresente, traduzindo-se em uma prática alternativa em vias de desenvolvimento e de solidificação, constituindo-se enquanto possibilidade real de amparar uma realidade diferenciada em termos de futuro. Os sinais, as evidências e as demonstrações dessa possibilidade estão distribuídos por inúmeros locais, constituindo-se como exemplos concretos de uma possível realidade diferenciada. Fica claro que o raciocínio a partir da sociologia das emergências se faz sentir de forma grandiosa, pois, se a possibilidade é o seu agente catalisador, as redes de economia solidária se apresentam como uma prática de múltiplas e intensas possibilidades.

Dessa maneira, o mesmo momento histórico que cria as condições para uma “advocacia da descrença”, fornece, simultaneamente e de forma paradoxal, subsídios para novas construções sociais, amparadas em práticas alternativas viáveis e que estão em andamento. Segundo Mance (2007, p. 1), “há uma revolução global em curso. Não é capitaneada por um partido político ou por uma vanguarda. Não tem bases militares e sua estratégia é anti-beligerante. Essa revolução mobiliza milhões de pessoas no mundo todo. Dela sabemos muito pouco até agora. O que sabemos é que na base de sua mobilização, organização e educação popular estão milhares de movimentos e milhões de pessoas integradas em redes colaborativas.”

Evidencia-se, a partir dessa perspectiva, que as redes de colaboração solidária aglutinam sob sua estruturação uma infinidade de práticas, experiências e lutas diversas,

---

<sup>77</sup> Não caberia, todavia, segundo Mance (2000, s/p), falar “da economia solidária como um novo paradigma mas como uma nova compreensão de economia que está sendo construída a partir de novas práticas econômicas compreendidas sob um novo paradigma científico, que poderia ser denominado como *paradigma da complexidade*.”

compreendendo de maneira complexa e interligada os campos político, cultural e econômico. Soma-se, neste sentido, milhares de movimentações de todos os tipos, tais como movimentos ecológicos, feministas, por políticas públicas de melhor qualidade, contra a agricultura transgênica, por moradia, por terra e ainda um grandioso número de outros movimentos que levantam suas próprias bandeiras. Essa dinâmica de luta é onipresente, estando em via de crescimento nos mais diversos pontos de nosso planeta. O que leva Mance (2007, p. 1-2) a afirmar que uma revolução global está em curso é o fato de que

coletivamente, de baixo para cima, democraticamente, construindo consensos e respeitando dissensos argumentados, esses milhares de movimentos e organizações, esses milhões de pessoas começaram a tecer redes solidárias, colaborativas, construindo canais e conexões que têm o potencial de interligar o local e o global, a diversidade na unidade, fortalecendo lutas específicas e globais, reafirmando que quanto mais unidos e diversos, quanto mais se entre-apoiarem pela justeza de suas causas, mais fortalecidos todos serão e melhores chances terão de alcançarem seus objetivos.

Surge, dessa forma, uma dinâmica integradora e aglutinadora que serve como agente catalítico para a assimilação na rede de quem “estava isolado ou desarticulado”. Nas palavras do mesmo autor (2007, p. 3), “surgem redes colaborativas e solidárias por toda a parte. Seus acúmulos vão sendo sistematizados em cartas de princípios. Suas elaborações dão origem a plataformas propositivas. Criam-se novas formas organizativas para facilitar a comunicação, a produção coletiva do conhecimento, as tomadas de decisão e as ações coordenadas, interligando os diversos atores que as compõem.”

Seguindo a dinâmica das redes apresentada no início deste capítulo, é imprescindível retomar a idéia de centralização, descentralização e distribuição, uma vez que estas lógicas estão presentes no cotidiano das articulações sob o formato reticular. As redes de colaboração solidária envolvem de maneira simultânea ações e iniciativas múltiplas, as quais, nas palavras de Mance (2007, p. 3),

se realimentam de maneira centralizada, descentralizada e distribuída. Processos totalmente descentralizados, por exemplo, ganham força pela intervenção distribuída de cada participante, agindo com autonomia, tendo por referência a carta de princípios e a plataforma da rede. E todos os atores distribuídamente se entre-apóiam, reforçando e realimentando suas ações em processos comunicativos e de tomadas de decisão coletiva – seja, por exemplo, em um sistema eletrônico de comunicação e votação,

centralizado num mesmo fórum na Internet, seja pela participação presencial em algum fórum ou assembleia.

Sob este ponto de vista o ideal revolucionário das redes de colaboração solidária está amparado em algumas características, as quais permitem que nelas seja depositada uma grande esperança. Dessa forma, para trazer a argumentação do início desse capítulo para um plano mais palpável, afastando-se, se é que isso é possível, das teorizações físico-químicas ou biológicas, faz-se necessário abordar alguns desses elementos de forma singularizada, interligando-os com determinados pontos específicos das redes em questão. Note-se que as redes de colaboração funcionam basicamente como um sistema que se auto-organiza, ou seja, que se auto-reproduz. Assim, de acordo com o autor anteriormente citado (1999, p. 24), pode-se ficar com a seguinte afirmação:

A idéia de rede que conecta grupos de um determinado movimento social, por exemplo, do movimento das mulheres, é a de que a articulação entre todos os movimentos deste tipo fortaleça cada movimento em particular pelos intercâmbios que passem a ocorrer entre eles e que tal fortalecimento venha a contribuir no surgimento de novos movimentos de mulheres em outras cidades, a fim de ampliar o combate ao machismo e a defesa dos direitos da mulher em uma área maior do que a atingida pelo conjunto dos movimentos já organizados.

Há ainda outros dois importantes princípios que conferem caráter altamente transformador às redes solidárias, quais sejam, a *intensividade* e a *extensividade*. A majoração do primeiro destes princípios consiste no fato de que cada unidade da rede “venha a atingir e envolver um maior número de pessoas no local onde aquela unidade atua. Isto pode significar o surgimento de outros pequenos nódulos naquela região articulados entre si e conectados à rede em geral” (1999, p. 24). No mesmo viés, o segundo princípio refere-se à expansão da “rede para outros territórios colaborando no surgimento de novas unidades suas e no desenvolvimento destas, ampliando a abrangência da rede e fortalecendo o seu conjunto” (1999, p. 25).

Existem, no entanto, outras peculiaridades que conferem às redes de colaboração solidária uma solidez em termos de crescimento e de disseminação, consistindo essas singularidades na sua *diversidade*, *integralidade* e *realimentação*. Sob essa perspectiva, uma

rede capaz de conectar a diversidade será capaz de integrar, de maneira fecunda e criativa, as ações realizadas na esfera pública não estatal<sup>78</sup> que envolvem todas as ONGs, organizações populares, associações, movimentos, etc., que pratiquem a colaboração solidária, articulando seus recursos e consolidando a implementação de seus projetos, fortalecendo cada nó na medida em que ele mantém um fluxo constante com os demais (1999, p. 25).

Por outro lado, um fator de extrema importância é a incorporação na rede da noção de conjunto em detrimento de uma dimensão individualista, tanto no modo de pensamento como na forma como são direcionadas as ações realizadas. Sobre essa questão Mance (1999, p. 25), faz a seguinte afirmação:

Integralidade significa que todos os objetivos da colaboração solidária defendidos pelos diversos nódulos da rede em particular sejam assumidos pelo conjunto dos nódulos da rede. Isso significa que embora os movimentos das mulheres continuem a lutar em defesa da mulher, tais movimentos também colaborarão na medida do possível para avançar as lutas em favor das crianças, dos negros, dos portadores de deficiência, dos direitos humanos, de geração de empregos, de saúde, por moradia, etc. O mesmo se passa com cada outro nódulo que assume o compromisso de fortalecer as lutas dos demais nódulos, contribuindo para que eles possam ampliar sua *intensividade* e *extensividade*, contribuindo assim para o fortalecimento de toda a rede de colaboração solidária.

Em última instância, o dimensionamento da idéia de que as ações empreendidas pelas partes isoladas afetam o todo na mesma dimensão que este as afeta se constitui em um fator altamente relevante e imprescindível para o desenvolvimento dessas redes, constituindo-se como mecanismo catalisador de manutenção e de crescimento da estrutura como totalidade. Neste sentido,

a idéia de *realimentação* significa que as ações desenvolvidas pela rede, através de seus nódulos e suas articulações, agenciem novas ações da própria rede, ampliando-a enquanto tal e expandindo o conjunto de suas ações em um círculo virtuoso e capaz de envolver cada vez mais pessoas, atuando sobre objetos sempre mais diversos que fazem brotar novos nódulos que, por sua vez, fortalecem o conjunto da rede, na medida em que introduzem diversidades que perpassam os fluxos do conjunto, possibilitando novas transformações de cada nódulo em particular e da rede como um todo (1999, p. 25).

---

<sup>78</sup> De acordo com Mance (1999, p. 19-20), a esfera pública não estatal compreenderia um conjunto de ações solidárias desenvolvidas nos campos econômico, político e cultural: “Com efeito, embora tratem-se de recursos aplicados para o bem público e de serviços voltados ao bem comum, não são todavia recursos do Estado ou serviços financiados por ele ou pelo mercado. Atrás desse vasto rol de serviços e recursos está o trabalho voluntário de milhões de pessoas em todos os continentes [...]; tratam-se de pessoas que disponibilizam uma pequena parte de seus ganhos para financiar tais projetos ou que dedicam uma parte de seu tempo para neles atuar – havendo aqueles que colaboram das duas formas.”

Tendo sido abordados de maneira geral alguns pontos responsáveis por tornar a proposta das redes de colaboração solidária uma alternativa realmente sólida e promissora, deve-se ter clareza de que as mesmas podem ser compreendidas sob três aspectos distintos: o econômico, o político e o cultural. Isso não significa afirmar que tais características possam ser responsáveis pela formação de redes isoladas a englobar cada um desses aspectos de maneira singular. Na verdade, as redes de colaboração solidária comportam estas três dimensões dentro de seus fluxos diversos, os quais podem ser analisados sob o olhar desses três aspectos. Fica claro, nas palavras de Mance (2000b, s/p), que

quando uma rede de colaboração solidária é organizada, ela passa a atender demandas imediatas da população por trabalho, melhoria no consumo, educação, reafirmação da dignidade humana das pessoas e do seu direito ao bem viver, ao mesmo tempo em que combate as estruturas capitalistas de exploração e dominação responsáveis pela pobreza e exclusão, e começa a implantar um novo modo de produzir, consumir e conviver em que a solidariedade está no cerne da vida. As Redes de Colaboração Solidária portanto: a) permitem aglutinar diversos atores sociais em um movimento social orgânico com forte potencial transformador; b) atendem demandas imediatas desses atores por emprego de sua força de trabalho e por satisfação de suas demandas por consumo, entre outras; c) negam estruturas capitalistas de exploração do trabalho, de expropriação no consumo e de dominação política e cultural; e d) passam a implementar uma nova forma pós-capitalista de produzir e consumir, de organizar a vida coletiva afirmando o direito à diferença e à singularidade de cada pessoa, promovendo solidariamente as liberdades públicas e privadas eticamente exercidas.

Justamente pelo fato de a ótica argumentativa partir de visões complexas da realidade, justificando-se a partir da teoria da complexidade, é que as dimensões anteriormente apresentadas podem ser consideradas como realidades simultâneas dentro do horizonte de múltiplas relações das redes de colaboração solidária. No entanto, a observação empreendida na continuidade do presente estudo pretende colocar ênfase especial na estratégia da rede de colaboração em sua dinâmica de relacionamento propriamente econômico, analisando alguns aspectos importantes dentro desse horizonte singular que, do ponto de vista do presente estudo, se constitui como o aspecto norteador das demais dimensões já referenciadas.

### 3.2.2 A dinâmica econômica das redes de colaboração solidária

As redes de colaboração solidária, como se viu, envolvem um vasto conjunto de práticas, articulações, experiências e lutas diversas. Neste sentido poder-se-ia, sem sombra de dúvida, afirmar que o seu conjunto comporta aspectos políticos, econômicos e culturais em caráter interligado e complementar, fato que permite direcionar a análise de forma aprofundada para um desses vieses sem desconsiderar os demais, uma vez que acontecem em caráter de simultaneidade. Mance (1999, p. 47) amplifica a força desse argumento quando afirma que os aspectos suscitados não se constituem isoladamente em

redes que se superpõem, mas uma única rede que tanto canaliza fluxos cujas propriedades podem ser consideradas sob esses três aspectos, quanto efetiva ações que atualizam, em maior ou menor medida, alguns desses caracteres. Com efeito, é impossível desenvolver-se qualquer atividade política sem a mediação condicionante de elementos econômicos e culturais; igualmente toda ação econômica supõe uma certa organização coletiva do poder em um conjunto de mediações simbólicas; por fim, as ações culturais, do mesmo modo, estão intrinsecamente condicionadas por elementos econômicos e políticos.

A construção teórica que será desenvolvida a partir de agora ocupar-se-á especificamente da estratégia econômica destas redes, analisando alguns pontos relevantes que conferem embocadura e sentido a essa proposta. Dentro dessa lógica, considerando-se o aspecto econômico das redes de colaboração solidária, o mesmo autor (2002c, p. 1-2) as retrata como sendo “uma estratégia para conectar empreendimentos solidários de produção, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares (associações, sindicatos, ONGs, etc) em um movimento de realimentação e crescimento conjunto, auto-sustentável, antagônico ao capitalismo.”

Deve-se ressaltar, porém, que a concretização e a viabilidade dessa estratégia requerem uma reformulação nos critérios de consumo adotado pelos indivíduos. Dessa forma, segundo o autor já citado (1999, p. 13), “para a viabilização dessa meta somente uma condição é requerida e nada mais, a saber, que todos os que aderirem ao projeto

[...] pratiquem o consumo solidário<sup>79</sup>, isto é, que em todas as suas atividades de consumo dêem preferência a produtos que tenham sido produzidos pelas redes de colaboração solidária, mesmo que estes produtos custem um pouco mais caro que os produtos elaborados sob a rede capitalista [...].”

A prática do consumo solidário como uma lógica de vida das pessoas possibilita fomentar e aquecer os fluxos econômicos nas redes de colaboração solidária, permitindo que o crescimento da própria rede seja constante e que a incorporação de mais indivíduos seja possível, incrementando e diversificando os fluxos envolvidos. Consumir de forma solidária significa uma tomada de consciência no sentido de que é possível interferir na realidade a partir de escolhas no âmbito do consumo, até porque este “é uma exigência para a reprodução de cada ser vivo em particular. Sem consumo a vida de qualquer ser se esgota, resultando em sua morte” (1999, p. 25). Consumir de maneira sábia, dando preferência a produtos e serviços que transcendam sua materialidade simplista, significa estabelecer parâmetros críticos de escolha, dando pesos mais significativos para o contexto que cerca a prestação de um serviço, ou ainda, a forma como determinado produto é produzido ou sua comercialização realizada. Nessa linha, seguindo os argumentos do autor já citado (2002b, p. 2-3),

o consumo solidário dos produtos e serviços das redes possibilita que seus empreendimentos vendam toda a sua produção, ampliando-se o excedente alcançado e as possibilidades de seu reinvestimento coletivo na implantação de outros empreendimentos solidários, gerando-se portanto novos postos de trabalho e possibilitando a produção de outros bens e serviços ainda não disponibilizados nessas redes, assegurando-se maior oferta de bens e serviços aos consumidores em diversidade e qualidade, bem como a distribuição de renda pela incorporação de mais pessoas ao processo produtivo, o que por sua vez possibilita o aumento de demanda e satisfação por produtos finais, preservando-se o equilíbrio dos ecossistemas.

Sob essa perspectiva ressalta-se que a organização estratégica em redes que colaboram mutuamente possibilita uma disseminação interna do consumo solidário,

---

<sup>79</sup> De acordo com Mance (2002b, p. 2) “o *consumo solidário* é aquele praticado em função não apenas do próprio bem-viver pessoal mas também do bem-viver coletivo, em favor dos trabalhadores que produziram aquele bem ou serviço e da manutenção do equilíbrio dos ecossistemas. Trata-se pois do consumo em que se dá preferência aos produtos e serviços da economia solidária ao invés de consumir produtos de empresas que exploram os trabalhadores e degradam os ecossistemas. O consumo solidário é praticado também com vistas a contribuir na geração de postos de trabalho que possam ser ocupados pelos que estão desempregados, assegurando-lhes condições dignas de vida; para preservar o equilíbrio dos ecossistemas e para melhorar o padrão de renda de todos os que participam das redes solidárias, combatendo-se assim a exclusão social e a degradação ambiental.”

uma vez que os agentes produtivos requerem insumos para possibilitar a produção de gêneros diversos e, por sua vez, os trabalhadores envolvidos no processo de produção também carecem de bens diversos para satisfazer suas próprias necessidades de subsistência. Por conseguinte, tanto os primeiros quanto os segundos podem vir a adquirir aquilo que precisam dentro da própria rede produtiva na qual estão engajados, originando, dessa maneira, um processo de realimentação.<sup>80</sup> É inevitável que aquilo que não é disponibilizado pela rede seja adquirido no setor produtivo capitalista; essa indisponibilidade momentânea, no entanto, pode vir a ser corrigida devido à característica auto-organizativa da rede.

Ampliando-se o horizonte de análise envolvendo os processos sociais de produção e de consumo sob a lógica da realimentação, Mance (2002, p. 63) afirma ser possível idealizar, “sob certos padrões, organizações complexas em que a demanda por consumo alimenta processos produtivos que, remunerando trabalho humano, distribuem socialmente o valor econômico produzido, realimentando a própria demanda por consumo, permitindo o crescimento auto-organizado e auto-regulado de novas organizações e sistemas sociais.” Essa prática pode ser mais bem entendida a partir da compreensão empírica de que a rede produtiva é composta por diferentes células<sup>81</sup> ou nós mantendo conexões recíprocas, o que repercute, levando-se em conta apenas o critério de consumo, em dois tipos diferentes deste último, um de natureza produtiva e outro de natureza final:

O consumo final é aquele praticado por todas as pessoas que satisfazem suas necessidades e seus desejos com os produtos e serviços consumidos. Consumo produtivo é todo aquele demandado para a realização de outros produtos e serviços. Assim, o consumo de massas produzidas na rede, em

---

<sup>80</sup> Mance (2002, p. 63) aborda a questão da realimentação a partir dos ensinamentos de Edgar Morin, que utiliza o termo retroação. O autor, todavia, entende que realimentação consistiria em um “sistema em ações de interferências recíprocas, rompendo com a idéia de causalidade linear e introduzindo a idéia de círculo causal: a causa age sobre o efeito e o efeito age sobre a causa.”

<sup>81</sup> De acordo com Mance (1999, p. 208-209), a rede é composta por três tipos de células: a) *de consumo*, que compreende grupos de pessoas que se organizam comunitariamente para comprar mercadorias a preços mais baixos, os quais são possíveis por meio da compra direta dos fornecedores, eliminando-se qualquer intermediário. Tais compras dão preferência aos produtos produzidos na própria rede, sendo comprado no mercado capitalista apenas o que a rede não produz ou produz de maneira insatisfatória; b) *de produção*, que são compostas por unidades produtivas das mais diversificadas, as quais produzem uma série de produtos finais ou insumos e, também elas, se tornam consumidoras de produtos feitos na própria rede; c) *de serviço*, que são células que prestam serviços diversificados, tais como qualificação profissional e produtiva, atividades de comércio solidário, etc.. Nesse tipo de célula podem ser abrigadas também as ONGs que “atuam com educação popular e outros tipos similares de atividades de colaboração solidária pertinentes ao setor de serviços” (1999, p. 209).

um almoço, é consumo final. O consumo de farinha, ovos, óleos, sal, energia elétrica, produtos de limpeza e outros, demandado pela célula que produz massas, é consumo produtivo, pois aqueles elementos são consumidos na elaboração de um novo bem ou produto. Assim, um mesmo produto, sob determinadas condições, tanto pode satisfazer um consumo final quanto um consumo produtivo – como ocorre com os ovos, óleo e produtos de limpeza neste exemplo, que poderiam servir também ao consumo final (1999, p. 48-49).

Fica claro, nesta linha, que, “se os processos de consumo final e produtivo realimentarem processos laborais justos e ecologicamente corretos, se tornaria possível expandir inúmeras redes autônomas e sustentáveis de economia solidária que podem se integrar em uma rede mundial de colaboração solidária como alternativa, em oposição à atual globalização capitalista” (2002, p. 63-64). Esse é o horizonte amplo e perfeitamente credível da proposta de colaboração solidária por meio da estratégia econômica. Tornam-se necessárias, no entanto, outras abordagens para que a real compreensão dessa possibilidade grandiosa possa florescer e para que o argumento em seu favor possa adquirir maior robustez.

Dessa forma, em âmbito mais restrito ou local, os processos de realimentação envolvendo o consumo final e o consumo produtivo acabam gerando excedentes econômicos que retornam às células diversas, permitindo que os trabalhadores envolvidos possam satisfazer suas necessidades materiais de vivência (sempre que possível com produtos adquiridos dentro da própria rede). Tal excedente é extremamente importante para essas pessoas, uma vez que garantir suas condições materiais de sobrevivência, mesmo que minimamente, é uma exigência dramática. Mance (1999, p. 30-31) exemplifica algumas experiências práticas afirmando existir em muitos lugares inúmeros

grupos de trabalhadores desempregados que organizaram pequenas atividades produtivas em que se fabricam pães, massas, produtos de limpeza, roupas, móveis, esquadrias, vassouras, escovas, brinquedos e uma infinidade de outros produtos; milhares são os “clubes de mães” que produzem roupas, peças de tricô e crochê, rendas, bordados, tapeçarias, doces, salgados, geléias, compotas, entre outros artigos; em muitos lugares encontram-se artesanatos indígenas, anéis de tucum ou frutos colhidos das florestas – de modo ecologicamente sustentável – sendo comercializados. Grande parte dessa produção, salientamos, é consumida por pessoas que têm consciência de que, embora esses produtos possam não ser os melhores à disposição no mercado ou não sejam os mais baratos em comparação aos similares ou, até mesmo, não atendam alguma demanda imediata, consumi-los é garantir às pessoas que os produzem a condição

de continuarem vivendo do seu próprio trabalho, com a dignidade que todo ser humano merece.

A satisfação inicial das condições materiais de sobrevivência, proporcionadas pela obtenção de um excedente econômico (uma renda) a partir da produção, comercialização ou prestação de serviços diversos, representa um aspecto que transcende em muito a lógica meramente econômica. Constitui-se, antes de tudo, em um primeiro degrau da escadaria das muitas liberdades humanas possíveis e potenciáveis, fornecendo um pequeno veio de dignidade que, em muitos casos, acende a chama apagada no interior de um indivíduo praticamente mortificado e o estimula a explorar suas próprias capacidades. Amartya Sen (2000, p. 109) relaciona, de forma muito consciente, a questão da renda com a possibilidade de desenvolvimento de liberdades/capacidades das pessoas:

[...] a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza. A perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da idéia sensata de que a renda baixa é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa.

O autor explica que a pobreza não é causada unicamente pelo aspecto de uma renda baixa ou pela ausência desta, uma vez que “existem *outras* influências sobre a privação de capacidades – e, portanto, sobre a pobreza real – além do baixo nível de renda (a renda não é o único instrumento de geração de capacidades)” (2000, p. 110). Destaca distintas formas de geração de pobreza como idade, papéis sexuais e sociais, localização: pessoas idosas e muito jovens têm mais dificuldades em converter renda em capacidade. Muito embora a pobreza seja uma questão altamente complexa no que tange à sua formação e reprodução, não se deve perder de vista “que a renda é um meio importantíssimo de obter capacidades” (2000, p. 112).

Essas premissas podem ser contextualizadas e exemplificadas por meio das palavras de Herbert José de Souza e Carla Rodrigues (1994, p. 13), quando aborda a questão da privação de alimento, afirmando que “a fome é exclusão. Da terra, da renda, do emprego, do salário, da educação, da economia, da vida e da cidadania. Quando uma pessoa chega a não ter o que comer, é porque tudo o mais já lhe foi negado, é uma espécie de cerceamento moderno ou de exílio. A morte em vida. O exílio da Terra”. A

ausência das condições materiais de vivência, neste sentido, trava em grande escala as muitas liberdades possíveis dos indivíduos, impedindo-os de se desenvolverem enquanto sujeitos autônomos e socialmente conscientes, refletindo em um processo de reprodução constante de miséria humana. É nesta linha que caminham os argumentos de Mance (2002, p. 147) quando afirma que

sem condições materiais não há como se realizar as liberdades. A liberdade para comer ou trabalhar produtivamente, por exemplo, só existe quando há o alimento disponível para comer ou condições materiais que possibilitem aquele trabalho. Quem não dispõe de alimento não possui liberdade para alimentar-se. Igualmente, sem dispor de moradia, não existe a liberdade para abrigar-se dignamente como ser humano, mas a imposição de viver ao relento. Sem as mediações materiais para assegurar a saúde não há a liberdade para preservar o corpo da dor, do sofrimento e da morte evitável.

Fica claro que existe uma relação bastante forte envolvendo pobreza de renda e pobreza de capacidades. Segundo Sen (2000, p. 114), “o aumento das capacidades humanas também tende a andar junto com a expansão das produtividades e do poder de auferir renda. Essa conexão estabelece um importante encadeamento indireto mediante o qual um aumento de capacidades ajuda direta e indiretamente a enriquecer a vida humana e a tornar as privações humanas mais raras e menos pungentes.”

Em vista do argumento desenvolvido, pode-se evidenciar que sob a lógica das redes de economia solidária é possível trabalhar no sentido de viabilizar as condições materiais de vivência, garantindo avanços diversos no sentido pessoal daqueles que estão engajados nas práticas econômicas solidárias, possibilitando um espaço que permite que suas habilidades/capacidades/liberdades sejam desenvolvidas. Garantindo esse mínimo material por meio de uma renda, é possível almejar outros tipos de mudanças em termos culturais e políticos, atingindo, desta forma, o todo da proposta das redes de colaboração solidária. Neste sentido, sendo possível garantir a materialidade de vida básica, a pessoa passa a experimentar, novamente ou pela primeira vez, uma condição existencial que lhe permite ser reconhecida, pelos outros e por ela mesma, o que a instiga a buscar outros tipos de reflexões dentro de sua própria temporalidade de desenvolvimento. Significa dizer que a pessoa se sente novamente viva, adquirindo auto-estima e novas forças para levar adiante sua vida dentro de uma lógica diferenciada, na qual suas liberdades individuais e coletivas adquiram nova significação.

Dentro de um processo integrado e simultâneo, as redes de economia solidária não encerram, portanto, seus objetivos e finalidades na mera obtenção de rendimento, embora a renda seja um fator primordial que cria algumas condições para que se possa levar adiante um processo emancipatório. Significa afirmar que se deve deixar de lado o pensamento hipócrita e simplista que imagina ser possível emancipar setores excluídos por meio de simples discursos retóricos e demagógicos, bonitos na teoria, porém ineficientes na prática. Poder-se-ia dizer, sob este ângulo reflexivo, que uma significativa parcela de pessoas que se inserem nas redes de economia solidária não o fazem por terem a consciência de que é necessário mudar as práticas sociais, políticas, econômicas e culturais. Inserem-se, isto sim, pela absoluta necessidade de adquirirem uma renda que lhes permita sobreviver. A dramaticidade da situação é o que motiva tais pessoas num primeiro momento. Em relação à força da necessidade econômica, é emblemático o exemplo apresentado por Sen (2000, p. 173):

Na orla do golfo de Bengala, no extremo sul de Bangladesh e Bengala ocidental, na Índia, situa-se o Sunderban – que significa “bela floresta”. É ali o hábitat natural do célebre tigre real de Bengala, um animal magnífico dotado de graça, velocidade, força e uma certa ferocidade. Restam relativamente poucos deles atualmente, mas os tigres sobreviventes estão protegidos por uma lei que proíbe caçá-los. A floresta de Sunderban também é famosa pelo mel ali produzido em grandes aglomerados naturais de colméias. Os habitantes dessa região, desesperadamente pobres, penetram na floresta para coletar o mel, que nos mercados urbanos alcança ótimos preços – chegando talvez ao equivalente em rúpias a cinquenta dólares por frasco. Porém, os coletores de mel também precisam escapar dos tigres. Em anos bons, uns cinquenta e tantos coletores de mel são mortos por tigres, mas o número pode ser muito maior quando a situação não é tão boa. Enquanto os tigres são protegidos nada protege os miseráveis seres humanos que tentam ganhar a vida trabalhando naquela floresta densa, linda – e muito perigosa.

A partir deste exemplo fica claro que não há meios de se condenar a força propulsora que leva tais indivíduos a correr riscos tão assombrosos e, talvez, mortes tão brutais. Claro que esta exemplificação superdimensiona a motivação pela satisfação de necessidades materiais, porém, são realidades a serem consideradas. Retornando novamente às redes de economia solidária, é preciso frisar que mesmo se aceitando que grande parte da motivação inicial advenha da extrema necessidade econômica, há, pelo próprio engajamento coletivo em torno de uma proposta com valores e princípios bem solidificados, uma grande possibilidade de que este fator preponderante seja apenas um agente catalisador e não uma lógica imutável. Neste sentido, este passo inicial, determinado pela necessidade, pode expandir-se e adquirir uma formatação maior e

mais profunda, uma vez que, obtida a subsistência material, podem ser encontrados novos valores, amplamente incentivados e reproduzidos pelas redes de economia solidária.

Como já afirmado, sob a dinâmica das redes existe um processo que não se encerra somente no aspecto econômico, uma vez que outras mediações ocorrem em caráter de integralidade e simultaneidade, conferindo ao todo uma lógica multidimensional. É nessa pluralidade de dimensões que o veio norteador de emancipação social vai ganhando novas formas e se desgarra do aspecto econômico meramente materialista, uma vez que esta satisfação de base material, ou a continuidade desta satisfação, passa a exigir uma complexidade maior e uma postura também diferente por parte daqueles indivíduos envolvidos na rede. Neste âmbito se exigem práticas incisivas e plurais no que tange aos aspectos político, cultural e ético como demanda natural da auto-organização da rede econômica solidária. Dentro dessa perspectiva Mance (2002, p. 147-148) retrata a conversão de rede econômica em rede política, afirmando que

sob a perspectiva das redes de colaboração solidária trata-se de garantir a produção, a distribuição, o emprego ou o consumo de todas as mediações materiais necessárias à realização das liberdades públicas e privadas, eticamente balizadas. O princípio de diversidade implica na promoção da satisfação de demandas singulares, não em função do lucro, mas em razão do bem-viver<sup>82</sup> de cada um e de todos, compondo-se da melhor maneira possível o exercício das liberdades. Justamente por isso as redes econômicas de colaboração solidária convertem-se também em redes políticas, uma vez que se busca a melhor maneira de compor o exercício coletivo e pessoal da liberdade.

Essa passagem recíproca e simultânea do viés econômico para o político, ou a integração do fator político com o econômico, é de extrema importância para o desenvolvimento da rede e surge como uma grande necessidade dentro dos valores solidários. Assim, segundo o autor referenciado (2002, p. 148),

sendo a rede econômica baseada no consumo e no trabalho solidários, ela se constitui simultaneamente como rede política, isto é, a rede econômica

---

<sup>82</sup> De acordo com Mance (1999, p. 17) o bem-viver “é o exercício humano de dispor das mediações materiais, políticas, educativas, informacionais não apenas para satisfazer eticamente necessidades biológicas e culturais de cada um, mas para garantir, eticamente, a realização de tudo o que possa ser concebido e desejado pela liberdade pessoal que não negue a liberdade pública. O bem-viver solidário implica em respeitar o desejo pessoal e promover a sua realização na igual medida em que se respeita o desejo público e se promove a sua realização.”

não pode sobreviver sem que seus membros assumam uma outra concepção sobre os princípios que regem a convivência entre as pessoas, particularmente a superação do individualismo pelo colaboracionismo solidário. Sob a dinâmica das redes de colaboração solidária o desejo do outro em sua diferença implica, micropoliticamente, em promover a realização das diversas singularidades, eticamente orientadas, do modo mais pleno possível. Macropoliticamente, implica na transformação estrutural da sociedade, suprimindo a dicotomia entre formulador da demanda social e o seu reformulador político, através de mecanismos democráticos de autogestão pública, que a rede exercita na sua própria consistência.

A questão do político como uma integralidade que se origina da busca pela satisfação de necessidades econômicas é analisada por Sen (2000, p. 175) quando afirma existir “amplas inter-relações entre as liberdades políticas e a compreensão e satisfação das necessidades econômicas. As relações não são apenas instrumentais (as liberdades políticas podem ter o papel fundamental de fornecer incentivos e informações na solução de necessidades econômicas acentuadas), mas também construtivas”. Em última instância, continua o autor (2000, p. 175), “a intensidade das necessidades econômicas aumenta – e não diminui – a urgência das liberdades políticas.” Nas palavras de Mance (2002, p. 148-149),

com a promoção das liberdades pública e privada, o crescimento da rede amplia seu poder político – em razão de aglutinar um segmento cada vez maior da sociedade em torno da sua proposta de sociedade pós-capitalista, que começa a ser implementada em toda a parte em que surge uma célula solidária - , o que permite a constituição de um novo bloco social, capaz de promover revoluções molares, sustentadas por inúmeras revoluções micropolíticas de caráter molecular, e portanto de transformar a estrutura e a gestão dos governos e dos Estados.

No entanto, mesmo existindo as condições para o desenvolvimento das liberdades econômicas e políticas, faz-se necessário, para o pleno gozo destas capacidades, que haja um fluxo informacional de alta qualidade e confiabilidade. Significa dizer que dentro de uma proposta contra-hegemônica alternativa às práticas capitalistas é necessário “ter-se em mãos” um horizonte de conhecimento bastante vasto e eficiente, que possibilite que as reflexões, tomadas de decisões, estratégias a serem seguidas, etc., estejam amparadas em informações que permitam otimizar os mecanismos presentes na própria rede. Mance (2002, p. 149) alerta, todavia, que para a constituição deste “capital informacional” se torna necessária a democratização da educação e da informação, uma vez que, “mesmo havendo liberdade no ato de escolher, as escolhas acabam sendo induzidas por aqueles que selecionam e fornecem algumas

informações e não outras.” Em relação a este aspecto peculiar é necessário frisar, nas palavras do mesmo autor (2002, p. 149),

a relevância de uma das propriedades inerentes à rede que é o ininterrupto fluxo de informações. Promovendo a livre interação comunicativa entre os participantes das células, garantindo a todos as mediações materiais para a emissão e recepção das mensagens a qualquer participante da rede, ela sustenta o fluxo solidário de informações relevantes para as decisões particulares sobre todas as questões que se colocam a seus membros. Inúmeras células de serviço serão organizadas para atender demandas educativas, de qualificação profissional, de desenvolvimento artístico e científico – condições necessárias ao exercício da liberdade de cada um e ao bem viver de todos.

Em síntese, poder-se-ia afirmar que as redes de economia solidária, ao satisfazer determinadas condições materiais de sobrevivência para um grande horizonte de pessoas, inauguram a possibilidade de se (re)criarem outros tipos de mediações que visam ou possibilitam horizontes emancipatórios. Estas condições, seja dito, colocam-se como uma necessidade a ser desenvolvida e trabalhada no interior da própria rede, aperfeiçoando-a, fortalecendo-a e tornando-a realmente credível enquanto alternativa ao atual contexto líquido-moderno de exclusão.

Destaque-se, por fim, que a grandeza da proposta, permeada pelo incremento e pelo incentivo das muitas liberdades/capacidades dos indivíduos, reside primordialmente na articulação em uma rede mais ampla. Neste sentido faz-se necessário buscar uma lógica integradora que una as diversas experiências de economia solidária, que acontecem em âmbito local, em uma perspectiva interligada, em que se conecte a grande diversidade em uma ampla rede, ou uma rede de redes, que possibilite um alcance global. É importante frisar que, dentro deste horizonte, as inúmeras alternativas e experiências cultivadas em âmbito local constituem espaços altamente promissores dentro de uma proposta de mudança global. Em vista disto, a argumentação que segue ocupar-se-á da análise da importância destes fatores locais para uma mudança de cunho global, abordando correntes teóricas que apontam para essa possibilidade.

### 3.3 DA IMPORTÂNCIA DAS EXPERIÊNCIAS LOCAIS E DAS REDES TRANSLOCAIS CONTRA-HEMÔNICAS À SOLIDARIEDADE PLANETÁRIA

Após um aprofundamento teórico a respeito das redes de economia solidária, compreendidas como um, entre tantos outros, dos processos emancipatórios a emergirem no contexto da sociedade líquido-moderna do século XXI, não se pode deixar de enfatizar a relevância do local como espaço de transformação. Não se trata, sem dúvida, de posturas localistas que simplesmente ignorem as interdependências marcantes entre o global e o local.

Mas é preciso, para tanto, retomar sinteticamente as características da sociedade líquido-moderna, já abordadas no primeiro capítulo, o que significa retomar conceitos como globalização, sociedade em rede, perda das solidariedades coletivas e descartabilidade do ser humano.

Jean-Marie Guéhenno (1999, p. 10) fala do surgimento de uma nova idade *imperial*, um mundo unificado e sem centro, que sucede ao Estado-nação: “a sociedade dos homens tornou-se grande demais para formar um corpo político. Seus cidadãos são cada vez menos uma entidade capaz de expressar uma soberania coletiva: são meros sujeitos jurídicos, titulares de direitos, e submetidos a obrigações, num espaço abstrato onde os limites territoriais são cada vez menos precisos”, o que vem a caracterizar o fim da organização piramidal do poder no contexto de uma economia crescentemente “imaterial” e a conseqüente crise da noção de solidariedade nacional.

Nessa idade das redes perde força a política enquanto lugar natural para a solidariedade e o interesse geral, destronados pelas oposições particulares dos grupos de interesses, restando uma sociedade marcada pela efemeridade, fragmentada quase ao infinito. O autor destaca, por outro lado, que o conformismo faz parte dessa nova idade das redes, conformismo aqui entendido como a capacidade de evitar a dissonância, e não como o conformismo tradicional enquanto “subordinação a uma classe dominante que impõe ao resto da sociedade suas maneiras de pensar” (1999, p. 84). O que importa é a capacidade de adaptação e não o planejamento do futuro, impondo-se e se aceitando

o entendimento de que a mudança foge da alçada do homem. Mas o sucesso contemporâneo gera angústia, insegurança e incerteza. É o império dos signos sem significado, sendo o dinheiro o último signo, o denominador comum.

Ainda de acordo com Guéhenno, nessa idade simultânea e contraditoriamente homogeneizada e fragmentada, desaparecem os grandes projetos de futuro, pela desistência de se alcançar uma sociedade justa no plano político, que implica ao mesmo tempo um fechamento para o todo. A sociedade justa é buscada a partir das consciências individuais, num contexto de economia global em que o homem se percebe isolado e sem vínculo. Não há mais projetos/utopias universais, que proponham soluções globalizadas para as misérias do mundo e para a infelicidade dos homens. Procura-se criar solidariedades concretas num mundo abstrato demais, razão pela qual prosperam comunitarismos, sejam eles de caráter religioso ou humanitário. Nas palavras do autor (1999, p. 98),

não se procura mais curar, de forma abstrata, a miséria do mundo. A miséria tem agora um rosto, e uma solidariedade imediata instaura-se, surgida da urgência e do sofrimento. Tendo perdido a ilusão de uma solução política que poria fim à infelicidade, para tornar a multiplicidade dos destinos humanos uma comunidade, nós nos consagramos a alguns homens, e não mais à raça humana.

O afirmado significa o esforço de escapar da abstração universal gerada pelos processos de globalização, dedicando-se os sujeitos a reencontrar sua individualidade, embora sob formas muitas vezes equivocadas e alienantes, tendo em vista a perda crescente de suas raízes e das próprias referências éticas. Apesar dessa visão, ao mesmo tempo realista e pessimista, do autor, não deixa essa avaliação de sinalizar que, mesmo num mundo globalizado de caráter reticular, as instâncias locais são possivelmente os espaços mais adequados para a organização de resistências e de lutas em favor da reconstrução das solidariedades coletivas.

Essa perspectiva vem enriquecida por autores como Zygmunt Bauman, Milton Santos, Boaventura de Sousa Santos, além de outros. Suas análises, após aprofundarem os fundamentos e as conseqüências da globalização hegemônica, apontam para possíveis emergências de caráter emancipatório tendo como ponto de partida o local,

sem descurar as influências advindas do processo de globalização percebido como um todo.

Bauman (1999), ao abordar sociologicamente as conseqüências humanas desse processo, entende que, se por um lado a globalização promove a uniformidade do globo, por outro divide a sociedade em dois pólos opostos no que se refere às condições existenciais das populações. Com a planetarização dos negócios, das finanças, do comércio e do fluxo de informação constituem-se as elites globais, que transcendem os espaços geográficos, ao mesmo tempo em que se desencadeia um processo “localizador”, ou seja, significativos segmentos das populações ficam presos aos espaços locais, sem a mesma mobilidade ou liberdade de movimentos das elites globais, excluídos, portanto, dos benefícios trazidos pelos processos globalizadores: “o que para alguns parece globalização, para outros significa localização. Nesse processo estratificador dá-se uma progressiva ruptura de comunicação entre as elites globais extraterritoriais e o restante da população, presa ao local, e “ser local num mundo globalizado é sinal de privação e degradação social” (1999, p. 8).

O mais grave é que os espaços públicos, geradores de sentido para a vida comunitária, acompanham as elites globais: “Os centros de produção de significado e valor são hoje extraterritoriais e emancipados de restrições locais – o que não se aplica, porém, à condição humana, à qual esses valores e significados devem informar e dar sentido” (1999, p. 9). É preciso, portanto, questionar as premissas que norteiam e justificam tal sistema excludente da civilização contemporânea. Tomando por base essa análise do autor, é plausível concluir que, se a exploração do ser humano é comandada em nível mundial pelas elites globais desterritorializadas, “deixando a todos os demais – presos como são à localidade – a tarefa de lamber as feridas, de consertar o dano e se livrar do lixo” (1999, p. 15), a instância local se torna necessariamente o cenário mais adequado para a construção de novas solidariedades, a comporem posteriormente redes translocais de libertação na forma de uma globalização contra-hegemônica. Talvez essa inserção em rede a partir das necessidades e das demandas locais seja a única forma de destituir, em certa medida, a influência em termos de poder que as elites globais tem na rede, as únicas, portanto, que nesse novo processo de estratificação podem considerar-se verdadeiramente cosmopolitas.

Essas lutas advindas de um novo empoderamento local esbarram, sem dúvida alguma, com dificuldades quase intransponíveis na tarefa de implantação e de consolidação de redes de solidariedade coletiva por parte da ponta pobre da globalização, que afeta o maior contingente da população mundial. Sabe-se que os dominantes reservam para si a máxima liberdade de ação, restringindo drasticamente a liberdade de decisão dos dominados, para o que a fragmentação política e a globalização econômica se complementam mutuamente. Nesse processo de reestratificação planetária, que destrói as economias locais, torna-se muito difícil reunir questões de cidadania numa efetiva ação coletiva, desencadeada sob a direção do Estado e dos movimentos e organizações sociais. Está cada vez mais difícil traduzir preocupações pessoais em questões públicas, transformar problemas pessoais em causa comum.

Observa ainda o autor (1999, p. 86-87) que, com a ausência de fundamentos mais sólidos como solidariedades e reciprocidades coletivas, a globalização leva as economias a produzir o efêmero e o volátil (menor durabilidade de produtos e serviços), bem como o precário (empregos temporários, flexíveis, de meio expediente), dando bases consistentes a um sistema capitalista acumulador e consumista. É este o fator essencial a desencadear incerteza e insegurança na pós-moderna sociedade de consumo, a afetar primordialmente as camadas mais vulneráveis da população mundial.

Mas essa estrutura mercadológica demasiadamente pesada, homogeneizante e excludente não consegue invalidar os esforços emancipatórios dos que arcam com o ônus do sistema. É o que sugere Boaventura de Sousa Santos (2005), ao falar da sociologia das emergências, como já acenado anteriormente. A partir das esferas locais ressurgem constantemente organizações e movimentos em busca de estratégias de resistências e de formulação de alternativas de caráter contra-hegemônico. Exemplificando, contrapõe à utopia conservadora do neoliberalismo a utopia crítica do Fórum Social Mundial, no qual percebe uma crítica radical do presente juntamente com o desejo de uma sociedade melhor, o que aponta para uma nova matriz paradigmática de emancipações sociais, por ele denominada *epistemologia do Sul*.

Ao questionar os fundamentos lógicos da racionalidade hegemônica própria da modernidade ocidental, o autor coloca como um dos modos de negação/sonnegação dos conhecimentos e das experiências populares de caráter alternativo a lógica da monocultura do universal e do global, mecanismo pela qual se desprezam os contextos específicos: “Segundo essa lógica, a não-existência é produzida sob a forma do particular e do local. As entidades ou realidades definidas como particulares ou locais estão aprisionadas em escalas que as incapacitam de serem alternativas credíveis ao que existe de modo universal ou global” (2005, p. 23).

Como contraponto à lógica dessa racionalidade hegemônica, Santos propõe a *ecologia das trans-escalas*, no sentido de recuperar o que no local não é efeito da globalização hegemônica. Trata-se de uma desglobalização do local e a busca de uma reglobalização contra-hegemônica, tendo em vista oferecer alternativas aos globalismos localizados. Citando ainda o Fórum Social Mundial, afirma que “muitos dos movimentos envolvidos no FSM começaram por ser lutas locais travadas contra a exclusão social imposta ou intensificada pela globalização neoliberal. Só mais recentemente, muitas vezes através do FSM, esses movimentos desenvolveram articulações locais/globais mediante as quais se globalizaram de forma contra-hegemônica” (2005, p. 28). É a utopia, sob forma de consciência antecipatória, a propor uma alternativa concreta ao pensamento único, anti-utópico, do neoliberalismo, e cujas características residem no reconhecimento da diversidade, da pluralidade e da horizontalidade na celebração de um outro mundo possível. Caminham de mãos dadas o princípio da igualdade e o princípio do respeito pela diferença.

Em sua obra *Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência* (2000, p. 36), Santos deixa ainda mais clara a relevância das iniciativas locais na busca da emancipação social, a serem posteriormente globalizadas:

A esperança não reside, pois, num princípio geral que providencia por um futuro geral. Reside antes na possibilidade de criar campos de experimentação social onde seja possível resistir localmente às evidências da inevitabilidade, promovendo com êxito alternativas que parecem utópicas em todos os tempos e lugares excepto naqueles em que ocorreram efectivamente. É este o realismo utópico que preside às iniciativas dos grupos oprimidos que, num mundo onde parece ter desaparecido a alternativa, vão construindo, um pouco por toda a parte, alternativas locais que tornam possível uma vida digna e decente. [...] A criação de redes transnacionais entre alternativas

locais é uma forma de globalização contra-hegemônica – a nova face do cosmopolitismo.

Na mesma linha propositiva caminham as idéias de Milton Santos, o qual, referindo-se à reconstrução da federação brasileira, propõe a constituição de uma *federação de lugares*, não a serviço do dinheiro e das forças financeiras, mas para atender a população:

De um ponto de vista prático, voltaríamos à idéia, já expressa por nós em outra ocasião, da constituição de uma federação de lugares, com a reconstrução da federação brasileira a partir da célula local, feita de forma a que o território nacional venha a conhecer uma compartimentação que não seja também uma fragmentação. Desse modo, a federação seria refeita de baixo para cima, ao contrário da tendência a que agora está sendo arrastada pela subordinação aos processos de globalização. [...] O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi (2002, p. 95-96).

Num sistema de redes em que prevalecem os interesses corporativos sobre os interesses públicos, Milton Santos percebe sinais de reação, pois contra a racionalidade dessas verticalidades fragmentárias surgem horizontalidades que servem de contra-racionalidades emancipatórias (um “espaço banal” não-econômico), ou seja, “formas de convivência e de regulação criadas a partir do próprio território e que se mantêm nesse território a despeito da vontade de unificação e homogeneização, características da racionalidade hegemônica típica das verticalidades” (2002, p. 110).

Com relação à questão de ser cidadão do mundo (cidadania global/cosmopolita), o autor (2002, p. 113), sempre tendo em conta a realidade brasileira, pondera:

Ser “cidadão de um país”, sobretudo quando o território é extenso e a sociedade muito desigual, pode constituir, apenas, uma perspectiva de cidadania integral, a ser alcançada nas escalas subnacionais, a começar pelo nível local. Esse é o caso brasileiro, em que a realização da cidadania reclama, nas condições atuais, uma revalorização dos lugares e uma adequação de seu estatuto político.

A multiplicidade de situações regionais e municipais, trazida com a globalização, instala uma enorme variedade de quadros de vida, cuja realidade preside o cotidiano das pessoas e deve ser a base para uma vida

civilizada em comum. Assim, a possibilidade de cidadania plena das pessoas depende de soluções a serem buscadas localmente, desde que, dentro da nação, seja instituída uma federação de lugares, uma nova estruturação político-territorial, com a indispensável redistribuição de recursos, prerrogativas e obrigações. A partir do país como federação de lugares será possível, num segundo momento, construir um mundo como federação de países.

Trata-se, em ambas as etapas, de uma construção de baixo para cima cujo ponto central é a existência de individualidades fortes e das garantias jurídicas correspondentes. A base geográfica dessa construção será o lugar, considerado como espaço de exercício da existência plena. Estamos, porém, muito longe da realização desse ideal. (p. 113-114).

Essa valorização das vivências locais, tendo como base o território, num contexto de agravamento da heterogeneidade por parte da globalização, potencializa o surgimento de uma cultura popular (reemergência das massas) rivalizando com a cultura de massas comandada pelas elites globais desterritorializadas. Essa reconstrução emancipatória do espaço geográfico está a exigir uma nova ética, tendo como ponto de partida para pensar alternativas a prática da vida nas instâncias do local. Nessa luta por uma outra globalização, Milton Santos entende que a História deve ser reescrita a partir da centralidade da periferia e não dos países centrais (Europa, Estados Unidos e Japão), sendo que o desafio do Sul está em romper a unidade de obediência hoje dominante (dívida externa e ingovernabilidade por transferir para o setor econômico recursos que deveriam ser destinados à área social). Para tal, faz-se necessário retomar a idéia da utopia e do projeto.

Tomando por base essa valorização estratégica do local, significa dizer, das características e experiências locais ainda não controladas e homogêneas pelos agentes dominantes em nível global, pode-se concluir que essa tese, exposta de forma genérica, se aplica perfeitamente aos movimentos de cooperação solidária, na sua tentativa utópica de propor um outro mundo possível. As múltiplas e extremamente ricas experiências locais da economia solidária armazenam o potencial necessário para se transformarem em redes translocais contra-hegemônicas, suficientemente fortes para a implantação de uma solidariedade planetária. O que importa é que essa utopia seja concreta, um sonhar de olhos abertos e de pés no chão, mesmo que esse chão da realidade seja duro e relativamente imprevisível.

É sob esse olhar auspicioso e ao mesmo tempo desafiante que se finaliza o desenvolvimento da presente dissertação. Se a análise empreendida apresenta limitações

e perplexidades, do que não se duvida, não deixa ela, no entanto, de caracterizar, com base em pensadores abalizados e profundamente envolvidos na problemática em estudo, um esforço de contribuição, modesta e despretensiosa, na tarefa cidadã de direcionar a pesquisa acadêmica para a função social que a justifica. As dúvidas persistem e, em muitos sentidos, se intensificam. Mas também a esperança na real possibilidade de uma sociedade melhor se sobrepõe à espera conformista dos que, descontentes e críticos, desistem de lutar, legitimando com isso as pretensões dos que afirmam o fim da História.

## CONCLUSÃO

A presente conclusão volta-se para a sistematização dos pontos centrais desenvolvidos ao longo da pesquisa, a qual, partindo de uma percepção teórica mais aprofundada das características da pós-modernidade, marcadas pela fluidez, pela efemeridade e pelo imediatismo da atual sociedade de consumo, trabalhou com a hipótese de que é possível a construção de um outro modelo de convivência, calcado numa lógica não-lucrativista e solidária, centrada num sujeito autônomo e emancipado das dominações estruturalmente constituídas.

Como ponto de partida, retomou-se brevemente o projeto da modernidade, para que melhor se pudesse compreender o sentido e o alcance do paradigma líquido-moderno. O projeto da modernidade, proposto na Época Moderna em oposição às desigualdades jurídicas e sociais oriundas do modelo feudal da Idade Média, estava centrado na valorização do indivíduo enquanto portador de direitos universais, tendo o Estado-nação como agente garantidor da liberdade e da igualdade jurídica, bem como se amparava na crença de que o poder da razão guiaria a construção do bem-estar social. Segundo tal projeto, caberia ao poder político do Estado territorial a função de implantar as promessas da modernidade, ou seja, atender às demandas do povo, construindo os espaços das solidariedades coletivas, com base na noção de soberania nacional e no respeito aos direitos individuais, mediados por uma ação racional.

A organização política dessa filosofia da razão fundava a liberdade sobre uma ordem política, instituída num território definido por limites precisos, ou seja, o lugar de uma história comum, um destino compartilhado. Era essa a marca originária do Estado-

nação moderno: a nação como espaço natural das solidariedades e do controle político, tendo como princípio-motor o reconhecimento de um interesse comum, sobreposto à defesa dos interesses particulares. Essa idade do Estado-nação gerava um determinado grau de certeza com relação à garantia das solidariedades coletivas, em que o livre-arbítrio dos cidadãos era protegido pelas instituições político-estatais dentro de fronteiras territoriais bem definidas, tendo como referência a racionalidade e os direitos humanos individuais.

Observou-se, no avançar da pesquisa, que, na verdade, esse projeto da modernidade desencadeou, ao longo de seu desenrolar histórico, sucessivas crises civilizatórias, que afetaram profundamente as condições socioculturais do terceiro milênio. Desencadeou-se um processo de redefinição das bases que durante tanto tempo sustentaram a lógica da modernidade, refletindo em uma nova conformação da realidade no que tange às questões econômicas, políticas, culturais, religiosas e jurídicas. Nesta dialética que instalou uma renovada significação de tais categorias, restou evidenciado que o desenvolvimento tecnológico, ligado às novas formas de produção, aos meios de comunicação e aos meios de transporte, ocupou uma posição destacada, uma vez que possibilitou a globalização das principais atividades econômicas e informacionais, o que significou uma redefinição das noções de espaço e de tempo, sendo saliente que tanto o espaço geográfico quanto a dimensão temporal adquiriram contornos diferenciados dentro de uma nova estratificação social, que passou a se fundar na contradição envolvendo o local e o global.

A pesquisa desvendou a diferenciação clara e saliente entre os locais, excluídos das benesses propiciadas pelos avanços científico-tecnológicos, e os globais, ou seja, as elites que efetivamente desfrutaram das condições oportunizadas pela tecnologia informacional e pela acumulação ilimitada e espoliativa dos recursos econômico-financeiros em nível planetário. Estes últimos não se submetem à temporalidade tradicional, muito menos a espaços geográfica e politicamente delimitados, uma vez que se desprendem dos laços comunitários e carregam consigo não apenas os recursos necessários para a materialização da condição humana, mas também o poder de estabelecer, para si e para os demais, as referências norteadoras de sentido. Os primeiros, por sua vez, vivem intensamente a lógica do espaço em razão de suas

extremamente limitadas condições de deslocamento e de recursos, o que os obriga a se fixarem irremediavelmente ao território local, amargando o destino de não poderem fugir dos problemas geograficamente confinados e desprovidos do poder de decidir seus próprios destinos.

A partir desse retrato foi possível concluir que o intenso e móvel trânsito de fluxos econômicos, informacionais e culturais fez com que a crise funcional do Estado-nação moderno restasse evidenciada, uma vez que estes distintos fluxos minaram fortemente os espaços nacionais de solidariedade fundados na soberania territorial, substituindo-os por uma fragmentação infinita de interesses numa era que passou a se caracterizar pela lógica do informacional e do imaterial. Por conseguinte, o Estado-nação organizado em uma base nacional não mais conseguiu, de maneira adequada e satisfatória, atender as demandas e as necessidades básicas do povo espacialmente localizado, já que a grande quantidade de problemas locais passou a ter origem nas práticas e políticas globais. Da função primordial de gerir as demandas das solidariedades coletivas, próprias da cidadania nacional, o Estado foi confinado a administrar as políticas microeconômicas, como forma de controlar e contornar, em nome do capital transnacionalizado e das necessidades do mercado mundial, as pressões locais, sendo-lhe negado o alcance e a responsabilidade das políticas de cunho macroeconômico.

A pesquisa evidenciou que esse enfraquecimento dos Estados nacionais na sua função de construir as solidariedades coletivas propiciou um processo de reestratificação mundial, no qual a opção livre de uns se torna destino cruel de outros. Neste sentido, em vista das enormes desigualdades e de suas grandiosas influências sobre o desenvolvimento de sociabilidades, o paradigma sólido, representado especialmente pela fase moderna da produção industrial, cedeu espaço para o paradigma líquido-moderno, a consistir na fragmentação das relações sociais coletivas num processo de privatização do interesse público ditado pela elite global desterritorializada. Percebeu-se, nesta lógica, que propostas universalizantes, em termos ético-políticos, fundadas numa complexidade solidária, cederam espaço à lógica pós-moderna do efêmero das sensações imediatas e momentâneas, na qual não cabem projetos de futuro nem um sentido de transcendência.

Observou-se, também que, desgarrada do seio protetor do Estado, o qual não mais consegue suprir as necessidades das coletividades, a vida social passou a ser desenvolvida dentro de um modelo ordenado por uma lógica mercadológica hostil. Isso acarretou importantes alterações, pois a segurança de antes adquiriu a incerteza do agora, uma vez que os governos perderam o controle sobre os fatores econômicos, os quais passaram a depender do jogo livre das forças do mercado. Paralelamente, a emergência da “sociedade informática” gerou processos organizacionais diferenciados e diferenciadores nas esferas ocupacionais, os quais repercutiram em um encolhimento estrutural da quantidade global de trabalhos disponíveis, na precarização das condições de trabalho e na diminuição do tempo de serviço. Em função disso, o que ficou saliente é que a economia passou a necessitar apenas de certa fatia da força de trabalho global para funcionar, tornando uma grande parcela da população economicamente supérflua.

Essa nova conformação das esferas ocupacionais repercutiu amplamente na estrutura da sociedade, uma vez que ocorreu um abalo entre esta e o mundo do trabalho, ocasionando um enfraquecimento dos laços de sociabilidade. Evidenciou-se, como causa desta oscilação, um conjunto interligado de fatores envolvendo o processo de globalização e as novéis tecnologias informáticas, que possibilitam alterações nas formas e modelos produtivos, bem como nas condições de trabalho, que passaram a ter uma conformação de maior mobilidade, flexibilidade e efemeridade.

Essa dissociação ocorrida entre sociedade e trabalho originou-se também de mudanças na condição objetiva final da sociedade líquido-moderna em relação à sociedade sólido-moderna. Neste sentido, a organização social atual passou a estruturar-se a partir da lógica do consumo, em detrimento da sociedade de produção que precedeu. No período em que predominou a modernidade pesada, a lógica do trabalho tinha uma significação diferenciada, uma vez que praticamente inexistia a flexibilidade e a mobilidade que se passou a ter, razão pela qual o tempo livre era bastante pequeno e as pessoas, em sua interação social, viviam em torno do e para o trabalho. No entanto, com a passagem para a modernidade líquida, na qual a flexibilidade e a mobilidade possibilitam (ou impõem) uma menor dedicação de tempo ao trabalho, estabeleceu-se uma oposição entre a atual sociedade de consumo e a sociedade de produtores, típica da era industrial-moderna.

Na continuidade da pesquisa esclareceu-se que por essa razão o engajamento social passou a se dar pela condição de consumidores, gerando profundas diferenças sociais, culturais e da vida individual. Embora no modelo social anterior também houvesse a necessidade de consumir, a lógica consumista não era colocada como uma finalidade em si mesma, uma vez que a tarefa de produzir era ideologicamente aceita, acima da lógica do consumo. A fé no trabalho e no progresso guiava as aspirações individuais e coletivas, estabelecendo, antes de tudo, uma idéia de produção que predominava e caracterizava a modernidade pesada. Restou concluso que toda essa estrutura se modificou com o advento da modernidade leve, criando um modelo consumista no qual nada deve exigir um compromisso firme, nenhuma necessidade deve ficar plenamente satisfeita e nenhum desejo deve ser encarado como último. A satisfação deste deve ser instantânea, reduzida ao mínimo, passando os consumidores a ser mantidos continuamente expostos a novas tentações, em estado de excitação permanente, sempre prontos para a satisfação imediata de novas sensações.

Neste cenário da atual economia capitalista evidenciam-se formas de sociabilidade em elevado estágio de degradação, uma vez que estas se amparam em bases de sustentação bastante frágeis e voláteis, o que repercute em uma dinâmica social tendente à descartabilidade permanente e ininterrupta de seres humanos e de objetos. Como conseqüência, catalisam-se diversos processos crescentes e constantes de destruição de formas e modelos sociais, não adaptados a essa dinâmica de pertencimento ligada ao capital.

Na seqüência da pesquisa constatou-se que os destinados ao descarte se encontram em uma situação na qual dificilmente terão alguma chance de inclusão no paradigma socioeconômico dominante. Preteridos pela dinâmica capitalista, tais indivíduos tornam-se seres redundantes, sem serventia para o modelo hegemônico, tornando-se lixo/refugo da sociedade líquido-moderna. Na linguagem simbólica aqui adotada, forma-se um rejeito ou um lixo humano altamente tóxico para a sociedade de incluídos, produzido em larga escala nos distintos locais do planeta. Neste sentido, o que fica evidente é que, no interior desse processo de *destruição criativa*, os grandes atingidos/derrotados são os próprios seres humanos, fato que gera uma crise de grandes

proporções no seu sentido mais elementar, ou seja, a qualidade de vida do homem, a qual, num primeiro momento, se exprime nas condições sócio-ambientais de vivência e, num segundo aspecto, se exterioriza na situação de marginalização social, de pobreza e de miséria extrema, o que acarreta uma vasta degradação humana na sociedade capitalista.

Diante desse quadro nada positivo da sociedade líquido-moderna, descrito por sociólogos da atualidade, a presente dissertação dedicou-se, em sua parte final, a analisar alternativas que permitissem apontar novos caminhos, capazes de superar a lógica da exclusão social presente no modo de produção capitalista. Foram, neste sentido, abordadas as práticas econômicas solidárias, articuladas em redes múltiplas, como uma forma fortemente emergente, viável e diferenciada das formas concorrenciais, acumuladoras e lucrativistas do sistema econômico dominante. Concluiu-se que, tendencialmente, tais redes não reproduzem o formato de sociabilidade levado adiante pela dinâmica do capital, uma vez que pregam e utilizam valores de solidariedade e de reciprocidade capazes de re-dignificar os seres humanos pela vivência plena de suas liberdades, tirando-os da condição de meros objetos descartáveis do sistema hegemônico quando deixam de produzir mais capital. Foi apostando no potencial das práticas econômicas solidárias que a presente pesquisa se empenhou em verificar a possibilidade de modificação do cenário social mediante a implementação de um processo econômico solidário a partir de múltiplas movimentações em rede. Esse processo emancipatório tem como eixo central a consolidação de experiências locais de economia solidária, sua ampliação em redes translocais para, por último, instaurar uma grande rede contra-hegemônica em nível global, capaz de se opor à matriz neoliberal, ainda predominante nos inícios deste terceiro milênio.

Em síntese, não se pode negar a extrema complexidade das relações sociais no atual mundo globalizado. Também não se pode negar que a matriz predominante na presente sociedade líquido-moderna, acrescida do viés neoliberal a comandar os processos econômicos de uma globalização excludente, não se transforma de uma hora para outra ou por mero voluntarismo de alguns bem-intencionados segmentos sociais. Mas da mesma forma é inegável que é perfeitamente possível a construção de um modelo econômico-social alternativo, essencialmente voltado para a (re)valorização da

condição humana, significa dizer, para a convivência de sujeitos autônomos, auto-criadores, vivência fundada na alteridade, tendo como pilares externos os direitos humanos e a ação racional inclusiva. A novidade da proposta reside no fato de que essa intersubjetividade tem como *locus* ético-político as redes de cooperação solidária, ao mesmo tempo interdependentes e emancipatórias, com acento privilegiado nas redes de economia solidária.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Rubim Santos Leão de et.al. *História das sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1983.

ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. *Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

ARRUDA, Marcos. Socioeconomia solidária. In: CATTANI, Antonio David (Org). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

BAUMAN, Zygmunt . O mal estar da pós-modernidade. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

\_\_\_\_\_. *Globalização: as conseqüências humanas*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

\_\_\_\_\_. *Em busca da política*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

\_\_\_\_\_. *Modernidade Líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

\_\_\_\_\_. *Vidas desperdiçadas*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

\_\_\_\_\_. *Vida líquida*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

\_\_\_\_\_. *Tempos líquidos*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

BECK, Ulrich. *O que é globalização?* Equívocos do globalismo: respostas à globalização. Tradução de André Carone. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. *Liberdade ou capitalismo:* Ulrich Beck conversa com Johannes Wilms. Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

BEDIN, Gilmar Antonio. *Os direitos do homem e o neoliberalismo*. 2. ed. rev. e ampl. Ijuí: Editora Unijuí, 1998.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CÂNDIDO, G. A., ABREU, A. F. Os conceitos de redes e as relações interorganizacionais: um estudo exploratório. In: ENANPAD, 24, 2000. Florianópolis. **Anais ...** Florianópolis: ANPAD, 2000. 1 CD.

CAPRA, Fritjof. *A teia da vida:* uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix/Amaná-Key, 1999.

\_\_\_\_\_. *As conexões ocultas:* ciência para uma vida sustentável. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 3. ed. São Paulo: Cultrix/Amaná-Key, 2003.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Tradução de Klaus Brandini Gerhardt e Roneide Venancio Majer. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.

\_\_\_\_\_. *A sociedade em rede*. Tradução de Roneide Venancio Majer com a colaboração de Klaus Brandini Gerhardt. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

\_\_\_\_\_. *O poder da identidade*. Tradução de Klaus Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999b.

\_\_\_\_\_. *Fim de milênio*. Tradução de Roneide Venancio Majer e Klaus Brandini Gerhardt. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999c.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

COMPLEXO CORPORATIVO DE MONDRAGÓN. Disponível em: <<http://www.mcc.es/>>. Acesso em 14 abr. 2008.

DEMOUSTIER, Daniele. *A economia social e solidária:* um novo modo de empreendimento associativo. Tradução de nicolas Nyimi Campanário. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

ESCOBAR, Arturo. Actores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática nas ciências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). *Conhecimento prudente para uma vida decente:* um discurso sobre as ciências revisitado. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GLOBAL EMPLOYMENT TRENDS 2008. Disponível em:  
<<http://www.oitbrasil.org.br/download/globaltrends2008.pdf>> Acesso em 26 mar. 2008.

GUÉHENNO, Jean-Marie. *O fim da democracia: um ensaio profundo e visionário sobre o próximo milênio*. Tradução de Howard Maurice Johnson e Amaury Temporal. 2. ed. Rio: Bertrand Brasil, 1999.

FALK, Richard. *Globalização predatória: uma crítica*. Tradução de Rogério Alves. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Editora Positivo, 2004.

FISCHER, Rosa Maria; BOSE, Mônica; LIN, Fu Kei. Redes sociais – novos arranjos para a sustentabilidade. In: CABRAL, Antônio; COELHO, Leonardo (Orgs). *Mundo em transformação: caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. *Economia solidária: um abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis; MEDEIROS, Alzira; MAGNEN, Jean-Philippe (Orgs). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GRAMEEN BANK. Disponível em:  
<http://www.grameen-info.org/> Acesso em 14 abr. 2008.

HABERMAS, Jürgen. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HAYEK, Friedrich August Von. *Direito, legislação e liberdade*. Tradução de Henry Maksoud. São Paulo: Visão, 1985. 3 vol.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria; TIRIBA, Lia. Economia Popular. In: CATTANI, Antonio David (Org). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

LECHAT, Noelle Marie Paule. *Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil*. Campinas, SP: [s.n.], 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2004.

\_\_\_\_\_. *As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil*. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

LECHAT, Noelle. et al. Gestão de empreendimentos econômicos solidários na região Noroeste do Rio Grande do Sul. *Civitas*, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 175-194, jan./jun. 2007.

LISBOA, Armando de Melo. Terceiro setor. In: CATTANI, Antonio David (Org). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

MANCE, Euclides André. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. Economia solidária: um novo paradigma?. In: Seminário Catarinense de Economia Solidária. *Anais*. Florianópolis, [s.n.], 2000. Disponível em <<http://www.solidarius.com.br/mance>> Acesso em 05 nov. 2007.

\_\_\_\_\_. *Redes de colaboração solidária: construindo uma nova sociedade*, 2000b. Disponível em: <<http://www.solidarius.com.br/mance>> Acesso em 05 nov. 2007.

\_\_\_\_\_. *Redes de colaboração solidária: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. *Consumo solidário*. 2002b.

Disponível em: <<http://www.solidarius.com.br/mance>> Acesso em 05 nov. 2007.

\_\_\_\_\_. *Redes de colaboração solidária*. 2002c.

Disponível em: <<http://www.solidarius.com.br/mance>> Acesso em 05 nov. 2007.

\_\_\_\_\_. *Economia solidária, revolução global e sociedades pós-capitalistas*, 2007.

Disponível em: <<http://www.solidarius.com.br/mance>> Acesso em 05 nov. 2007.

MARÉCHAL, Jean-Paul. *Humanizar a economia*. Tradução de Vasco Farinha. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

MARIOTTI, Humberto. *As paixões do ego: complexidade, política e solidariedade*. São Paulo: Palas Athena, 2000.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich / COUTINHO, Carlos Nelson et al. *O Manifesto Comunista 150 anos depois*. REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MORIN, Edgar. *O paradigma perdido: a natureza humana*. Tradução de Hermano Neves. Portugal, Ed. Europa-America, 1973.

\_\_\_\_\_. Epistemologia da complexidade. In: SCHNITMAN, Dora Fried (Org). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Tradução de Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

\_\_\_\_\_. Por uma reforma do pensamento. In: PENA-VEGA, Alfredo; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (Orgs). *O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

\_\_\_\_\_. *O método 2: a vida da vida*. Tradução de Maria Gabriela de Bragança. 2. ed. Portugal: Publicações Europa-América, 1980.

MORIN, Edgar; MOIGNE, Jean-Louis Lê. *A inteligência da complexidade*. RJ. Ed. Fundação Petrópolis, 2000.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. *Terra-Pátria*. Tradução de Paulo Neves. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2003.

MOTCHANE, Jean-Loup. *Economia social e economia solidária: álbi ou alternativa ao neoliberalismo?* Disponível em: <<http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv2.pdf>>. Acesso em 12 mar. 2008).

NAY, Olivier. *História das idéias políticas*. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

O QUE É A ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria\\_oque.asp](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp)> Acesso em 26 jan. 2008.

PINTO, João Roberto Lopes. *A economia solidária: de volta à arte da associação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

RIFKIN, Jeremy. Identidade e natureza do terceiro setor. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (Org). *3º setor: desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

ROSNAY, Joel de. O salto do milênio. In: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da. *Para navegar no século XXI: tecnologias do imaginário e cibercultura*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Edições Afrontamento, 2001.

\_\_\_\_\_. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. Por uma concepção multicultural dos direitos humanos. In: BALDI, César Augusto. *Direitos humanos na sociedade cosmopolita*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

\_\_\_\_\_. *O fórum social mundial: Manual de uso*. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. *A recente ressurreição da economia solidária no Brasil*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. *Economia solidária: um modo de produção e distribuição*. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003a.

\_\_\_\_\_. *Economia solidária*. In: CATTANI, Antonio David (Org). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003b.

\_\_\_\_\_. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Tradução de Luiz João Baraúna. 3.ed. São Paulo: Nova cultural, 1988.

SOUZA, Herbert José de; RODRIGUES, Carla. *Ética e cidadania*. São Paulo: Editora Moderna, 1994.

THUROW, Lester C.. *O futuro do capitalismo: como as forças econômicas de hoje moldam o mundo de amanhã*. Tradução de Nivaldo Montingelli Jr. 2.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

TOURAINÉ, Alain. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Tradução de Gentil Avelino Tilton. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

TRIVINHO, Eugênio. *A dromocracia cibercultural: lógica da vida humana na civilização mediática avançada*. São Paulo: Paulus, 2007.

VERGOPOULOS, Kostas. *Globalização, o fim de um ciclo: ensaio sobre a instabilidade internacional*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

WAUTIER, Anne Marie. *Economia social na França*. In: CATTANI, Antonio David (Org). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tamás J. M. K. Szmrecsányi. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Os Pensadores).

WWF – Brasil. *Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização*. Brasília-DF: WWF, 2003.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)